

OLGA MARIA LOPES SERRÃO IGLÉSIAS NEVES

# O Movimento Associativo

TRADIÇÃO e LUTA

1926 - 1962

*de fricane em choçambrique*

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA DO SÉCULO XX

LISBOA, 2008

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



***O MOVIMENTO ASSOCIATIVO AFRICANO EM MOÇAMBIQUE***

***TRADIÇÃO E LUTA (1926-1962)***

**OLGA MARIA LOPES SERRÃO IGLÉSIAS NEVES**

**DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA**

**Sob a Orientação Científica de Fernando Rosas e Jill R. Dias**

**Lisboa, Julho de 2008**



*Em memória de*  
*Jill R. Dias*

Capa elaborada por António Iglésias

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta dissertação de doutoramento é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Declaro que esta Dissertação de doutoramento se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O orientador

---

Lisboa, .... de ..... de .....



## Resumo

O movimento associativo africano na Colónia de Moçambique desempenhou um papel significativo e activo na transformação de um proto-nacionalismo numa consciência nacionalista interventiva. Pela sua importância, eis o título da presente tese: “*O movimento associativo africano em Moçambique*”. As fontes orais, escritas e iconográficas recolhidas, interpretadas e analisadas criticamente permitem-nos demonstrar a tese da existência de uma ponte entre as primeiras iniciativas da sociedade civil, no dealbar do século XX e os movimentos independentistas, no início da década de sessenta, pelo que foram definidas como balizas cronológicas, 1926 a 1962, espaço temporal em que a causa africana se transformou em causa nacional.

Em primeiro lugar, contextualizou-se a Colónia de Moçambique no quadro do império colonial português, analisando a estrutura económica, social e política para numa segunda parte, se caracterizar as associações africanas, pela sua actuação, a sua voz reprimida e silenciada na imprensa e na sociedade e se verificar que cresceram, como uma onda de contestação que se agigantou até atingirem o ponto mais alto, com a unidade de acção contra o regime colonial. O subtítulo da tese: “*Tradição e luta*” implicou conhecer as Mulheres e os Homens, os actores sociais que animaram esse movimento, demonstrando a sua pertença à elite defensora da “*causa africana*”, motivação que ainda hoje inspira cientistas, escritores e estudiosos dos Povos que constroem Moçambique e aspiram a um mundo melhor.

Como palavras-chave, indica-se fundamentalmente três:

Colonialismo português – Causa Africana – Associativismo.

## Abstract

The African associative movement in the former Mozambique Portuguese colony played a significant and active role in the transformation of a proto-nationalism on a more interventive national conscience. Its importance justifies the title of the present thesis: “*The African associative movement in Mozambique*”. The collection, interpretation and analysis of the verbal, written and iconographic sources, allow us to demonstrate the existence of a bridge between the first initiatives of the civil society in the beginning of the 20th century and the emergence of the independent movements in the earlier sixties. In conclusion, 1926 and 1962 can be defined as milestones, the chronological time which separates the African cause from a truly national conscience.

On a first approach, Mozambique Colony is placed in the greater picture of the Portuguese overseas territories, analyzing its economic, social and political structure. Secondly, this thesis produce a characterization of the African associations, remarking its actions, press censorship and social constraints, and, finally, putting in evidence the real growth of the movement, as a wave of plea that got bigger and bigger until reaching its highest point with the unified action against the colonial regime.

The sub-heading of the thesis: “*Tradition and fight*”, concerns to the Women and Men who livened up that movement, at the core of the “*African cause*” elite, with such a motivation that, till today, inspires scientists, writers and scholars who embrace the study of all the groups who build Mozambique as a sole nation and believe in a better world.

As key-words, three are indicated:

Portuguese Colonialism – African Cause – Associativism.

## ÍNDICE

ÍNDICE DAS GRAVURAS .....	10
ÍNDICE DOS QUADROS .....	11
<b>Abreviaturas utilizadas .....</b>	<b>12</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1. OBJECTO DA PESQUISA .....	16
2. BALIZAS CRONOLÓGICAS .....	18
3. METODOLOGIA.....	19
4. ESTADO DA QUESTÃO.....	21
5. PLANO DO TRABALHO.....	28
<b>CAPÍTULO I – MOÇAMBIQUE NO QUADRO DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS.....</b>	<b>33</b>
1. CARACTERIZAÇÃO DA COLÓNIA DO PONTO DE VISTA DA GEOGRAFIA FÍSICA .....	33
2. A CONJUNTURA ECONÓMICO-SOCIAL. UMA VISÃO GERAL.....	36
<b>2.1. Primeiro Período (de 1926 a 1945). Fase de “estabilidade” .....</b>	<b>38</b>
<b>2.2. Segundo Período (de 1945 a 1962). Fase de “apogeu” .....</b>	<b>41</b>
3. A TEXTURA ECONÓMICA .....	43
<b>3.1. A produção agrícola.....</b>	<b>43</b>
<b>3. 2. A industrialização .....</b>	<b>53</b>
<b>3. 3. Os “Planos de Fomento” .....</b>	<b>57</b>
<b>3. 4. O Movimento Comercial .....</b>	<b>60</b>
<b>CAPÍTULO II – A SOCIEDADE AO LONGO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA (SÉCULO XX) .....</b>	<b>67</b>
1. O QUADRO HUMANO E SOCIAL .....	67
2. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA.....	69
3. A SOCIEDADE COLONIAL, UMA VISÃO GLOBAL.....	74
<b>3.1. Os colonos europeus.....</b>	<b>76</b>
<b>3.2. Os filhos-da-terra .....</b>	<b>77</b>
<b>3.3. Os indígenas.....</b>	<b>79</b>
4. A VIDA QUOTIDIANA .....	80
<b>4.1. O espaço rural .....</b>	<b>80</b>
<b>4.2. O espaço urbano.....</b>	<b>84</b>
<b>CAPÍTULO III – PARTIDOS POLÍTICOS E GRUPOS DE PRESSÃO EM LOURENÇO MARQUES.....</b>	<b>98</b>
1. CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DA ACÇÃO DOS PRINCIPAIS ACTORES SOCIAIS .....	98
2. A RESISTÊNCIA REPUBLICANA .....	103
3. O PAPEL DA MAÇONARIA .....	107
<b>3.1. A Sociedade de Instrução e Beneficência 1º. de Janeiro.....</b>	<b>107</b>



<b>3.2. Associação dos Velhos Colonos da Província de Moçambique.....</b>	<b>108</b>
<b>3.3. Sociedade Humanitária Portuguesa Cruz do Oriente.....</b>	<b>111</b>
4. O MOVIMENTO SINDICAL.....	114
<b>4.1. Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria.....</b>	<b>114</b>
<b>4.2. Associação do Pessoal do Porto e Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques</b>	
.....	116
<b>4.3. Associação das Artes Gráficas de Lourenço Marques .....</b>	<b>118</b>
5. O MOVIMENTO DE UNIDADE DEMOCRÁTICA EM MOÇAMBIQUE (M.U.D.) .....	121
<b>CAPÍTULO IV – AS ASSOCIAÇÕES AFRICANAS.....</b>	<b>127</b>
1. TIPOLOGIA .....	128
2. O TEMPO E O ESPAÇO.....	130
3. O MODO DE CONTESTAÇÃO AO REGIME COLONIAL .....	131
4. ESTUDO DE CASOS.....	134
<b>4.1. Do Instituto Negrófilo ao Centro Associativo dos Negros da Colónia de</b>	
<b>Moçambique .....</b>	<b>134</b>
<b>4.2. O NESAM (Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique) 149</b>	
<b>4.3. Do Grémio Africano à Associação Africana.....</b>	<b>156</b>
<b>CAPÍTULO V – A IMPRENSA AFRICANA .....</b>	<b>169</b>
1. CARACTERIZAÇÃO DA IMPRENSA, TIPOLOGIA.....	170
<b>1. 2. Origens .....</b>	<b>172</b>
<b>1.3. Do jornalismo político ao noticioso .....</b>	<b>176</b>
2. NORMA E PRÁTICA GOVERNATIVA .....	182
<b>2.1. A instauração do regime de censura prévia .....</b>	<b>182</b>
<b>2.2. A legislação do corte a azul e vermelho .....</b>	<b>184</b>
<b>2.3. O impacto das medidas repressivas .....</b>	<b>190</b>
<b>CAPÍTULO VI – RESISTÊNCIA E CLANDESTINIDADE .....</b>	<b>206</b>
1. UMA PRÁTICA CONSPIRATIVA .....	207
2. INTERPRETAÇÃO DE DOIS FENÓMENOS – REPRESSÃO E RESISTÊNCIA.....	212
3. OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	218
<b>3.1. A MANU .....</b>	<b>222</b>
<b>3.2. A UNAMI.....</b>	<b>224</b>
<b>3.3. A UDENAMO .....</b>	<b>226</b>
<b>3.4. A FRELIMO .....</b>	<b>230</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>239</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>246</b>
FONTES ORAIS .....	246
RECURSO A ENTREVISTAS DISPONÍVEIS .....	248
FONTES ARQUIVÍSTICAS .....	250
<b>Arquivo Histórico de Moçambique – Maputo .....</b>	<b>250</b>
<b>Arquivos Nacionais da Torre do Tombo .....</b>	<b>252</b>

<b>Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros</b> .....	255
LEGISLAÇÃO .....	255
<b>I - Administração colonial:</b> .....	255
<b>II - Censura:</b> .....	256
<b>III – Indígenas:</b> .....	257
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	258
JORNAIS .....	285
<b>Publicados em Lisboa:</b> .....	285
<b>Publicados em Lourenço Marques:</b> .....	285
<b>ANEXOS</b> .....	287
I. GLOSSÁRIO .....	287
II. QUEM É QUEM? .....	290
<b>Governantes</b> .....	290
<b>Membros da Direcção do Grémio Africano / Associação Africana</b> .....	291
<b>Membros da Direcção do N. E. S. A. M.</b> .....	294
<b>Elementos Macondes Ligados à MANU</b> .....	297
III. LISTA DE ASSOCIAÇÕES.....	300
IV. ROTEIRO DE FONTES .....	309
<b>Arquivo Histórico de Moçambique – Maputo</b> .....	309
<b>Arquivos Nacionais da Torre do Tombo</b> .....	320
<b>Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros</b> .....	335
V. APÊNDICE DOCUMENTAL .....	336

## Índice das gravuras

Gravura nº 1. Colónia de Moçambique: Divisão administrativa. ....	31
Gravura nº 2. Mapa de Moçambique – Relevo e Hidrografia. ....	32
Gravura nº 3. O porto de Lourenço Marques.....	40
Gravura nº 4. Mapa da África Austral. ....	61
Gravura nº 5. Evolução da cidade de Lourenço Marques/Maputo .....	87
Gravura nº 6. Noémia de Sousa e família. ....	93
Gravura nº 7. A sede dos Velhos Colonos. ....	110
Gravura nº 8. Os “Pioneiros” de Moçambique. ....	111
Gravura nº 9. Escola Técnica e Industrial de Lourenço Marques.....	113
Gravura nº 10. Instituto Negrófilo. ....	135
Gravura nº 11. O Centro Associativo dos Negros. ....	148
Gravura nº 12. Mulheres membros do NESAM. ....	151
Gravura nº 13. A família dos Albasini.....	162
Gravura nº 14. Uma das primeiras sedes do Grémio Africano de Lourenço Marques. ....	164
Gravura nº 15. Antiga sede do Grémio Africano/Associação Africana em Lourenço Marques. ....	165
Gravura nº 16. A Redacção e a Administração do Brado Africano.....	169
Gravura nº 17. João Dias em Coimbra.....	170
Gravura nº 18. Num café da baixa. ....	190
Gravura nº 19. Um grupo de amigos. ....	205
Gravura nº 20. Em casa dos pais de Luís Bernardo Honwana.....	207
Gravura nº 21. Membros da MANU e da UDENAMO.....	230
Gravura nº 22. Membros da FRELIMO com o Presidente Nyerere da Tanzânia.....	244



## Índice dos quadros

Quadro nº 1. Superfície em km <sup>2</sup> .....	35
Quadro nº 2. Exportação Média anual em toneladas .....	46
Quadro nº 3. Exportação anual em toneladas .....	47
Quadro nº 4. Agricultura “Indígena” – Produção comercializada. ....	49
Quadro nº 5. Agricultura de plantação – Produção europeia (em toneladas) .....	49
Quadro nº 6. Principais Exportações de Moçambique 1928-1938 .....	49
Quadro nº 7. Produção de algodão, 1945-1960, média anual. ....	51
Quadro nº 8. Exportações de Moçambique, 1945-1960 (%) .....	51
Quadro nº 9. Produção total de óleos .....	56
Quadro nº 10. 1º. Plano de Fomento (1953-1958). ....	58
Quadro nº 11. 2º. Plano de Fomento (1959-1964) .....	59
Quadro nº 12. Balança Comercial .....	61
Quadro nº 13. Comércio exterior de Moçambique .....	62
Quadro nº 14. Comércio Externo de 1946-1948 – Importações .....	63
Quadro nº 15. Comércio Externo de 1946-1948 – Exportações. ....	63
Quadro nº 16. Exportações invisíveis que podem ser estimadas entre 1946-1948. ....	64
Quadro nº 17. Comércio exterior moçambicano. ....	65
Quadro nº 18. Comércio externo de Moçambique. ....	65
Quadro nº 19. Evolução da População de Moçambique desde 1900) .....	69
Quadro nº 20. População de alguns territórios Africanos .....	70
Quadro nº 21. População de Moçambique e sua densidade, por Distritos .....	71
Quadro nº 22. População de Moçambique por Grupos Étnicos. ....	72
Quadro nº 23. A população, segundo as etnias. ....	73
Quadro nº 24. População de Moçambique por Grupos Étnicos e Distritos .....	73
Quadro nº 25. População de Lourenço Marques em 1894. ....	88
Quadro nº 26. População de Lourenço Marques em 1930. ....	90
Quadro nº 27. Resultados do movimento associativo. ....	99
Quadro nº 28. Resultados da acção da “Cruz do Oriente” .....	112
Quadro nº 29. Instrumentos de Acção .....	146
Quadro nº 30. Instrumentos de Acção .....	155
Quadro nº 31. Relação da Imprensa em Moçambique, no ano de 1936 .....	171

## Abreviaturas utilizadas

AHD – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique

AHP - Arquivo Histórico Parlamentar

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AN/TT – Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

BO – *Boletim Oficial de Moçambique*

CEA – Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MAC - Movimento Anti-colonial

MANU – União Nacional Africana de Moçambique

NESAM – Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique

OA - *O Africano*

OBA - *O Brado Africano*

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização de Unidade Africana

PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança

SCCIM – Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique Independente

## Agradecimentos

Ao longo de vinte anos de investigação em História de Moçambique, numa actividade de navegadora solitária experimentei o doce sabor da descoberta de fontes, que eram consideradas no Arquivo Histórico de Moçambique, como que perdidas. Mas horas e horas a fio, sem nada de significativo a pesquisar eram comuns, exercitando a capacidade da paciência e determinação. Todavia, a actividade científica continua a ser para mim uma fonte de prazer pela busca infinita da perfeição e da sabedoria. Nessa caminhada tive o privilégio de aprender com sábios mestres, dos quais refiro os professores do mestrado em História dos séculos XIX e XX, da Universidade Nova de Lisboa os Professores Doutores Oliveira Marques, Joel Serrão, António Hespanha, Valentim Alexandre, Sacuntala de Miranda e António Reis. Uma referência especial vai para os Professores Doutores Fernando Rosas, o meu orientador da tese de doutoramento, profundo conhecedor do “Estado Novo” e Valentim Alexandre, orientador da tese de mestrado: *“Em Defesa da Causa Africana? Intervenção do Grémio Africano na Sociedade de Lourenço Marques. 1908-1938”*, Dissertação defendida na Universidade Nova de Lisboa em 1990 pelo seu grande conhecimento das questões coloniais. Um agradecimento muito especial à saudosa Professora Doutora Jill Dias †, que aceitou ser co-orientadora da presente tese e a Fernando Ganhão †, historiador moçambicano da luta de libertação nacional.

Aos amigos e familiares agradeço pelo amor, apoio e compreensão e peço mil desculpas das angústias de quem só falava do movimento associativo em Moçambique, vivendo obcecada pelos tempos vividos em terras do Índico, mas cuidando da memória para entender o presente. Entre todos destaco os meus pais, o meu marido, os meus filhos que, espero que um dia também sigam os passos da investigação, os meus irmãos: João Paulo Iglésias, Ana Raquel Iglésias, Rui Delgado Alves e António Iglésias, os amigos José Manuel Fernandes e Maria de Lourdes Janeiro, Aida e Percy Freudenthal, Ana Isabel Ribeiro e Jorge de Barros; um agradecimento especial à família moçambicana, sobretudo Amélia e Luís Souto, Angelina e Alexandra Neves, Paula e Gustavo Miranda. E, claro que não posso deixar de mencionar todo o apoio recebido de João Paulo Borges Coelho, António Sopa, Teresa Cruz e Silva, Inês Nogueira da Costa, Fátima Mendonça e Elsa de Noronha, dos trabalhadores dos arquivos de Moçambique e de Portugal e dos mais “velhos” que aceitaram partilhar comigo a sua memória.



Aos meus alunos e colegas do Curso de História e dos Mestrados em Espaço Lusófono, Ciência Política e de História Política e Social, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa (ULHT) e aos que assistiram às conferências sobre História de Moçambique, que a Professora Doutora Isabel Castro Henriques muito bem organizou na Licenciatura em Estudos Africanos da Faculdade de Letras de Lisboa, quero manifestar o meu apreço pelas suas dúvidas, críticas e sugestões pertinentes, sempre que partilhava a análise histórica em construção. Uma palavra de agradecimento especial ao Professor Doutor Fernando dos Santos Neves, Magnífico Reitor da ULHT no Porto e o Professor Doutor Mário Moutinho, Magnífico Reitor da ULHT em Lisboa, que sempre me incentivaram nas pesquisas africanas bem como à Professora Doutora Fátima Moura Roque, que me dirigiu no Gabinete de Estudos Africanos da ULHT e com quem tive o gosto de partilhar as suas aulas e uma publicação sobre *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*, obrigando-me a actualizar constantemente as informações disponíveis e uma atitude científica de dúvida e de criatividade. Aos meus Colegas da Linha de Investigação em Africanologia e Lusofonia Adelino Torres, José Filipe Pinto, Fernando e Alexandra Campos, por terem acreditado na seriedade da minha pesquisa e aguardado que terminasse com êxito esta fase de preparação para o doutoramento, encorajando-me a concluí-lo.

Aos combatentes pela causa africana, independência e liberdade em Moçambique, dedico esta tese de doutoramento, pois sem eles não teria o conhecimento do viver moçambicano nem seria a pessoa lusófona que sou hoje. O seu espírito de unidade e luta sempre me inspirou, terminando estes longos agradecimentos justamente ao povo moçambicano, sobretudo às mulheres moçambicanas que lutam pela sobrevivência dos seus filhos e pelo fim da pobreza.

## **Introdução**

*Poema do futuro cidadão<sup>1</sup>  
Vim de qualquer parte  
duma Nação que ainda não existe  
vim e estou aqui.*

*Não nasci apenas eu  
nem tu nem nenhum outro ...  
mas irmão.*

*Tenho o coração e gritos que não são somente  
venho dum país que ainda não existe  
Ah, tenho amor a rodos para dar do que sou.*

*Eu!  
Homem qualquer  
cidadão duma Nação que ainda não existe.*

José Craveirinha

---

<sup>1</sup> CRAVEIRINHA, José, "Poema do futuro cidadão", in *Voz de Moçambique*, Maputo, Ano XIII, nº. 376, 26.12.72, p. 7.

## 1. Objecto da pesquisa

O texto abre com o “*Poema do futuro cidadão*”, de José Craveirinha. Quem escreveu melhor do que o poeta sobre a ânsia de pertença a uma comunidade, a aspiração identitária de um Eu-Cidadão de uma futura Pátria, em busca incessante de definir o que ainda estava indefinido – a Nação, em Moçambique? Ideia, projecto político e ideológico, artefacto cultural ou etapa no processo histórico? Mito ou realidade? Desmontar um mito, não é tarefa fácil, quando a ideia de Nação, entrou já na esfera do imaginário colectivo. Trata-se de um estudo sobre o movimento associativo, do papel das elites africanas na construção da Nação, cujo âmbito cronológico se situa nas primeiras décadas do século XX e culmina com a criação da Frente de Libertação de Moçambique.

Estas questões levaram-me a aprofundar o passado colonial de Moçambique, para compreender o projecto histórico da construção da nação moçambicana<sup>2</sup>. Nunca é demais falar da razão de ser desta pesquisa, subjectiva, na anterioridade do projecto. Como estudiosa da História de Moçambique, interessa-me conhecer e analisar historicamente a ideia de independência, no que revela de dinâmico, de mudança, face ao regime colonial. Como se operou a mudança, em termos do poder político, sei-o bem, porque a vivi intensamente, mas tornou-se imperativa a busca de uma ponte com o passado, o que me levou à primeira hipótese de trabalho, a questão da anterioridade da ideia. No passado, quem a sonhou? A geração de cinquenta de poetas de grito silenciado, de Craveirinha<sup>3</sup>, de Noémia de Sousa<sup>4</sup>? Mas, antes, quem teria sido a primeira voz? E foi assim que descobri entre as associações de Moçambique, o Grémio Africano de Lourenço Marques, o Conselho Nacional Africano de Moçambique, o Instituto Negrófilo, mais tarde o Centro Associativo dos Negros, transformando-se o Grémio igualmente em Associação Africana da Moçambique; através dos seus papéis amarelecidos pelo tempo, nos jornais como o

---

2Ver Graça, Pedro Borges, *A Construção da Nação em África*, Coimbra, Almedina, 2005.

3 José João Craveirinha, poeta moçambicano, nasceu em 1922, em Lourenço Marques e faleceu na África do Sul em 2003. Autor de *Chigubo*, 1964, *Cântico a um rio de Catrame*, 1966, *Karingana wa Karingana*, 1974, *Cela 1*, 1981, *Maria*, 1988. Galardoado com o Prémio Camões.

4 Noémia de Sousa, poetisa moçambicana, de seu nome completo, Carolina Noémia Abranches de Sousa, nasceu em Lourenço Marques / Maputo, em 1926 e faleceu em Lisboa em 2003. A sua obra poética foi escrita entre 1948 e 1951, ver SOUSA, Noémia, *Sangue Negro*, Maputo, Associação de Escritores Moçambicanos, 2001.

seu primeiro porta-voz, *O Africano*, e em seguida, no *Brado Africano*, encontrámos jornalistas e poetas, defendendo valores que podiam ser considerados como os primeiros indícios de nacionalismo, paralelamente no sentido de africanidade e de moçambicanidade.

Começámos por estudar a história da cidade capital, Lourenço Marques, em época de mudança e crise, inserida num triângulo de influências de cultura e mentalidades – a Índia, a África do Sul e Portugal – para citar as que parecem ter sido predominantes no impacto que a colonização exerceu sobre a sociedade tradicional africana do Sul de Moçambique. E um dos aspectos que mais nos chamou a atenção para esse impacto foi o do convívio social, nos seus múltiplos cambiantes no lazer, no trabalho, no estudo e no desporto que animou o movimento associativo, sobretudo após a implantação do regime republicano, como iremos verificar mais adiante, no desdobramento de iniciativas práticas em associações de classe, instituições de previdência, de defesa, de instrução, sociedades de recreio, representações partidárias, grupos secretos e missões religiosas, procurando resolver problemas concretos do quotidiano.

Iremos apresentar a acção desenvolvida por partidos políticos e grupos de pressão, que considerámos mais significativos, pelos resultados obtidos e que transpareceram na imprensa local. Tal sugeriu Alfredo Margarido, referindo-se ao papel de grupos africanos, nomeadamente ao jornal porta-voz *O Brado Africano*<sup>5</sup>: “*A imprensa colocará então, o problema da colonização em Moçambique e das suas consequências específicas para o país. Em torno do jornal O Brado Africano, de Lourenço Marques, reunir-se-ão com estes objectivos negros, mestiços, às vezes indianos e raramente brancos*”. Uma pista importante de pesquisa, partindo da opinião de Eduardo Mondlane sobre as associações africanas<sup>6</sup>: “*Ao abrigo de programas sociais, de entreajuda e actividades culturais ou desportivas, todas estas organizações levaram a cabo uma acção política. E, simultaneamente desenvolveram uma imprensa de protesto...*”

A segunda hipótese pretende verificar até que ponto, foram importantes na consciencialização de uma elite africana. Será que é possível estabelecer pontes entre a sua acção e o surgimento de movimentos nacionalistas de libertação do colonialismo português? Distante da historiografia oficial moçambicana,

---

<sup>5</sup> MARGARIDO, Alfredo, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, Ed. Regra do Jogo, 1980.

<sup>6</sup> MONDLANE, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Sá da Costa, 1975.

gostaríamos de contribuir com esta pesquisa para a compreensão da colonização portuguesa de Moçambique, através do estudo de caso do movimento associativo moçambicano, desde a sua primeira fase embrionária, proto-nacionalista ao eclodir do nacionalismo, na explosão de movimentos que lutaram pela independência nacional. Numa linha interventiva, na esperança da consciencialização, aspiramos a fazer história que contribua para a redescoberta de Moçambique, tal como defendia Amadou Mahtar M' Bow, na perspectiva da aproximação de povos e culturas: *“Estou convencido”, dizia M' Bow, “de que os esforços dos povos de África, para conquistar ou reforçar a sua independência, assegurar o seu desenvolvimento e consolidar as suas especificidades culturais devem enraizar-se numa consciência histórica renovada, intensamente vivida e assumida de geração em geração”*<sup>7</sup>.

O acordar para a consciência de ser Africano e Moçambicano, a terceira hipótese de investigação, parece-nos um processo de construção político, ideológico e cultural. Iremos tentar provar que esse percurso foi resultado do cruzamento de diferentes forças históricas que, tendo actuado no terreno das mentalidades, pela acção na educação, na imprensa e na arte legitimaram o nacionalismo, numa constelação de formas e de ideias. Assim, a identidade cultural moçambicana afigura-se-nos igualmente construída num universo, contraditoriamente diverso e comum, fruto de diferentes formações sociolinguísticas, de origem africana. Historicamente, não é possível pensar-se no quadro de uma única expansão existente em Moçambique, onde foram acontecendo várias migrações de povos ao longo dos séculos. Realça-se que houve uma expansão banto aproximadamente em 200 / 300 da nossa era; há que considerar também uma expansão islâmica, já no século X; a que se seguiu a expansão portuguesa, a partir do século XVI; finalmente, a expansão zulo e as consequências da migração boer, no século XIX. Portanto, temos que entender que o espaço Moçambique resultou de sucessivas influências humanas e culturais.

## **2. Balizas cronológicas**

Estabeleceu-se como limites cronológicos do presente trabalho – do ano de 1926 a 1962, de forma a analisar tempos de ruptura e de continuidade – da 1ª. República, da Ditadura Militar para o Estado Novo, e neste observar e interpretar *“os ventos da*

---

<sup>7</sup> Veja-se o Prefácio de AAVV, *História Geral de África*, vol. I, S. Paulo, Ática/UNESCO, 1980, pp. 11-15.

*mudança*”. Entre esses momentos distintos, a 2<sup>a</sup>. Guerra Mundial será considerada uma importante charneira. Porquê um estudo de 1926 a 1962? Os dados recolhidos, a nível económico, político, social e cultural possibilitam a caracterização da “*África Oriental Portuguesa*”, enquanto colónia, analisando em paralelo, como evoluíram as forças de dominação e a acção dos dominados, isto é, a política colonial e a causa africana, desde 1926, no fim dos tempos republicanos, passando pela fase imperial dos anos trinta a cinquenta, em pleno “*Estado Novo*” e o impacto da grande guerra até ao ano de sessenta e dois, em que foi criado um movimento unitário de luta pela independência nacional, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Um ponto de ruptura, sugerido pela análise de textos – oficiais, jornalísticos e literários, parece-nos ser o produzido pela geração de cinquenta, da utopia em novas auroras, “*que fará a sua entrada na cena da história, nos anos imediatos à segunda guerra mundial*”<sup>8</sup>.

Interpretar a conjuntura de trinta e seis anos (1926-1962), que antecedeu o fim do regime colonial, permite-nos perceber em que condições actuaram as forças de oposição, no campo interno e externo, desde os primeiros indícios de confrontação em 1926<sup>9</sup>, enquanto movimento associativo até à criação de uma frente, FRELIMO, aglutinadora de diferentes organizações nacionalistas, condutora de um processo revolucionário que, no 1.º Congresso, em 1962, pretendia não só eliminar o colonialismo português como consequentemente estender o seu poder a todo o território<sup>10</sup>.

### 3. Metodologia

---

<sup>8</sup> Ver ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta Contra a Dominação Colonial Portuguesa: 1911-1961*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997, p. 186. Ao referir-se à nova geração dos anos cinquenta, destaca a sua importância e passamos a citar: “*Mas o protonacionalismo, na sua essência, foi produtor de um discurso com uma finalidade histórica: assumindo-se como negros cultos, no molde ocidental, sujeitos da nação portuguesa e legalistas, esses ideólogos, por condições históricas conducentes à imaturidade na sua análise, não tinham atingido o grau crítico de compreensão lógica do sistema colonial português. E aí reside, o ponto de ruptura que será expresso pela geração que fará a sua entrada na cena da história, nos anos imediatos à segunda guerra mundial*”.

<sup>9</sup> O ano de 1926 foi particularmente activo, no que se refere à contestação social, com greves operárias, de sectores vitais da economia colonial, nomeadamente a dos ferroviários e portuários de Lourenço Marques e a dos trabalhadores do porto da Beira. Ver SERRA, Carlos, (dir.), *História de Moçambique*, vol.I, Maputo, UEM/Tempo, 1982, p. 17.

<sup>10</sup> Sobre as resoluções do I.º Congresso da FRELIMO. In AAVV., *A FRELIMO e a Luta Revolucionária de Libertação Nacional*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1975.

A tese que ora se apresenta, não é mais do que o produto da investigação que temos vindo a desenvolver, no âmbito da História, visando através da análise de fontes orais e escritas compreender, de uma forma global, a história da Colónia de Moçambique, no contexto imperial do “*Estado Novo*”. Pesquisando a formação de partidos políticos, de grupos associativos e de pressão, deparámo-nos com um mundo complexo de confrontação, na sociedade que nos propusemos investigar, a de Lourenço Marques, onde na trama da vida colonial se movem os homens, os seus interesses e os seus valores. Entendemos que, a partir do estudo de caso, o das associações africanas da Colónia de Moçambique, sedeadas na capital, é possível aproximarmo-nos da sociedade colonial. Partimos da pergunta central: Qual foi o papel do movimento associativo africano em Moçambique no confronto ao regime colonial?

A primeira fase consistiu em contextualizar a problemática escolhida, num nível mais geral, localizando-a em Moçambique, no quadro do império colonial português, para chegar ao nível particular, da intervenção do movimento social das associações num espaço urbano, inquirindo no quotidiano apenas práticas, exercícios concretos de ideias e de comportamentos, dos homens de então. Em seguida lançámo-nos na actividade heurística, de procura exhaustiva de documentação. Recolhemos e tratámos o texto, (através de amostras aleatórias), procurado nas fontes, deixando que os vestígios do passado nos sugerissem, descobrir empiricamente, uma intervenção, algo diferente, que irrompendo do universo colonial, nos possibilitasse a entrada no seu imaginário<sup>11</sup>. Captar a ideia de nação, fenómeno que não podia ser observado directamente, mas sim indirectamente, através do discurso dito e não-dito, constituiu a chave do enigma histórico. Nesta esfera do simbólico, desmontando o texto (político, jornalístico e poético), procurámos a evocação da terra, da mulher, da mãe e de África (“Mãe África”). Tentámos interpretar a defesa da língua unificadora, a busca das origens, da identidade cultural, o enaltecer da raça negra, em sinais de Negritude e de Pan-africanismo até chegar à afirmação do Eu-Colectivo, “*futuro cidadão*”, “*duma nação que não existe*”<sup>12</sup> mas que aguarda acontecer e cria o momento da sua construção. Importa destacar a importância de testemunhos orais que preencheram com detalhe enriquecedor, colorido e significativo a história do quotidiano, cobrindo os espaços vazios que a pesquisa deste género teimava em deixar em aberto. As fontes orais

---

<sup>11</sup> Ver a respeito da metodologia, FOUCAULT, Michel, *L'archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969, p. 61.

<sup>12</sup> José Craveirinha, “Poema do futuro cidadão”, *op. cit.*, p. 7.

permitiram ainda, identificar e compreender as redes da sociabilidade colonial urbana e os pontos de tensão existentes. Temos consciência dos perigos que um investigador enfrenta, quando se debruça sobre um nível micro-social ou micro-regional, e tenta entender a sociedade na sua globalidade, sobretudo no caso específico da sociedade africana em Moçambique, caracterizada pela sua pluri-etnicidade. Daí, as cautelas tomadas perante o perigo das generalizações e a atenção dada à crítica das fontes orais e escritas. O cruzamento de dados foi um dos caminhos percorridos para comprovar a autenticidade e veracidade da informação histórica que se considerou significativa e relevante.

A interpretação das fontes escritas permitiu-nos a exegese, a crítica histórica, no explorar aprofundado do sentido dos documentos seleccionados, considerando a forma em que foram produzidos nos aspectos linguísticos, gramaticais, lógicos, psicológicos, técnicos e culturais mas atendendo, sobretudo ao seu conteúdo. O método comparativo revelou-se essencial para analisar realidades no espaço colonial lusófono, encontrando-se aspectos semelhantes e diferentes na senda do nacionalismo, já que nas suas origens foi percorrido um caminho de unidade e luta pelas organizações nacionalistas africanas. Por outro lado, a procura de um novo caminho que não o neocolonialismo parece-nos ter sido um projecto comum aos povos sob a dominação colonial portuguesa, uma vez que os “resistentes africanos” se aperceberam dos riscos de uma “*independência parcial ou neocolonialista*”<sup>13</sup>.

#### 4. Estado da questão

O prazer de estudar e de fazer história, respondendo às interrogações do presente, descobrindo explicações inacabadas e formulando sempre novas perguntas, em fontes do passado, levou-me a partir em busca de pistas de reflexão sobre o que escreviam, sentiam e pensavam as mulheres e os homens de Moçambique, no período de 1926 a 1962. O leque de temas a aprofundar foi-se reduzindo, à medida

---

<sup>13</sup> Ver DAVIDSON, Basil, *O Fardo do Homem Negro. Os efeitos do estado – nação em África*, Lisboa, Campo das Letras, 2000, p. 234. Ao referir-se à luta anti-colonial dos povos africanos sob dominação portuguesa refere-se e, passamos a citar: “*Estes resistentes foram os povos das colónias portuguesas, escondidos atrás do que os seus líderes nacionalistas designavam, e de uma forma correcta, como “muros de silêncio”. O seu projecto, tal como veremos, resultava essencialmente da descrença na possibilidade de qualquer independência parcial ou neocolonialista. E esta crença era razoável, porque derivava da natureza inflexivelmente racista e autoritária do sistema político português.*”



que a investigação bibliográfica demonstrava a escassez de estudos históricos de carácter político e social sobre a Colónia de Moçambique. Partimos da ideia de investigar um tema específico tão pouco estudado: a intervenção das associações africanas na sociedade colonial, procurando verificar se teriam existido pontes entre o movimento associativo e as organizações nacionalistas. Para o enquadramento da problemática, socorremo-nos de trabalhos de pesquisa já elaborados e, por vezes contraditórios, como atesta a bibliografia consultada, procurando expressar a nossa opinião, sempre que os resultados da pesquisa o permitissem.

O Arquivo mais trabalhado foi, sem dúvida, o Arquivo Histórico de Moçambique, tendo sido consultada a documentação da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, em especial a correspondência das associações, dando particular atenção à do Grémio Africano de Lourenço Marques, mais tarde com a designação de Associação Africana da Colónia de Moçambique, à do Congresso Nacional Africano e à do Instituto Negrófilo, posteriormente com o nome de Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, bem como aos processos de “*assimilação*” de indígenas. Muitas foram as dificuldades, pelo facto de o Arquivo estar em fase de organização, sobretudo no que se refere ao Fundo documental acima mencionado.

Todavia, os documentos seleccionados dos Tribunais Indígenas, desde os requerimentos de alvará de assimilados aos pedidos de captura e intimações, dos “*milandos*”<sup>14</sup> aos processos-crime, passando pelas guias diversas dos desterrados, comprovam o ambiente de conflito reinante. A análise do fundo relativo à administração civil, em particular à documentação intitulada do governador-geral, permitiu seleccionar amostras significativas do controlo policial e da participação em tempo de eleições. De destacar, a importância da consulta de uma secção reservada relativa à Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO, onde foi possível seleccionar informação relevante para o estudo da fase de formação da Frente, marco cronológico da nossa pesquisa.

As fontes estatísticas utilizadas, nomeadamente o *Anuário de Moçambique* e o *Anuário de Lourenço Marques*, nos números disponíveis, na Biblioteca Nacional de Lisboa e no Arquivo Histórico de Moçambique, forneceram um manancial inesgotável de informações sobre as associações, proporcionando dados relevantes para o período estudado. A análise dos instrumentos de controlo da população

---

<sup>14</sup> Palavra em Xi-Ronga, Língua do Sul de Moçambique, em Maputo que significa problema.

africana, seguindo a par e passo o *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, através dos decretos e portarias sobre a chapa, o passe, o recrutamento militar, a mão-de-obra para as minas e para as plantações ou o trabalho compelido, o chibalo, foi-nos extremamente útil para avaliar a intensidade das ondas de conflitualidade, denunciadas pela prosa jornalística. A imprensa local é acutilante na crítica política à administração no poder e, na crítica social, não se calando, sobretudo quando afloram ou rebentam focos de tensão na cidade capital ou em qualquer distrito da Colónia. A selecção de editoriais e de notícias relativas à “*causa africana*”<sup>15</sup>, no Arquivo Histórico de Moçambique, no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional de Lisboa permitiram uma colecção de amostras do jornalismo político africano, tanto o impresso como o censurado. Não é só na produção de discurso difundido pela imprensa, que há traços de conflituosidade. Podemos descortiná-los nos testemunhos da época, na memória dos mais velhos que viveram numa sociedade que se compartimentava segundo preconceitos classistas, raciais e religiosos<sup>16</sup>.

Nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, a pesquisa debruçou-se na documentação do Arquivo de António de Oliveira Salazar: os serviços da censura, as impressões de diversas entidades estrangeiras sobre a situação em Moçambique, as informações da PIDE, as actividades das associações e dos movimentos nacionalistas, das missões protestantes e a prática de ritos “*suspeitos*” pelos “*indígenas*” de Moçambique; na documentação do Arquivo da PIDE, foram estudados vários processos relativos às organizações nacionalistas e aos líderes desses movimentos, a Casa dos Estudantes do Império, nas suas diferentes secções de Lisboa, Coimbra e Porto; na documentação do Arquivo dos SCCIM, analisou-se o estudo que os serviços desenvolveram sobre as associações que o regime considerava políticas e secretas, as atitudes ditas “*subversivas*”, os actos considerados violentos: motins, insurreições e levantamentos da população. O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, permitiu a pesquisa de documentação da Direcção-Geral dos Negócios Políticos, na secção das questões ultramarinas, analisando as reuniões e tentativas para a união de esforços entre os diversos movimentos nacionalistas, as suas actividades e informações sobre elementos de direcção. O Arquivo Histórico Ultramarino disponibilizou informação

---

<sup>15</sup> Isto significa a defesa dos interesses da população africana, cuja evolução foi de acordo com o processo histórico. Ver Glossário.

<sup>16</sup> Segundo a memória de alguns dos mais “velhos” entrevistados, como Amaral Matos, Domingos Arouca, João Mendes, Marcelino dos Santos, Mariano Matsinhe, Mário Machungo e Rui Nogar.

oficial relevante nos relatórios periódicos do Ministério do Ultramar sobre a evolução da situação dita “*subversiva*” nas províncias ultramarinas, especificamente em Moçambique. A documentação do Fundo do Gabinete do Ministro do Ultramar permitiu conhecer a troca de informações que o sistema estabelecia entre si, colocando em circulação os dados recolhidos pelas autoridades administrativas, judiciais e policiais. Por outro lado, contem uma boa colecção de imprensa periódica que era censurada e entre ela a imprensa africana, que era enviada regularmente ao conhecimento do poder central.

Estudos sobre a história de Moçambique, elaborados antes da independência e disponíveis na Sociedade de Geografia de Lisboa, dão-nos um quadro factual e descritivo da acção colonizadora de Portugal. De destacar, a obra científica de Alexandre Lobato<sup>17</sup> e de António Rita-Ferreira<sup>18</sup>, que pesquisaram a correlação de forças na região e interpretaram com detalhe o relacionamento dos vários elementos sociais em presença, no espaço colonial – o africano, o asiático e o europeu. Para a compreensão dos interesses económicos em jogo, importa referir já no pós-independência, os trabalhos realizados no âmbito do Centro de Estudos Africanos, em Maputo, sobretudo *O Mineiro Moçambicano*, um estudo sobre a exportação de mão-de-obra, da autoria de um grupo de investigadores do Centro, dirigidos por Ruth First,<sup>19</sup> assim como os textos de Jeanne Penvenne, “Chibalo e Classe Operária”,<sup>20</sup> de Luís de Brito, “Dependência Colonial e Integração Regional”<sup>21</sup> e de Marc Wuyts, *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*<sup>22</sup>. Desenvolvidos desde a década de 70-80, estes *Estudos Moçambicanos*, constituem uma ruptura radical com a perspectiva factual e descritiva da historiografia colonial. Seguindo

---

<sup>17</sup> Ver LOBATO, Alexandre, *Quatro estudos e uma evocação histórica para a história de Lourenço Marques*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

<sup>18</sup> Ver RITA-FERREIRA, A., *Agrupamentos e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

<sup>19</sup> Pesquisa datada de 1977, ver FIRST, Ruth (direc.), *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação da mão-de-obra*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Moçambicanos, 1977.

<sup>20</sup> De PENVENNE, J. e MANGHEZI, A., “Chibalo e classe operária: Lourenço Marques, 1870-1962”, in *Estudos Moçambicanos*, n.º. 2, Maputo, 1981, pp. 9-26; cf. MOREIRA, J. da Silva, *A luta de classes em Lourenço Marques, 1910-1922: o percurso político dos assimilados*, Maputo, 1984 (Tese de Licenciatura, UEM).

<sup>21</sup> De BRITO, Luís de, “Dependência colonial e integração regional”, in *Estudos Moçambicanos*, n.º. 1, Maputo, 1980, pp. 23-32.

<sup>22</sup> De WUYTS, Marc, *Camponeses e economia rural em Moçambique*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1987, pp. 7-13.

tendências inovadoras, dão primazia à história económica, privilegiando a investigação sobre o evoluir do modo de produção capitalista.

Outra tendência foi seguida por historiadores moçambicanos e não só, ligados ao Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, baseada na pesquisa frutuosa do Arquivo Histórico de Moçambique, revelando novos dados, elaborando sínteses com uma clara intenção pedagógica e metodológica. Tais trabalhos dão corpo a duas publicações de referência obrigatória, que se destacam pelo desbravar das fontes da História. São eles *O Arquivo*, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique e os *Cadernos de História*, Boletim do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane.

O 1º. Painel de Historiografia que reuniu em Maputo cientistas sociais no ano de 1991, à volta do grande tema: *Moçambique – 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a década de 90*, registou em jeito de balanço a problemática da construção da história moçambicana, após a independência nacional. Constatou-se após 1975 uma ruptura na historiografia moçambicana, em linha de colisão com a produção colonial, sobretudo com a sua visão europeísta, etnocêntrica e imperial.<sup>23</sup> Afirmou-se, então, na década de oitenta, uma escola ligada à “*história oficial*”, com um forte cariz afrocêntrico que privilegiava a visão decorrente do materialismo histórico e dialéctico, donde saíram importantes contributos para o conhecimento da História Contemporânea de Moçambique, analisando sobretudo a resistência e a luta anti-colonial. Paralelamente, surgiu uma outra escola, que pela linearidade e independência do seu discurso se mostrava mais preocupada com os factos em si. Daí, o seu enfoque em temas do período pré-colonial e dos primeiros séculos da dominação colonial, desenvolvendo estudos no âmbito da Arqueologia e da Antropologia.

Uma terceira escola, a favor duma linha multidisciplinar, posicionou-se a favor do repensar as fontes, as metodologias, tentando uma história menos fragilizada pelas ideologias, mais aberta, menos comprometida com os interesses e paixões de grupo, classe ou raça. Todavia, os trabalhos mais recentes concentram-se no estudo da questão nacional, das etnicidades, nacionalismo e construção do Estado, numa fase de transição política para a democracia. É a história do presente, em foco na historiografia moçambicana.

---

<sup>23</sup> Contra a visão europeísta da história do colonialismo português, ver ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Português Moderno, (1822-1891)*, Lisboa, Sá da Costa, 1979.

É, justamente, o tema do nacionalismo que percorre transversalmente a nossa tese, pois a sua reflexão aprofundada, ajudar-nos-á a compreender não só o passado e o presente, como a procurar descortinar prospectivamente o futuro de Moçambique. “*De facto, considerou Hobsbawm, «a nação», tal como é concebida pelo nacionalismo, é passível de ser reconhecida prospectivamente. A verdadeira nação só pode ser reconhecida a posteriori*”<sup>24</sup>. Os estudos sobre o nacionalismo não mais foram os mesmos, ganharam novo fôlego depois da obra de Benedict Anderson, *The Imagined Communities*, numa perspectiva antropológica sobre as comunidades políticas imaginárias e imaginadas num território soberano. Parece-nos que o nacionalismo, tal como hoje é entendido<sup>25</sup> resulta de um processo histórico e, como tal, não existiu sempre, e até se pode considerar um elemento moderno a nível universal e muito recente em África, em particular, no caso de Moçambique.

Assim, o nacionalismo pode emergir em épocas históricas diversas, impulsionado por forças díspares, de acordo com a situação histórica específica. Na Europa, por exemplo, teria sido o capitalismo e a Revolução Industrial, segundo Eric Hobsbawm<sup>26</sup>, com as suas exigências de centralização e unidade do poder político-económico, que deram ao nacionalismo toda a base material que situaria o Estado como ponto de partida e de chegada para uma identificação necessária da comunidade com a Nação. No caso das independências da América Latina, podemos observar como se formaram Estados sobre estruturas nacionais, enquanto que no Vietname e na China, a luta armada permitiu a inter-relação do processo da independência nacional com o da revolução cultural, através da fusão do exército popular com as massas, produzindo um modo de nacionalismo asiático. No caso das independências que ocorreram no continente africano, parece-nos que o fenómeno de nacionalismo tem outras especificidades, exceptuando o caso da formação do Estado Etíope e da Libéria. Assim, primeiro constituiu-se o Estado africano em

---

<sup>24</sup> In HOBSBAWM, Eric, *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1870*, Lisboa, Terramar, 1998, p. 13.

<sup>25</sup> ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, New York, Verso, 1993; DIECKHOFF, Alain, *A Nação em Todos os Seus Estados. As Identidades Nacionais em Movimento*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001; GELLNER, Ernest, *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Gradiva, 1993; SMITH, Anthony D., *Nações e Nacionalismos Numa Era Global*, Oeiras, Celta Editora, 1999; SOBRAL, José Manuel, “A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português”, in *Análise Social*, vol. XXXVII, (165), 2003, pp. 1093-1126. Cf. GRAÇA, Pedro Borges, *op. cit.*, pp. 131-142. Ver Glossário em anexo.

<sup>26</sup> In HOBSBAWM, Eric, *op. cit.*, p. 8; cf. a referência a Hans Kohn e à sua obra, *The idea of Nationalism. A Study in its Origin and Background*, editada em Nova Iorque, em 1944, pelo facto de Kohn ter prestado atenção à adopção do “vocabulário do nacionalismo europeu (...) adoptado pelos novos movimentos de libertação colonial ou de afirmação do Terceiro Mundo”.

oposição ao Estado colonial e, mais tarde processou-se a construção da Nação, como um projecto, a médio e longo prazo, seguindo modelos europeus, em arquétipos copiados das potências colonizadoras e, perpetuando o “*fardo do homem negro*”<sup>27</sup>. Quando em Moçambique a elite africana preparava o confronto armado, o que significava esta atitude individual e colectiva, de morrer pela Pátria? Não seriam indícios de uma consciência que despontava? Como surgiu esta consciência? Como foi possível a emergência do nacionalismo, num mosaico de povos e de culturas distintas, dispersas por um vasto território, tendo percorrido trajectórias históricas tão diversas?

---

<sup>27</sup> AMSELLE, Jean – Loup, “Etnicidade e Identidade em África”. In Serge Cordelier, *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Public. D. Quixote, 1998, pp. 75-80; CAHEN, Michael, “O Estado, Etnicidades e a Transição Política”, in José Magode (ed.), *Moçambique. Etnicidades, Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada*, Maputo, Fundação Friedrich Ebert e Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996, pp. 18-39; DAVIDSON, Basil, *O Fardo do Homem Negro. Os efeitos do Estado-nação em África*, Lisboa, Campo das Letras, 2000; M’ BOKOLO, Élikia, *Afrique Noire, Histoire et Civilisations*, Paris, Hatier – Aupelf, 1992.

## 5. Plano do Trabalho

No Capítulo I, sob o título “Moçambique no quadro do império colonial”, começaremos por analisar o colonialismo português em Moçambique, o contexto político da evolução da colónia, o quadro económico global, caracterizando o ciclo de relacionamento entre a então Metrópole e a Colónia de Moçambique, no período que nos propusemos estudar, de 1926 a 1962. Na reorganização do espaço colonial, os principais agentes económicos foram as grandes companhias concessionárias, os colonos que praticavam igualmente a economia de exportação, e o Estado que, sobretudo assegurava a mão-de-obra necessária às plantações. O sector africano de economia familiar e de subsistência era o fundamento deste circuito, contribuindo de forma decisiva para o incremento da produção agrícola destinada à exportação.

Passaremos à análise do impacto exercido pelo aparelho administrativo sobre a sociedade urbana, pois importa caracterizar a nova fase de centralização administrativa da colónia. Após o golpe militar de 1926, o Ministro das Colónias promulgou as “Bases Orgânicas da Administração Colonial” e o “Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas”, através das quais o poder central detinha as principais funções, como orientador, fiscalizador e integrador dos governos locais. O “Acto Colonial” de 1930 acabou de vez com as expectativas de autonomia provincial, sendo o cargo de Alto Comissário abolido e substituído pelo de governador-geral e a relação da Colónia com a Metrópole foi alterada num sentido orgânico e complementar<sup>28</sup>.

O Capítulo II sobre “A sociedade ao longo da colonização portuguesa (Século XX)“, tem como finalidade esboçar a textura social e analisar as suas dinâmicas económicas, políticas, sociais e culturais, de forma a compreender a existência de duas realidades na então chamada “*África Oriental Portuguesa*”: a do campo e a da cidade. Como questão central, abordar-se-á o fenómeno urbano que se verificou em Lourenço Marques, verificando os resultados da colonização na qual uma burguesia europeia explorou os recursos locais, sobretudo a mão-de-obra de camponeses, em

---

<sup>28</sup> ROSAS, F., (coord.), Portugal e o Estado Novo, (1930-1960), vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 359-362; cf. ROSAS, F., *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, pp. 90-92.

fuga do campo para a cidade e, do campo para as minas do Rand e para as plantações da África do Sul.

O Capítulo III tem como título: “Partidos Políticos e Grupos de Pressão em Lourenço Marques”, pois do fenómeno urbano escolhemos como exemplo, a cidade capital da colónia, Lourenço Marques por razões políticas, económicas e sociológicas. Aí localizados, iremos observar como interagiram os diversos grupos em presença, quer sejam representações partidárias, quer sejam grupos de pressão.

O Capítulo IV analisa as “Associações Africanas”. Observámo-las no quadro do movimento de solidariedade social e política. Desmontaremos os seus programas e acções sócio-culturais, em busca da afirmação do “eu/nós – político(s)”. Os contactos que mantiveram com organizações congéneres estrangeiras serão aqui analisados para se verificar se deverão ser vistos como factores de aceleração. O período estudado, de 1926 a 1962, permite apercebermo-nos das alterações da táctica adoptada por esses grupos, em fase de mudança da 1ª. República para o Estado Novo. Nas entrelinhas do discurso, transpareceu uma onda de entusiasmo pelos ideais republicanos de justiça, fraternidade e de igualdade, que lentamente esmoreceu em descrença pelas promessas vãs do regime colonial. Na crise do pós-guerra, apontaram-se outros caminhos, houve quem trilhasse e simpatizasse com a ideologia socialista, enquanto outros se deixaram absorver pelo salazarismo.

No Capítulo V sobre a “Imprensa Africana” estudámos em detalhe as iniciativas africanas de protesto. Espelho da presença portuguesa no Índico, a imprensa em Moçambique foi desenvolvida por funcionários da administração colonial, militares, comerciantes, proprietários urbanos e rurais, enfim, por colonos e por alguns “*filhos da terra*”, assimilados que seguindo o trilho do jornalismo político, criticaram polémica e irreverentemente o poder, defendendo os seus interesses, como grupo social representante dos afro-lusos. A 1ª. República, como se sabe, levou ao aparecimento de diversos grupos de pressão, que fizeram dos jornais, espaços privilegiados de defesa da sua cor política, social e étnica.

Os Anuários dão-nos um relato minucioso da capital, palco dos principais movimentos emergentes, assim como da imprensa operária, de inspiração anarco-sindicalista e da imprensa africana que iremos definir como proto-nacionalista e nacionalista. Com a lei de imprensa do Ministro João Belo, em 1926, foram impostas inúmeras restrições à liberdade de expressão aos jornais da Colónia, iniciando-se uma nova fase de censura premonitória do Estado Novo. Serão aqui

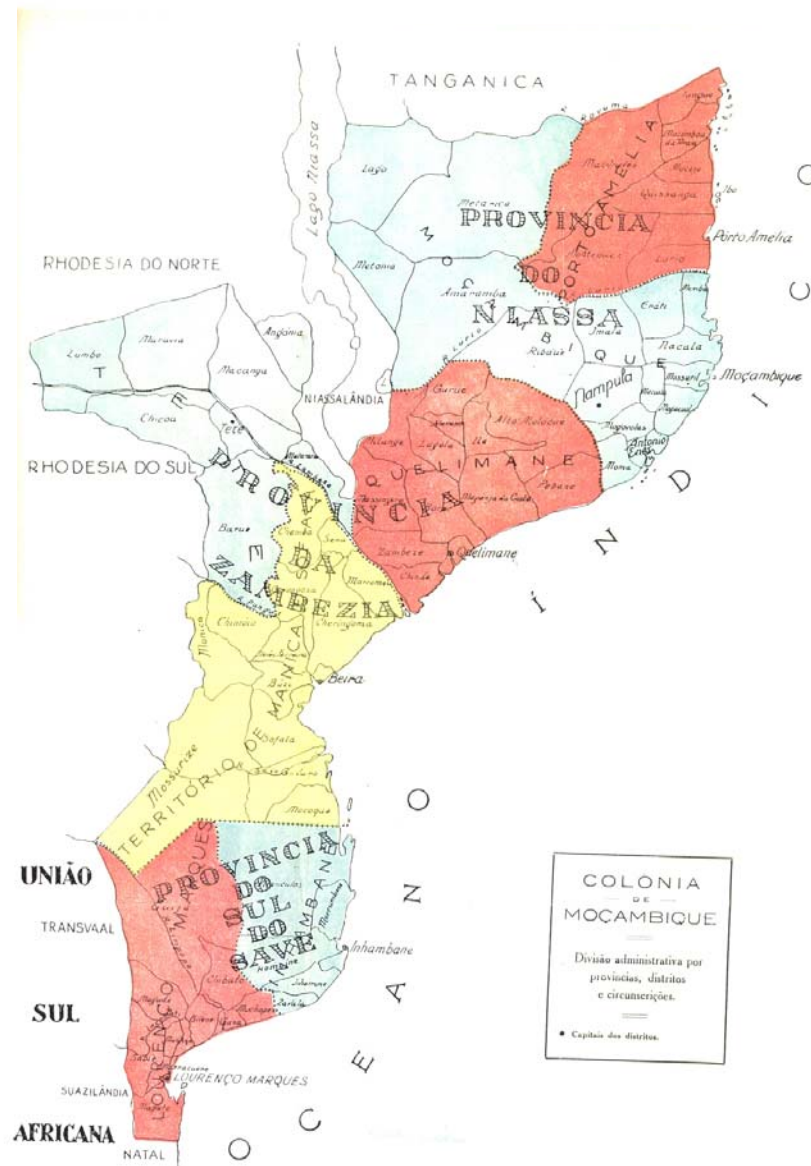


analisados os critérios dos cortes, de forma a medir as ondas de contestação e de conflito daí resultantes. Iremos verificar ainda até onde foi a censura à literatura, à música, ao cinema, à pintura e à escultura, na tentativa vã de isolar culturalmente os intelectuais e artistas moçambicanos de contactos com o exterior, silenciando os seus ideais de liberdade e de independência.

No Capítulo VI, intitulado “Resistência e clandestinidade” observaremos como reagiu a elite africana, composta por intelectuais, estudantes, funcionários e trabalhadores que, sob um forte aparelho repressivo colonial, não deixou de manifestar um protesto sempre crescente. Para os países vizinhos exilaram-se moçambicanos, como refugiados políticos, formando movimentos nacionalistas no exterior da Colónia, dos quais se destacou a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), a MANU (União Nacional Africana de Moçambique) e a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente).

A partir de 50, como vamos constatar, o Estado colonial exerceu uma forte repressão policial, proibindo reuniões e banindo organizações consideradas “*perigosas*” para a ordem pública. Qualquer manifestação nacionalista autónoma e na linha da independência, considerada como um crime gravíssimo contra a segurança do Estado, era severamente punida com a prisão, a tortura e a morte. Com o agravamento da situação no interior de Moçambique, os anos 60 irão ser decisivos para o desenvolvimento do movimento nacionalista na clandestinidade.

Finalmente, serão apresentadas as conclusões que a pesquisa permitiu alcançar, comprovando-se e modificando-se as hipóteses inicialmente sugeridas pelas amostras do universo estudado. Como uma espiral sem fim serão identificados novos problemas, novas pistas de investigação sobre o passado do projecto de construção da Nação em Moçambique.



**Gravura nº 1. Colónia de Moçambique: Divisão administrativa.**

Províncias, distritos e circunscrições. In *Anuário de Moçambique*, Lourenço Marques, Ed. A.W. Bayly, 1935.



### 1. Caracterização da Colónia do ponto de vista da geografia física

Localiza-se Moçambique, hoje República de Moçambique, na costa Sul-Oriental da África entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude Sul e entre os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude Este, cobrindo uma superfície de 799.380 quilómetros quadrados (isto é, 786.380 de terra firme mais 13.000 de águas interiores). Tem como limites, a Norte, a República Unida da Tanzânia, a Oeste, (de Norte para Sul), o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabué, a África do Sul (Província do Transval) e o Reino da Suazilândia. A Sul, faz fronteira com a África do Sul (Província do Natal) e a Leste, é banhada pelo Oceano Índico.

Observando a cartografia de Moçambique<sup>29</sup>, constata-se que nem sempre foi esta a configuração do território que se tornou independente em 1975. Colónia portuguesa, desde o século XVI, só na última década do século XIX, mais precisamente no ano de 1891, é que se delimita tal como é hoje, na sequência de um tratado assinado entre os Reinos de Portugal e da Grã-Bretanha<sup>30</sup>. Como aliás, sucedeu a outros Estados africanos, as suas fronteiras resultaram da partilha definida pelas potências europeias coloniais e da capacidade ou não das administrações coloniais ocuparem de facto e, explorarem o território<sup>31</sup>. Citando Lobato: “(...) *anteriormente ao liberalismo, não existia a unidade político-administrativa que se chama hoje Moçambique*”<sup>32</sup>. A Constituição de 1822, bem como a Carta Constitucional de 1826, referem como parte integrante da nação portuguesa, na

---

<sup>29</sup> In *Anuário de Lourenço Marques*. 1935, Lourenço Marques, Ed. A. W. Bayly, 1935.

<sup>30</sup> As modernas fronteiras de Moçambique foram determinadas pelo Tratado com a Grã-Bretanha, celebrado a 11 de Junho 1891. Ver MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Ed. Presença, 1998, p. 224-225; cf. ALEXANDRE, Valentim (coord.), *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000, pp. 19-20; ver CLARENCE-SMITH, G., *The third portuguese empire*, p. 85; ver SOUTO, A. N. de, ob. cit., pp. 183-189. Consultar no AHU a Missão Geográfica de Gago Coutinho.

<sup>31</sup> Referência à Conferência de Berlim (1884-1885). Ver ALEXANDRE, Valentim, *O Império Africano: 1825-1890*, vol. X, coord. Valentim Alexandre e Jill Dias, *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Estampa, 1998, pp. 119-120; cf. CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1990, pp. 85-87.

<sup>32</sup> Sobre o que era a Colónia de Moçambique no início do século XIX ver LOBATO, Alexandre, *Economia, Engenharia e História em Moçambique*, p. 14.

costa oriental de África, “*Moçambique, Rio Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane e as ilhas de Cabo Delgado*”, mencionando a Constituição de 1838, para além destas regiões, a “ Baía de Lourenço Marques ”<sup>33</sup>. Recordar-se que o termo “Moçambique” referido significava apenas a Ilha no distrito do mesmo nome, a primeira capital da Colónia até 1898, data em que foi substituída por Lourenço Marques, no sul do território.

No tocante à demarcação de limites, importa referir um tratado anterior, concluído em 29 de Julho de 1869, o “Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Limites Entre El-Rei de Portugal e dos Algarves e o Governo da República da África Meridional,” em que foi acordada a abertura de uma estrada entre o Transval e Lourenço Marques e, onde se vislumbrou pela primeira vez, “*a ideia da construção de um caminho de ferro*”<sup>34</sup>. As negociações da Alemanha com Portugal, nos finais da década de oitenta, deram origem a uma “declaração”, de 1886, pela qual a Alemanha reconheceu o Mapa Cor-de-Rosa, pretensão portuguesa, em troca da aceitação da presença alemã, a Norte de Moçambique, já que Berlim se estabeleceu perto de Zanzibar<sup>35</sup>.

A descrição das fronteiras pode ser lida detalhadamente nos Anuários de Moçambique<sup>36</sup>, baseada em elementos colhidos nos Arquivos oficiais, onde se encontram as actas das comissões internacionais de delimitação. Segundo a correcção indicada pela Junta das Missões Geográficas, Geológicas e Cadastrais, do Ministério das Colónias, era a seguinte a superfície aproximada, por distritos<sup>37</sup>:

Tendo sempre como medida de comparação, a então Metrópole, já Mouzinho de Albuquerque se referia à vastidão da terra, assim como da sua costa: “*A África Oriental Portuguesa (...) abrange uma superfície de 780.000 quilómetros quadrados, o que faz uma superfície nove vezes mais que a de Portugal, e uma extensão de costa quase tripla da do nosso país*”<sup>38</sup>. Era, em superfície, a segunda maior parcela do Império colonial, logo a seguir à de Angola, sendo sempre destacada a importância da sua orla marítima, pela sua posição geoestratégica no

---

<sup>33</sup> Cf. MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas*, pp. 24, 94 e 154.

<sup>34</sup> In “Memória Justificativa da Construção da Linha-férrea de Lourenço Marques - Pretória, pelo Major Joaquim Machado”. Ver LIMA, A. Pereira de, *História dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique*, p. 48.

<sup>35</sup> Referência à declaração assinada em Lisboa em 30 de Setembro de 1886.

<sup>36</sup> Ver RIBEIRO, Sousa, *op. cit.*, 1940, pp. 115-116.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 116.

<sup>38</sup> Ver ALBUQUERQUE, Mousinho de, *Moçambique. 1896-1898*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1934, p. 25.

Oceano Índico e no hinterland da África Austral, servindo territórios sem litoral, com os seus Portos, magníficas portas para o mar.

**Quadro nº 1. Superfície em km<sup>2</sup>**

<b>Colónia de Moçambique</b>	<b>Superfície (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Densidade populacional (hab/km<sup>2</sup>)</b>
Total	771.125	5,19
Distrito de Lourenço Marques	79.499	6,9
Distrito de Inhambane	53.003	5,8
Distrito de Quelimane	100.503	9
Distrito de Tete	125.732	2,9
Distrito de Moçambique	77.819	5,6
Distrito de Porto Amélia	200.161	5
Território de Manica e Sofala	134.408	2,5

Em traços gerais, o território pode ser caracterizado por três aspectos físicos bem definidos: 1. uma zona costeira, baixa e arenosa; 2. uma zona intermédia de savana; 3. uma zona de planalto interior, mais predominante no Norte. Apesar da sua forma alongada, da sua grande latitude, Moçambique tem um clima em todo o seu território, de tipo tropical, com duas épocas distintas, a saber: a época das chuvas (de Novembro a Março) sendo Janeiro e Fevereiro os meses mais quentes e húmidos e a época seca (de cinco a seis meses - estação mais fresca). Pode-se traçar, segundo Manuel de Araújo<sup>39</sup> uma divisão do clima em Moçambique: a) clima tropical chuvoso que existe no Norte e Centro, com excepção de algumas áreas do Niassa, Tete e Manica. Para sul do rio Save só se encontra numa estreita faixa do litoral; b) clima seco de estepe quase na totalidade de Gaza e Inhambane, em todo o Sul de Tete e em pequenas áreas do Norte de Manica; c) clima tropical de altitude com características temperadas que se encontram em pequenas áreas: terras altas do Niassa, Norte de Tete, terras altas de Manica e na Namaacha.

A pluviosidade varia da costa para o interior, começa por ser maior, na zona costeira para diminuir na savana e aumentar, de novo, nas áreas montanhosas, sobretudo do noroeste (montes Namúli e Milange, na Zambézia). Na grande maioria

<sup>39</sup> Ver ARAÚJO, Manuel, *Noções Elementares da Geografia de Moçambique*, pp. 23-24.

dos cursos de água, o regime depende muito das chuvas locais. Alguns deixam de correr na época seca, embora na das chuvas atinjam um grande caudal.

## 2. A conjuntura económico-social. Uma visão geral

Para compreender a história colonial de Moçambique, na sua globalidade, começámos por traçar em primeiro lugar a conjuntura económico-social, pois ela *“seria um método que permitiria revelar o máximo de correlações possíveis entre as séries aparentemente mais afastadas, integrar a realidade humana conhecida na unidade de tempo, (...) tratar tudo de frente, e (...) reconstituir assim o clima económico (...) não mais espacialmente mas temporalmente”*<sup>40</sup>, como afirmou Pierre Chaunu. Em seguida, ensaiámos *“traçar a estrutura no seu duplo sentido estático – a arquitectura racional de um dado conjunto –, mas ainda mais dinâmico – a estabilidade longa, permanência ou imutabilidade, desta arquitectura”*. O conjunto escolhido foi a textura económica por ser a que nos permitia uma observação objectiva e ampla da exploração dos recursos humanos e materiais e, nos possibilitava desmontar o modelo colonial, apercebendo-nos da sua lógica e ao mesmo tempo, das suas contradições mais profundas, que se projectavam no domínio do político, do social e do cultural. Mas essa conjuntura económico-social tem de ser historicamente contextualizada<sup>41</sup>.

Na primeira metade do século XIX, o tráfico de escravos dominou a economia de Moçambique. Estudos de Gervase Clarence-Smith, Gerhard Liesegang e de José Capela demonstraram a importância deste comércio.<sup>42</sup> Sobre o seu volume, sabe-se que 15% do total das exportações de escravos ia para as Américas. A maioria destinava-se às plantações na costa oriental africana, pois o Oceano Índico era, sobretudo procurado por plantadores franceses, nomeadamente das Ilhas de Reunião.

---

<sup>40</sup> Referência a AYMARD, Maurice, “Estrutura/Conjuntura”. In *A Nova História*, pp. 180-181.

<sup>41</sup> VAIL, Leroy, “The political economy of east-central Africa”, in BIRMINGHAM, David e MARTIN, P. M., (eds.), *History of Central Africa*, vol. 2, Londres, Longman, 1983, pp. 200-250.

<sup>42</sup> CAPELA, José, *O Escravismo Colonial em Moçambique*, Porto, Ed. Afrontamento, 1993; ver igualmente CAPELA, J. e MEDEIROS, Eduardo, *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902*, Maputo, UEM, 1987; cf. CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1990

Capela e Medeiros referem-se a três redes distintas em Moçambique, a seguir referidas: a Norte, controlada por Baneanos e agentes locais dos mercadores que vinham e viviam na América. Constituiu uma exceção Joaquim de Santa Anna Garcia de Miranda, o principal traficante indiano na década de 40 (1840), uma vez que era cristão e vivera algum tempo no Rio de Janeiro. No centro de Moçambique houve uma combinação entre funcionários locais e os senhores dos Prazos, que mais tarde foram para a Índia, Brasil e Portugal. Um traficante de peso foi o próprio Governador do distrito de Quelimane, Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne. No Sul, o tráfico foi dominado, sobretudo por mercadores portugueses. Como exemplos podemos apontar José Nunes da Silveira, nascido nos Açores, capitão de um navio com comércio no Oriente. Tinha 20 navios e negociava com a Índia, China, Ilhas do Atlântico e o Norte de África. Vicente Tomás dos Santos detinha o monopólio do comércio de Inhambane e de Lourenço Marques. Tomás Maria Bessone, em Lourenço Marques comerciava com a China, por volta de 1830.

Na cartografia relativa a Moçambique<sup>43</sup> foram identificados os principais locais de depósito e concentração de escravos, quase sempre associados às feiras onde este importante produto era negociado. De Norte para Sul, podemos ver a referência a Túngué, Quissanga, Ilhas do Ibo e Quirimba, Pemba, Mogincual, Angoche, Moma, Quelimane, Sena, Tete, Zumbo, Sofala, Inhambane e Maputo. Como se pode constatar, esta ocupação era essencialmente costeira, à exceção do território ao longo das margens do rio Zambeze, no interior, onde floresceu a sociedade crioula dos Prazos da Coroa.

A Colónia de Moçambique, tão distante da Metrópole, periférica, no quadro do Império Colonial Português, que peso económico terá tido no Século XX? Pela via da dominação colonial até que ponto Moçambique terá sido incorporado no sistema capitalista da economia-mundo? E, sendo assim, que papel terá tido Moçambique nesse mesmo sistema? Estudando a exploração dos recursos humanos e materiais seremos capazes de responder a estas questões pertinentes, traçando o quadro económico global que caracterizou o ciclo de relacionamento económico havido entre a Colónia e a Metrópole. Numa tentativa de periodizar tal ciclo, seguindo critérios de natureza política, económica e social, distinguiremos duas fases, separada a primeira da segunda pela charneira do epílogo da 2ª. Guerra Mundial (1945) – “*estabilidade*” e “*apogeu*”. Teríamos assim, na fracção de tempo que nos

---

<sup>43</sup> Ver HENRIQUES, Isabel Castro *et al.*, *Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negroiro.*, Lisboa, Comité Português de A Rota do Escravo, CEA/FLL, [2000], pp. 48-49.



propusemos estudar, (de trinta e seis anos), um período de 1926 a 1945 a que iremos chamar de estabilidade, e um outro de apogeu do colonialismo português de 1945 a 1962, a que se seguirá o fim do império colonial em 1974. Então, estabilidade, apogeu e fim, eis em síntese, o ciclo colonial português na sua colónia africana de Moçambique.

### **2.1. Primeiro Período (de 1926 a 1945). Fase de “estabilidade”<sup>44</sup>**

Nesta fase foi decisivo o incremento da produção agrícola, da exportação levada a cabo pelas grandes companhias concessionárias, que beneficiaram de condições favoráveis. Todavia, com a crise de 1929/32, as matérias-primas baixaram o seu valor no mercado mundial, como por exemplo o algodão, a borracha, o café, o sisal, a copra, o açúcar e os cereais<sup>45</sup>. Na economia de exportação foram incorporados agregados familiares de camponeses, atraídos inicialmente por trocas favoráveis, mas que serão os mais atingidos pela recessão mundial, agravando as condições de miséria dessas famílias, compelidas a cumprirem metas de produção em detrimento da sua própria subsistência. Segundo Carlos Fortuna, o final deste período foi bem conturbado: “Com a crise de 1929/32, a África assistiu ao reforço da sua periferização no conjunto da economia-mundo. A generalidade do continente, com fracos níveis de industrialização, era então um fornecedor de produtos primários cujos preços baixaram sensivelmente no mercado, por comparação com os produtos manufacturados”<sup>46</sup>.

No caso específico de Portugal, é curioso observar como acompanhou em parte o ciclo colonial africano. Ao traçar os contornos da estrutura económica, mais adiante, iremos observar como Portugal estabeleceu em Moçambique os alicerces do “*nacionalismo económico*”<sup>47</sup>, no modelo corporativo – colonial do Estado Novo,

---

<sup>44</sup> Utilizada a palavra estabilidade, no sentido político e institucional, relativo a administração do território. Ver FORTUNA, Carlos, *O Fio da Meada, o Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia - Mundo, (1860-1969)*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 32; cf. CLARENCE-SMITH, Gervase, *op. cit.*, p. 156; cf. NEWITT, M., *História de Moçambique*, Mem Martins, Publ. Europa-América, 1997, pp. 396-400.

<sup>45</sup> Em Moçambique, os preços de amendoim, milho, copra, açúcar e sisal diminuíram muito, mas o caju e o algodão mantiveram e chegaram a aumentar de preço.

<sup>46</sup> Ver FORTUNA, C., *op. cit.*, pp. 31-41.

<sup>47</sup> Ver “Acto Colonial”, “Carta Orgânica do Império Colonial Português” (1930) e a “Reforma Administrativa Ultramarina” (1933). Cf. NEWITT, M., *op. cit.*, p. 396.

visando integrar este território, no espaço imperial português “*do Minho a Timor*”. Um conjunto de medidas assegurou o projecto colonial do regime de Salazar, tais como: a centralização administrativa e política, a protecção de empresas nacionais e a redução de direitos de empresas estrangeiras, a criação da zona do escudo português e a intensificação de culturas para exportação, tendo como principais instrumentos da colonização – as culturas obrigatórias, o trabalho compelido, a expropriação de terras e o imposto “*de palhota*”. As consequências não se irão fazer esperar – a portuguesa da colónia, o fim das companhias majestáticas<sup>48</sup>, o “*comprar português*”, irá tornar a Metrópole no principal fornecedor e “*condicionar*” Moçambique aos interesses da burguesia metropolitana, como iremos analisar no decorrer da fase do apogeu do colonialismo português (de 1945 a 1962). O suporte legal que consubstanciará tais interesses sujeitará a colónia a um controlo apertado, dirigido de Lisboa por uma batuta autoritária<sup>49</sup> e proteccionista.

Neste período, sobretudo a partir da década de 40, deu-se um influxo considerável de colonos europeus, já que um grande número de camponeses portugueses foi fixado em determinadas regiões ou colonatos (exemplo do colonato do Limpopo, em Gaza), com o objectivo de recriar em Moçambique, a pequena propriedade rústica portuguesa<sup>50</sup>. Esses camponeses, para além da produção de bens alimentares destinados ao consumo familiar, ao mercado interno e externo, tinham por outro lado, o objectivo de estabelecer zonas – tampão, que deviam constituir uma barreira ao avanço de qualquer movimento nacionalista, que na altura emergia por toda a África e, dava na Colónia os seus primeiros passos. A concessão da terra não foi pacífica. Os camponeses africanos foram desalojados de uma grande parte das suas terras ancestrais e obrigados a produzir a mando das companhias os produtos agrícolas que lhes interessavam, em detrimento da própria subsistência familiar.

Por outro lado, a administração colonial, no território por si controlado, aplicava às populações o imposto de “*palhota*”, cobrado em moeda. O seu significado pode ser observado no impacto orçamental. O não pagamento levou muitas camponesas e camponeses para a prisão, para o trabalho forçado, ou chibalo e, os considerados

---

<sup>48</sup> Ver VAIL, Leroy, “Mozambique’s chartered companies: The rule of the feeble”, in *Journal of African History*, vol. 17, nº. 3, Londres, 1976, pp. 389-416.

<sup>49</sup> Ver “Bases Orgânicas” (1926), “Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas” (1929) e “Acto Colonial” (1930).

<sup>50</sup> Ver CASTELO, Cláudia, *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole, (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007, p. 374.

“rebeldes”, para o desterro noutras colónias, sendo o local mais temido, S. Tomé. No Sul de Moçambique, outra forma de exploração foi a exportação de mão-de-obra, para as minas sul-africanas, ganhando o estado colonial uma percentagem por cada trabalhador “exportado”<sup>51</sup>. Uma pista de investigação interessante de aprofundar será a de verificar-se a ligação do fenómeno de exportação massiva de força de trabalho com o da construção e posterior exploração das infra-estruturas ferro-portuárias. O que parece ser um facto comprovado, é que, Moçambique constituiu-se num corredor natural, numa porta para o mar, ficando marcada a fisionomia económica da Colónia, no sentido da sua integração e dependência em relação à região da África Austral e, particularmente em relação ao seu principal centro de acumulação capitalista, a África do Sul.



### **Gravura n° 3. O porto de Lourenço Marques.**

*In* RUFINO, José dos Santos, *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, vol. II, Hamburgo, Broschek & Co., 1929, p. 68.

---

<sup>51</sup> A partir de 1897, estava já regulamentada a exportação de mão-de-obra moçambicana, que andava à volta de 50.000 mineiros, fluxo que oscilou mais tarde entre os 80.000 e os 100.000 e, atingiu em 1910, os 180.000 mineiros. Para além das minas, os trabalhadores moçambicanos eram enviados para as grandes plantações, na África do Sul, no Zimbabué, no Malawi e na Tanzânia. Com a crise mundial, afectada que foi a economia sul-africana, o número de mineiros na África do Sul desceu de 96.657 em 1929 para 58.483 em 1932. Em 1934, o governo português renegociou a Convenção de 1928, de forma a garantir o emprego de um mínimo de 65.000 moçambicanos nas minas sul-africanas. Ver Portugal, Ministério das Colónias, *Convenção de Pretória, 1928*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929. A 17 de Novembro de 1934 houve uma “Revisão das clausulas da Convenção de 1928”, (sobre as mercadorias isentas de direitos nos dois países), segundo o *Anuário de Lourenço Marques, 1940*, p. 85.

## 2.2. Segundo Período (de 1945 a 1962). Fase de “*apogeu*”<sup>52</sup>

Após o termo da 2ª. Guerra Mundial, iremos observar em Moçambique uma fase de “*apogeu*” do colonialismo português, tendo em conta, a exploração económica, sobretudo nos sectores primário, secundário e terciário, que se desenvolveram consideravelmente, beneficiando o capital metropolitano aí investido. Esta poderá ser considerada uma “*ocupação colonial*”, não como a 1ª., de natureza militar, mas sim de natureza económica, pelos chamados “*planos de fomento*”, de investimento em infra-estruturas, de modernização da agricultura, do comércio e da indústria. Em Moçambique, como iremos ver, o sector terciário, o dos serviços, será importantíssimo na captação de divisas estrangeiras. Assim, importa considerar a exploração da mão-de-obra emigrante moçambicana pelo pagamento em ouro que o Estado recebia. Veja-se que, nos finais de 1955 trabalhavam nas minas da África do Sul oficialmente 173.433 trabalhadores moçambicanos e cerca de 178. 780 na Rodésia do Sul. Outros sectores de receitas serão o dos transportes, pelo aumento de capacidade dos Portos de Lourenço Marques e Beira e o do turismo, animado pelos colonos brancos da África do Sul e da Rodésia, em busca das delícias do Índico<sup>53</sup>. O Estado continuou com a sua política de fixação de colonos europeus que garantissem, como mão-de-obra especializada, os projectos em curso<sup>54</sup>. Aliás, como iremos ver no 2º. Capítulo, sobre: “A sociedade ao longo da colonização portuguesa (Século XX)”, os postos de chefia, de gestão e de controlo da produção estavam a cargo da burguesia metropolitana, os portugueses de 1ª. classe, como eram conhecidos.

Uma forte hierarquização social, baseada na segregação classista e na discriminação racial vai caracterizar a sociedade urbana, daí o crescer da

---

<sup>52</sup> Embora esta fase se tivesse prolongado até 1973, a baliza cronológica do presente trabalho foi de 1962, pelo que analisaremos até ao limite imposto. Ver HEDGES, David e ROCHA, Aurélio, “Moçambique Durante o Apogeu do Colonialismo Português”, in *Cadernos de História*, Boletim do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, n.º. 6, Nov. 1987, Maputo, pp. 29-30.

<sup>53</sup> No ambiente diurno, as atracções eram a praia, o futebol e as touradas. No ambiente nocturno de Lourenço Marques e Beira, o convívio com prostitutas era o mais procurado, fora das proibições segregacionistas, habituais nos seus países. Ver o registo fotográfico de Ricardo Rangel.

<sup>54</sup> Referência aos técnicos, nas obras públicas, nos caminhos-de-ferro, nos Portos e nas telecomunicações. Ver CASTELO, C., *op. cit.*, pp. 229-241 e p. 288.

intensidade dos conflitos e das tensões sociais<sup>55</sup>. Daí, igualmente o recrudesimento da repressão social. Em 1957 a P.I.D.E. era instalada em Moçambique. Existia um convívio separado, segundo a raça e a classe. Uma sociedade com cidadãos de primeira, de segunda e de terceira categoria, conforme o lugar de nascimento e, sempre, o estigma da cor da pele a dividir. No meio rural, a repressão colonial será assegurada pela própria autoridade tradicional. O que parece ser um facto, é que toda a organização tradicional, no rescaldo do colonialismo, foi abalada e destruída, tendo os seus chefes ancestrais sido substituídos por peões decorativos, os régulos ou “*chefes da terra*”, totalmente dependentes do xadrez político português.

Todavia, foi neste período que, face à opressão colonial e por influência dos “*ventos de mudança*” a nível africano e a nível mundial, se desenvolveu o movimento nacionalista moçambicano. Para essa consciência foi determinante o papel das associações africanas, do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique, fundado por Eduardo Mondlane e outros intelectuais moçambicanos, em 1949, bem como do movimento de artistas (literatura, pintura e escultura) que contribuíram para mostrar a opressão colonial.

No rescaldo da Guerra-fria, como tivessem aumentado as pressões internacionais ao colonialismo português (a partir da 2ª Guerra Mundial), o regime salazarista vai responder, filiando-se Portugal na N.A.T.O. (1949) e na ONU. (1955), tendo sido obrigado a levar a cabo “*ajustamentos*” no seu relacionamento com o Ultramar. Em 1951, Moçambique deixa de ser uma Colónia para ser denominada de “*Província Ultramarina*”. Medidas no âmbito do trabalho, da educação e da assistência social serão tomadas para “*impressionar*” os organismos internacionais. Mas, a repressão de toda e qualquer oposição, o discurso anti-comunista, o evitar a todo o custo o modelo liberal na economia, mantendo um proteccionismo neo-mercantil, o reforço da exploração colonial, mostram as contradições de um sistema já visto e já gasto, enfim, fora de horas.

Finalmente, o fim do império em 1974, como o epílogo anunciado do colonialismo português. Os economistas com base em dados estatísticos observam no início dos anos 70, indícios de crescimento económico<sup>56</sup>. Enquanto que as

---

<sup>55</sup> Onda de greves operárias em Lourenço Marques (1947-48 e 1956) no porto.

<sup>56</sup> Ver MOSCA, João, *Economia de Moçambique. Século XX*, Lisboa, Instituto Piaget, 2005, pp.65.73; Cf. CARDOSO, Fernando Jorge, *Gestão e Desenvolvimento Rural. Moçambique no contexto da África sub-sahariana*, Lisboa, Fim de Século Edições, 1993, pp. 108-130.

potências europeias se envolviam num processo de descolonização<sup>57</sup>, Portugal assumia na cena internacional um papel de “*orgulhosamente sô*”. Às críticas internacionais ao colonialismo português, o regime respondeu com um reforço desse mesmo modelo, ainda que “*ajustado*”, sem responder todavia à questão de fundo, a descolonização. Portugal aumenta a fixação de colonos, passando de cerca de 49 mil em 1950 para cerca de 90 mil em 1960. Os planos de fomento continuaram a apoiar essa fixação. Os salários agrícolas e industriais foram aumentados, melhorando igualmente as condições de assistência médica, a habitação e o transporte dos trabalhadores contratados.

As medidas cosméticas de “*ajustamento*” continuaram, tendo sido revogado o Estatuto do Indigenato e transformando os indígenas em cidadãos portugueses. A P.I.D.E. montou uma gigantesca máquina de “*psico-social*” (Serviço de Acção Psicológica), fazendo crer que o colonialismo não era tão mau como parecia. O massacre de Mueda (1960) e o início da guerra colonial (1964) encarregar-se-iam de mostrar o contrário.

### **3. A Textura Económica**

#### **3.1. A produção agrícola**

Para uma história da agricultura colonial importa observar como era a estrutura social da produção agrícola em Moçambique<sup>58</sup> e, compreender qual foi o resultado do impacto do modo de produção capitalista e a consequente integração do campesinato no mercado mundial. Nunca é de mais chamar a atenção para a “*dualidade*”<sup>59</sup> económica que esteve sempre presente desde a formação da economia colonial. Ocupada a Colónia, a exploração dos seus recursos humanos e materiais foi levada a cabo não só pelo capital português mas também por capitais ingleses, franceses, alemães e belgas, através das Companhias majestáticas<sup>60</sup>, que

---

<sup>57</sup> Veja-se que de 1950 a 1959, países africanos como a Líbia, o Sudão, Marrocos, a Tunísia, o Gana e a Guiné-Conakri conquistaram a sua independência e, em 1960, mais dezassete países independentes como o Benin, Burkina-Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Niger, Nigéria, República Centro-Africana, Senegal, Somália, Togo e Zaire.

<sup>58</sup> Ver WUYTS, M., *Camponeses e economia rural em Moçambique*, pp. 7-13.

<sup>59</sup> Ver LEITE, Joana Pereira, *op. cit.*, pp. 2-11.

<sup>60</sup> A solução encontrada pelo capital português, frágil e dependente, foi a concessão de territórios a companhias dirigidas por capitais ingleses, franceses, alemães e belgas. Recorde-se que, em 1888 foi fundada a Companhia de Moçambique, em 1891 a do

introduziram o sistema de produção extensivo, em grandes plantações de cana-de-açúcar, sisal, chá e algodão, destinados à exportação<sup>61</sup>.

No que diz respeito às exportações, há que considerar que Moçambique, devido à sua rede portuária e ferroviária, conheceu um certo desenvolvimento do comércio exterior gerado pela economia de trânsito. Os lucros do comércio de trânsito, as receitas do trabalho indígena nas minas do Rand e a colecta dos impostos serviam de contra peso à falta de equilíbrio da balança comercial moçambicana. Portanto, se o Centro e o Norte do território foram concedidos a Companhias, onde se estruturou a economia de plantação e se deu origem ao sector exportador, o Sul constituiu uma reserva de mão-de-obra, dando origem a uma economia de trânsito, de emigração e do circuito ouro, entre a União Sul Africana e a Colónia de Moçambique.

Sistematizando os elementos que compuseram a estrutura social da produção agrícola de Moçambique, teríamos em primeiro lugar as plantações concentradas, sobretudo no vale do Zambeze, que eram exploradas por grandes empresas de capital estrangeiro que praticavam a monocultura de produtos destinados à exportação, principalmente o açúcar, o chá, a copra e o sisal. Exploravam o trabalho do campesinato, residente ou sazonal, em regime de chibalo<sup>62</sup> e de assalariado, mais tarde. Em segundo lugar os latifúndios, as grandes “*machambas*”, a que se seguiam as médias e pequenas empresas, propriedades de colonos europeus, destinadas mais ao mercado interno, ao abastecimento dos centros urbanos de produtos, tais como carne, leite, ovos, batata e fruta. Exploravam famílias de camponeses que, no primeiro caso, viviam nas suas terras, pagando uma renda em géneros e com o seu próprio trabalho, recorrendo com frequência ao chibalo. Uma grande parte localizava-se na região Sul da Colónia, nomeadamente nos distritos ao Sul do Save e em volta da cidade de Lourenço Marques. No campo, uma rede de pequenos e médios comerciantes, na sua maioria asiáticos da Índia portuguesa e inglesa, asseguravam, sobretudo o escoamento da “*produção indígena*”, em troca de produtos de consumo primário, nas cantinas exploradas pela burguesia e pequena

---

Niasssa e, em 1892 a Companhia da Zambézia, que só cessaram os seus privilégios em 1930. Estas companhias ocuparam dois terços de todo o território e, procederam à exploração directa dos recursos humanos e materiais neles existentes. Ver NEWITT, *op. cit.*, pp. 400-401.

<sup>61</sup> Para tal, os camponeses foram obrigados a produzir esses mesmos produtos que interessavam às Companhias, pondo em risco o equilíbrio da alimentação familiar, da terra em si e do ambiente.

<sup>62</sup> O “chibalo” ou o trabalho forçado foi lentamente abolido a partir dos anos 50 e, extinto legalmente pela reforma administrativa de 1961, como resultado de pressões internacionais.

burguesia comercial. Finalmente, na base da pirâmide estava a maioria da população, integrada no campesinato<sup>63</sup>, explorado como mão-de-obra barata e em reserva, que produziu a maior parte do algodão, caju e oleaginosas, e abasteceu o mercado interno de milho, mapira, amendoim, etc. A produção agrícola da Colónia durante o Estado Novo pode ser sistematizada da seguinte forma<sup>64</sup>:

1. Produtos espontâneos, tais como a cera de abelhas, castanha de caju, rícino, calumba, café, juta, mafurra, casca de mangal, madeira e vários outros produtos explorados em pequena escala, como a trepadeira landolphia, produtora de borracha, marfim, conchas marinhas, nozes de corozo ou marfim vegetal das palmeiras de corozo e, a trepadeira telfaria pedata, cujas sementes têm alto teor em óleo;

2. Produtos de cultura indígena, podendo estes serem subdivididos em:

2. 1. de venda livre, tais como a banana, feijão, copra, amendoim, milho, mandioca, mexoeira, mapira, batata, batata-doce, gergelim (sésamo), tabaco e gado;

2. 2. de venda através de monopolistas, tal como o algodão e arroz;

3. Produtos de cultura europeia, como a aleurite (planta de óleo de tungue), banana, gado, citrinos, copra, algodão, juta, sumaúma, milho, batata, arroz, sisal, chá, açúcar, tabaco, hortaliças e trigo.

---

<sup>63</sup> Categoria decomposta em diferentes camadas. Aqui referimo-nos à maioria, constituída por camponeses pobres. Ver NEGRÃO, José, *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*, Maputo, Promédia, 2001, pp. 267-268.

<sup>64</sup> Para tal, os camponeses foram obrigados a produzir obrigatoriamente esses mesmos produtos, que interessavam às Companhias, pondo em risco, o equilíbrio da alimentação familiar, da terra em si e do ambiente.

<sup>64</sup> Ver SPENCE, C. F., *op. cit.*, pp. 53-84.



### 3.1.1. A produção agrícola até 1930

Importa referirmo-nos a alguns dados disponíveis, que atestam o desenvolvimento agrícola do território. Observemos o quadro que se segue, da média anual da exportação em toneladas<sup>65</sup>:

**Quadro nº 2. Exportação Média anual em toneladas**

<b>Produtos</b>	<b>Período de 1921-25</b>
Amendoim	14.854
Copra	13.283
Mafurra	4.222
Sésamo	3.043
Açúcar	46.152
Milho	30.930
Sisal	3.498
Algodão	981

Estes são dados da estatística aduaneira que comprovam um crescimento da exportação de produtos agrícolas, excepto a baixa que se verificou na exportação de milho, nos anos de 1926 e 1927, desfavoráveis a esta cultura. Vejamos então, com mais detalhe, o quadro nº. 3, da exportação anual em toneladas, nos anos de 1929 e 1930.

---

<sup>65</sup> Ver VIEIRA, C. A. de Melo, "L' Agriculture". In *Moçambique*, Exposition Coloniale Internationale, 1931, pp.18 e 19.

**Quadro nº 3. Exportação anual em toneladas**

<b>Produtos</b>	<b>Ano de 1929</b>
Amendoim	23.959
Óleo de amendoim	575
Copra	20.189
Óleo de copra	142
Mafurra	5.418
Óleo de mafurra	81
Gergelim (sésamo)	2.561
Óleo de sésamo	35
Rícino	344
Óleo de rícino	144
Napupa	110
Noz de caju	4.866
Milho	28.875
Milho de grãos pequenos e mexoeira	365
Algodão	1.560
Calumba e resina	145
Tabaco em bruto e folhas	15
Açúcar	87.001
Sisal	5.873
Citrinos	719

Se se comparar a exportação de alguns produtos do campo nestes anos de 1929 e 1930, verifica-se que, em geral, houve um aumento. Este aumento pode ser relacionado com a diminuição que se observava todos os anos na importação de alguns produtos de origem vegetal destinados ao consumo.

Passemos, então, da produção extensiva para a pequena produção familiar, de subsistência praticada pelos “*indígenas*”, nas suas pequenas “*machambas*”. Na divisão do trabalho entre o homem e a mulher, cabe a esta a agricultura, ficando o

homem com o desbravar do campo, o corte das árvores do terreno a cultivar. Até ao Sul do Save, os únicos homens que trabalhavam no cultivo das terras eram os Bashopes (Inhambane) e os Senas (Manica), que se ocupavam da cultura do tabaco.

Em maus anos agrícolas, em períodos de calamidades, o espectro da fome surgia, debilitando à sua passagem tudo e todos, como constava dos relatórios das autoridades administrativas, que se queixavam das fugas aos impostos, por extrema penúria dos camponeses. A integração da produção familiar na economia de exportação, de algodão, por exemplo, agravou as condições de miséria das famílias camponesas, compelidas a cumprirem metas de produção, em detrimento da sua própria subsistência.

Portanto, a evolução das exportações, após a 1ª. República está intimamente ligada à crescente importância da economia de plantação, sobretudo do açúcar, produzido pelas grandes Companhias na Zambézia e das oleaginosas (amendoim, copra, sésamo, mafurra e rícino). Entre os produtos de maior significado na exportação, por ordem de valores, destacavam-se: o açúcar, o algodão, a castanha de caju, a copra, o sisal e o tabaco. Fazendo a distribuição do valor das exportações dos produtos originários da Colónia por cada um dos distritos encontrámos montantes que mostram a importância económica dos distritos do Centro – Quelimane (Zambézia), Moçambique (Nampula), Manica e Sofala.

### **3.1.2. A produção agrícola no Estado Novo**

Dois grandes acontecimentos vão marcar decisivamente este período. São eles a crise mundial (1929-33), no fim dos anos 20 e a 2ª. Guerra Mundial (1941-45) que irão influenciar a dinâmica económica. Este período corresponde à estruturação do projecto colonial do Estado Novo, pelo que poderemos observar em Moçambique o impacto do regime colonial sobre as estruturas produtivas africanas. Podemos ainda distinguir nos primeiros anos da década de 30 (1930-1937)<sup>66</sup>, um período de transição para um “*neo-mercantilismo económico*” português que se seguirá nos anos de 38 a 44 para atingir o seu apogeu em 1945. Através dos quadros resumo que a seguir se apresenta, pode-se observar dois tipos de agricultura – a dita “*organizada*” europeia, proveniente da economia de plantação e a produção “*tradicional*” indígena, que chega ao mercado colonial. Nestes dois sectores há

---

<sup>66</sup> Ver LEITE, J. P., *op. cit.*, p. 836.

especializações, como se pode constatar no caso do algodão, produzido pela agricultura “*tradicional*”, enquanto que o açúcar foi produzido no quadro das plantações da agricultura dita “*organizada*”, como se pode constatar nos quadros seguintes.

**Quadro nº 4. Agricultura “Indígena” – Produção comercializada.**

<b>Produtos principais</b>	<b>1930</b>	<b>1931</b>	<b>1933</b>
Oleaginosas	56.069	53.004	44.737
Cereais	14.304	23.597	22.443
Milho	30.189	17.016	21.503
Algodão caroço	91	0,3	1.979

Fonte: *Anuário Estatístico*, 1937.

**Quadro nº 5. Agricultura de plantação – Produção europeia (em toneladas)**

<b>Produtos principais</b>	<b>1927/8</b>	<b>1928/9</b>	<b>1929/30</b>	<b>1934/35</b>	<b>1936/37</b>
Açúcar	43.988	59.560	81.359	83.985	75.168
Oleaginosas	12.823	13.873	22.789	20.535	43.689
Cereais	34.367	29.414	35.470	27.034	20.777
Fibras vegetais	7.940	9.381	11.812	17.413	22.833
Chá	69	70	88	201	443
Tabaco	990	470	275	189	42
Café	98	77	36	14	29

Fonte: *Anuário Estatístico*, 1934, 1937 – Cardoso, J. (1940), pp. 112 – 113.

Como consequência da crise mundial houve uma redução da procura de matérias-primas, cujos preços baixaram. Como podemos verificar no quadro seguinte quais os principais produtos exportados e como sofreram os efeitos da crise. Em Moçambique, caíram os preços do amendoim, do milho, da copra, do açúcar e do sisal tendo todavia sido mantidos e mesmo aumentados os preços do caju e do algodão.

**Quadro nº 6. Principais Exportações de Moçambique 1928-1938<sup>67</sup>**

<b>Ano</b>	<b>Açúcar</b>	<b>Amendoim</b>	<b>Milho</b>	<b>Copra</b>	<b>Sisal</b>	<b>Algodão</b>	<b>Caju</b>	<b>Chá</b>
1928	70	35	34	19	5	0,18	4	54

<sup>67</sup> Ver AAVV, *História de Moçambique*, vol 3, pp. 38-39.

1929	86	23	29	20	6	0,25	4,9	55
1930	70	25	35	22	10	0,19	6,5	53
1931	69	26	12	22	12	0,15	10	106
1932	64	33	13	24	13	1,1	9	51
1933	83	13	8	30	15	1,5	11	86
1934	72	25	11	33	18	1,9	13	122
1935	74	30	9	34	20	1,8	26	148
1936	63	37	20	34	19	4,8	28	316
1937	73	26	2	35	21	8,4	40	396

\* Em milhares de toneladas

Fonte: *Estatística de Comércio e Navegação* (1928-1935); *Anuário da Companhia de Moçambique* (1928-1935).

Vejamos, com mais detalhe, o caso do algodão, por ser o produto exemplar no quadro do Pacto Colonial pela complementaridade Metrópole-Colónias na lógica imperial. Debrucemo-nos então, sobre a cultura obrigatória do algodão. Porque é que Quintanilha se refere nas suas obras ao “*problema algodoeiro*” português? Citando as palavras do mestre<sup>68</sup>: “*Até fins do primeiro quartel deste século, Portugal, com as suas vastas províncias ultramarinas, em regiões privilegiadas para a cultura do algodão, importava do estrangeiro 95 por cento da rama necessária para o abastecimento da sua indústria têxtil. Tal importação representava uma sangria anual de divisas da ordem de grandeza dos 150.000 contos e contribuía poderosamente para o desequilíbrio da nossa balança comercial*”.

Assim, para assegurar o abastecimento de algodão à sua indústria têxtil, Portugal organizou todo o circuito do algodão, desde o abastecimento de sementes, à comercialização agrária e aos serviços de extensão rural. “*De 1928 a 1931*”, continuando a citar Quintanilha<sup>69</sup>, “*o consumo anual médio da metrópole é de 17.200 toneladas de rama. Angola e Moçambique contribuem com 772 toneladas por ano, cerca de 4,5 %. De 1932 a 1937 o consumo anual sobe para 24.000*

<sup>68</sup> Referência a QUINTANILHA, A., *O Problema Algodoeiro Português*, Lourenço Marques, Junta de Exportação do Algodão, Imprensa Nacional de Moçambique, 1954, p. 3; *idem*, “O problema algodoeiro português e a actividade do C. I. C. A.”. In *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, 1966, p. 142. Cf. NEWITT, *op. cit.*, pp. 397-398.

<sup>69</sup> *Idem*, p. 145.

*toneladas, mas a contribuição ultramarina vai crescendo progressivamente até atingir em 1937 as 11.300 toneladas de rama, ou sejam 36,5% do consumo nacional desse ano”.*

Segundo Quintanilha, o grande salto aconteceu nos anos quarenta pelas seguintes razões: *“Até 1943 os acréscimos na produção conseguiram-se sobretudo graças a uma extensificação cada vez maior das áreas cultivadas. De 1937 em diante, isto é, quando se começam a fazer sentir os resultados dos trabalhos técnicos da Junta (Junta de Exportação de Algodão), as áreas são consideravelmente reduzidas e as produções continuam a aumentar em ritmo acelerado. Em 1943, em uma área de 344.000 hectares, Moçambique produziu 61.000 toneladas de algodão caroço. Em 1953, em uma área de 275.000 hectares, a produção subiu a mais de 125.000 toneladas”*<sup>70</sup>.

Em resultado da cultura obrigatória do algodão, esgotaram-se os solos disponíveis, o que levou o regime colonial a estabelecer uma política de *“concentrações algodoeriras”*, isto é a selecção de determinadas localidades onde foram colocados grupos de produtores de algodão, com um espaço suficiente para a rotação de culturas. Graças ao esforço dos camponeses africanos, a produção aumentou conforme se pode observar no quadro seguinte<sup>71</sup>:

**Quadro nº 7. Produção de algodão, 1945-1960, média anual.**

<b>Período</b>	<b>Algodão caroço (toneladas)</b>
1945-1948	64.300
1949-1952	81.838
1953-1956	95.007
1957-1960	118.590

O algodão continuou a ser a principal exportação da colónia, como se pode observar no quadro que se segue<sup>72</sup>:

**Quadro nº 8. Exportações de Moçambique, 1945-1960 (%)**

---

<sup>70</sup> *Idem*, pp. 7-9.

<sup>71</sup> Ver BRAVO, N. S., *A cultura algodoeira no Norte de Moçambique*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1963, pp. 81, 83, 192-193.

<sup>72</sup> *Estatísticas de Comércio e de Navegação (1945-1961); Anuário Estatístico (1945-1961).*

<b>Produto</b>	<b>Período 1945 - 1948</b>	<b>Período 1957 - 1960</b>
Algodão	35	35
Açúcar	15	20
Caju	8	14
Copra	21	12
Sisal	14	9,5

Um dos aspectos mais marcantes desta produção foi, sem dúvida a violência que sempre a acompanhou. A repressão teve contornos de horror e de tortura inimagináveis, como relatou Albino Maheche<sup>73</sup>, enfermeiro do hospital de Nampula sobre o quotidiano nos finais dos anos 50:

*“Na altura, era hábito vermos nos hospitais de Nampula, homens e mulheres com nádegas escavadas, com feridas, ou seja, úlceras, porque esse administrador<sup>74</sup> usava um chicote, preparado com restos de pneus velhos e um cabo especial, que servia para torturar as pessoas que fugiam ao cultivo do algodão e do arroz. Batia tanto nas nádegas que ficavam lesadas com feridas, ou úlceras, quando estivessem num estado mais avançado.*

*Na cidade de Nampula era hábito ver pessoas acorrentadas, vestidas apenas de camisola interior, tanga ou meconta. Em plena cidade, os presos andavam quase nus. Conseguíamos vê-los assim quando regressavam aos calabouços vindos do trabalho forçado.*

*Aquilo era espectáculo nas ruas de Nampula, na época, para as pessoas que não se tinham habituado a ver coisa igual. As pessoas admiravam-se porque passavam acorrentadas em filas de 20/30 pessoas, na ida e regresso da machamba para os calabouços. Alguns destes indivíduos faziam parte daqueles que eram apanhados a fugir ao cultivo do algodão e arroz”.*

Em jeito de síntese, podemos apontar que o sistema da cultura forçada do algodão teve como principais consequências: 1. Se por um lado, exigiu muito labor, manteve-se nas mãos de um capital ganancioso, que mal retribuiu esse trabalho.

<sup>73</sup> Entrevista conduzida por Gerhard Liesegang. In AHM, Maputo, 04.10.1981.

<sup>74</sup> Referência ao Administrador de Murrupula. In *História de Moçambique*, vol. 3, p. 150. Cf. VAIL, Leroy e WHITE, Landeg, *Capitalism and Colonialism in Mozambique. A study of Quelimane district*, Londres, Heinemann, 1980.

Quem produzia o algodão andava nu<sup>75</sup>; 2. O campesinato moçambicano resistiu mesmo que acorrentado pelo chibalo, tentando a fuga para os territórios vizinhos, queimando as sementes ou sublevando-se<sup>76</sup>; 3. A produção familiar de culturas alimentares decaiu, provocando a subnutrição e a fome<sup>77</sup>, com as suas consequências trágicas para a população, com uma baixa taxa de natalidade e uma elevada taxa de mortalidade infantil, daí o enfraquecimento da capacidade da população em se reproduzir; 4. Após a 2ª. Guerra Mundial, a condenação a nível internacional do trabalho forçado; 5. O relacionamento de Moçambique com a Metrópole, na cultura forçada pode ser explicado pela lógica colonial de criar uma auto-suficiência de algodão, um controle do preço e permitir ainda uma reexportação; 6. Finalmente, o sistema de cultura forçada e a garantia do mercado metropolitano, constituíram um incentivo à indústria com o aparecimento de mais fábricas de descaroçamento do algodão e armazenagem, nas concessões algodoeiras, como iremos constatar mais adiante, ao analisarmos a dinâmica industrial em Moçambique.

### 3. 2. A industrialização

Ao estudar a legislação colonial que regula a actividade industrial, apercebemo-nos de que, nos primeiros decretos dos finais do século XIX, já era colocada a questão de que a indústria nas colónias não podia ser competitiva em relação à da Metrópole, mas sim complementar. Assim se pronunciou Mouzinho de Albuquerque, antecipando-se à política que, mais tarde seria seguida pelo Estado Novo. O último governador antes da queda da monarquia, Freire de Andrade, teve uma política diferente de estabelecimento de algumas indústrias na Colónia, o que teve seguimento durante a 1ª. República, procurando desenvolver a sua base produtiva, numa perspectiva descentralizadora, mas seguindo o modelo metropolitano. Citando Joana Pereira Leite: “*A história da industrialização em*

---

<sup>75</sup> Ver VAIL, Leroy e WHITE, Landeg, “Tawany Machambeiro!: Forced cotton and rice growing on the Zambezi”, in *Journal of African History*, vol. 19, nº. 2, Londres, Longman, 1983, pp. 239-263.

<sup>76</sup> Exemplo da revolta Muta-hanu no Mossuril, (Nampula), em 1939. Ver ainda o trabalho da Brigada de História do Curso de Letras, Actividades de Julho de 1979, da Universidade Eduardo Mondlane, (A. Isaacman, A. Pililão, E. Macamo, M. J. Homem, M. Stephen e Y. Adam), “A resistência popular à cultura forçada de algodão em Moçambique, 1930-1961”, Maputo, 1979.

<sup>77</sup> Ver ALMEIDA, E. F. de, Governador do Distrito de Moçambique, *Relatório*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957, vol. I, p. 65; cf. SANTOS, A. Lopes dos, *Relatório do Governador do Distrito de Moçambique*, 1959, p. 33.



*Moçambique é inseparável do processo que, no contexto da colonização portuguesa do século XX, conduziu à formação e reprodução da economia de exportação naquele território este-africano. Nesse sentido, a dinâmica industrial seria responsável pela transformação tanto dos produtos do pacto colonial (algodão e açúcar) como daqueles que se destinavam ao mercado internacional (chá, sisal, amêndoa de caju, óleos e bagaços vegetais). Por outro lado, e respondendo à lógica de constituição e alargamento do mercado interno, instalavam-se unidades de transformação orientadas para a satisfação do consumo da colónia”<sup>78</sup>.*

Vejamos a evolução da produção industrial nas duas vertentes mencionadas: a exportação e o abastecimento do mercado interno.

### **3. 2. 1. Descaroçamento do algodão e indústria têxtil**

As descaroçadoras<sup>79</sup> eram pertença de concessionários algodoeiros que as dirigiam. Todavia, existia em Lourenço Marques uma fábrica de descaroçamento de algodão, estabelecida em 1920 e destruída por um incêndio em 1950, que tratava a produção das companhias algodoeiras instaladas no Sul da Colónia. Em 1926, o comandante João Belo, Ministro das Colónias, decretou o regime das concessões. O decreto de 1926 estipulou que os concessionários tinham o direito exclusivo da compra do algodão aos indígenas, a preços fixados pelo governo, dentro da área da sua concessão, a troco de determinadas obrigações. Em 1932 é publicado o decreto da fixação de preços mínimos para a fibra produzida nas colónias, e transportada para a metrópole, em barcos portugueses.

Um conjunto de medidas legislativas iria assegurar o abastecimento da indústria têxtil metropolitana, tais como: a imposição de um adicional de 20% sobre o algodão estrangeiro importado na Metrópole e de 15% sobre o importado pelas

---

<sup>78</sup> Ver LEITE, J. P., "Colonialismo e Industrialização em Moçambique". In *Ler História*, 24, p. 53.

<sup>79</sup> Ver AHM, Fundo do Governo-Geral, Processo A/7- "Elementos para o relatório de Sua Excelência o Governador-Geral fornecidos pela Comissão Reguladora da Importação da Província de Moçambique", "Relatório", 1953, cx. 348; cf. LEITE, J. P., "La formation de l'economie coloniale au Moçambique...", 1989, IVª. parte, pp. 406-430.

colónias; a criação do Fundo do Fomento Algodoeiro Colonial e dos prémios de exportação e de produção; a criação pelo decreto nº 28: 697, de 25/05/939, da Junta de Exportação do Algodão e decretos posteriores, que regulavam o manifesto de algodão e estabeleciam as cláusulas do seu comércio; a criação do Centro de Investigação Científica Algodoeira.

Podemos distinguir três fases na cultura e industrialização do algodão. A primeira em que, tanto no Sul do Save, em Manica e Sofala, Nampula e na Zambézia se empregaram grandes capitais iniciando-se as plantações e as primeiras fábricas de descaroçamento; a segunda, a partir dos anos quarenta em que debeladas as pragas e protegida e orientada a cultura, recuperaram-se os capitais investidos e finalmente, nos anos cinquenta, entrou-se na terceira fase, a da industrialização do algodão em rama, com o estabelecimento de fábricas, como a de tecidos de algodão em Vila Pery (Chimoio/ Manica) e em Lourenço Marques de vestuário, em 1952, produzindo roupa interior e fatos para os “indígenas”. Iniciou-se também a laboração em 1950, da indústria de tinturaria e estamparia.

### 3. 2. 2. Açúcar

A indústria do açúcar<sup>80</sup> é a continuação natural da cultura da cana sacarina, desenvolvida por três grandes companhias, cujas fábricas se situam perto das zonas produtivas, nomeadamente a Incomati Sugar Estates (Manhiça/Maputo), a Companhia Colonial do Buzi (Buzi/Sofala) e a Sena Sugar States (Marromeu/Sofala). O produto principal – o açúcar – não era refinado, porque a maior parte da produção seguia para tratamento final em Portugal. O açúcar amarelo destinava-se ao mercado rodesiano e o branco, não refinado, a Portugal e a outros mercados. Por isso, no contexto imperial, a produção de açúcar em Moçambique, detinha quotas bem elevadas.

Uma pequena parte do melaço produzido era fornecida pela Incomati Sugar Estates à fábrica de fermentos de Lourenço Marques. Por outro lado, a Companhia Colonial do Buzi, produzia uma pequena quantidade de álcool. Devido a problemas de transportes, só uma parte muito reduzida do melaço era aproveitada na adubação das terras, pelo que a maior parte era deitada aos rios, com se fosse lixo. A produção

---

<sup>80</sup> *Idem*, pp. 581-586. Veja-se os quadros da p. 823; ver Sena Sugar Estates, “Moçambique e o problema açucareiro”, 1946, pp. 78-81; cf. CLARENCE-SMITH, G., *O Terceiro Império Português*, op. cit., pp. 106-108.

de açúcar foi acompanhada no arranque do Estado Novo por outras unidades agro-industriais, tais como as relativas ao sisal e ao algodão.

### 3. 2. 3. Óleos<sup>81</sup>

Nesta Colónia, como produtora e exportadora de oleaginosas, a indústria de extracção de óleos era considerada como uma das mais importantes. Em 1928, existia apenas uma fábrica de óleos instalada em Lourenço Marques. A sua capacidade de produção era de 1920 toneladas.

Os óleos eram extraídos da copra, do rícino, das sementes do algodão, do sésamo, da mafurra, do girassol e do amendoim. A produção total do óleo de todas as fábricas em 1929 foi por volta das 2.750 toneladas, das quais somente 12% foram consumidas na Colónia. Em 1932, instalaram-se mais três unidades, produzindo óleos para exportação ou para sabões. As quantidades de óleos produzidos foram as seguintes.

**Quadro nº 9. Produção total de óleos<sup>82</sup>**

Ano	Produção (toneladas)		Ano	Produção (toneladas)
1926	281		1939	nd
1927	357		1940	3.620
1928	517		1941	4.721
1929	1.005		1942	8.905
1930	2.344		1943	8.697
1931	1.829		1944	6.400
1932	2.197		1945	8.384

<sup>81</sup> Veja-se a referência à produção de óleos. In *Anuário Estatístico*, Estatística de Comércio e Navegação; cf. CARDOSO, J., *op. cit.*, pp. 117 e 119; cf. FREITAS, A. J. de, "L'Industrie". In *Moçambique, Exposition Coloniale Internationale*, 1931, pp. 15 e 16; ver LEITE, J. P., *op. cit.*, pp. 432-444; cf. NEWITT, M., *op. cit.*, pp. 406-407.

<sup>82</sup> Ver *Relatório* citado in AHM, Fundo do Governo-Geral, cx. 348.

1933	2.129		1946	13.000
1934	2.289		1947	14.366
1935	1.018		1948	nd
1936	444		1949	10.278
1937	411		1950	8.049
1938	609		1951	6.579

Existiam nessa altura (1951), quatro dessas fábricas em Lourenço Marques, uma na Beira e outra no Monapo, perto do Lumbo, todas equipadas com refinaria. Havia ainda pequenas fábricas para satisfazerem as necessidades locais e alimentarem o fabrico de sabões. A exportação de óleos vegetais aumentou durante a guerra, e também a sua produção para consumo interno, devido à redução das importações de azeite e ao crescimento da indústria saboeira. Em 1948, as exportações de óleos vegetais totalizavam mais de 74 milhões de escudos. Em 1949, foi criado o Grémio dos Industriais de Óleos, de que faziam parte os proprietários das fábricas de óleos existentes.

A industrialização de Moçambique foi apressada pela 2ª. Guerra Mundial, devido às dificuldades de importação e à acção do governo colonial, através dos seus mecanismos de controlo da importação e da protecção aduaneira. Iniciou-se, a partir dos anos 50, uma política económica alinhada em “*planos de fomento*”. É uma nova fase com a atracção de capitais, tanto estrangeiros como metropolitanos e coloniais; as pesquisas de petróleo em curso nessa época, o interesse crescente pelas riquezas minerais e a construção de obras hidráulicas marcaram os contornos de uma economia em tempo de modernização da exploração dos recursos de Moçambique.

### 3. 3. Os “Planos de Fomento”

O plano de fomento para o quinquénio de 1953-1958, orientava os investimentos para os sectores considerados chaves da economia, com a finalidade de estimular o desenvolvimento económico, construindo segundo o salazarismo no “*espaço português uma economia nacional*”. Vejamos no quadro que se segue<sup>83</sup> quais foram as prioridades de investimento estabelecidas pelo regime para

<sup>83</sup> Ver LEITE, J. P., *op. cit.*, p. 265. Cf. NEWITT, *op. cit.*, pp.402-403.

Moçambique. Em primeiro lugar, temos para as obras no âmbito dos transportes e vias de comunicação, cerca de 45,5%, enquanto que para o aproveitamento de recursos agrícolas e povoamento 29,1% do total do valor aplicado. Não tiveram em atenção o sector africano da economia familiar. Não há quaisquer verbas atribuídas aos sectores sociais, tais como o ensino e a saúde pública, nem sequer para a investigação científica.

**Quadro nº 10. 1º. Plano de Fomento (1953-1958).**

<b>Moçambique</b>	<b>1ª. Fase</b>	<b>2ª. fase</b>	<b>Total</b>	<b>Obs.</b>
A. Aproveitamento de recursos e povoamento	1001	254	1255	
1. Agricultura/povoamento e pecuária	429	254	683	29,10%
2. Urbanização	-	-	-	
3. Energia	540	-	540	23,00%
4. Minerais	32	-	32	
B. Transportes e vias de comunicação	737	350	1067	45,50%
1. Caminhos-de-ferro	622	350	972	
2. Portos e Transportes marítimos	50	-	50	
3. Estradas e pontes	-	-	-	
4. Aeroportos	45		45	
C. Constituição do Banco de Fomento do Ultramar	20	-	20	
<b>TOTAL:</b>	<b>1738</b>	<b>604</b>	<b>2342</b>	

Valores em milhões de escudos.

Efectivamente, a obra deste plano situou-se em primeiro lugar, no sector considerado prioritário dos caminhos-de-ferro, com a construção de 300 quilómetros, ligando Lourenço Marques à Malvéria (na fronteira com a ex-Rodésia do Sul / Zimbabué) concluída em 1956.

Por outro lado, a divisão do território em zonas de colonização europeia e zonas reservadas aos “*indígenas*” foi uma das vertentes da política do regime colonial. Quais foram essas zonas de colonização branca? Zonas férteis, tais como as terras do rio Maputo ao rio Incomati, as do baixo Vale do Limpopo, as da Beira até à fronteira com a ex-Rodésia do Sul, as terras altas da Angónia e do Niassa superior e, várias outras, como as do Milange, Gurué e Tacuane, produtoras de chá, e a região do tabaco de Malema. Na sequência do primeiro, foi elaborado um segundo Plano do

Fomento para o quinquénio de 1959 a 1964, onde o povoamento será privilegiado. Vejamos então, no quadro que se segue, quais foram os investimentos programados.

Este plano, apesar da inclusão de “*Investimentos Sociais*”, não trouxe mudanças significativas nas prioridades definidas pelo regime, no sentido de criar condições, em termos de infra-estruturas, para o desenvolvimento económico. O capital português garantiria a lógica do “*pacto colonial*” e os colonos reproduziriam a sociedade “*rústica*” à portuguesa.

**Quadro nº 11. 2º. Plano de Fomento (1959-1964)<sup>84</sup>**

<b>Moçambique</b>	<b>Dotação</b>	<b>%</b>
A) Reconhecimento do território	150	4,63
B) Aproveitamento de recursos	1238	38,17
-Agricultura	163	5,03
-Electricidade/Indústria	150	4,63
-Povoamento	925	28,52
C) Transportes	1385	42,71
D) Investimentos Sociais	470	14,49
Total	3243	100,0 0

Valores em milhões de escudos.

<sup>84</sup> *Idem*, p. 274. Ver NEWITT, *ob. cit.*, pp. 404-406; cf. CASTELO, *op. cit.*, p. 376.

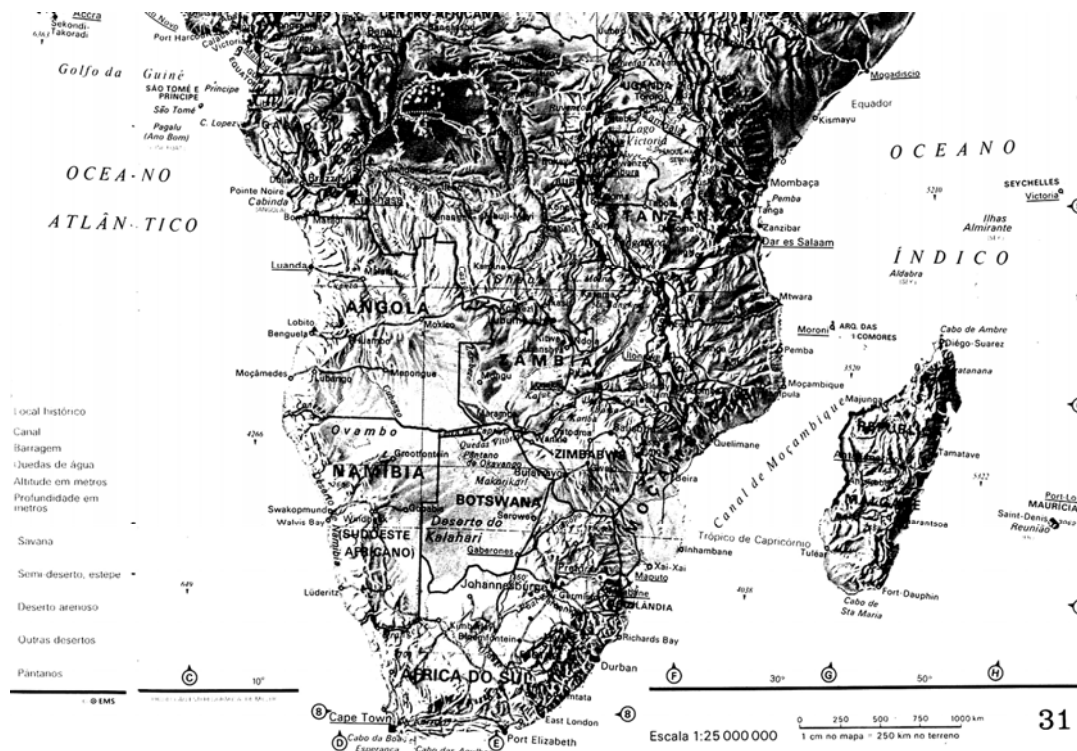
### 3. 4. O Movimento Comercial

Observando uma carta geográfica da região da África Austral<sup>85</sup>, pode-se compreender porque é que, o comércio foi tão importante na vida económica da Colónia de Moçambique. Uma grande extensão de costa, servida por portos, considerados como sendo os melhores da região, tais como o de Lourenço Marques/Maputo, da Beira, Nacala e de Porto Amélia/Pemba, ofereciam uma rede de serviços que permitia o acesso ao mar, a zonas ricas em produção mineral e agrícola, como a África do Sul, o Zimbabué, a Zâmbia e o Malawi.

Como proposta de análise do sector comercial, propõe-se que sejam consideradas duas vertentes: a interna e a externa. A estruturação do mercado interno da Colónia assentava em três realidades fundamentais: 1. As povoações com as suas cantinas onde se praticava o comércio misto. Isto é, tudo o que se produzia na região era comprado pelos comerciantes, na sua maioria indianos, que por sua vez vendiam o que as populações mais necessitavam. E, os mercados rurais, onde se transaccionava – amendoim, arroz, milho, mandioca, algodão, feijão, trigo, gado, frutas, tabaco, peixe, rícino, produtos hortícolas, pequenos animais, etc.; 2. As sedes de concelho, de circunscrição e dos postos administrativos, que tentavam controlar a saída de mercadorias das suas zonas; 3. As cidades, que se vão constituindo em centros de negócios, de decisão e de serviços, de organizações de projecção interna e externa.

---

<sup>85</sup> Ver *Atlas Geográfico*, Maputo, Ministério de Educação e Cultura, vol. 1, 1979, p. 31.



**Gravura nº 4. Mapa da África Austral.**

In *Atlas Geográfico*, vol. I, Maputo, Ministério de Educação e Cultura, 1979, p.

31.

Por outro lado, o comércio externo assentava em termos de infra-estruturas fundamentalmente nos portos e caminhos-de-ferro, que asseguravam o tráfego transitário com a Metrópole, a Índia e os territórios vizinhos. No caso da África do Sul, este tráfego não era só composto de mercadorias, como se estendia a minerais, ouro em barra, moedas e notas bancárias estrangeiras, devolvidas para o país emissor, como também era animado pelo transporte de mão-de-obra emigrante.

De uma maneira geral, a balança comercial da colónia, pode começar por ser resumida no quadro seguinte<sup>86</sup>, relativo aos anos de 1929 a 1931 e, onde se reflecte bem a falta de equilíbrio económico, que as receitas do comércio de trânsito e do trabalho mineiro nas minas do Rand, na África do Sul tentaram contrabalançar.

## **Quadro nº 12. Balança Comercial**

<sup>86</sup> Ref. LEITE, J. P., *op. cit.*, p. 365.



Ano	Importação	Exportação	Saldo
1929	3.111.454	1.825.513	-1.285.941
1930	3.545.785	1.557.489	-1.988.296
1931	3.203.273	1.235.597	-1.967.676

Valores em libras esterlinas. Fonte: *Relatório Fund*, H. A., (1932), p.

14.

A Repartição de Estatística irá editar anualmente uma análise do comércio exterior de Moçambique, onde poderemos acompanhar o seu ritmo de evolução, conforme o quadro seguinte<sup>87</sup>:

**Quadro nº 13. Comércio exterior de Moçambique**

Ano:	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Metrópole									
Exportação	78	66	78	86	199	186	295	170	454
Importação	99	116	125	150	254	329	263	372	467
SALDO	-21	-50	-47	-52	-55	-143	32	-202	-13
Império									
Exportação	5	6	7	6	6	7	5	23	26
Importação	4	5	6	14	21	12	21	22	17
SALDO	1	1	1	-8	-15	-5	-16	1	9
Estrangeiro									
Exportação	192	182	146	187	217	277	290	350	487
Importação	385	464	301	278	292	221	301	365	644
SALDO	-193	-282	-155	-91	-75	56	-11	-15	-157
TOTAL									
Exportação	275	254	244	278	422	470	590	543	966
Importação	438	585	432	442	567	562	585	759	1127
SALDO	-213	-331	-188	-164	-145	-92	5	-216	-161

Valores em milhões de escudos.

Fonte: *Estatística do Comércio Externo*, 1938-1946.

<sup>87</sup> *Idem*, p. 465.

Todavia, importa lembrar que a informação foi recolhida dos registos das Alfândegas (valores dos rendimentos aduaneiros), como se pode observar nos quadros que se seguem, os números relativos ao comércio de importações e exportações visíveis. Outro aspecto a ter em conta, é que, os valores de exportação declarados para fins aduaneiros são os valores fiscais estabelecidos nas pautas aduaneiras e não os verdadeiros valores das mercadorias.

Assim, o verdadeiro valor da exportação era muito superior ao revelado pelas estatísticas oficiais.

**Quadro nº 14. Comércio Externo de 1946-1948 – Importações<sup>88</sup>**

<b>Países exportadores</b>	<b>1946</b>	<b>1947</b>	<b>1948</b>
Portugal	466.965.000\$00	534.392.000\$00	541.258.000\$00
Colónias portuguesas	16.621.000\$00	20.582.000\$00	24.099.000\$00
União da África do Sul	145.188.000\$00	197.571.000\$00	220.861.000\$00
Rodésias	17.544.000\$00	16.945.000\$00	20.316.000\$00
Reino Unido	157.024.000\$00	190.446.000\$00	288.110.000\$00
E.U. da América	161.158.000\$00	301.801.000\$00	424.921.000\$00
Outros países	162.681.000\$00	255.730.000\$00	360.554.000\$00
<b>TOTAL</b>	<b>1.127.181.000\$00</b>	<b>1.517.467.000\$00</b>	<b>1.880.099.000\$00</b>

Valores dos rendimentos aduaneiros

**Quadro nº 15. Comércio Externo de 1946-1948 – Exportações.**

<b>Países importadores</b>	<b>1946</b>	<b>1947</b>	<b>1948</b>
Portugal	453.871.000\$00	265.944.000\$00	512.130.000\$00
Colónias port.	25.976.000\$00	32.338.000\$00	30.246.000\$00
U. África do Sul	184.821.000\$00	237.229.000\$00	227.772.000\$00
Rodésias	25.259.000\$00	20.658.000\$00	23.518.000\$00
Reino Unido	6.932.000\$00	5.807.000\$00	12.960.000\$00
E.U. América	40.592.000\$00	26.179.000\$00	52468000\$00

<sup>88</sup> Ver SPENCE, C. F., *Descrição Económica de Moçambique*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1951, pp. 112-113.

Outros países	228.700.000\$00	250.431.000\$00	379.904.000\$00
<b>TOTAL</b>	<b>966.421.000\$00</b>	<b>838.586.000\$00</b>	<b>1.248.948.000\$00</b>

<b>RESUMO</b>	<b>1946</b>	<b>1947</b>	<b>1948</b>
<b>Importação</b>	1.127.181.000\$00	1.517.467.000\$00	1.880.099.000\$00
<b>Exportação</b>	966.421.000\$00	838.586.000\$00	1.248.948.000\$00
<b>Défi ce</b>	160.760.000\$00	678.881.000\$00	631.151.000\$00

Valores dos rendimentos aduaneiros.

Relevante é o quadro que a seguir se apresenta com a estimativa das exportações não visíveis – os rendimentos do tráfego de trânsito e, o que importa destacar são justamente os valores relativos ao trabalho indígena exportado.

**Quadro nº 16. Exportações invisíveis que podem ser estimadas entre 1946-1948**

<b>Exportações</b>	<b>1946</b>	<b>1947</b>	<b>1948</b>
Tráfego de mercadorias em trânsito	97.113.885\$00	108.361.926\$00	109.386.752\$00
75% do rendimento do porto de L.M.	43.646.728\$00	55.749.917\$00	57.391.183\$00
Rendimento da exportação do Trabalho indígena	138.034.418\$00	141.863.372\$00	152.582.782\$00
Sub-total	278.795.031\$0	305.975.215\$00	319.360.717\$00
Défi ce do comércio visível	160.760.000\$00	678.881.000\$00	631.151.000\$00
Saldo a favor	118.035.031\$00	‘-	‘-
Saldo contra	‘-	372.905.785\$00	311.790.283\$00

Segundo Spence, tais números “*não reflectem realmente uma posição normal, dado que os défi ces aparentes em 1947 e 1948 foram, na verdade, o resultado da acumulação, no após-guerra, de encomendas retidas e que os fabricantes de além-mar, retomadas as suas possibilidades de produção, satisfizeram subitamente. Durante os anos de guerra, a balança comercial foi consistentemente favorável, como reflexo da dificuldade de se obterem, por importação, mercadorias fabricadas*

ao mesmo tempo que a exportação de matérias-primas corria numa escala de valores muito mais alta que dantes”<sup>89</sup>.

Nos quadros seguintes podemos acompanhar o ritmo da evolução do comércio exterior moçambicano desde os finais dos anos 40 até aos anos 60, onde o défice da balança comercial será uma constante.

**Quadro nº 17. Comércio exterior moçambicano**<sup>90</sup>

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1949	366	523	-157
1950	358	512	-154
1951	426	643	-217
1952	609	651	-42
1953	738	676	62
1954	655	651	4
1955	677	745	-66
1956	609	826	-217
1957	838	924	-86
1958	911	934	-23
1959	900	924	-24
1960	1.008	1.043	-35
1961	1.048	1.105	-37
1962	1.038	1.136	-98

Valores em milhões de escudos.

Fonte: *Estatística do Comércio Externo*, 1949-1962.

Fora da zona do escudo, a evolução do comércio moçambicano com países estrangeiros foi a seguinte.

**Quadro nº 18. Comércio externo de Moçambique**

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1949	788	1.324	-536
1950	839	1.220	-381

<sup>89</sup> Ver SPENCE, C.F., *op. cit.*, p. 113.

<sup>90</sup> Cf. LEITE, J. P., *op. cit.*, p. 890.

1951	796	1.340	-544
1952	689	1.443	-754
1953	865	1.579	-714
1954	906	1.754	-848
1955	986	1.911	-925
1956	857	1.863	-1.006
1957	961	1.981	-1.020
1958	1.041	2.212	-1.171
1959	910	2.354	-1.444
1960	1.020	2.409	-1.389
1961	1.411	2.423	-1.012
1962	1.408	2.587	-1.177

Fonte: *Estatística do Comércio Externo*, 1949-1962.

Neste último período, mesmo enquanto o capital português se fortalecia, pairava a ameaça de perda por Portugal dos seus mercados de exportação para a Colónia de Moçambique. Enquanto que em 1946, 46,9% das exportações totais da Colónia, foram para Portugal; 50,4% foram-no para o estrangeiro. As importações moçambicanas de Portugal foram apenas de 41,4%, enquanto que do estrangeiro foram de 57,1%. Em 1960, as exportações da Colónia para Portugal rondavam os 40%, enquanto que as importações moçambicanas de Portugal baixaram para os 28,6%. A perda de terreno dentro da economia moçambicana por Portugal na década de 60 e continuando na década de 70, fez ressaltar as duas características que nos parecem ser essenciais, da economia moçambicana: em primeiro lugar, a contínua dependência em relação ao capital estrangeiro e, por outro lado, o papel de Moçambique como uma “*economia de serviços*”, no contexto da África Austral.

## CAPÍTULO II – A sociedade ao longo da colonização portuguesa (século XX)

A finalidade do presente capítulo é traçar a textura social e analisar as suas dinâmicas económicas, políticas, sociais e culturais, de forma a compreender a existência de duas realidades na então chamada “*África Oriental Portuguesa*”: a do campo e a da cidade.

No período estudado, de 1926 a 1962 abordar-se-á o impacto do fenómeno urbano em Lourenço Marques, Beira, Inhambane, Quelimane, na Ilha de Moçambique e no Ibo, onde tem os exemplos mais significativos, verificando os resultados da colonização na qual uma burguesia europeia explorou os recursos locais, sobretudo da mão-de-obra de camponeses, em fuga do campo para a cidade, e do campo para as plantações e minas da África do Sul.

Apesar do discurso oficial se pronunciar pela existência de uma sociedade multiracial, importa desmontar esse mito, que a propaganda do regime tentou divulgar e analisar as manifestações de segregação racial e o impacto do estigma da cor. Repensar a sociedade de Moçambique, em tempo colonial, revisitando as fontes orais, escritas e iconográficas é pois, o nosso propósito.

### 1. O quadro humano e social

Nos nossos dias, quando olhamos para a sociedade moçambicana, observamos como é frágil na sua actuação, com fracturas profundas entre os muito ricos e os muito pobres e com manifestações de passividade, submissão e silêncio perante situações de grandes dificuldades – pobreza, fome, doenças e desemprego<sup>91</sup>. Fomos, então, à procura das causas mais remotas no factor colonial<sup>92</sup>. Daí, a pergunta de partida: como se caracterizava a sociedade em Moçambique no tempo colonial? E, como evoluiu? As hipóteses de trabalho, em busca de uma teoria explicativa para entender a realidade social colonial foram-se delineando em três grandes questões:

---

<sup>91</sup> Cf. COELHO, João Paulo Borges, *Crónica da Rua 513,2*, 2005 e COUTO, Mia, *O Outro Pé da Sereia*, 2006. Ver MOSCA, João, *A Economia de Moçambique no Século XX*, 2005.

<sup>92</sup> VENÂNCIO, José Carlos, *O Facto Africano. Elementos para uma Sociologia de África*, Lisboa, Veja, 2000. Cf. BALANDIER, G., *Sociologie de l'Afrique Noir*, Paris, P.U.F., 1955.

1. Teria sido uma sociedade fragmentada?<sup>93</sup>; 2. Teria evoluído para uma “*comunidade imaginada*”? 3. Ou coexistiram ambas: uma sociedade fragmentada com uma “*comunidade imaginada*”?

Os nossos objectivos são analisar as dinâmicas da sociedade colonial, compreendendo que a colónia de Moçambique, desde o século XIX e ao longo do século XX, se caracterizou por ser complexa, com vários povos e culturas em presença. Observando-a, iremos interpretar os vários fragmentos que compõem a sociedade moçambicana, desde a realidade geográfica (o Norte, o Centro e o Sul), as diversas formações sócio – linguísticas ou étnicas, as crenças religiosas (animismo, sincretismo religioso, islamismo, catolicismo e protestantismo), as diferenças entre rurais e urbanos, de classe, de grupos ou estamentos (colonos, assimilados e indígenas).

Outro grande objectivo que se nos coloca é o estudo das relações sociais, verificando como se desenrolava o convívio, desmontando o mito de um ambiente multicultural e multiracial, que a propaganda do regime não se cansava de proclamar, analisando os factores de união e de segregação. Interessa-nos analisar ainda, de que modo foi surgindo um fosso entre as elites e a maioria da população e de que forma se foi avolumando. Um outro aspecto a ser verificado, prende-se com a passagem a um segundo plano, nas primeiras décadas do século XX, dos filhos-da-terra, como intermediários entre os dois mundos – o europeu e o africano. Por outro lado, analisaremos as manifestações de justaposição na sociedade colonial, com traços de continuidade de Antigo Regime, de uma sociedade de classes cruzada com as estruturas tradicionais africanas, localizadas nas zonas rurais e atraídas para os subúrbios das cidades.

Finalmente, analisaremos o fenómeno urbano como uma das características mais marcantes do impacto da colonização, estudando exemplos das principais

---

<sup>93</sup> PÉLISSIER, René, “Exploitation du facteur ethnique au Mozambique pendant la conquête coloniale (XIX-XX siècle)”, in CHRÉTIEN J. P. et PRUNIER, G. (dir.), *Les ethnies ont une histoire*, Paris, Karthala, 1989, p. 251.

idades<sup>94</sup>, onde a matriz cultural portuguesa se adaptou, vincando todavia, a hierarquização e a branquização do modo colonial<sup>95</sup>. E, onde desde muito cedo, se evidenciou o cosmopolitismo da capital, Lourenço Marques e das cidades costeiras como Inhambane, Beira, Quelimane, Ilha de Moçambique, Pemba e Ibo pela presença de estrangeiros, mercadores e aventureiros.

Só a pesquisa nos vai ajudar a interpretar os fenómenos inerentes à textura social, repensando conceitos, tais como aculturação forçada, segundo Elikia M'Bokolo<sup>96</sup> e “*comunidade imaginada*”, segundo Benedict Anderson<sup>97</sup>, revisitando as fontes do passado, avivando a memória das mulheres e dos homens que testemunharam esse passado e, olhando de uma forma interdisciplinar para a sociedade que construíram, quer como dominantes quer como dominados.

## 2. Evolução demográfica

Os quadros estatísticos que se seguem, ilustram de forma significativa, a evolução do povoamento na Colónia de Moçambique, ao longo do século XX, possibilitando uma análise quantitativa da sociedade, nas suas “*potencialidades e condicionalismos*”, tal como nos sugerem as fontes consultadas.

**Quadro nº 19. Evolução da População de Moçambique desde 1900)**

<b>Decénios</b>	<b>População</b>	<b>Acréscimo</b>	<b>Densidade (hab/km<sup>2</sup>)</b>	<b>Fontes</b>
1900	2.366.000	-	3.0	Estimativa
1910	2.908.000	22.9	3.7	(Relatório

<sup>94</sup> FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes, “Estruturas urbanas da Expansão Portuguesa em África, até ao Século XIX, uma síntese”, in *UR-Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, nº. 5, pp. 26-39.

<sup>95</sup> Ver HENRIQUES, Isabel Castro, “A Sociedade Colonial em África. Ideologias, Hierarquias, Quotidianos”, in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, vol. V – *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 216-274.

<sup>96</sup> M'BOKOLO, Elikia, “Aculturação”, in LE GOFF, Jacques et al., *A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990, pp. 21-24.

<sup>97</sup> ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, New York, Verso, 1993, p. 6.



				do III
1920	3.342.000	14.9	4.3	Plano
1930	3.885.547	16.3	4.9	de Fomento)
1940	5.085.630	30.9	6.5	Censos
1950	5.738.911	12.8	7.3	(D. P. S. Est.)
1960	6.603.653	15.1	8.4	(D. P. S. Est.)

Fonte: Junta Provincial de Povoamento (JPP), 1970.<sup>98</sup>

Como podemos observar, deu-se um grande pico nos anos 40, com um acréscimo de 30.9, em relação ao decénio anterior; nos anos 60 triplicou a população, em relação ao início do século; a média de crescimento entre 1910 e 1970 foi de 18,3%. Na análise do quadro, o Relator da Junta Provincial de Povoamento de Moçambique pronuncia-se pela constatação de *“fortes taxas de acréscimo nas décadas de 1900/1910 e 1930/1940 que se afiguram estranhas; quanto à última admite-se mesmo que possa resultar de uma melhoria de colheita de dados, ocorrida no censo do último ano referido”*<sup>99</sup>. E, concluiu que Moçambique *“tem vindo a crescer em ritmo apreciável desde o início do século, ocupando uma posição intermédia, no que respeita a quantitativo e densidade populacional, entre as maiores unidades territoriais e populacionais do sul de África”*<sup>100</sup>.

#### Quadro nº 20. População de alguns territórios Africanos

<b>Unidades Territoriais</b>	<b>Superfície (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População (10<sup>3</sup> hab)</b>	<b>Densidade (hab/km<sup>2</sup>)</b>
Malawi	117.498	4.035	34.3

<sup>98</sup> Ver “Dados e Condicionais do Problema do Povoamento de Moçambique”, Lourenço Marques, Junta Provincial de Povoamento, 1970, p. 3. In Arquivo do IPAD, (5.1732.) Segundo a Estimativa da Junta e Povoamento Provincial a população em 1966 era de 7.197.770 e em 1970 de 7.594.200; cf. NEWITT, *op. cit.*, pp. 407-414.

<sup>99</sup> *Idem*, p. 3. Cf. CASTELO, C., *op. cit.*, pp. 26 e 98.

<sup>100</sup> *Idem*.

África do Sul	1.223.409	18.296	15.0
Tanzânia	937.061	10.840	11.8
Rodésia	389.362	4.400	11.3
Moçambique	784.961	7.198	9.2
Zâmbia	746.256	3.837	5.1
Angola	1.246.700	5.360	4.3

Fonte: Dados relativos ao ano de 1966. *Op. cit.*, p.4.

É visível que a densidade populacional em Moçambique é menor que na Rodésia, África do Sul e Malawi; por outro lado, é maior que em Angola, e na Zâmbia. Ao analisar o quadro, o relator considerou que Moçambique apresenta “*uma escassa densidade populacional*”<sup>101</sup>. Constatou igualmente que se verifica “*uma considerável saída de trabalhadores para a África do Sul e a Rodésia*”, explicando-se esse fenómeno pelo facto de existirem “*acentuados desníveis de desenvolvimento entre Moçambique e os dois estados vizinhos referidos*”<sup>102</sup>.

#### **Quadro nº 21. População de Moçambique e sua densidade, por Distritos<sup>103</sup>**

<b>Distritos</b>	<b>Superfície (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População Total</b>	<b>Densidade (hab/km<sup>2</sup>)</b>
Niassa	127.087	281.083	2.2
Cabo Delgado	78.374	584.597	7.0
Moçambique	78.265	1.452.395	18.6
Zambézia	102.880	1.368.731	13.3
Tete	100.714	471.352	4.7
Manica e Sofala	129.854	779.767	6.0
Inhambane	68.470	583.059	8.5
Gaza	82.534	681.753	8.2
Lourenço Marques	16.783	436.916	26.0
Total	784.961	6.603.653	8.4

<sup>101</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>102</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>103</sup> Dados elaborados na base do censo de 1960. *Op. cit.*, p. 5.

A partir deste quadro, o relator considerou por um lado, a existência de grandes assimetrias: os distritos mais populosos, como o de Lourenço Marques, “*por virtude da concentração na capital da Província e suas zonas de influência*” e “*o conjunto dos distritos de Moçambique e da Zambézia com densidade populacional dupla da média da Província, constituindo 23% da área do território, são a residência de 43% da sua população*”. Com “*densidades próximas da média da Província*”, temos os distritos de Inhambane e de Gaza. “*Com densidades inferiores à média vêm depois os distritos de Cabo Delgado, Manica e Sofala, Tete e Niassa, este último com densidade pouco além dos 2 habitantes por quilómetro quadrado*”<sup>104</sup>. Por outro lado, verifica “*a irregularidade da distribuição da população e evidencia a sua maior concentração nas zonas costeiras*”<sup>105</sup>. De acordo com os censos populacionais de Moçambique, aponta o relator 5 grupos étnicos, por ordem alfabética, a saber: amarelos, brancos, indianos, negros e mistos. Esclarece que, o grupo dos mistos “*é constituído pelos indivíduos que tenham pelo menos um avô ou avó de raça diferente dos restantes*”<sup>106</sup>.

**Quadro nº 22. População de Moçambique por Grupos Étnicos<sup>107</sup>**

Anos	Amarelos		Brancos		Indianos		Negros		Mistos	
Censos	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa
1930 <sup>1</sup>	896	-	17.842	-	8.475	-	3.849.977	-	8.357	-
1940	1.449	61.7	27.438	53.8	9.147	7.9	5.031.955	30.7	15.641	87.1
1950	1.61	11.3	48.2	75.7	12.6	38.1	5.651.3	12.3	25.1	60.8

<sup>104</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>105</sup> *Idem*.

<sup>106</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>107</sup> Fonte: *Op. cit.*, p. 8.

	3		13		30		06		49	
1960	2.09	30.1	97.2	101.	17.2	36.5	6.455.6	14.2	31.4	21.1
	8		45	7	41		14		55	

Esclarecendo que em 1: “o censo da população não autóctone foi realizado em 1928”. A partir destes dados, tira-se como constatações as seguintes: Por um lado, a população africana foi a mais numerosa. Veja-se “em 1960, a distribuição percentual da população, segundo as etnias”<sup>108</sup>:

**Quadro nº 23. A população, segundo as etnias.**

Etnia	Percentagem
Amarelos	0.03%
Branços	1.47%
Indianos	0.26%
Negros	97.76%
Mistos	0.48%

Por outro lado, o “ritmo de acréscimo das populações das etnias não autóctones é, porém, bastante mais elevado do que o desta, particularmente o da população branca que entre 1950 e 1960 foi superior a 100%”<sup>109</sup>.

Ao interpretar este quadro, o relator constata, em relação à população “não autóctone”, que esta se distribuía “muito irregularmente, concentrando-se nas zonas de influência da capital da Província e da cidade da Beira.”<sup>110</sup> Verifica-se que o distrito então menos populoso era o Niassa. Ainda hoje se mantém esta tendência; sendo o mais populoso o de Moçambique, hoje Nampula; se juntarmos os distritos de Moçambique e da Zambézia, veremos que correspondem a cerca de 43% da população total; em todos os distritos, a maioria da população era negra; nos distritos de Lourenço Marques e Manica e Sofala, concentrava-se a população branca, indiana e mista; a população de origem chinesa, em minoria, concentrava-se no distrito de Manica e Sofala.

**Quadro nº 24. População de Moçambique por Grupos Étnicos e Distritos<sup>111</sup>**

<sup>108</sup> *Idem*, pp. 8-9.

<sup>109</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>110</sup> *Idem*, p.10.

<sup>111</sup> Fonte: Igualmente no ano de 1960. *Op. cit.*, p. 9.

<b>Distritos</b>	<b>Total</b>	<b>Amarelos</b>	<b>Bran- cos</b>	<b>Indianos</b>	<b>Negros</b>	<b>Mistos</b>
Niassa	281.083	0	922	139	279.773	249
Cabo Delgado	548.597	10	1.482	683	544.964	1.458
Moçambique	1.452.395	8	8.074	2.179	1.439.541	2.593
Zambézia	1.368.731	8	7.414	1322	1.355.660	4.327
Tete	471.352	3	2.168	357	467.018	1.806
Manica e Sofala	779.767	1.027	19.668	3.734	750.188	5.150
Inhambane	583.059	47	1.913	752	576.782	3.565
Gaza	681.753	3	7.422	483	671.169	2.676
Lourenço Marques	436.916	992	48.182	7.592	370.519	9.631
<b>Total</b>	<b>6.603.653</b>	<b>2.098</b>	<b>97.245</b>	<b>17.241</b>	<b>6.455.614</b>	<b>31.455</b>

### 3. A sociedade colonial, uma visão global

Repensar a sociedade moçambicana no tempo colonial não é um exercício analítico fácil, pois a complexidade dos fenómenos sociais exige uma distância em relação aos vividos pelos diferentes actores em presença. Partimos da representação triangular, em que na base está a maioria da população, do ponto de vista jurídico considerada como o segmento “*indígena*”, e nos dois lados restantes do triângulo, os segmentos dos filhos-da-terra, assimilados e o dos colonos. A análise distanciada dos dados recolhidos e o cruzamento da informação, a partir de fontes orais, escritas e de material iconográfico foi desenvolvida, tentando compreender tanto a visão do colonizador como a do colonizado, descodificando-as e inserindo-as no processo histórico, próprio do colonialismo português. Ao reconstituir a sociedade em Moçambique, no tempo colonial, importa conhecer quem eram as pessoas, as famílias e os povos que a constituíam e o modo como viviam. Apercebemo-nos pela legislação e pelos testemunhos da época da existência de vários estratos sociais. Vejamos, em jeito de sistematização, os diferentes critérios de classificação, do topo para a base:

De classe – Burguesia (alta, média e pequena), Operariado e Campesinato;<sup>112</sup>

<sup>112</sup> Cf. CABRAL, 1974, pp. 23-36.

“Geográficos”: Sul, Centro e Norte, “religiosos” – Cristãos, Muçulmanos e Animistas e espaciais: “espaço urbano em contraponto ao espaço rural”;<sup>113</sup>

Geracional: adultos e velhos, jovens e crianças;

Sexo: Homens e Mulheres;

Raciais: como a documentação refere: Amarelos, Brancos (de 1ª - Vindos da Metrópole e 2ª - Nascidos na Colónia), Indianos, Mistos e Negros;

Profissionais (Exército, Tribunais, da Administração Pública, Comércio, Indústria e Agricultura), dividindo-se segundo a hierarquia (Quadros superiores, médios e baixos), patente no convívio social em diferentes clubes, grémios, etc.

Instrução (Curso Superior, Médio, Liceal, Primário ou Elementar), frequência de colégios privados, de liceus, escolas técnicas: (comerciais, industriais e agrárias) e missões religiosas;

De condição socio-económica. Os mais ricos: de profissão liberal (médicos, advogados, arquitectos e engenheiros, empresários (europeus). As castas (indianos). As seitas (chineses); os ricos, os “remediados”<sup>114</sup>, os pobres e os mais pobres<sup>115</sup>;

Grupos políticos de pertença: colaboração e oposição.

Tendo em conta os seus intervenientes, desenvolveram-se ondas de conflito a diferentes níveis, a saber<sup>116</sup>:

- Ao nível militar, entre as autoridades militares portuguesas e os chefes dos Estados africanos, que vão sendo ocupados ou “*pacificados*” segundo o discurso oficial, na sequência de campanhas militares contra o Estado de Gaza (1895), os Estados Militares do Vale do Zambeze (1886-), os Estados

---

<sup>113</sup> Segundo RIBEIRO, 2000, pp. 51-53.

<sup>114</sup> Ou *middle class*, classe média, vivendo do seu salário.

<sup>115</sup> Cervantes dizia no seu famoso romance *D. Quixote de la Mancha*, que “já no tempo da minha Avó existiam dois tipos de famílias, a dos que têm tudo e a dos que nada têm.” *Apud, Human Development Report 2005*, New York, PNUD, 2005, (tradução da autora.)

<sup>116</sup> Ao fazer o balanço do que chamou de “resistência inicial”, Pélissier esquematizou as “causas essenciais das principais acções militares em Moçambique (1854-1918)”. Ver PÉLISSIER, R., *História de Moçambique*, vol. I, pp.452-458.

Ajaua (1908-1912), o Barué (1917) e a campanha contra os Macondes (1920);

- Ao nível administrativo – abrangendo os régulos, autoridades tradicionais, que foram inseridos na máquina administrativa colonial<sup>117</sup>, no seu relacionamento com a população africana, para fazer cumprir medidas, que iam desde a ocupação de terras à cobrança de impostos e ao recrutamento forçado;
- Ao nível social – tensões entre dominantes e dominados; entre ricos e pobres; entre proprietários de terras e camponeses assalariados; entre patrões e empregados, de que o operariado emergente foi o protagonista destacado em greves.
- Ao nível político-económico, entre governantes e governados; entre a burguesia metropolitana e uma camada da burguesia radicada em Moçambique, constituída por colonos que possuíam terras, onde cultivavam culturas para exportação e pretendiam uma via diferente para o desenvolvimento da colónia, que passava pelo “fomento da agricultura”.<sup>118</sup>

### 3.1. Os colonos europeus

O período histórico analisado (de 1926 a 1962), na Colónia de Moçambique, pode ser subdividido, em termos políticos em três fases distintas: a da 1ª. República, da ruptura do regime demo-liberal para a Ditadura Militar e desta para o Estado Novo. Mas do ponto de vista administrativo, apresenta uma continuidade, se tivermos em conta a actuação do regime colonial, autoritário, forte e repressivo. Pelo estudo da documentação oficial e pela imprensa, apercebemo-nos do impacto da ideologia dominante no império e de uma prática de “*dividir para reinar*”. A sociedade “*imaginada*” era fortemente hierarquizada, tal como popularmente se dizia, com “*cada macaco em seu galho*”. No topo da pirâmide estava o governador-

---

<sup>117</sup> Desde a Reforma Administrativa de 1907. Cf. ALFANE, Rufino e NHANCALE, Orlando, “Como a Legislação Administrativa Colonial Incidiu na Autoridade Tradicional em Moçambique”, in LUNDIN, Irae Baptista e MACHAVA, Francisco Jamsse (eds.), *Autoridade e Poder Tradicional*, vol. I, Maputo, Ministério da Administração Estatal, 1995, p. 56.

<sup>118</sup> Reivindicação de Associações de produtores e Grémios. Exemplos de grupos de pressão na área da agricultura: Associação dos Pequenos Agricultores da Província de Moçambique (1915-1917), Associação de Fomento Agrícola (1918?), a Liga dos Cultivadores de Algodão (1925), etc.

geral, como a figura do “Pai” e “*protector de todos*”. Mas a palavra “*todos*” não significava a existência e a prática de igualdade social. Seguiam-se os colonos brancos<sup>119</sup>, subdivididos em brancos de primeira, quando nascidos na metrópole, e os de segunda, quando nascidos no ultramar. O status social não vinha só do local de nascimento mas também da posição ocupada na hierarquia do funcionalismo público ou em empresas privadas.

A mobilidade social podia acontecer pela aquisição de património, não sendo raros os “*self-made men*”, os enriquecidos por negócios comerciais. O contrabando e a corrupção alimentavam a ascensão social de elementos da pequena burguesia urbana, que acumulavam capital e depressa se transformavam em grandes proprietários. O factor “*cunha*” e o tráfico de influências imperavam numa sociedade provinciana, e onde “*todos*” se conheciam. Em Moçambique, o urbanismo e a arquitectura denunciavam as diferenças entre o espaço ocupado por ricos, em zonas nobres, com uma boa exposição ao sol e com infra-estruturas cuidadas e a dos pobres, remetidos para a periferia dos subúrbios, a cidade do caniço em oposição à cidade de cimento.

A extensão da costa, as actividades económicas da Colónia, e, sobretudo a sua ligação à África do Sul e à antiga Rodésia do Sul (hoje Zimbabué), criaram uma sociedade cosmopolita, em que os estrangeiros detinham uma posição privilegiada. A proximidade, sobretudo da África do Sul reforçou uma experiência de segregação, que o regime na sua propaganda escondia com um discurso oficial de multiracialidade, defendendo no Estado Novo o mito do luso-tropicalismo, duma sociedade miscigenada e multicultural<sup>120</sup>.

### 3.2. Os filhos-da-terra

Terá existido em Moçambique uma sociedade crioula? Historicamente, podemos comprovar que, a primeira sociedade crioula surgiu nos Prazos da Coroa. Especialmente, no que hoje é, sobretudo a Província da Zambézia, Tete e Nampula, portanto, no Norte de Moçambique. Os Prazos da Coroa foram territórios que ao longo de várias gerações tinham sido entregues a nobres portugueses, vindos da chamada “*Índia Portuguesa*” e se casaram com senhoras locais, como por exemplo,

---

<sup>119</sup> Ver CASTELO, *op. cit.*, pp. 248-251.

<sup>120</sup> Ver CASTELO, C., *op. cit.*, pp. 202-208, 229-240, 264-266.



as Donas da Zambézia, filhas da aristocracia africana. Os seus filhos, conhecidos por *muzungos*, envolveram-se em disputas por mais território, ora aliando-se entre si ora deixando-se dividir pela administração colonial portuguesa.

As campanhas de ocupação ou de “*pacificação*” na Zambézia, conduzidas pelo exército do major Coutinho contra os Achicundas e a perseguição aos prazeiros e donas locais, bem como a ilegalização do tráfico de escravos, a sua principal actividade foi a machadada final de uma instituição, que o regime, sob o *Estado Novo* de Salazar aniquilaria por decreto. O que é que permaneceu? Em sua substituição foram criadas empresas agro-industriais, tendo emigrado para o Brasil muitas destas famílias de escravocratas. Permaneceram sim, bolsas de população mista já em centros urbanos que floresceram ao longo do século XX.

Quem foram os filhos-da-terra que constituíram essas bolsas de sociedade crioula? Pelo estudo da imprensa, da documentação do fundo dos Serviços dos Negócios Indígenas, no Arquivo Histórico de Moçambique e pelas entrevistas efectuadas, apercebemo-nos que foram a elite, a inteligência local, intermediários entre os dois mundos – o europeu e o africano. Para a conquista de privilégios, segundo as normas da administração portuguesa, sujeitaram-se à prática da assimilação, o que significava que, virtualmente se comportavam conforme a regra ocidental de vestir, de casar, de relacionar-se socialmente, abandonando os “*usos e costumes gentios*”.

Seguimos o percurso do movimento associativo dos filhos-da-terra, desde a primeira associação em Lourenço Marques, quando um pequeno grupo de “*homens de cor*” se decidiu a formar o Grémio Africano de Lourenço Marques, em 1908 e como é que evoluiu para a Associação da Colónia de Moçambique, existindo desde 1938 a 1974, com ramificações em todo o território ultramarino.

Investigámos a fundo a imprensa, desde o aparecimento do Africano, nesse ano de 1908 e a sua continuação no Brado Africano, e verificámos as suas reivindicações como afro-lusos, no que apelidaram de defesa da causa africana<sup>121</sup>. Desde a primeira hora, que nos apareceu o triângulo deste grupo de pressão, constituído pela luta de exigências em prol da educação, justiça e trabalho. Só assim, seria possível o levantamento da raça negra, segundo o pensamento que classificariámos de proto-nacionalista. Defendemos a tese, como se pode constatar no capítulo sobre as associações africanas que, esse movimento reuniu a nata da pequena burguesia

---

<sup>121</sup> Ver NEVES, O. I., 1989, pp.215-255.

urbana, assimilada que reivindicava para si, o estatuto de colonos, civilizados, e como tal, criticava sem dó nem piedade os desmandos da administração colonial portuguesa.

### 3.3. Os indígenas

À maioria da população africana era atribuído um estatuto próprio, regulamentado pela norma jurídica colonial, que constituía a base da pirâmide social. Ser indígena não significava apenas ser o habitante local mas definia um estágio de não civilizado, quem vivia segundo “*usos e costumes*” primitivos, sujeito a normas consuetudinárias. Era possível aceder-se ao estatuto de civilizado mas a regra principal exigia que fosse trabalhador. Segundo o pensamento colonial, o indígena era como uma “*criança grande*”, que só cresceria através do trabalho. Como era classificado na generalidade pela sua preguiça, ao Estado colonial cabia-lhe a gigantesca tarefa de o educar pelo trabalho. Como realizar essa tarefa ciclópica? A administração colonial ao exigir o pagamento do imposto de palhota obrigou a população a ter capital próprio, entrando no processo de produção capitalista como assalariada. No Sul de Moçambique, a população masculina activa emigrou em massa para as minas de Joanesburgo e para as plantações agrícolas, obrigando a um Convénio entre a Colónia e a União Sul-Africana.

Nas cidades era apertado o controle policial, pois os serviçais indígenas só podiam circular depois das nove horas da noite, com a autorização do patrão e munidos da respectiva chapa e da caderneta indígena. A sua falta dava lugar a prisão. Também a deslocação do local de trabalho para a aldeia familiar só podia acontecer sob a autorização da entidade patronal. Não havia portanto, liberdade de circulação nem no campo nem na cidade!

Os castigos corporais faziam parte do dia-a-dia, não sendo raros os casos de patroas e de patrões coléricos<sup>122</sup>. As condições de trabalho e de alojamento dos serviçais indígenas eram, regra geral, muito precárias. Assim, havia hora de entrada mas raramente estava estipulada a hora de saída. Na acomodação, a ventilação era quase inexistente, havendo casos de mortes por intoxicação de monóxido de carbono, quando um aquecimento improvisado era colocado num quarto minúsculo. As queixas que estudámos no fundo documental da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas no Arquivo Histórico de Moçambique, atestam um clima de

---

<sup>122</sup> Ver CASTELO, C., *op. cit.*, pp. 298-299.

violência doméstica, entre patrões e empregados, havendo mostras de medo de vingança pessoal sobre os elementos femininos da casa.

Um aspecto muito interessante que apenas identificámos e que ultrapassa o âmbito desta tese foi a existência de um movimento associativo indígena, com uma base profissional, de que é exemplo na cidade de Lourenço Marques: a Associação dos Engraxadores e a dos Lavadeiros. Por um lado, aqui encontrámos uma fórmula de apoio e de controlo de auto-criação de emprego, em actividades económicas de pequeníssima dimensão. Por outro, verificou-se uma capacidade de empreendimento local, capaz de levar alguns dos seus membros a acederem ao segmento de assimilados. A mobilidade social era assim possível, através de alguma acumulação de capital.

## **4. A vida quotidiana**

### **4.1. O espaço rural**

No Mapa de Moçambique<sup>123</sup>, encontramos a localização de diferentes Povos, diferentes formações sócio-linguísticas ou etnias<sup>124</sup>, existentes no território, sendo as mais importantes, de Norte para Sul: Makonde (Cabo Delgado), Makwa-Lomwe, (Nampula - Zambézia), Yao (Niassa), Nguni (Niassa e Tete), Maravi (Tete), Swahili ou Povos islamizados do litoral (Cabo Delgado e Nampula), Povos do Baixo Zambeze (Zambézia), Xona-Karanga (Sofala, Manica e Tete), Tsonga (Inhambane e Gaza), Khoka – (Bi)Tonga (Inhambane) e Chopi (Inhambane). Se quisermos exemplificar como se subdividem, no caso dos Tsonga, um Povo do Sul, temos os

---

<sup>123</sup> Ver IGLÉSIAS, Olga “Moçambique”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. XI – *O Império Africano, 1890-1930*, Lisboa, Ed. Estampa, 2001, p. 485. Na documentação estudada da Direcção dos Negócios Indígenas, no AHM, apercebemo-nos de um movimento fronteiriço mais intenso, de povos com famílias de um lado e do outro da fronteira, quando as autoridades cobravam impostos ou redobravam a repressão.

<sup>124</sup> De todos os conceitos utilizados pela Antropologia, Sociologia, História e Linguística, parece-nos ser o mais correcto o conceito de formação sócio – linguística, pois trata-se de uma formação social, com uma língua própria. Sobre a exploração do “factor étnico”, ver PÉLISSIER, René, *op. cit.*, pp. 247-257. Cf. AMIN, Samir, “État, Nation, Ethnie et Minorités dans la Crise. Quelques Aspects de la Critique de l’ Ideologie de la Nation et de l’ Ethnie”, in *Colóquio Internacional: A Formação da Nação nos “Cinco”*: Angola, Cabo Verde, Guiné – Bissau, e S. Tomé e Príncipe, Bissau, Ed. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1986, pp. 36-47.

Lhengwe e Tswa (Inhambane), Changana (Gaza) e Ronga (Maputo). Os subgrupos eram constituídos por famílias extensas ou alargadas, organizadas em clãs<sup>125</sup>.

Segundo os estudos de Antropologia<sup>126</sup> é possível distinguir na organização da vida familiar os povos patricêntricos, a Sul (do rio Zambeze) dos matricêntricos, a Norte. No sistema de parentesco matrilinear, o indivíduo adquiria os principais elementos do seu estatuto, nomeadamente a sua inclusão em determinado grupo de parentesco, através dos laços genealógicos que passavam pelas mulheres. Estas funcionavam como elos de passagem e a criança pertenceria ao mesmo grupo de filiação que a mãe. O seu estatuto era definido em relação ao tio materno. Os homens para efeito de perpetuação dependiam da irmã e não da esposa, visto que os herdeiros da sua propriedade e posição social eram os sobrinhos, filhos da irmã. O casamento era matrilocal, isto é, o homem assim que casava ia viver, temporária ou definitivamente, para a povoação da mulher.

Predominante a Sul do Zambeze, o sistema de parentesco patrilinear era a regra de filiação que determinava que o indivíduo recebesse automaticamente do pai os principais elementos do seu estatuto e que pertencesse ao mesmo grupo de filiação que este. Assim, a herança e sucessão passavam dos pais para os filhos. O casamento era virilocal, ou seja, após o casamento a mulher ia viver junto da família do marido, sendo a compensação matrimonial (designada no Sul, por lobolo)<sup>127</sup> exigida como garantia da capacidade reprodutiva da mulher e ao direito à progenitura que derivava dessa união. De acordo com as premissas culturais dos grupos envolvidos neste processo, era a entrega do lobolo que legitimava o casamento.

Com o advento da administração colonial e a implantação dos regulados, o poder das genearcas (mulheres fundadoras de grupos familiares) foi enfraquecendo,

---

<sup>125</sup> Sobre o conceito de clã, ver SERRA, Carlos (dir.), *História de Moçambique*, vol. I, Maputo, Tempo/UEM, 1988, p. 144: “Grupo formado por uma ou por várias linhagens. Pode ser ou não localizado, exógamo ou não. Os membros de um clã são geralmente incapazes de estabelecer a sua ligação genealógica com o antepassado epónimo (i.e, aquele que deu o nome ao clã), o que distingue o clã de uma linhagem, a qual é um conjunto de parentes entre os quais se podem sempre traçar laços genealógicos.”

<sup>126</sup> Ver RITA-FERREIRA, António, *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Porto Afrontamento, 1975. Cf. DIAS, Jorge, e DIAS, Margot, *Os Macondes de Moçambique III – vida social e ritual*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1970. FELICIANO, José Fialho, *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1998. MEDEIROS, Eduardo, *O Sistema Linhageiro Macua-Lómwè*, Maputo, UEM, 1985.

<sup>127</sup> Ver GRANJO, Paulo, *Lobolo em Maputo. Um Velho Idioma para Novas Vivências Conjugais*, Porto, Campo das Letras, 2005, pp. 17-21.

pois as novas estruturas do poder tradicional impostas passaram a transmitir os seus cargos políticos e posições sociais aos seus filhos, contrariando as regras costumeiras de transferência de poder e de riquezas. A família patriarcal começou a ganhar terreno e fortaleceu-se graças à influência islâmica. Outrora, a genearca era considerada a herdeira e detentora da ancestralidade do clã, elo de ligação entre os vivos e os mortos. Mas o decano da linhagem era o seu irmão, que representava o grupo de irmãs.

Em Moçambique, as diferentes formações sociolinguísticas pertencem à família linguística “*Banto*”, um subgrupo das línguas nígero-congolesas, sem dúvida, a mais importante da África central e meridional. Inicialmente, originário dos planaltos dos Camarões, este idioma, cadinho de culturas e aglutinante, foi criando num tempo longo um sentimento de pertença a uma identidade própria africana. Na vida dos “*Bantos*”<sup>128</sup>, havia quatro grandes momentos – o nascimento, a puberdade, o casamento e a morte, que eram assinalados através de rituais, onde a arte e a religião se interpenetravam. Apesar da diversidade, o culto dos antepassados constituía a base da vida religiosa. O culto da família patrilinear era dirigido pelo decano, o único a poder interceder junto dos mortos. Na família matrilinear, antes do período da ocupação efectiva e mesmo no decurso da administração colonial, era a genearca, como atrás referimos, quem detinha um papel fundamental. Nada se passava no interior da família alargada sem que ela desse o seu consentimento. Representava a “*barriga*” do grupo de parentes uterinos e era considerada a “*mãe das mães*”.

Logo a seguir ao decano, que estabelecia a ligação entre os vivos e os mortos, posicionavam-se os sacerdotes, que controlavam os espíritos e abrandavam as suas fúrias. No Sul de Moçambique, o culto mais difundido era a adoração dos “*Manes*”. O oficiante ou sacerdote, geralmente uma pessoa por todos respeitada e em quem todos acreditavam, tinha capacidades para “*conversar*” com os antepassados, graças ao seu prestígio. A ideia dos “*Manes*” constituía o fulcro de todas as concepções. O primeiro homem teria aparecido graças à invocação feita pelo “*grande antepassado*”, quase tão venerado como o “*senhor do céu e do trovão*”.

---

<sup>128</sup> Conceito linguístico em revisão. Ver JUNOD, Henri Alexandre, *Uso e Costumes dos Bantos – A vida duma tribo do Sul de África*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917. (Versão do Inglês por Carlos Bivar), pp. 35-159 (ritos masculinos) e pp. 160-201 (ritos femininos). Cf. SOUTO, Amélia Neves de, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1996, pp. 202-206 (consultar o item VIII – “Tradições Culturais e Ideologia”).

O culto dos antepassados<sup>129</sup> variava pouco de clã para clã e o sacerdote era, muitas vezes, um velho régulo ou um idoso e exemplar chefe de família. Era este que dirigia as cerimónias de petição das chuvas, de cereal, de gado, de saúde, de aumento da natalidade, etc., pois havia a crença de que os “*Manes*” viviam no interior da terra e esta era a mãe de toda a vida vegetal e animal. Na região de Tete havia o culto zoolátrico de Tsato, ou seja, a adoração da jibóia, a deusa da chuva. Na Alta Zambézia e no Niassa predominavam os cultos domésticos de natureza totémica. Além dos animais, veneravam-se as árvores ancestrais, aceitando-se a metempsicose.

A Colónia de Moçambique era constituída como já atrás mencionámos, por diversos povos e culturas, o que não nos permite uma abordagem generalista da chamada África das aldeias. Missionários como Henri Alexandre Junod,<sup>130</sup> administradores como António Rita-Ferreira<sup>131</sup> e antropólogos como Jorge Dias e Margot Dias<sup>132</sup> tiveram essa percepção, pois nos seus trabalhos trataram povos e culturas específicas, com um detalhe impressionante e rigoroso. Nesta linha se inscreve a pesquisa de José Fialho Feliciano<sup>133</sup>, em relação ao povo Tsonga e a de Paulo Granjo<sup>134</sup>, sobre um dos seus sub-grupos, os Ronga.

A sociedade tradicional, representada na memória dos mais velhos, situa-se no espaço rural, de uma vivência comunitária pautada por rituais próprios, desde o nascimento à morte, preparando colectivamente os seus membros para as diferentes fases da vida. Historicamente, a sociedade tradicional sofreu o impacto de várias expansões, o que levou a várias rupturas importantes, no modo de produção, do

---

<sup>129</sup> BOLÉO, José de Oliveira, *Moçambique*, Lisboa, Agência – Geral do Ultramar, 1951, pp. 201-210. Cf. DIAS, A. Jorge, “O mundo sobrenatural dos indígenas da África Portuguesa” in *Estudos Ultramarinos*, n.º 1, 1961, pp. 29-42.

<sup>130</sup> JUNOD, Henri Alexandre, *Uso e Costumes dos Bantos – A vida duma tribo do Sul de África*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917. (Versão do Inglês por Carlos Bivar.)

<sup>131</sup> RITA-FERREIRA, António, *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Porto Afrontamento, 1975.

<sup>132</sup> DIAS, Jorge, e DIAS, Margot, *Os Macondes de Moçambique III – vida social e ritual*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1970.

<sup>133</sup> FELICIANO, José Fialho, *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

<sup>134</sup> GRANJO, Paulo, *Lobolo em Maputo. Um Velho Idioma para Novas Vivências Conjugais*, Porto, Campo das Letras, 2005.

habitat<sup>135</sup> e do pensamento, sobretudo sob a influência do islamismo e do cristianismo.

Todavia, até aos nossos dias persistem fenómenos de matrilinearidade e de patrilinearidade, que atestam a permanência da tradição em sociedades do Norte e do Sul de Moçambique, tendo-se verificado bolsas de resistência a culturas estrangeiras impostas. Exemplos de resistência, encontrámo-los nas canções de trabalho, que denunciam a exploração colonial, um novo tipo de relacionamento entre homem e mulher, e conflitos entre gerações, como que a querer perpetuar uma sociedade idilicamente imaginada. É interessante notar um denominador comum, no que respeita à divisão de tarefas entre homens e mulheres, cabendo aos primeiros a actividade bélica, a caça, a pastorícia e a pesca e às segundas a agricultura, a actividade relectora de lenha e de água, o cuidar do marido e dos filhos.

## 4.2. O espaço urbano

Fruto do impacto da colonização europeia, o fenómeno urbano que se consolidou ao longo do século XX é, segundo a tese de Fernandes e Janeiro<sup>136</sup>, uma

---

<sup>135</sup> BRUSCHI, Sandro, *Campo e Cidades da África Antiga*, Maputo, FAPF, CEDH, UEM, 2001, pp.147-148 e p. 150.

<sup>136</sup> FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes, “Estruturas urbanas da Expansão Portuguesa em África, até ao Século XIX, uma síntese”, in *UR-Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 5, pp. 26-39. Tive o privilégio de fazer parte do Projecto: “Estruturas Urbanas da Expansão Portuguesa – Criação de uma base de dados”, chefiado pelo Arquitecto, Professor Doutor José Manuel Fernandes, o que permitiu pesquisar as cidades do ultramar português. Neste grupo de investigação trabalhei a área afro – oriental, onde se localiza a Colónia de Moçambique, do que resultou uma base de dados, com a sistematização de informação relevante. São igualmente importantes os estudos que analisaram o fenómeno urbano num tempo pré-colonial, tais como os coordenados por Catherine Coquery-Vidrovitch, *Processus d’Urbanisation en Afrique Noire*, Paris, L’Harmattan, 1988 e *Histoire des Villes d’Afrique Noire*, Paris, Albin Michel, 1993 e os organizados por Michel Cahen,

prova da “*continuidade e prática do modelo urbano*”<sup>137</sup>, encetado no último quartel do século XIX. Para o estudo de núcleos urbanos coloniais partiu-se do conceito abrangente de uma estrutura onde se identifica a presença de duas ou de três funções urbanas significativas, isto é: Fortificação, Igreja e Câmara. Para cada núcleo urbano, registaram-se três grupos de indicadores classificativos, sendo o primeiro a estrutura global, o segundo a história urbana e o terceiro, os elementos internos.

Segundo estes critérios vejamos então, em síntese uma breve caracterização da vida quotidiana urbana em Lourenço Marques/Maputo. Sistematizando, os seus principais momentos históricos podem ser indicados, a partir da edificação do Presídio litoral (1867-68), crescendo com um plano reticulado de Joaquim José Machado (1887), de grande rigor e arejada escala, foi-se desenvolvendo em direcção à zona alta para o Alto-Maé até 1895 e depois para Maxaquene e Polana até 1925. Durante este período e até décadas depois, a cidade manteve-se fiel ao traçado inicial, ganhando nos anos 50 um novo bairro a Nordeste, “Sommerchield” e uma via circular a Norte.

A cidade baixa, desenvolvida a partir da Praça 7 de Março/25 de Junho, onde se encontra o forte, rasgou os muros do Presídio, ligando-se através da Av. da República/25 de Setembro com as novas vias do plano de 1887. Neste, os eixos principais constituem as Av. 24 de Julho e Pinheiro Chagas/Eduardo Mondlane (ligando de Oeste a Este, os bairros de Alto Maé, Maxaquene e Polana) enquanto no sentido Sul-Norte, as vias principais são as Av. Manuel de Arriaga/Karl Marx e Augusto Castilho/Lenine, para além da via mais cosmopolita, a Av. Aguiar/D.Luís/Samora Machel, ligando a baixa à alta. Na frente para o Oceano Índico, a Av. António Enes/Julius Nyerere prolonga-se para os novos bairros<sup>138</sup>. Cidade portuária, ligada ao hinterland sul-africano pelos caminhos-de-ferro, transformou-se efectivamente em capital da Colónia de Moçambique em 1907<sup>139</sup>.

---

*Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, L'Harmattan, 1989. Mais abrangente é o estudo do Professor italiano Sandro Bruschi, *Campo e Cidades da África Antiga*, Maputo, CEDH-UEM, 2001.

<sup>137</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>138</sup> Ver auto de demarcação definitiva do concelho de Lourenço Marques, in *Boletim Oficial*, n.º 36, 3ª série, de 04.09.1940. In *Mapa das povoações criadas até 31.12.1959 e sua situação legal*, Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Agrimensura, Imprensa Nacional de Moçambique, 1960. Consultar LOBATO, Alexandre, *Xilunguine*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970. Ver MENDES, Maria Clara, *Maputo Antes da Independência. Geografia de uma Cidade Colonial*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1979.

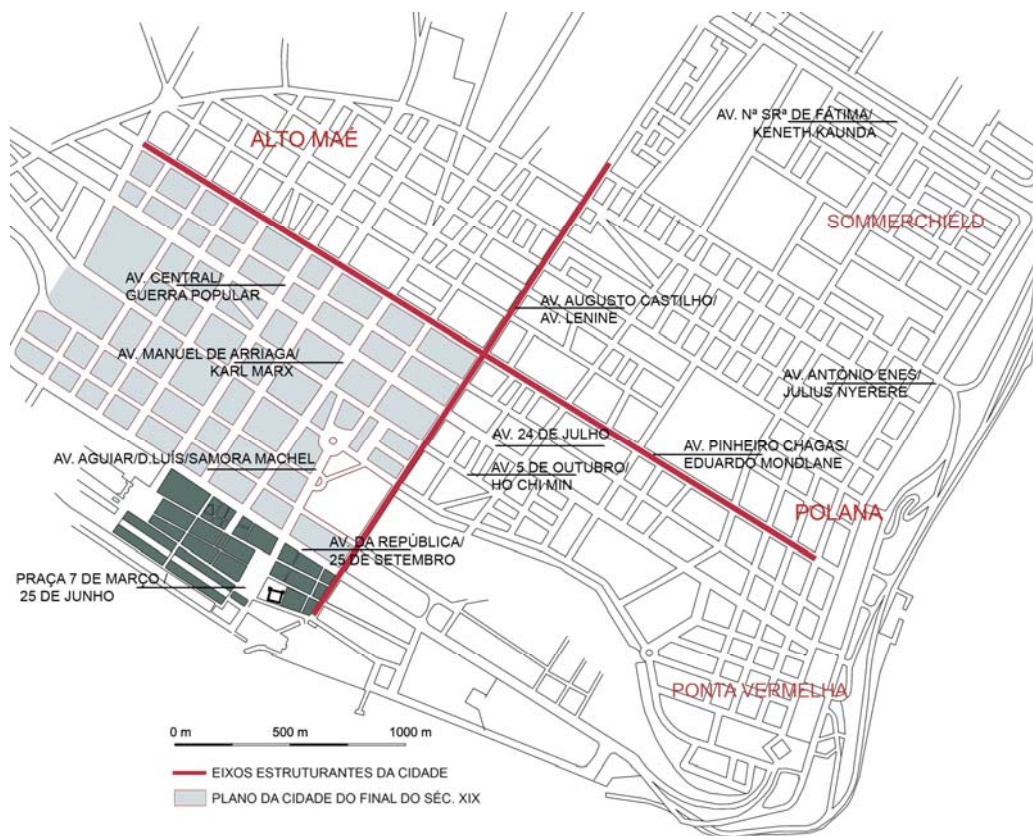
<sup>139</sup> O aparelho administrativo-militar, montado nesta cidade, destinado a controlar a “pacificação” do Sul, terá tido peso na decisão do Governador-Geral, expressa na circular de 22 de Novembro de 1898 de transferir a sede do Governo e Secretaria-Geral para



Quem vivia na cidade nos finais do século XX? Há dados coligidos rua a rua, que nos permitem identificar os seus habitantes distribuídos pela categoria de “europeus, asiáticos e africanos”, verificar quais as zonas mais populosas e, cruzando com postais e fotografias da época conhecer o seu habitat, imaginando as rotinas do quotidiano...

---

Lourenço Marques, a partir de 1 de Dezembro desse ano. Todavia, a mudança da capital só se efectiva em 1907, através da “Reorganização Administrativa da Província de Moçambique”, reforma decretada a 23 de Maio de 1907.



### Gravura nº 5. Evolução da cidade de Lourenço Marques/Maputo

Mapa elaborado por Maria de Lurdes Janeiro, 2008.

**Quadro nº 25. População de Lourenço Marques em 1894<sup>140</sup>**

<b>Arruamentos</b>	<b>Pop. Total</b>	<b>Europeu s</b>	<b>Asiático s</b>	<b>African os</b>
Rua D. Luis	170	61	98	11
Avenida Central	134	102	17	4
Rua da Gávea	112	59	51	2
Avenida D. Manuel	91	72	16	3
Avenida D. Carlos	84	54	18	
Praça 7 de Março	55	38		
Travessa S. Pedro	38	19		
Rua N <sup>a</sup> .Sr <sup>a</sup> . da Conceição	19			
Rua da Lapa	16	13		
Travessa do Baluarte	13	10		
Avenida Andrade Corvo	10	8		
Largo Serpa Pinto	38			
Avenida Paiva Manso	34	30		
Bairro Indígena	30			
Avenida Francisco Costa	23	22		
Avenida Castilho	22	19		
Avenida Pinheiro Chagas	19	15		
Alto Maxaquene	15	15		
Avenida Machado	15	14		
Avenida Tito de Carvalho	14	13		
Avenida Aguiar	13	12		
Ponta Vermelha	12	11		
Avenida Afonso de Albuquerque	11	9		
Alto Maé	9	6		
Avenida Luciano Cordeiro	6	4		
Estrada das Mahotas	4			
Travessa da Palmeira	12			
Travessa da Linha da Porta	8	8		
Travessa da Laranjeira	6	6		

<sup>140</sup> MENDES, M. C., *op. cit.*, pp. 87-88.

Travessa da Fonte	3			
Travessa da Catembe				
Bairro do Caminho-de-Ferro				
<b>Total</b>	866	559	102	9

A partir de 1895, a cidade expandiu-se em direcção à Ponta Vermelha. Três anos mais tarde, em 1898, tinha um total de 2.401 pessoas, das quais 34,4% de estrangeiros, sendo 20,9% de ingleses oriundos da Índia, 23,1% de indianos e 10,8% de negros. Estudos históricos comprovam que este crescimento está relacionado com as ligações ferroviárias entre Lourenço Marques e Pretória e, por conseguinte, com o desenvolvimento do sector terciário. Cidade cosmopolita, no trabalho e no lazer, assim se lhe referia Mousinho de Albuquerque<sup>141</sup>:

*“Não receava que Lourenço Marques se tornasse uma espécie de Monte Carlo ou Ostende, unicamente votado ao prazer. Era já e tem de ser cada vez mais uma cidade de trabalho, um centro de colonização, mas dessa feição, que ali atrai as mais variadas raças de especuladores e aventureiros, resulta a necessidade de regularizar, policiando-os e levantando-lhes o nível, os divertimentos e os prazeres, para evitar, quanto possível, as abjecções que surgem espontâneas nestas cidades de população cosmopolita. Opondo assim o clube ao bar e o jogo policiado às espeluncas de batota, contribuía-se para o levantamento não só da civilização mas da moralidade dos habitantes”.*

Entre 1900 e 1912, verifica-se “um crescimento de 40,2%“, na faixa da população branca, segundo Maria Clara Mendes, que citando Lobato refere que: “19% eram estrangeiros, registando-se ainda a existência de 1.717 mulheres brancas e os chineses eram em número de 373”<sup>142</sup>. Quanto aos números relativos aos outros grupos como indianos, mistos e negros, só há informações em obras da década de trinta. Vamos começar por observar, nos diferentes bairros e ruas, desde a zona baixa à zona alta, do centro aos subúrbios, os tipos de casas que vão sendo construídas, onde viviam famílias agrupadas, segundo o seu lugar na hierarquia social da Colónia. Em 1930, estima Zilhão a existência de 20.642 habitantes na

<sup>141</sup> MOUSINHO de ALBUQUERQUE, J., *op. cit.*, vol. II, pp. 302-303.

<sup>142</sup> MENDES, M. C., *op. cit.*, p. 89.

cidade de Lourenço Marques, distribuindo-se da seguinte forma, em (%) pelos vários bairros da capital<sup>143</sup>:

**Quadro nº 26. População de Lourenço Marques em 1930**

Habitantes	População	Percentagem da distribuição pelos bairros (%)					
		Ponta Vermelha	Polana	Alto Maé	Baixa	Subúrbio Ocidental	Subúrbio Oriental
Europeus	8.304	89	88,2	73	45	48	41
Indo-Portugueses	1.459	6	5,2	11	22	9,5	6,5
Indo-Britânicos	1.164	1	0,3	2	19	5	5
Amarelos	270	1	0,5	0	7	1,5	3
Mistos/Negros	9.445	3	5,8	14	7	36	44,5
<b>Total</b>	<b>20.642</b>						

Dos 9.445 habitantes, negros e mistos, estima-se em 1.093, os mestiços. Continuando a citar Maria Clara Mendes, “*os bairros da Polana e Ponta Vermelha eram essencialmente ocupados por estrangeiros, pois correspondiam às melhores áreas da cidade, mais arejadas com melhor exposição ao sol e sobranceiras à baía... Tal como hoje, o bairro Central fazia a transição entre a zona rica e europeia e a dos negros, mais pobre. À data comportava a maior percentagem de asiáticos e de habitações de madeira e zinco. Era contudo, a zona mais viva da cidade, com grande abundância de lojas e de casas de bebidas.*”

O Alto Maé apresentava habitações cuidadas, de madeira e zinco, e tinha uma população essencialmente mestiça”. Os bairros dos subúrbios, na zona de “caniço”, o de Xipamanine, que se desenvolve em função da estrada de Lindemburgo, já referida, e o da Munhuana, da Malanga e Lagoas, com casas de caniço e zinco e palhotas maticadas, alojavam a maioria da população negra, mestiça e uma minoria de brancos pobres.

Poucas são as informações sobre a vida familiar no seu interior ou a sua ausência, no período que é objecto do nosso estudo. Apenas, a imprensa divulgou em prosa e, raras vezes em poesia, testemunhos dramáticos, eivados de crítica social e, claro está, nunca poupando a administração colonial. Seleccionámos alguns

<sup>143</sup> MENDES M. C., *op. cit.*, pp. 89 e 94-95.

extractos dos jornais, *O Africano* e *O Brado Africano*, em que algumas histórias de vida contrariam a imagem de progresso e de riqueza, conseguidas em África.”*O português vulgar, que é conhecido por “mumadji” (branco pobre) entre os indígenas, sempre que sai de Portugal traz a sua ideia amadurecida de uma curta estabilidade em terra de pretos, arranjar uma economias e “safar-se” para Portugal a refastelar-se, a gozar aquela “fartura”, junta sabe Deus com que sacrifício, durante 2, 3 e 4 anos! E sabe-se lá as privações por que passou aquele homem para juntar 300 ou 400\$000 réis? É um poema de dor e de miséria. Uma verdadeira loucura o que alguns fazem para “coalhar ao canto da mala” umas mesquinhas placas! A febre do ouro! Vivem em pocilgas sem luz, sem ar, aos 4 e 5 para “a coisa sair mais em conta”. Comem, habitualmente, três pessoas d’ uma comida, porque sai mais barato, d’ uma cantina imunda, uns caldos ou sopas que são, com mais propriedade, uma pouca de água chilra onde nadam, desesperados, cinco feijões, à busca de companheiros...”*<sup>144</sup>

Orlando Mendes, escritor moçambicano, nascido na Ilha de Moçambique em 1916 e que viveu a sua juventude, em Lourenço Marques recorda esses tempos<sup>145</sup>: “*Meu pai era operário, era correio, trabalhava com objectos de couro, cabedal. E a minha mãe era doméstica, tinha sido criada de meninos de um médico que havia aí. Vieram por vias diferentes, encontraram-se cá. O meu pai veio em 1898, a minha mãe pouco tempo depois. Eram muito novos e casaram-se cá...Aqui a vida não era fácil. Costuma-se dizer que o colono era explorador e de certa maneira é verdade. Mas havia colonos de várias categorias, e a nossa vida era difícil porque eu tinha muitos irmãos, vivi sempre em casa simples e a nossa vida foi sempre difícil, sem empregado doméstico nem nada disso, sempre pobre...*”

A vida de um outro poeta moçambicano, José Craveirinha, nascido em 1922, decorreu entre dois mundos, o pai algarvio, natural de Aljezur, polícia em Moçambique desde 1908, a madrastra branca e a mãe negra, de etnia Xironga. Vejamos como recorda a sua infância e a sua juventude. “*A minha madrastra tinha um certo estatuto social e fomos viver para uma casa melhor, num sítio da cidade mais... na Avenida 24 de Julho, ainda me lembro perfeitamente... E a minha mãe ficou onde estávamos dantes; embora a minha madrastra fosse muito atenciosa para com a minha mãe –, a minha mãe ia todos os meses a casa ver-nos, ver os filhos e levar o rancho – géneros – e uma pensão em dinheiro...*”

---

<sup>144</sup> *O Africano*, 13.05.1909.

<sup>145</sup> CHABAL, P., *Vozes Moçambicanas, Literatura e Nacionalidade*, (1994), p.73.

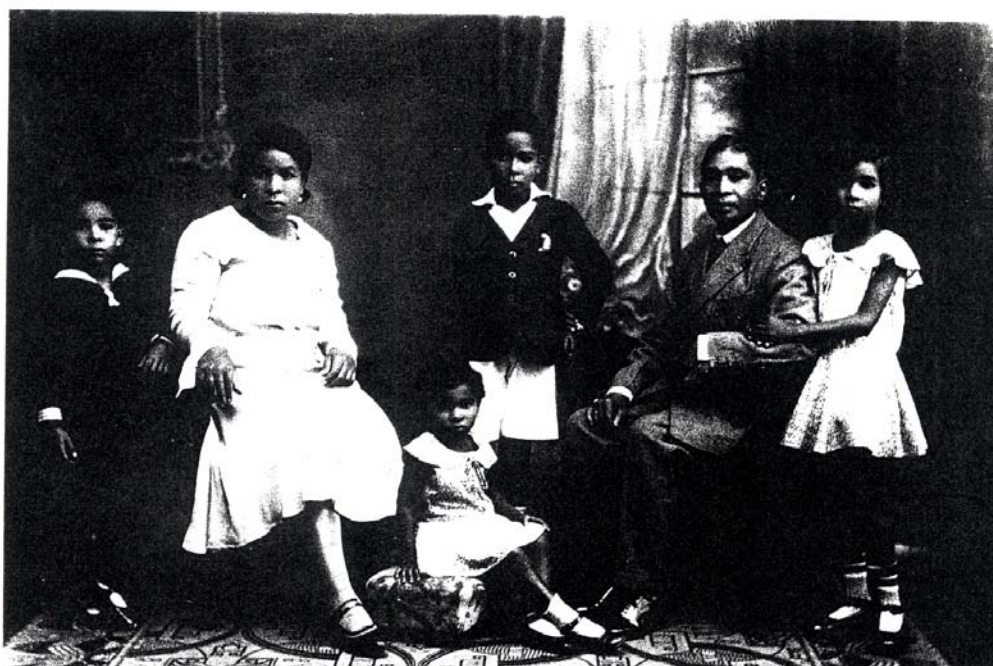
*“Acontecia até que uma vez por mês ou sempre que era necessário íamos ter com o meu pai à Praça 7 de Março. A Praça 7 de Março era, naquele tempo, em Lourenço Marques, onde afluíam e confluíam as pessoas importantes da terra. E o lugar de encontro que o meu pai nos indicava era precisamente a Praça 7 de Março, e nós íamos ter com ele; íamos ter com ele a um lugar onde havia só brancos, e era dali que nós íamos depois com ele fazer compras...”*

Por volta dos 16, 17 anos começou a frequentar a Associação Africana, *“fazendo parte de uma comissão de festas – na Associação havia duas comissões de festas: uma, chamada Mocidade, considerada a mais irreverente, mais moderna, e a outra, chamada Juventude, de jovens também, mas conservadores. Então nós da Mocidade tínhamos outros gostos, cultivávamos, por exemplo, o jazz, e eles não gostavam... até no vestir nós nos distinguíamos. Nós vestíamo-nos como o que naquele tempo era considerado a «era swing»... Então vestíamo-nos à swing – as calças estreitas, aqueles casacos... a influência dos filmes. E depois cultivávamos isso: tínhamos sessões, sessões de jazz em que apareciam só o Duque Ellington, o Count Basie, os «monstros» do jazz – e que os outros não frequentavam”*<sup>146</sup>.

Do mesmo grupo de Craveirinha, mas mais nova, Noémia de Sousa, uma das poetisas moçambicanas, conta as suas recordações de infância, onde o quotidiano é primorosamente traçado: *“Nasci na Catembe, numa daquelas velhas casas coloniais com a varanda toda à volta. Nasci em 20 de Setembro de 1926...Fui a mais nova de seis irmãos. A minha mãe chamava-se Clara Bruheim. Era filha de Alemão e de Ronga!... Naquela altura penso que o seu pai e o seu tio teriam sido caçadores porque viveram bastante no que então se chamava Maputo, que era depois de Catembe, mais para o interior, mais para o pé da fronteira com a África do Sul. Havia muitos elefantes, muitos animais selvagens. E naquela altura fazia-se muito comércio de marfim, de pérolas (...) E os homens que viviam assim tinham sempre a tendência para arranjar mulheres filhas dos chefes para terem a liberdade de fazerem as suas caçadas...”*

---

<sup>146</sup> *Idem*, pp. 85-92.



**Gravura nº 6. Noémia de Sousa e família.**

Lourenço Marques, s/d. Da esquerda para a direita: Nuno Abranches de Sousa; Mãe; Noémia de Sousa; Rui A. de Sousa; Pai e Vanda de Sousa. *In* AHM, Fototeca, nº. 295.

*“O meu pai é descendente de Portugueses, de Goeses e de Macuas!... Era alto funcionário... Os meus pais viviam na Ponta Vermelha. Os meus irmãos mais velhos nasceram na Ponta Vermelha. Depois mudaram-se dessa zona e foram viver perto da antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde está agora a catedral. Depois passaram-se para a Catembe, porque o Estado estava a dar terras às pessoas que a quisessem cultivar... Então o meu pai resolveu fazer casa aí, embora continuasse a ser funcionário. E o quinto irmão e eu nascemos lá...”*

Referindo-se à mãe, *“tinha tudo da cultura moçambicana, dos hábitos, dos costumes... A minha mãe vestia capulana e quando aquela sociedade começou a mudar e a minha mãe não era reconhecida como mulher do meu pai, então o meu pai resolveu casar para que ela fosse reconhecida como mulher dele, fez seguro para os filhos, para a minha mãe. E nós fomos ao casamento dos nossos pais, até tenho uma fotografia. Eu devia ter três, quatro anos, lembro-me disso, foi na Igreja de Nossa Senhora da Conceição...”*

Os pormenores relativos ao vestuário feminino sucedem-se na descrição. *“E a minha mãe começou a usar vestidos... Foi uma coisa de que não gostei muito.*



*Porque gostava de ficar ali encostadinha, e as capulanas têm uma quentura diferente do vestido, da seda... É uma coisa mais confortável, mais quente. Ela usava aquelas capulanas compridas, vestia-se como se vestiam as pessoas daquele tempo, então quando eram «senhoras», com todo um ritual da roupa: tinham a roupa interior, que era – e é – umas capulanas que eram brancas com uma barra larga vermelha ou azul, depois outra mais fina, às vezes com entremeios de renda. Usava-se uma curta, que fazia de cuecas, e depois vinha essa, um bocado abaixo do joelho, e depois vinha outra capulana, essa com pregueados, que era o «vestido», até ao tornozelo»<sup>147</sup>. Um outro testemunho, onde pela primeira vez se fala das dificuldades de quem vive com os tostões contados, vem da poesia de Rui de Noronha:*

*“SONETO”<sup>148</sup>*

*Eu tenho a pagar 10 e na carteira*

*Apenas tenho 8, eis a arrelia.*

*Eis-me buscando na mente uma maneira*

*De pagar o que devo em demasia.*

*E fico às vezes nisto todo um dia.*

*Um dia inteiro em estúpida canseira,*

*Se busco distrair-me, de vigia,*

*Olha-me a dívida grosseira.*

*E entretanto na rua vão passando*

*Carros de luxo, altivos salpicando*

*O lodaçal dos trilhos sobre mim...*

*E sinto, na revolta, o algarismo,*

---

<sup>147</sup> *Idem*, pp. 104-108.

<sup>148</sup> *O Brado Africano*, 15.02.1926.

*Do trono do brutal capitalismo,*

*A rir de nós, os bobos do festim!*

Como se pode deduzir, pelo estudo da imprensa local e pelos testemunhos de escritores moçambicanos, um sem número de encontros de carácter social, político ou desportivo animavam a cidade, partindo da iniciativa de associações, sociedades e clubes, muito ao gosto da sociedade inglesa e transvaliana. Fora das salas do Grémio Africano, por exemplo, muitas actividades se desenvolveram, sendo as mais famosas as excursões em que participavam famílias completas e, que coincidiam com a época do caju e do cânhamo. “*Havia petiscos vários, actividades culturais e passava-se um dia muito agradável, convivendo*”, recorda Honwuana<sup>149</sup>. Outros lugares públicos, porém, intensificavam a vida social, tais como a Praça 7 de Março e os seus quiosques, o Bazar (mercado municipal), as Igrejas, a rede imensa de cantinas e bares, os hotéis, a praia da Polana. E, as casas, sobretudo as de famílias ilustres da terra, onde de tudo se discutia, como recorda Noémia de Sousa, os jardins, as ruas e os quintais das casas ou das cabanas de caniço, palco de tantas histórias que assim começavam: «*Karingana ua Karingana*» e o público respondia – «*karingana*».

Assim, defendemos a tese de que a colónia de Moçambique, desde o século XIX e ao longo do século XX, se caracterizou por ter uma sociedade complexa, com vários povos e culturas em presença. Sistematizando-a, Ribeiro observou que são várias as “realidades que compõem a sociedade moçambicana (regionais, étnicas, religiosas, entre rurais e urbanos, de classe ou outras)”<sup>150</sup>. Por outro lado, uma das características demográficas que desde muito cedo se evidenciou foi o cosmopolitismo da capital, Lourenço Marques e das cidades costeiras, Inhambane, Beira, Quelimane, Ilha de Moçambique, Pemba e Ibo pela presença de estrangeiros, traço que persiste até aos nossos dias. Minorias em terras estranhas, unidas pela aventura, o comércio, a navegação e o lucro. Como traço de raiz, foi surgindo um fosso entre as elites e a maioria da população, que teimou em crescer desmesuradamente, vincando a hierarquização e a branquização do modo colonial. Para um segundo plano, nas primeiras décadas do século XX, passaram os filhos-da-terra, intermediários entre os dois mundos – o europeu e o africano, no dizer de José

---

<sup>149</sup> HONWANA, Raúl Bernardo, *op. cit.*, p. 105. Ver a foto sobre a família Honwana mais adiante.

<sup>150</sup> Ver RIBEIRO, 2000, p.165.

Craveirinha que viveu essa realidade e a imortalizou numa escrita de revolta, nacionalista e identitária de moçambicanidade.

Nas dinâmicas sociais, dialecticamente identificámos como factores e fenómenos de união e de fragmentação: a língua portuguesa, idioma do discurso oficial, da administração e das relações sociais a nível da elite, minoritariamente falada num território com várias formações sociolinguísticas em presença; entre muitos outros credos, desde o animismo ao sincretismo religioso, o islamismo e o protestantismo, a religião católica, praticada por uma minoria branca e mulata; e o Estado colonial, com o seu regime autoritário, violento e repressivo, impondo a “*lei e a ordem*” a um conjunto populacional, em que a maioria não era considerada como cidadã.

Importa destacar as semelhanças da sociedade colonial com as de uma sociedade de Antigo Regime. E porquê? Por ser uma sociedade estamental, em que a posição do indivíduo se definia pela sua situação jurídica e pela posse de determinados privilégios<sup>151</sup>. Veja-se a condição de colonos, assimilados e indígenas, os três estados, as três ordens ou braços. Mas esta sociedade estamental é justaposta com uma sociedade burguesa, por um lado, uma sociedade de classes e, por outro entrosa-se com uma sociedade tradicional africana, comunitária e antiga.

Além das manifestações de ordem mágico-religiosa, destaca-se o fenómeno de resistência cultural que se verificou no tempo colonial, quer a nível rural como urbano, através da manutenção da tradição viva, da tradição oral, passando de geração para geração, a história de antepassados comuns, de acontecimentos relevantes para a vida da comunidade<sup>152</sup>.

Nos subúrbios das grandes cidades, sobretudo em Lourenço Marques e Beira, ainda hoje podemos observar como se fixaram as famílias, segundo as suas formações sociolinguísticas, mantendo viva a tradição e perpetuando-a em representações simbólicas. Por outro lado, no estudo que desenvolvemos sobre a elite urbana, intelectual e desenraizada, podemos constatar no movimento proto-nacionalista, como os filhos da terra<sup>153</sup> partiram em busca de origens longínquas,

---

<sup>151</sup> In *Gran enciclopedia Larousse*, vol. 4, Barcelona, Ed. Planeta, 1974, p. 542.

<sup>152</sup> Ver a Secção de História Oral no Arquivo Histórico de Moçambique, onde estão preservados importantes testemunhos, recolhidos por investigadores moçambicanos.

<sup>153</sup> Ver mais adiante no Capítulo sobre as Associações Africanas.

revisitando a tradição, no teatro e na pintura, na poesia e na imprensa polémica e nativista, denunciadora da aculturação forçada que a assimilação tentou impor.

### **CAPÍTULO III – Partidos Políticos e Grupos de Pressão em Lourenço Marques**

#### **1. Caracterização global da acção dos principais actores sociais**

Percorremos no segundo Capítulo a história da cidade de Lourenço Marques, capital da Colónia de Moçambique, inserida num triângulo de influências de cultura e de mentalidades – da Índia, da África do Sul e de Portugal, para citar as que parecem ser predominantes, no impacto da textura urbana na sociedade africana. No presente capítulo, pretende-se analisar a intervenção de partidos políticos e grupos de pressão na cidade capital, centro do aparelho administrativo e de decisão. Partimos da caracterização global da acção dos principais actores sociais, identificados no capítulo anterior para a análise do movimento associativo colonial.

Como hipótese de trabalho, construímos um quadro, onde colocámos, na coluna dos dados invariáveis: a raça e a classe, uma vez que o convívio social se desenrolou numa base racial e classista e, na coluna das variáveis, os resultados da acção desenvolvida pelos actores sociais em presença. Por outro lado, torna-se evidente a segregação racial que as associações comprovam no quotidiano do seu convívio. É de destacar a importância de fontes orais na pesquisa que temos vindo a desenvolver, pois permitiu-nos preencher lacunas que os documentos escritos teimavam em esconder, sobretudo no que se refere à acção da Maçonaria em Moçambique, ilegalizada em 1935 mas presente até aos nossos dias.

**Quadro nº 27. Resultados do movimento associativo**

<b>Grupo Social</b>	<b>Associação de Classe</b>	<b>Sociedade Recreativa</b>	<b>Instituto de Previdência</b>	<b>Partido Político</b>
Alta burguesia branca	Ass. Comercial de L.M.; Ass. dos Proprietários	Grémio de L.M.; Grémio Militar		União Nac. e depois ANP
Média Burguesia branca	Ass. Médicos da Colónia de Moç.; Ass. Fomento Agrícola	Ass. dos Naturais; Sociedade de Estudos; Núcleo de Arte; Cine-Clube		Democratas de Moçambique; P.C.P.; MUD - Juvenil
Pequena burguesia branca	Ass. dos Empregados do Comércio e Indústria; As. dos Funcionários Civis		Montepio Oficial	Centro Republicano Couceiro da Costa; Centro Republicano Evolucionista; Centro Socialista
Pequena Burguesia Goesa	Instituto Goano			
Pequena Burguesia Mulata/Africana	Grémio Afric./ Ass. Africana da Colónia de Moç.; Instituto Negrófilo/ Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moç			Centro Socialista

Operariado Africano	União dos Trabalhadores Africanos			Centro Socialista
Operariado Indiano			As. de Mútuo Auxílio dos Operários Indianos	
Operariado branco	As. Pessoal do Porto e dos CF; Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras		Montepio Ferroviário	Centro Socialista

Este quadro tipifica a acção dos actores sociais urbanos mais importantes, (indicada nas colunas verticais), pela sua dinâmica e capacidade organizativa expressa, (no espaço horizontal), através de múltiplas instituições criadas. Regra geral, a sua atitude perante o poder caracterizou-se pela reivindicação e conflito, salvo as que se situaram na esfera do próprio regime e com ele colaboraram. Podemos dar alguns exemplos do tipo de pressão exercida, desde um lugar no Conselho de Governo, tal como exigiu a Associação dos Funcionários Cíveis, à criação de um Tribunal de Árbitros, que resolvesse problemas de trabalho, requerido pelos operários de construção civil através da sua associação, a minimização da falta de mão-de-obra necessária, segundo a Associação de Fomento Agrícola.

A luta pela diminuição de horas de trabalho e melhores salários, enveredada pelos grupos operários que culminará nas greves, sobretudo nas dos ferroviários, mostra um certo crescimento do movimento operário. Todavia, os trabalhadores portugueses na colónia não englobaram na sua luta, a maioria africana e quase que a ignoraram. Os mineiros moçambicanos adquiriram experiência de luta operária mas na África do Sul, onde participaram em comícios e greves<sup>154</sup>. Poucos são os indícios de uma aproximação racial na luta operária. Ensaída no seio dos tipógrafos, com a União dos Trabalhadores Africanos, em 1911, parece-nos que qualquer tentativa nesse sentido teria sido perseguida, a julgar pela documentação relativa à

<sup>154</sup> Ver A.H.M., S.N.I., sec. B, cx. 622, sobre a participação de mineiros moçambicanos, em acções de luta.

Internacional apreendida pelas autoridades coloniais já em 1920<sup>155</sup>. Uma outra pista de investigação interessante de assinalar, é a tendência autonomista, que a burguesia colonial local aflora pela primeira vez em 1919, em relação ao governo da Metrópole, tentando talvez modificar a crise estrutural da economia da colónia, agravada na capital não só pelo pós-guerra, mas também pelo sector macrocéfalo do porto e dos caminhos-de-ferro, que fez crescer desproporcionalmente o sector de serviços, sem os restantes sectores – da agricultura e da indústria.

Da observação do fenómeno associativo, confirma-se a existência de um número elevado de associações, com fins distintos, a saber:

1. De classe: agrupando elementos, geralmente do mesmo ramo e defendendo os seus interesses profissionais, como por exemplo as associações de classe de operários, funcionários, comerciantes, agricultores, pescadores, motoristas, médicos, etc.
2. De previdência: servindo a comunidade em geral ou em particular, pequenos grupos sociais que a constituíam, havia as de beneficência, de carácter oficial, sob a direcção do Estado e, as particulares, onde actuou de forma relevante a Maçonaria<sup>156</sup>. Havia ainda as cooperativas, resultantes da actividade militante de destacados trabalhadores e as caixas de socorros-mútuos, organizados geralmente por uma associação de classe.
3. De defesa, instrução e recreio: os chamados clubes<sup>157</sup>, privilegiando o encontro de pessoas da mesma comunidade, organizando festas, características fundamentalmente com fins altruístas, revertendo os lucros depois para as instituições de beneficência. Exemplos destas instituições temos os clubes de recreio, as sociedades mistas de recreio e de beneficência, onde se pode apontar o caso do Grémio Africano de Lourenço Marques<sup>158</sup>, mais tarde Associação Africana da Colónia de

---

<sup>155</sup> Ver A.H.M., S.N.I., sec. B, cx. 1126, Documentação relativa à Internacional. Cópia de "um artigo da Internacional.- Pertence você à União Operária? Mensagem aos operários brancos e pretos". (1920).

<sup>156</sup> MARQUES, A. H. de OLIVEIRA, *História de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Palas Ed., 1981; *idem*, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Ed. Delta, 1986.

<sup>157</sup> FIGUEIREDO, José A. dos Santos, "La Vie Sociale", in *Moçambique*, Paris, Exposition Coloniale Intern., 1931.

<sup>158</sup> NEVES, O. I., "Em defesa da causa africana. Intervenção do Grémio Africano na sociedade de Lourenço Marques, 1908-1938", Lisboa, FCSH / UNL, 1989, (tese de mestrado); HONWANA, R. B.M., *Memórias*, Porto, Ed. Asa, 1989; MOREIRA, Adriano, "Les élites dans les territoires portugais sous le régime d'indignat (Guinée, Angola, Moç.)", in *Bulletin International des Sciences Sociales*, Lisboa, 1956 (versão portuguesa de 1963).



Moçambique; instituições de estudo, como a Sociedade de Estudos de Lourenço Marques; de defesa e outras, tão importantes como a Liga Anti-Alcoólica e a Liga de Defesa dos Animais.

4. Grupos religiosos: coexistindo na mesma cidade, grandes e pequenas igrejas, ocupando espaços espirituais, de acordo com a divisão étnica e social: a Igreja Católica, englobando a comunidade portuguesa; as Igrejas Protestantes, como a Wesleyan Methodist Church, Church of England (a Igreja Anglicana, de que Lourenço Marques era a sede de uma das doze dioceses do Sínodo Provincial da África do Sul); Presbyterian Church (a Missão Suíça); a Igreja Católica Ortodoxa (grega); a Mesquita (maometanos); o Pagode Chinês, etc. Sem existência legal, importa referir pequenas seitas religiosas, que se implantaram nos subúrbios da cidade, tal como a Igreja Episcopal Luso-Africana, a Igreja da Congregação dos Africanos. Apesar do estado colonial, no seu discurso oficial reconhecer a igualdade civil de todos os cultos, na prática tal não acontecia, já que houve casos de perseguição religiosa.
5. Representações partidárias: na sua maioria, transplantadas da metrópole para a colónia, defendendo interesses da pequena e média burguesia; organizações unitárias, de luta do operariado. Dentro das primeiras, aponta-se o Centro Republicano Couceiro da Costa, o Centro Republicano Evolucionista, A União Republicana, o Centro Socialista, o Grupo Libertário Francisco Ferrer, a Sociedade Propaganda Colonial Pró-Pátria, o Centro da Esquerda Democrática, a Liga da Defesa e Propaganda da Província de Moçambique, o Partido Comunista Português, o MUD, a União Nacional e a ANP, o Congresso Nacional Africano; no quadro das associações unitárias temos a União Operária, a Confederação Operária, o Sindicato Geral do trabalho, a Casa dos Trabalhadores e a União dos Trabalhadores Africanos;
6. Movimentos nacionalistas independentistas: como a MANU, a UNAMI, a UDENAMO e a FRELIMO;
7. Organizações secretas: a Maçonaria, com as suas respectivas Lojas espalhadas em todo o território, tais como “Cruzeiro do Sul” (Lourenço Marques); “19 de Junho” (Beira); “Dragão” (Xai-Xai); “Humanidade” (Moçambique); “Oriental” (Moçambique); “Orion” (Quelimane); “1º. de

Janeiro” (Lourenço Marques); “31 de Outubro” (Lourenço Marques); “União e Fidelidade” (Moçambique); a Carbonária e seitas chinesas.

## 2. A resistência republicana<sup>159</sup>

Nos anuários e na imprensa local recolhemos informações preciosas sobre partidos políticos, que seguindo modelos metropolitanos, emergiam no espaço urbano, ora preparando a implantação da República, ora vivificando-a. Sistematizando a colecção de informações mencionada, deparámos com representações partidárias republicanas, a saber<sup>160</sup>:

- \* Centro Republicano “Couceiro da Costa”, (1908) onde se associou a pequena burguesia republicana da capital, com uma forte camada de comerciantes, em rápida ascensão social<sup>161</sup>;
- \* Centro Republicano Evolucionista, (1910 ?) composto maioritariamente por funcionários públicos<sup>162</sup>;
- \* União Republicana (1915)<sup>163</sup> seria composta por dois grupos distintos, republicanos da ala “*liberal*” e “*socialistas revolucionários*”;
- \* Comissão Municipal do Partido Republicano Português (1926)<sup>164</sup>. Tal como na Metrópole, a representação democrática incluía desde os democratas mais radicais, mais de esquerda, a socialistas, comunistas e anarquistas.

A representação partidária que logrou resistir mais tempo, no período do Estado Novo foi o Centro Republicano Couceiro da Costa, considerado ilegal em 26 de Março de 1940. Analisemos como decorreu o processo<sup>165</sup>, observando os detalhes, onde não faltam: a malícia zelosa de um funcionário salazarista, a luta de salão entre

---

<sup>159</sup> Ver Neves, O.I., *op. cit.*, pp. 108 e 225; cf. Capela, J., *O movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927*, Porto, Afrontamento, 1983, pp. 46-52; cf. Castelo, C., *op. cit.*, pp. 362, 364-365, 368-369, 375-381.

<sup>160</sup> Ver Neves, O.I., *op. cit.*, p. 105.

<sup>161</sup> Ver Capela, J., *op. cit.*, pp. 26-27.

<sup>162</sup> *Idem*, pp. 22-23 e 52.

<sup>163</sup> Ver Neves, O. I., *op. cit.*, p. 54; cf. Capela, J., *op. cit.*, p. 20.

<sup>164</sup> OBA, 06.11.1926. Ref. à Moção das Comissões Políticas do P.R.P. de 20 de Outubro de 1926, contra a expulsão dos jornalistas Chaves de Almeida e Calvet de Magalhães.

<sup>165</sup> A.H.M., D.S.A.C., cx. 3, ver correspondência trocada entre o Centro Republicano Couceiro da Costa e a Direcção dos Serviços de Administração Civil, de 26 de Setembro de 1939 a 9 de Outubro de 1945.

este Director dos Serviços e o Governador-Geral e a habilidosa paciência republicana, teimando em existir. Informava, a 26 de Setembro de 1939, Henrique Mesquita de Castro Cabrita, que *“ainda hoje existe nesta Colónia o Centro Republicano Couceiro da Costa”*. Os seus estatutos foram aprovados em 17 de Outubro de 1917. Nos termos do art. 2º, nº. 2, dos seus estatutos o Centro tem por fim *“a difusão de todos as ideias liberais tendentes a melhorar em geral as condições da humanidade e em especial a dos cidadãos portugueses”*, e de harmonia com o art. 3º. *“o Centro seguirá quanto possível, sem abdicar da sua justa liberdade de acção, as decisões dos Congressos Republicanos”*. “Ora”, em jeito de interjeição zelosa, o ilustre licenciado preparava a proposta ao Governador-Geral, José Nunes de Oliveira, argumentando peremptoriamente *“em face da letra e do espírito da Constituição de 1933 e do regime político do Estado Novo, não há partidos, nem as ideias liberais podem melhorar as condições de vida dos cidadãos portugueses, antes pelo contrário são absolutamente condenadas pela doutrina corporativa”*.

*“Não se compreende”*, espantava-se *“mesmo hoje que haja um organismo que subordine as suas decisões dos malfadados congressos republicanos, figurando até no Anuário de Lourenço Marques de 1939, nas “Corporações políticas” (!!!)*<sup>166</sup>. *Nestes termos tenho a honra de propor a V. Excelência a dissolução do referido Centro, por ser ilegal a sua existência”*. O Governador-Geral concordou com a informação-proposta mas no seu despacho introduz um aspecto novo: *“Discordo apenas da oportunidade”*, o que permitiu ao Centro continuar a funcionar.

A 20 de Janeiro de 1940, o mesmo Nunes de Oliveira, Governador-Geral escrevia com mágoa<sup>167</sup>: *“Fui informado ontem de tarde de que corria na cidade, em virtude de uma apreensão de papéis que o Director dos Serviços de Administração Civil, (...) fizera no Centro Republicano Couceiro da Costa que se tinha descoberto que eu estava filiado no partido republicano português ou pelo menos no referido Centro. A informação foi-me prestada pelo chefe de Serviços dos Correios e Telégrafos, Francisco Paulo Menano, que por sua vez a recebera do gerente do B.N.U., Álvaro de Sousa, a quem o Presidente da Comissão Reguladora da Importação, Fernando Arvelos, haveria dito ter visto o meu nome em qualquer papel. Eu seria, segundo o Menano me contou, um dos últimos sócios – o nº. dois mil e tal – e não podia haver confusão dos nomes, porque a minha qualidade de*

<sup>166</sup> Ver Anuário de Lourenço Marques, pp. 220-221.

<sup>167</sup> SACADURA BOTTE, T.C.S.P. de, *Memórias e Autobiografia*, II vol., pp. 131 e 132.

*Governador-Geral constava expressamente do registo... A intenção do boato era evidente: atingir-me na minha honra pela atribuição de duplicidade política...”*

O Centro será considerado ilegal pelo Governador-Geral seguinte, General José Tristão de Bettencourt, a 26 de Março de 1940, após nova investida do zeloso Cabrita, que assim redigia: 1.” *Em 26 de Setembro do ano findo apresentei ao então Governador-Geral a informação que consta do processo junto. 2. Sua Excelência disse-me para aguardar que os do Centro Republicano Couceiro da Costa se manifestassem na romagem ao cemitério em 5 de Outubro, como era seu costume, e que depois procederia contra eles com esse pretexto. 3. Passou-se o dia 5 de Outubro e pela 1ª vez o Centro ficou quedo e mudo. 4. Considerando que isto não podia continuar novamente falei com Sua Excelência, depois de 5 de Outubro, e então declarou que o assunto ficava parado até que eles se manifestassem: “Deixe-os manifestar, deixe-os manifestar, dar sinal de vida...”, era o que rematava a conversa àcerca deste caso. 5. Tive conhecimento que o Centro ia realizar eleições em Dezembro findo. Atendendo que este facto constituía uma manifestação de vida político-associtativa, enviei em 22 de Dezembro de 1939 o ofício que consta do mesmo processo, dirigido ao Presidente da Direcção daquele Centro. Isto se fez nos termos da R.A.U., em virtude das quais a esta direcção compete o cadastro daquelas associações, e portanto para o ter em dia, necessário era indagar dos factos da vida associativa. 6. Respondeu o Centro que o ofício de 23 do mesmo mês<sup>168</sup>, assinado por um indivíduo publicamente conhecido – que ao mesmo tempo – ironia da vida era o presidente em exercício da Câmara Municipal de Lourenço Marques<sup>169</sup> e nessa qualidade assina ofícios do município para esta direcção durante o mesmo período de tempo...9. Por eles se concluem que o Centro é ilegal e inconstitucional, mas por razões de ordem pessoal e de oportunidade não foi dissolvido. 10. Logo, resumindo, e em obediência ao último despacho dado, trago o assunto a despacho da esclarecida justiça de V. Excelência, informando que não foi o ofício desta direcção que provocou as eleições, porquanto o ofício tem a data de 22.12 e a convocatória é dos princípios daquele mês, e que se trata de um Centro político ilegal e inconstitucional, cuja existência alimenta politicamente a oposição à grande obra renovadora do Estado Novo”.*

---

<sup>168</sup> Ver documento 3. In Apêndice Documental. Informação do Director dos Serviços de Administração Civil sobre o Centro Republicano Couceiro da Costa, Lourenço Marques, 26.09.1939. In AHM, DSAC, sec. A, cx. 3.

<sup>169</sup> Trata-se do vice-presidente do Centro Republicano Couceiro da Costa, António Diogo Câmara Reis.

A partir de 1940, os Anuários apenas inscrevem a União Nacional e a Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique na rubrica das “*Corporações Políticas*” como se não mais existisse o Centro Republicano. Todavia, manifestou-se corajosamente a 6 de Outubro de 1945, procurando tirar partido da fase de desanuiamento pré-eleitoral, solicitou autorização para o funcionamento do Centro, o que foi indeferido por despacho do Governador-Geral: “ (...) *Ignoram os Corpos Gerentes do C.R.C.C. e ignoram todos os seus associados as razões que determinaram a ordem do Governo porquanto nunca este Centro Republicano tomou atitudes de rebeldia para com a actual situação, limitando-se a distribuir pelos necessitados, o produto da sua cotização e a comemorar as datas festivas da República, no geral com romagens ao cemitério, às campas dos republicanos. Outra acção política não teve, porque disciplinadamente e sem quebra dos seus princípios políticos aguardava o regresso à normalidade...*”

“Normalidade” que tardou em acontecer, o que levou os republicanos em Moçambique a encontrar outros caminhos de acção clandestina e legal, lutando ora em conspirações contra a situação ora criando condições para um ambiente cultural democrático. O exemplo mais emblemático da teoria conspirativa teve lugar com a tentativa de sublevação da 8ª. Companhia Indígena de Infantaria em Inhambane, a 25 de Maio de 1931, levada a cabo por republicanos, membros da Maçonaria, deportados políticos. Segundo o relatório do Comissário da Polícia<sup>170</sup>:

*“A quando dos últimos acontecimentos da Madeira e Açores, houve grande entusiasmo nos meios adversos à ditadura. Os deportados políticos, principalmente, começaram desenvolvendo grande actividade. O jornal “A República” dava-lhes ensejo a reunir-se com frequência na sede da redacção, por cima do Rialto...Os grandes influentes do movimento eram o Dr. Neves Anacleto, Bretes Teixeira, Franco Ferreira, Medina Camacho e António Rocha”.*

O que é que foi projectado como objectivos e alvos a atingir? Em tom irónico, o Comissário da Polícia concluía: “*O Anacleto projectava tomar de assalto a 8ª. Companhia Indígena de Infantaria apoderar-se de Inhambane onde faria a sua base de operações. Mobilizados todos os transportes e, cortadas todas as comunicações com Lourenço Marques, seguiria sobre a Vila de João Belo, era obra de um momento. Aqui, organizar-se-hia a coluna, que marchando a toda a velocidade*

---

<sup>170</sup> Ver Proc. c/1 – Tentativa de Sublevação da 8ª. Companhia Indígena de Infantaria, em Inhambane, Cópia do Comissário da Polícia, Lourenço Marques, 27.05.1931. In AHM, Fundo do Governo-Geral, cx.177. Cf. Notícias do jornais sul-africanos *Star*, de 27.05.31 - “Revolutionary Plot Miscarries” e *Rand Daily Mail*, de 28.05.31 – “38 Men Arrested in Mozambique”.

*sobre Lourenço Marques, se apoderaria da estação Radio-Marcóni, do Paiol e do Posto da Polícia...Na estrada de Marracuene, reorganizar-se-hia a coluna, um pouco combalida de tantas horas de marcha e renhidos combates, avançaria sobre o Quartel do Esquadrão de Dragões, que rapidamente se rendia sem condições, assaltariam o quartel da 9ª. e 10ª. Bateria de Artilharia onde a proeza seria repetida com tal audácia e presteza, que nem tempo havia de se saber na Ponta Vermelha. Estava conquistada Lourenço Marques. Governador demitido, autoridades substituídas e a Ditadura por terra”.*

Reconstituindo e resumindo os factos, a operação foi desencadeada a partir do dia 22 de Maio, seguindo o primeiro grupo rebelde de automóvel, tendo o 2º. grupo seguido no dia seguinte, em três automóveis, de Lourenço Marques a Inhambane e abortada no dia 25 de Maio, quando a Polícia seguiu no seu encaço. Terminou a 27 de Maio com a prisão dos “revoltosos”.

Como consequências, parece-nos que a resistência republicana na Colónia de Moçambique dava os primeiros sinais de enfraquecimento gradual, pelo desaparecimento físico dos resistentes, presos, torturados, deportados. Na cidade de Lourenço Marques restavam alguns deportados é certo mas poucos para conspirarem. Por outro lado, deu-se gradualmente o aperfeiçoamento da repressão, através da censura, da actuação da polícia e de uma administração do regime que se fortaleceu. Todavia, sempre houve quem resistisse à ditadura, como iremos ver na acção secreta e discreta da Maçonaria.

### **3. O papel da Maçonaria**

É importante ressaltar que na direcção dos centros republicanos, encontrámos quadros da Maçonaria, que igualmente militavam em associações de classe e de beneficência, tais como, por exemplo, na Associação dos Lojistas, na dos Funcionários Civis do Estado da Província de Moçambique, na Associação dos Velhos Colonos e na Sociedade Humanitária Portuguesa Cruz do Oriente.

#### **3.1. A Sociedade de Instrução e Beneficência 1º. de Janeiro**

O Anuário de Lourenço Marques<sup>171</sup> refere-se a esta instituição, como “maçónica” e benemérita, fundada em 1 de Janeiro de 1898, que mantém um fundo exclusivamente destinado a actos de beneficência. Foi esta benemérita instituição que abriu a 1ª. escola primária diurna e nocturna particular nesta cidade, onde estudaram, segundo testemunho oral<sup>172</sup>, crianças filhos de membros das lojas maçónicas da zona sul.

A principal actividade, parece-nos que terá sido educacional, já que após a proclamação da República, por portaria de 24 de Outubro de 1910, foi extinto o Instituto Rainha D<sup>a</sup>. Amélia, e entregue a célebre casa de ferro e anexos à Sociedade de Instrução e Beneficência 1º. de Janeiro, passando o novo Instituto a denominar-se “João de Deus”<sup>173</sup>. Por outro lado, a Escola 1º. de Janeiro passa a ser oficial, em Dezembro de 1918<sup>174</sup>. Em 1920, é a vez da Caixa Escolar da Escola 1º. de Janeiro, ter estatutos, aprovados oficialmente.

No Anuário de Lourenço Marques de 1935, vem pela última vez, a referência à Sociedade que “*mantêm um fundo exclusivamente destinado a actos de beneficência. Foi esta Instituição que abriu a primeira escola primária diurna e nocturna particular, nesta cidade*”<sup>175</sup>.

### 3.2. Associação dos Velhos Colonos da Província de Moçambique

Gostaríamos de começar por apresentar o que, sobre esta organização, diz Oliveira Marques<sup>176</sup>. Refere-se a esta associação, como sendo de defesa e protecção dos mais antigos colonos portugueses estabelecidos em Moçambique, fundada em 1919, em Lourenço Marques, hoje Maputo, com forte influência maçónica. Substitui-se, na prática, às Lojas, oficialmente dissolvidas em 1935. Criou uma Escola Industrial e de Artes Decorativas, uma Escola Comercial, um Posto Médico, instalações desportivas e um Lar para a terceira idade.

---

<sup>171</sup> Ver *Anuário de Lourenço Marques*, 1921, p. 42; 1932, p. 70.

<sup>172</sup> Testemunho oral de D. Amélia Rua Malta de Matos Pacheco, aluna da Escola 1º. de Janeiro, filha de Manuel dos Santos Malta, amanuense da Emigração de Ressano Garcia, membro da Maçonaria.

<sup>173</sup> LIMA, Alfredo Pereira, *Edifícios Históricos de Lourenço Marques*, p. 65.

<sup>174</sup> *Boletim Oficial*, nº. 16, Iª. série, 21.04.1923, pp. 105-106, ref. à Portaria Prov. nº. 1003, de 07.12.18.

<sup>175</sup> Ver *Anuário*, p. 195.

<sup>176</sup> MARQUES, A.H. de Oliveira, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Ed. Delta, 1986.

Pelos estatutos de 1940<sup>177</sup>, passou a denominar-se de Associação dos Velhos Colonos de Moçambique. Foram considerados presidentes honorários e protectores da Associação: “o chefe da Nação, o Ministro das Colónias e o seu representante em Moçambique”, o Governador-Geral da Colónia. A primeira lista que possuímos de sócios desta associação, data de 1919. São em número de cem elementos, que assinam os estatutos. Os dados, até agora encontrados, deram-nos pistas, extremamente interessantes relativas à profissão. Assim, temos um grande numero de funcionários públicos, seguido de comerciantes, proprietários, negociantes e, empregados do comércio e indústria, portanto, de elementos da média e pequena burguesia. Esta tendência vai manter-se, não só nos sócios em geral como nos corpos gerentes em particular, conforme atestam os dados recolhidos nos Anuários de Lourenço Marques e, nos Cadernos de Recenseamento Eleitoral. Encontrámos uma segunda lista, em 1939, onde estão inscritos, na relação feita pela secretaria da própria Associação, 412 sócios. Todavia, não temos mais listas, além das duas atrás mencionadas. A Associação dos Velhos Colonos não estava apenas radicada em Lourenço Marques. Desde 1928, que temos notícias de delegações regionais na Vila de João Belo, hoje Xai-Xai, Inhambane, Quelimane, Tete, Moçambique, Beira, Vila Fontes, Sena, Manhiça, Guijá, Moamba, Xinavane, Maputo e Ressano-Garcia. Os delegados ocupavam-se de todos os assuntos relacionados com os sócios, sobretudo da recolha das quotas.

Não poderíamos deixar de mencionar um documento que encontrámos no Arquivo Histórico de Moçambique. Trata-se de um ofício, assinado por Francisco Toscano ao Director dos Serviços de Administração Civil. Assim, a 4 de Dezembro de 1942, o presidente da direcção dos Velhos Colonos, apresentava uma iniciativa, extremamente interessante O Livro de Ouro da Associação, onde estariam inscritos os pioneiros de Moçambique que, “desde 1850 vieram para a Colónia”<sup>178</sup>.

Seguindo as pistas que nos foram sugeridas pela documentação, parece-nos que seria uma Associação com uma dimensão considerável, no quadro dos organismos de mutualidade. Isto, devido à sua acção, decorrente não só do meritório programa de solidariedade, mas, sobretudo do dinamismo dos seus sócios, indo ao encontro das necessidades materiais e das expectativas dos associados, no domínio da saúde e

---

<sup>177</sup> Ver Sousa Ribeiro, *Anuário de Moçambique*, Lourenço Marques, 1940; Relatório da Comissão Administrativa, Associação dos Velhos Colonos, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1940.

<sup>178</sup> Veja-se a fotografia dos "Pioneiros", com data de 1906. Para além dos nomes há a referência à sua ocupação laboral. Alguns desses pioneiros assinaram os 1ºs estatutos. In *Anuário de Lourenço Marques*, 1936.



da assistência social (assistência a velhos, pensões a viúvas e subsídios a menores), através de uma grande casa, conhecida como a “*Mansão*”, obra que atesta a perspectiva, a capacidade dos pioneiros e, a incapacidade do próprio Estado, devido entre outros aspectos, aos meios escassos de que dispunha para atender a população, na área da saúde e da assistência social.



**Gravura nº 7. A sede dos Velhos Colonos.**

Fotografia da autora.

Especificamente, sobre os membros da Associação importa destacar os que, pelo seu trabalho e empenho, pela sua intervenção social tiveram uma posição muito firme, face ao regime. Um deles, Ismael Alves da Costa, que esteve na Associação como dirigente, foi presidente da direcção, de 1933 a 1939. Exerceu cargos de prestígio, como o de presidente dos Bombeiros, foi representante de uma empresa, Porto Colonial, em Pebane (Quelimane) e vogal do Conselho do Governo. Proprietário, tinha uma herdade na Machava (Maputo). Poeta e jornalista escreveu muito sobre a Colónia, mantendo uma clara oposição ao Governo de Salazar.

Outro elemento interessante, Albano de Mendonça, natural da Figueira da Foz, vivendo em Moçambique desde Junho de 1892, 2º. oficial, empregado municipal. Participou no Grémio Africano, desde 1921. Outro ainda a destacar, é António da Silva Marques, natural de Cabo Verde, proprietário. Foi presidente da Assembleia-Geral do Grémio Africano em 1921. A participação destes elementos noutras

associações sugere-nos a possibilidade de aprofundar o aspecto de alianças, contactos, influências que, certamente existiram e que fazem da Associação um grupo de intervenção social e política.



**Gravura nº 8. Os “Pioneiros” de Moçambique.**

*In Anuário de Lourenço Marques, Tip. A. W. Bayly, 1935.*

### **3.3. Sociedade Humanitária Portuguesa Cruz do Oriente**

Inaugurada a 1 de Dezembro de 1924, tem como objectivos, segundo os seus estatutos<sup>179</sup>: “Artigo 1º.(...) A criação de um ou mais postos de socorros na cidade de Lourenço Marques e nos distritos da Província, os quais não só prestarão pronto-socorro, como ainda assistência aos indígenas. Mais tarde, quando os seus fundos permitirem, serão fundadas creches para as crianças de ambos os sexos sem distinção de raças, prestando também auxílio à maternidade na medida do possível”. Artigo 2º. (...) “tem por fim principal prestar todos os socorros a feridos e doentes, militares e civis, sem distinção de raças, cultos ou ideais políticos”.

Objectivos perseguidos, mercê do entusiasmo e trabalho dos membros elogiosamente referidos no discurso inaugural, como “*modestos filhos do povo, uns empregados públicos e outros do comércio, que, em Novembro do ano findo, lançavam as bases para a criação da Sociedade Humanitária Portuguesa Cruz do Oriente*”<sup>180</sup>. Segundo o historiador Oliveira Marques, esta instituição, foi fundada

<sup>179</sup> *Boletim Oficial*, nº. 2, 1ª. série, 12.01.1924, pp. 6-9, ver Alvará aprovando os estatutos da Sociedade Humanitária Portuguesa “Cruz do Oriente”, de 11.01.24.

<sup>180</sup> Ver OBA, 20.12.1924.

pela loja maçónica local, “Cruz do Sul, nº 211, reconhecida desde logo como de interesse público, recebeu isenção de franquia para a correspondência que dirigisse no interior da Colónia, bem como as receitas de um selo de imposto postal obrigatório...”<sup>181</sup>

Do ponto de vista estatístico, o número de sócios duplicou, no ano de 1924, de 800 em Março, para 1.600 no final do ano, o que é destacado no discurso, atrás mencionado: “Lançada a ideia desta Sociedade Humanitária nesta cidade, temos a satisfação de dizer-vos que foi grandioso e muito superior à nossa expectativa o número de sócios de todas as classes que acorreram a inscrever-se nos nossos registos, atingindo em pouco tempo o elevado nº de 1.600 que contribuíram, até hoje, com a importância aproximada de £ 1.900.000”.

Sobre a actividade realizada, encontrámos as seguintes referências nos Anuários. Por exemplo veja-se o de 1929 que mostra bem o movimento de pessoas tanto no posto principal instalado na Av. Elias Garcia, como no sub-posto do Alto Maé instalado no cruzamento das avenidas Alves Correia e Bispo Barroso, fundado em 31 de Janeiro de 1928<sup>182</sup>:

**Quadro nº 28. Resultados da acção da “Cruz do Oriente”**

	<b>Total</b>	<b>Branços</b>	<b>Pardos</b>	<b>Amarelos</b>	<b>Pretos</b>
Posto:					
1º.s Socorros	1.521	425	109	29	888
Curativos Diários	17.069	4.572	2.438	163	9.898
Sub-Posto:					
1º.s Socorros	2.552	376	134	77	1.965
Curativos Diários	20939	3470	2924	19	14526

“Nos postos de socorros desta Sociedade”, informava o Anuário em 1940<sup>183</sup>, “tem de ano para ano crescido consideravelmente o movimento de tratamentos efectuados (quer primeiros socorros, quer tratamentos diários), cujo número varia

<sup>181</sup> Ver Oliveira Marques, *op. cit.*, vol. 2, p. 1369.

<sup>182</sup> *Anuário de Lourenço Marques*, 1929, p. 155.

<sup>183</sup> *Idem*, 1940, p. 160.

*entre 5 e 6 mil mensalmente, havendo alguns meses do ano em que este numero ainda é ultrapassado. É a Cruz do Oriente justamente auxiliada pelos Serviços de Saúde da Colónia vivendo os seus postos de socorros da cotização voluntária dos seus associados. A situação financeira da Cruz do Oriente, desde a fundação do Posto do Alto Maé, tem sido bastante precária e a respectiva Direcção em fins de 1936, por não poder suportar todos os encargos, previu a supressão daquele posto, mas a generosidade da população daquele bairro não permitiu o seu encerramento, e quase toda resolveu associar-se com uma cota mensal de 5\$00 ou 10\$00 por fogo, o que fez continuar o seu funcionamento. A Assistência Pública também tem auxiliado a Cruz do Oriente”.*

Um aspecto relevante é a presença de colonos activos da Maçonaria nas instituições que atrás mencionámos. O que é que aconteceu então, após 1935, em que são extintas as Lojas Maçónicas? Parece-nos que toda uma acção de solidariedade e de tolerância que se vê espelhada em instituições de ensino (técnico-profissional), saúde e assistência social, continuam até aos nossos dias, nos ideais de aproximação entre os homens.



**Gravura nº 9. Escola Técnica e Industrial de Lourenço Marques.**

Fotografia da autora.

## 4. O movimento sindical

Observando a prática política de militantes, intervenientes activos no desenvolvimento de associações de classe, podemos descortinar outras tendências que passou o movimento sindical na Colónia. Vejamos a primeira experiência, mais próxima da cultura republicana.

### 4.1. Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria

Trata-se das primeiras organizações profissionais de tipo sindical de África, já que em 1881 se constituiu uma na África do Sul, em 1895 na Argélia, e esta em Moçambique, a 1 de Agosto de 1898, com estatutos aprovados, conforme a Portaria 514 – A de 31 de Dezembro do mesmo ano. De novo, os seus estatutos foram aprovados, segundo um alvará ministerial de 27 de Abril de 1903. Quais eram os objectivos desta associação? Seria, na verdade um sindicato? Propunha-se segundo os seus estatutos, a realizar o *“estudo e defesa comum dos interesses económicos da classe; a utilização de todos os meios conducentes ao melhoramento e desenvolvimento das condições morais e sociais dos seus associados; o incitamento da instrução e auxílio fraterno entre os sócios procurando conseguir-lhes colocações quando desempregados”*; dispensa aos sócios de recursos *“quando alguma fatalidade não desonrosa os leve à cadeia”*; promover e subsidiar a repatriação dos sócios, *“quando a sua vida perigue sob este clima”*; subsidiar funerais de indigentes; recrear os associados com jogos lícitos e divertimentos; *“representar perante o Governo sobre qualquer assunto que diga respeito ao desenvolvimento, não só da associação como também da instrução, comércio e indústria da cidade”*<sup>184</sup>.

Analisando a composição da Direcção, desde os primeiros corpos directivos eleitos<sup>185</sup>, até 1917<sup>186</sup>, verifica-se que não aparecem sindicalistas, mas sim negociantes, proprietários e empregados comerciais, portanto, mais próximos do

---

<sup>184</sup> Ver Capela, J., *op. cit.*, p. 107.

<sup>185</sup> Na A.G. de 04.08.1898.

<sup>186</sup> Ver *Anuário* de 1917, p. 112 e de 1918, p. 107. Ref. a um vogal tipógrafo.

meio capitalista que do operariado. Continuando a citar Capela, o senhor Rodrigo de Abreu, 1º. Presidente da Assembleia-Geral “*era ele comerciante e entrava como accionista em várias companhias, assim como foi um dos fundadores da Câmara de Comércio*”. E da comissão fundadora consta Clemente Nunes de Carvalho e Silva, igualmente um dos fundadores da Associação dos Proprietários em 1905, accionista maioritário da Empresa do jornal *O Português* e, em 1908, vogal da 1ª. direcção do Centro Republicano Couceiro da Costa, onde se associou a pequena burguesia republicana de Lourenço Marques. A ascensão social destas personagens é comentada por Capela – “*são exemplos acabados dos self-made men que iniciaram a sua vida na Colónia como assalariados de serviços e se guindaram, em tempo relativamente curto, à situação de empresários, dominando a economia local e interferindo activamente na área política*”.

Um instrumento importante de intervenção foi, sem dúvida, a imprensa republicana. O jornal *O Português* considerado por Ilídio Rocha<sup>187</sup>, como o primeiro jornal republicano da Colónia, foi publicado pela 1ª. vez, em 20 de Outubro de 1900, tendo como directores – Clemente Nunes de Carvalho e Silva, Manuel Morais dos Santos e José Benigno Ribeiro Garrido. Outros títulos defenderão os interesses desta classe, tais como *O Ideal*, com dois números únicos, o 1º. de 1 de Agosto de 1901, comemorando o aniversário da fundação da Associação e o de 1 de Agosto de 1902<sup>188</sup>.

A implantação da República, trouxe novo alento a uma direcção que mal funcionava e um discurso novo, algo inconformista e reivindicativo, apresentado no número – programa do jornal, *A Voz do Caixeiro*, publicado no dia 1 de Julho de 1911<sup>189</sup>, que pretendia ser o “*órgão defensor dos empregados do comércio e indústria e dos interesses da Província*”, sob a palavra de ordem revolucionária de: “*Razão, Fraternidade, Justiça*”. Poderíamos continuar a dissecar a associação, mas a sua composição manter-se-ia inalterável, recheada de elementos da burguesia local emergente, mais preocupada com propósitos eleitoralistas do que manter viva a sua capacidade de intervenção. No *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, de Outubro de 1925, é publicado um “Aviso”, de 29 de Setembro desse ano, onde se anuncia a alteração dos estatutos. Passava a denominar-se de “Associação dos Empregados do Comércio e Indústria de Lourenço Marques (Associação de Classe e

---

<sup>187</sup> Ver Rocha, Ilídio, *op. cit.*, p. 112.

<sup>188</sup> Ver Capela, J., *op. cit.*, p. 53.

<sup>189</sup> Não é conhecido outro número, segundo Rocha, ver *op. cit.*, p. 141.

Beneficência)”. Existiu até 1943, sucedendo-lhe um “sindicato” corporativo, aliás o 1º. A 22 de Junho foi transformada a Associação, a maior organização de trabalhadores brancos, em Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria (SNECI).

Uma cultura militante operária é o que poderemos observar numa outra associação. Assim, vejamos.

#### **4.2. Associação do Pessoal do Porto e Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques**

Com um percurso de 1910 a 1933, esta foi sem dúvida, a associação que galvanizou os trabalhadores do porto e dos caminhos-de-ferro, logo após a proclamação da República, começando por afirmar-se de um republicanismo e patriotismo acentuados, junto das autoridades coloniais. Os seus estatutos aprovados por Alvará de 18 de Setembro de 1911 mencionavam os seguintes objectivos:

- “1º. o estatuto de defesa dos interesses económicos dos indivíduos nela filiados;*
- 2º. a utilização de todos os meios conducentes ao melhoramento e desenvolvimento das condições morais, sociais e socorros-mútuos que seriam estabelecidos em regulamentos especiais para esse fim criados, em harmonia com os recursos da colectividade;*
- 3º. o incitamento à instrução moral, cívica e colectiva, bem como à criação de bibliotecas, enfermarias, caixas de auxílio e cooperativas.”*<sup>190</sup>

Na verdade, a associação manteve uma extraordinária vitalidade, como comprova a constituição de uma secção de socorros, anunciada pelo periódico *Os Simples*, de 20 de Dezembro de 1912; a publicação de um jornal de classe: *O Boletim* (mensal) da Associação do Pessoal do Porto e dos Caminhos-de-Ferro tendo sido publicado o 1º. número em Setembro de 1919<sup>191</sup>; a organização das greves ferroviárias de 1917, 1920 e 1925; assim como a existência do Sindicato Geral, onde a secção ferroviária foi determinante. Na Assembleia-Geral de 6 de Junho de 1926, são tomadas posições que revelam simpatia pela C.G.T. portuguesa, pelo jornal *A Batalha*, pela Federação Ferroviária de Portugal e pela sul-africana, o que demonstra

---

<sup>190</sup> Ver Capela, J., *op. cit.*, p. 114.

<sup>191</sup> Ver Rocha, Ilídio, *op. cit.*, p. 3.



a inserção no movimento operário mundial<sup>192</sup>. O jornal *O Emancipador*, de 26 de Abril de 1937, noticia que este grupo foi dissolvido em 1933, devido à proibição imposta pelo *Estado Novo*, do direito de associação de funcionários estatais.

Através do estudo da composição dos corpos directivos deste grupo, procurámos encontrar figuras conhecidas pela militância em várias associações do movimento operário e activistas que se tivessem destacado nas representações partidárias: O mais famoso foi sem dúvida António Fortunato do Rego, de profissão condutor nos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques, que actuou entusiasticamente numa série de agremiações, como militante socialista. Sucessivamente foi, presidente da Assembleia-Geral da Associação dos Empregados de Tracção dos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques, em 1906; 1º. Secretário da 1ª direcção eleita do Centro Socialista, em 1912; activista do Sindicato Geral e do Congresso Operário; director do jornal *O Ferroviário*, de 1915 a 1916; presidente da Assembleia-Geral da Associação do Pessoal do Porto e dos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques, em 1917.

Igualmente em 1917, foi 2º. Secretário da Assembleia-Geral, o operário, pintor de profissão, João Maria Borges, activista do Sindicato Geral e membro do Conselho Fiscal da Associação dos Pequenos Agricultores, (1917). Intervenientes na imprensa operária, o Presidente do Conselho Fiscal, em 1917, de nome Manuel Ferreira, de profissão condutor e administrador do jornal *O Ferroviário* – e, o redactor deste jornal bem como do *Emancipador*, o factor Manuel Alves Cardiga, 1º. Secretário da Associação em 1917.

Os trabalhadores do porto e dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques constituíram a Secção numericamente mais importante de trabalhadores assalariados, onde se manifestou uma luta constante contra as injustiças salariais, a discriminação racial, a miséria da alimentação e das condições de vida, em geral, experiência inesquecível de um marco inicial da história do operariado moçambicano. A luta pela diminuição de horas de trabalho e melhores salários, feita pelos grupos operários que culminará em greves, sobretudo na dos ferroviários, mostra um certo crescimento do movimento operário e a pressão conseguida sobre a administração colonial<sup>193</sup>.

---

<sup>192</sup> In *Notícias*, 08.06.1926.

<sup>193</sup> OA, 02.06.1917; 06.06.1917; 20.06.1917; 23.06.1917; e 27.06.1917. Ver as cedências que a administração colonial foi obrigada a fazer, "após 22 dias de protesto".



Todavia, os trabalhadores portugueses na Colónia raramente englobaram na sua luta, a maioria africana. Houve uma aproximação ensaiada no seio dos tipógrafos, com a União dos Trabalhadores Africanos em 1911 e na Associação das Artes Gráficas onde o anarco-sindicalismo lançou as suas raízes, como iremos ver já de seguida.

### 4.3. Associação das Artes Gráficas de Lourenço Marques

A Associação das Artes Gráficas ou Associação Gráfica, reunindo operários da Imprensa Nacional com um passado de luta em Lisboa e em Goa, manter-se-á destacadamente activa, no movimento sindical, desde 1911 até 1922, ano em que se extinguiu, segundo informava *O Emancipador*<sup>194</sup>. São conhecidos os membros directivos, entre os quais se encontram militantes que fizeram nascer os jornais *O Gráfico* e *O Germinal*<sup>195</sup>, preponderaram na Cooperativa Operária e no Grémio Africano de Lourenço Marques<sup>196</sup>. Entre os demais destacaram-se:

- Roberto Rolla, que foi compositor-impressor na Ilha de Moçambique, que em 1901 foi responsável pela transferência para Lourenço Marques, a nova capital, da tipografia da Ilha. Foi nomeado administrador da Imprensa Nacional, cargo que ocupou até à reforma, em 1927. Fez parte do corpo redactorial do *O Gráfico* até 1911; em 1915 fez parte da Comissão Administrativa da Associação.
- Manuel Arnaldo da Silva, tipógrafo da Imprensa Nacional; membro da direcção do jornal *O Germinal* e Presidente do Centro Socialista Revolucionário de 1915 a 1918 e 2º. secretário da Direcção em 1920.
- Hamilton de Araújo Vasques, tipógrafo, Presidente da Direcção, entre 1913 e 1915, igualmente Presidente da Academia Recreativa Mocidade em 1920 e 1921 e membro do Grémio Africano, desde 1921.
- Pedro de Melo, Vice-Presidente em 1915, membro do Concelho Fiscal em 1917, 2º. secretário do Centro Republicano em 1919, um dos grandes

---

<sup>194</sup> *O Emancipador*, 26.04.1937.

<sup>195</sup> Ver Rocha, Ilídio, *op. cit.*, p. 82.

<sup>196</sup> Ver Capela, J., *op. cit.*, p. 128; cf. *Anuários de Lourenço Marques* (1915, p. 87; 1916, p. 101; 1917, p. 135; 1918, p. 107; 1920, p. 114), Cadernos de Recenseamento Eleitoral (AHP, AER, sec IX), cx. 516.

entusiastas e promotores da união que em 1915 aconteceu entre os republicanos, socialistas e anarquistas em várias manifestações pela República. Segundo Capela, ele “*estava notoriamente ligado à Maçonaria*”<sup>197</sup>.

- Manuel de Sousa Amorim, tipógrafo, 1º. secretário da Direcção em 1915 e relator em 1920; membro da direcção do *O Germinal*; presidente da Assembleia-Geral do Centro Social em 1912 e vogal do Centro Republicano Couceiro da Costa de 1914 a 1918.
- Francisco Pedro Madjanense Benfica, tipógrafo; da direcção do Grémio Africano desde 1916.
- Raúl Neves Dias, Presidente do Conselho Fiscal em 1920; secretário-geral da Federação de Tipógrafos ingleses e portugueses que faziam parte da delegação tipográfica da União Tipográfica da África do Sul, em 1915<sup>198</sup>, foi, segundo Capela “*um dos animadores do movimento operário de Lourenço Marques*”.

Descrevendo a prática do sindicalismo no desenvolvimento do movimento associativo, Quintinha afirmava categoricamente em 1928: “*Lourenço Marques é a nossa cidade colonial onde os trabalhadores têm melhor organização, devendo registar-se com maior aplauso, o espírito associativo que ali predomina e que já deu de prático, a magnífica instituição do Montepio Ferroviário, a Casa dos Trabalhadores, a Associação dos Empregados do Comércio e muitos outros úteis organismos...*”

“*O movimento associativo entrou a criar forma em Lourenço Marques aí por 1910 aparecendo nesta data a Confederação Operária que era composta por diversas classes, principalmente pela classe dos trabalhadores do Porto e dos Caminhos de Ferro, que depois organizaram a sua associação que ainda hoje existe.*”

*Em 1915 esboçou-se mas com pouca vida, o Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras, que durou três anos. Depois apareceu a actual Casa dos Trabalhadores com edifício próprio tendo sido lançada a primeira pedra em 1º de Maio de 1921. Actualmente existem mais os seguintes organismos: Associação de Classe dos Funcionários Cívicos da Província de Moçambique, Associação dos*

---

<sup>197</sup> Ver Capela, J., *op. cit.*, p. 28.

<sup>198</sup> *O Germinal*, 13.07.1915 e 13.06.1916; ver Capela, J., *op. cit.*, pp. 127-128.

*Empregados do Comércio e Indústria, Associação dos Chauffers, Associação do Porto e dos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques, e a Associação de Construção Civil, devendo toda esta organização contar com cerca de 2.000 indivíduos, incluindo alguns nativos, mauricianos e naturais da Índia Portuguesa. Há ainda cerca de 200 gráficos alguns filiados na Associação Gráfica da África do Sul e 100 indivíduos de pessoal de Viação Eléctrica.*

*A Casa dos Trabalhadores sustenta uma escola de instrução primária, é sede da redacção do “Emancipador” e os trabalhadores do Porto e dos Caminhos-de-Ferro e da Construção Civil fazem ali a sua vida associativa. Também os trabalhadores têm a sua imprensa, havendo existido diversos jornais operários: Em 1911, publicou-se “Os Simples”, de 1914 a 1919 “O Germinal”, em 1919 “O Ferroviário”, e de 1919 a 1926 “O Emancipador”... Os principais movimentos foram as greves de 1917, 1920 e 1925 do Pessoal do Porto e do Caminhos-de-Ferro, sempre para conquista ou defesa de regalias...”<sup>199</sup>. Se o período da 1ª República foi de ouro para o movimento sindical, o Estado Novo foi o da sua repressão e agonia. O Estado colonial controlava completamente as actividades sindicais dos trabalhadores brancos e separou-os dos trabalhadores africanos, a quem proibia de se associarem.*

Segundo a portaria 10.420, de 22 de Junho de 1943, “o sindicato reconhece que constitui um factor de cooperação activa como todos os factores da economia nacional e por conseguinte, repudia a luta de classes, propondo-se a obter satisfação num espírito de harmonia e paz social”<sup>200</sup>. A 22 de Junho de 1943, foi criado o 1º. Sindicato corporativo salazarista em Moçambique – o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria (SNECI). Em 1944, foi criado o Sindicato Nacional dos Motoristas e Ferroviários de Moçambique<sup>201</sup>. Seguiu-se em 1946, o Sindicato Nacional dos Bancários e, em 1948, o dos Motoristas de Moçambique e o dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos.

Se, por um lado a legislação colonial excluiu os trabalhadores africanos de se sindicalizarem, as autoridades salazaristas estavam atentas e controlavam o que na imprensa internacional aparecia, defendendo o sindicalismo africano, tentando de todas as formas travar os ventos da história. Interessante é o artigo “*A psicologia do*

---

<sup>199</sup> Extracto do artigo de Julião Quintinha, “As Associações”. In *O Emancipador*, 06.02.1928, 2ª. p., 3ª-4ª. col.

<sup>200</sup> Ver art. 10º. in *Boletim Oficial*, nº. 35, 28.08.1943, p. 306.

<sup>201</sup> Ver Portarias nº. 10.422 e 10.713. In *Boletim Oficial*, nº. 35 de 1943 e nº. 41 de 1944.

*trabalhador africano e o sindicalismo*”<sup>202</sup>, que a Inspeção Superior dos Negócios Indígenas enviou a 9 de Novembro de 1956, ao Governador-Geral de Moçambique: *“Perguntaremos, à priori, se o trabalhador africano será capaz de compreender o sindicalismo. A esta pergunta responderemos que o trabalhador africano não é diferente dos outros trabalhadores. Não lhe faltam nem o espírito de sacrifício, nem a solidariedade nem tudo o que se exige de uma acção comum para construir um mundo de justiça, de paz e de fraternidade...”*

Consciência de pertencerem à classe operária, tiveram-na além fronteira os trabalhadores moçambicanos que se manifestaram na greve dos ferroviários da Rodésia do Sul, em 1945, na greve dos mineiros da África do Sul, em 1946 e na greve geral em Bulawaio e Salisbúria, no Zimbabué colonial em 1948.

## **5. O Movimento de Unidade Democrática em Moçambique (M.U.D.)**

No rescaldo da IIª. Guerra Mundial, constituiu-se em Moçambique, à semelhança do que aconteceu na Metrópole, um movimento juvenil de democratas moçambicanos (MJDM), liderado pelo advogado Sobral de Campos, com a finalidade de: *“Combater as grandes injustiças sociais de que estavam a ser vítimas os trabalhadores por parte dos patrões...(e)... promover a unidade de todos os africanos*”<sup>203</sup>.

Segundo a revista *África Ilustrada*, de Outubro de 1945<sup>204</sup>: *“Em Lourenço Marques – e ainda mesmo antes do discurso de Salazar e da iniciação do movimento oposicionista de Lisboa – alguns elementos da oposição, constituídos em grupo de onde saiu uma comissão representativa de todas as correntes da Democracia, tentou obter, por intermédio do Sr. Governador-Geral da Colónia facilidades, no sentido de maior liberdade, procurando (logo que o Presidente do Governo proferisse o seu já citado discurso) conseguir do Supremo Magistrado de Moçambique a elucidação sobre se seria abolida a censura prévia e permitida a propaganda eleitoral. (...) Diremos apenas que se conseguiu a autorização para*

---

<sup>202</sup> Publicado na revista editada pela Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos. In AHM, Fundo de documentação do Governador-Geral, cx. 447.

<sup>203</sup> Ver Sopa, A., "Catálogo de periódicos moçambicanos, 1854-1984", (precedido de uma introdução histórica), Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, AHM, 1985, pp. 257-258.

<sup>204</sup> Ver pp. 15, 16 e 17.

*reunir os elementos oposicionistas – reunião que se efectuou no sábado, dia 20, no Ateneu Grego, juntando-se ali para cima de 1.500 pessoas.*

*Da Comissão organizadora da reunião de oposicionistas faziam parte – Roque Ferreira, Dr. Filipe Ferreira, Dr. Sobral de Campos, o jornalista Gabriel de Medina Camacho, Joaquim Fernandes Moinhos, Faustino da Silva, José Gonçalves Durão, Jorge de Figueiredo, José Perdigão e Manuel Alves Cardiga. Presidida a sessão pelo Dr. Sobral de Campos, nela foi aprovada “por entre prolongadas aclamações, uma moção em virtude da qual ficou deliberado que a oposição não concorreria ao acto eleitoral a não ser que lhe fossem concedidas as reclamações indispensáveis”.*

*Procedeu-se ainda à “eleição de uma nova Comissão, constituída por 15 elementos que constituíram a Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática da Colónia de Moçambique – Srs. Drs. Filipe Ferreira e Alexandre Sobral de Campos, Diamantino Galamba, Gabriel de Medina Camacho, Dr. Gomes de Oliveira e António de Oliveira, Roque Luís Ferreira, Dr. Soares de Melo, Jorge de Figueiredo, José Gonçalves Durão, Joaquim Faustino da Silva, José Perdigão, Abel Acácio de Azevedo, Joaquim Moinhos e Elísio Jorge da Silva”. A presença de “algumas senhoras” na assembleia mereceu uma “menção especial”. Entre elas estaria Sofia Pomba Guerra, membro do Partido Comunista Português, do MUD Juvenil, – secção feminina e da prestigiosa Sociedade de Estudos de Moçambique<sup>205</sup>.*

*Uma mensagem do Governador-Geral para o Ministro das Colónias, com data de 19 de Outubro de 1945, dava conta de que: “(...) Outro grupo de oposição apresentou protesto declarando (aspas) não colaborar num acto eleitoral que não se reveste das condições de seriedade e ética política precisas para dignificar quem a ele preside e honrar a quem nele intervêm (aspas)”. Quem apresentou e assinou tal protesto foi Filipe Ferreira, advogado, a 14 de Novembro de 1945, “na qualidade de vice-presidente em exercício das funções de presidente da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática de Moçambique... contra o facto da Comissão de Censura ter impedido a publicação de um manifesto de carácter essencialmente eleitoral, que a Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática pretendia publicar e fazer circular (...) Por isso”, rematava o documento, “vimos levar o nosso protesto perante V. Excia para que não nos sejam retida(ra)das as*

---

<sup>205</sup> Informação colhida em entrevista a João Mendes, realizada em Maputo.

*escassas liberdades já concedidas, aproveitando a oportunidade para afirmarmos a nossa intenção de continuarmos a intervir na vida pública da Colónia e do País, com a ordem e serenidade indispensáveis ao prestígio e dignidade de Portugal”.*

Um ano mais tarde são conhecidos dois panfletos do Movimento, o 1º. datado de 5 e o 2º. de 12 de Outubro de 1946, ambos assinados pela Comissão Central de Moçambique<sup>206</sup>, que indicam os objectivos da sua acção: *“Nasceu o Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.) da necessidade de se fazerem eleições livres, reconhecida e proclamada por Salazar no seu histórico discurso de 7 de Outubro de 1945.*

*Eleições livres não se fizeram ainda e isso, por si só, justifica a sobrevivência do M.U.D....”*, dizia o 1º. panfleto que terminava, exortando a palavra de ordem: *“Queremos Eleições Livres, com Liberdade de Palavras e de Reunião”*. Este panfleto foi distribuído no dia 7 de Outubro e no dia 13, domingo a CDUD distribuiu 300 exemplares do 2º. panfleto, casa a casa, onde se podia ler:

*“Amigos*

*Mais prisões, mais torturas, mais lágrimas, mais sangue talvez...E nada disto existiria hoje se o Governo tivesse feito eleições livres que prometeu!*

*...Não se fizeram com a liberdade prometida porque nos últimos dias se cerceou o direito de reunião e limitou-se a liberdade de falar; não se fizeram com prometida segurança porque se fez uma devassa nos papéis do M.U.D. para conhecer os seus filiados. E desde então começaram as perseguições que agora culminaram na demissão dos Professores Azevedo Gomes e Bento Caraça, dois dos mais valorosos dirigentes do M.U.D.”*

E, continuava o panfleto a dar conta do que se passava na Metrópole. *“A par das perseguições políticas, restabeleceu-se a censura à imprensa e impediu-se não só a propaganda de ideais políticos mas ainda a crítica a diversos actos administrativos. Foram estas violências e estes erros políticos que criaram o ambiente em que acaba de deflagrar mais uma tentativa revolucionária, segundo o Governo anuncia...”*

*“...O “M.U.D.”, em presença dos acontecimentos não pode deixar de deplorar profundamente este erro político do Governo, que mais vem dividir a família portuguesa, em vez de a pacificar e unificar, como tanto deseja o País inteiro.*

---

<sup>206</sup> Ver Processo A/14, Informação Confidencial nº. 7, de 17 de Outubro de 1946, do Gabinete do Comandante do Corpo da Polícia Civil, Carlos Alberto Machado da Silva ao Encarregado do Governo-Geral da Colónia, AHM, Fundo Governo-Geral, cx. 148.

*E, se lhe fosse permitido, invocaria aquelas palavras do Sr. Presidente do Ministério, que dizem: “Porque somos de opinião de que se não pode governar contra a vontade persistente de um povo, este dirá se deve mudar-se de sistema”, para concluir pedindo ao governo que deixe finalmente o povo dizer com ampla liberdade se devemos ou não mudar efectivamente de sistema político”.*

A estratégia seguida pelo MUD-Juvenil em Moçambique foi semelhante à da Metrópole. Os “jovens”, por nós entrevistados foram unânimes em confirmar a sua actuação, por um lado dispersa, nas associações que frequentavam, na Associação dos Naturais: João Mendes; na Associação Africana: Noémia de Sousa e Ricardo Rangel; Sofia Pomba e Guerra, na Sociedade de Estudos por outro, uma acção conjunta, em convívios, piqueniques fora de Lourenço Marques, bailaricos, conferências, exposições de pintura e de escultura no Núcleo de Arte, nas várias associações e mesmo num manifesto de acção cultural que Noémia de Sousa, entre outras, protagonizou. A polícia procurou, mas em vão, a máquina que teria reproduzido o Manifesto mas lá ficou escondida, “*em casa do velho Cardiga*”, para glória do movimento juvenil<sup>207</sup>.

Teremos de esperar pelas eleições de 1958, para ver de novo elementos do MUD-Juvenil em acção, apoiando o “*General sem medo*”, Humberto Delgado, que obteve vitória na cidade de Inhambane, Beira e Nampula. Em Lourenço Marques, não faltaram os protestos da oposição, o 1º. de José Joaquim da Costa Junior. “*Contra o facto de, durante a interrupção da energia eléctrica por avaria geral da rede, terem sido adicionadas listas, quer no grupo das já contadas, quer no das por contar; outro protesto, também deste senhor contra o facto de não ser admitida a presença, assistência e fiscalização do Doutor Henrique Vasco Soares de Melo, que se apresentou com uma procuração do candidato senhor General Humberto da Silva Delgado...Protesto de José Galamba, contra o facto da mesa estar rodeada de agentes da autoridade, fardadas e à paisana, em número tão excessivo que impossibilitou a fiscalização...Protesto apresentado na Assembleia-Geral da Matola...pelo Doutor José da Santa Rita, (com uma procuração do general Humberto da Silva Delgado) protestando por lhe ter sido proibida a sua permanência p(a)ra fiscalização das urnas...*”<sup>208</sup>

---

<sup>207</sup> Entrevista ao “jovem” Cassiano Caldas, ferroviário que andou nessas lutas. Trata-se do “velho” Cardiga, do jornal *O Emancipador*.

<sup>208</sup> Ver Actas da Assembleia de Apuramento do Círculo Eleitoral de Moçambique, da eleição para a Presidência da República, realizada em 08.06.1958. In AHM, DGAC, cx. 276.

Em termos reivindicativos, um momento significativo assumido pelo movimento oposicionista europeu em Moçambique aconteceu na preparação das eleições para Deputados da Assembleia Nacional, que se realizou em 12 de Novembro de 1961. Os candidatos da lista da Oposição eram os seguintes: - Dr. Alberto Moreiro, Francisco Saraiva Barreto, Dr. William Gerard Ruth, Drs. Almeida Santos, Carlos Adrião Rodrigues, Henrique Vasco Soares de Melo e José Santa Rita (todos advogados). Esta lista foi anulada por Acórdão do Tribunal Administrativo de 28 de Outubro de 1961. Vejamos as causas da anulação, através do próprio processo do Tribunal Administrativo:

*“A análise do processo revela que os candidatos... elaboraram um manifesto de carácter político...sustentam a tese doutrinal e política da auto-determinação das Províncias Ultramarinas, admitindo a solução hipotética de uma federação ou confederação, como forma de realizar a interdependência moral e política dos estados componentes...”*<sup>209</sup>

E concluía o processo: “ (...) Deste modo, tem de admitir-se que a tese de auto-determinação, ainda que susceptível de se materializar sob a forma de federação ou confederação co-envolve secessão que afecta a existência da Nação portuguesa, como Estado Independente, tal como a define a lei constitucional”. Assim, foi anulada a lista dos candidatos propostos pela Oposição segundo Acórdão do Tribunal Administrativo. Esta atitude da Oposição em Moçambique tem de ser entendida no contexto político internacional. Mercê de pressões do Grupo Afro-Asiático, a Assembleia-Geral das Nações Unidas já tinha proclamado a 14 de Dezembro de 1960, a Declaração do Direito à Independência dos territórios portugueses e Povos sujeitos ao Domínio Colonial.

O jornal *New Age* dava conta na sua edição de 22 de Dezembro de 1960, que tinha havido uma reunião de dirigentes das colónias portuguesas, em Londres, numa conferência de imprensa na Câmara dos Comuns: *“Portugal, pela sua obstinada recusa em conhecer as nossas aspirações nacionalistas, deixa-nos somente uma alternativa”*, dizem eles. *“Portugal pela sua brutal repressão e preparativos para uma guerra colonial, provoca-nos, incita-nos a usarmos essa alternativa: acção*

---

<sup>209</sup> Ver Processo nº. 5866/10, de 28 de Outubro de 1961. Para contextualizar a oposição ao regime e aprofundar esta temática ver SOUTO, Amélia Neves de, “A Oposição Democrática Branca – Entre o Ser Português e o Ser Moçambicano – Uma Determinante da Opção Política”, texto apresentado à Conferência Portuguesa/Africa Encounter, Providence, Brown University, 26-28 de Abril de 2002.



*directa*”<sup>210</sup>. Recorde-se a vaga de prisões em Luanda a 29 de Março e em Julho de 1959, da greve e morticínio de estivadores no porto de Bissau, a 3 de Agosto desse mesmo ano, do massacre de Mueda em Moçambique, a 16 de Junho de 1960 e da prisão e fuzilamento de angolanos, em Luanda a 29 de Dezembro. A resposta africana à repressão colonial foi de unidade e luta. A CONCP, em Casablanca assim o entendeu. Coube ao movimento interno pô-lo em prática, como iremos ver no próximo capítulo.

---

<sup>210</sup> Ver AHM, Dir. Serviços de Negócios Indígenas, cx. 87.

## CAPÍTULO IV – As Associações Africanas

*“Canção Fraterna”*

*“Irmão negro de voz quente*

*o olhar magoado*

*diz-me:*

*Que séculos de escravidão*

*geraram tua voz doente?*

*Quem pôs o mistério e a dor*

*em cada palavra tua?*

*E a humilde resignação*

*na sua triste canção?*

*E o pranto de melancolia*

*no fundo do teu olhar?*

*Foi a vida? o desespero? o medo?*

*Diz-me aqui, em segredo,*

*irmão negro*

*Porque a tua canção e sofrimento*

*e a tua voz, sentimento*

*e magia.*

*Há nela a nostalgia*

*de liberdade perdida,*

*a morte de emoções proibidas,*

*a saudade de tudo o que foi teu*

*e já não é...”*

Noémia de Sousa

Em Moçambique são as cidades os viveiros de onde brotam as primeiras manifestações nacionalistas, tanto no campo da literatura (poesia e jornalismo), como ao nível dos movimentos associativos. Segundo Eduardo Mondlane, primeiro Presidente da FRELIMO<sup>211</sup>: “*O nacionalismo moçambicano, como praticamente todo o nacionalismo africano, foi fruto directo do colonialismo europeu. A base mais característica da unidade nacional moçambicana é a experiência comum (em sofrer) do povo durante os últimos cem anos do controlo colonial português*”. O porquê deste sofrimento está omnipresente em “*Canção Fraterna*” de Noémia de Sousa, escrita em 1948<sup>212</sup>.

Depois de uma caracterização sumária do movimento associativo, em que respondemos à pergunta: que tipo de associações existiram em Lourenço Marques? Iremos exemplificar, no âmbito das associações africanas, as que consideramos como típicas, no caso do Instituto Negrófilo/Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique e as atípicas, como o Grémio Africano/ Associação Africana da Colónia de Moçambique. O aspecto mais importante parece-nos que é verificar em que questões e com que resultados foi feita a contestação ao regime colonial português para avaliar o impacto das ideias nacionalistas.

## 1. Tipologia

Como vimos no capítulo anterior, o fenómeno associativo teve como espaço próprio, o ambiente urbano da Colónia de Moçambique, tendo-se concentrado em Lourenço Marques, fruto da iniciativa dos homens de então. Ao estudar a documentação existente no Arquivo Histórico de Moçambique<sup>213</sup> e no Arquivo Histórico Ultramarino<sup>214</sup>, sentimos a necessidade de criar um quadro classificativo, claro e operativo que nos ajudasse a construir uma amostra interpretativa da trajectória seguida pelo movimento associativo em geral e pelas associações africanas, em particular.

---

<sup>211</sup> Declaração feita por Eduardo Mondlane em Dar-se-Salaam a 3 de Dezembro de 1964. In *Présence Africaine*, L III, 1º. trim., 1965.

<sup>212</sup> In AAVV, *História de Moçambique*, 3º. vol., p. 226.

<sup>213</sup> A documentação relativa às associações, no AHM, em Maputo encontra-se dispersa pelos Fundo do Governo-Geral (GG), da Direcção dos Serviços de Administração Civil (DSAC), sendo fundamental para o estudo das associações africanas, a Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas (DSNI).

<sup>214</sup> Ver Bibliografia

Do ponto de vista metodológico queremos realçar a importância de termos cruzado a informação escrita com a informação oral<sup>215</sup>, decorrendo da memória de protagonistas da história urbana que ajudaram a detalhar a situação política e social de Lourenço Marques. Pesquisando os Anuários quer de Lourenço Marques<sup>216</sup>, quer da Província de Moçambique<sup>217</sup>, apareceu-nos uma primeira classificação, quanto à natureza das associações africanas: de classe, isto é, Associação dos Enfermeiros<sup>218</sup>, a Associação dos Engraxadores<sup>219</sup>, a Associação dos Barbeiros<sup>220</sup>, a Associação dos Lavadores<sup>221</sup>, etc.; de previdência, assistência, beneficência, por exemplo: a Caixa de Auxílio dos Pobres<sup>222</sup> e a Mutualidade de Moçambique<sup>223</sup>, e de defesa, instrução e recreio, como por exemplo o Grémio Africano de Lourenço Marques, mais tarde Associação Africana da Colónia de Moçambique<sup>224</sup>, bem como o Congresso Nacional Africano<sup>225</sup> e o Instituto Negrófilo<sup>226</sup>, donde nasceu o Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.

É sobre este último grupo, sobre os clubes como então eram conhecidos, que vai incidir a nossa análise, pelo impacto da sua acção na sociedade colonial. E é justamente pelo tipo de convívio que propiciaram decorrente dos membros, do espaço e da acção desenvolvida, que nos leva a propor como hipótese de trabalho, a

---

<sup>215</sup> Entrevistas a João Mendes, feitas por Mário de Andrade, em 1985, por Olga Neves, em 1988, por António Sopa, em 1991; cf. HONWANA; R. B. M., *Memórias....*, Porto, Ed. Asa, 1989.

<sup>216</sup> In *Anuário de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, A.W.Bayly & Cª., 1908-1947.

<sup>217</sup> In RIBEIRO, Sousa, *Anuário da Província de Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1940.

<sup>218</sup> Ref. à Associação de Enfermeiros, sem estatutos aprovados. Ver Informação nº. 132, da Direcção dos Serviços de Administração Civil, Lourenço Marques, 22.06.53. In AHM, DSAC, cx. 27.

<sup>219</sup> Ref. à Associação dos Engraxadores e Polidores de Lourenço Marques, (1965-69). In AHM, DSAC, sec. A, cx.1,51, proc. nº. 27/414.

<sup>220</sup> Ref. à Associação dos Barbeiros, sem estatutos aprovados. Ver AHM, DSNI, cx. 4.

<sup>221</sup> Ref. à Associação dos Lavadores, sem estatutos aprovados. Ver AHM, DSNI, cx. 4.

<sup>222</sup> Ref. à Caixa de Auxílio dos Pobres.

<sup>223</sup> Ref. à Mutualidade de Moçambique.

<sup>224</sup> O Grémio Africano de Lourenço Marques teve os seus estatutos aprovados por Alvará do Governo a 07.07.1920, p. 251. Alterados os estatutos por PP. 2 166, 10.01.1934, p. 8; passando a chamar-se Associação Africana da Colónia de Moçambique por PP. 3 591, 09.11.1938, p. 567.

<sup>225</sup> O Congresso Nacional Africano nasceu de divergências no seio do Grémio em 1920. Descoberta a documentação no AHM pela autora.

<sup>226</sup> O Instituto Negrófilo com estatutos aprovados por PP. 1 617, 12.03.1932, p. 134. Deu lugar ao Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique que, teve os seus estatutos aprovados por PP. 3 490, 17.08.1938, p. 356. Extinto o Centro por PP. 18 802, 31.07.1965, p. 884.

classificação de associações típicas, onde predominou um convívio segregado e associações atípicas, onde houve experiências de um convívio aberto e tolerante. São exemplos do primeiro caso, o Instituto Negrófilo que deu origem ao Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique e do segundo, o Grémio Africano de Lourenço Marques, mais tarde Associação Africana da Colónia de Moçambique.

O estudo comparativo permitiu-nos concluir que a elite africana<sup>227</sup> equacionou de forma diferente e alternativa, os problemas que afectavam a população, a maioria da população em Moçambique, de que se diziam digníssimos representantes. Vejamos, então, quem? Onde? E, como se afirmaram os construtores da Nação Moçambicana, mesmo antes dos alicerces do Projecto terem sido preparados no terreno do Estado colonial. E, quando? Vamos seguir, pois a trajectória do próprio movimento associativo, do protesto à acção armada contra o colonialismo, no período que nos propusemos estudar, de 1926 a 1962. O espaço temporal estudado permite-nos aperceber das alterações da táctica desses grupos, em fase de mudança (1ª. República – Ditadura Militar – Estado Novo). Nas entrelinhas do discurso<sup>228</sup> transparece uma onda de entusiasmo pelos ideais republicanos, de justiça, fraternidade e de igualdade, que lentamente esmorece em descrença pelo regime de promessas vãs. Na crise do pós-guerra, apontam-se indícios de outros caminhos. Há quem trilhe e simpatize com a ideologia socialista, como há quem se deixe absorver pelo salazarismo.

## 2. O tempo e o espaço

Como foi o percurso do movimento associativo? Podemos distinguir três períodos, a saber: Em primeiro lugar uma fase, que vai de 1898 até 1935, portanto de trinta e sete anos delimitados desde Agosto de 1898, em que foi criada a Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria de Lourenço Marques<sup>229</sup> até 1935, ano em que as Lojas Maçónicas são perseguidas, consideradas oficialmente ilegais, passando portanto para uma fase de clandestinidade. Uma segunda fase, de 1935 a 1974, um período de trinta e nove anos, subdividida numa faixa inicial, de

---

<sup>227</sup> O conceito de elite africana in MOREIRA, Adriano, "Les élites dans les territoires portugais sous le régime d' indigénat (Guinée, Angola, Moçambique)". In *Bulletin International des Sciences Sociales*, Lisbonne, 1956.

<sup>228</sup> Ver OBA. Cf. ROCHA, Ilídio, *A Imprensa em Moçambique*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2000, pp. 120-123 e pp. 268-269.

<sup>229</sup> CAPELA, José, *O movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927*, Porto, Ed. Afrontamento, 1983.

reorganização, imposta a todas as colectividades pelo regime, nos moldes do corporativismo e sob influência da legislação de Setembro de 33, quanto às associações de classe; numa faixa intermédia, de 1945 a 1962, onde cresce a contestação ao regime colonial e, numa faixa significativa, de 1962 a 1974, o caminho para a independência<sup>230</sup>. E uma terceira fase, constituída por estes últimos anos, de transição, da independência e pós-independência, de 1974 aos nossos dias, em que a sociedade civil ganha espaço para se afirmar.

Neste quadro geral se inserem as associações africanas, cuja evolução iremos analisar em termos da sua resposta ao regime colonial. A nossa tese privilegiou a primeira e a segunda fase por conterem o ambiente que propiciou o nascimento e os ritmos de crescimento até 1962, baliza cronológica que nos parece ser, extremamente significativa pelo que representou na história de Moçambique, o eclodir do movimento de libertação, a FRELIMO, frente que uniu e lutou por um projecto nacional, independentista e democrático.

### 3. O modo de contestação ao regime colonial

Há pouco falámos da resposta da elite africana. É parece-nos, mais correcto falarmos de respostas, utilizando portanto, o plural dado que, para um mesmo problema houve diferentes maneiras de o equacionar, pressionar também com diferente intensidade e lutar pela sua resolução. Todavia, antes de abordarmos em geral as principais questões constitutivas da chamada “causa africana”<sup>231</sup>, importa

---

<sup>230</sup> ANDRADE, Mário e REIS, Mª. do Céu, "Ideologias de Libertação Nacional", Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1985; ver PENVENNE, Jeanne Marie, "A History of African Labour in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950", Boston, Boston University Graduate School, 1982; AAVV, *História Geral de África*, 8º. vol., UNESCO, Ed. Tecnos, 1987; cf. MARGARIDO, Alfredo, *op. cit.*, p. 67.

<sup>231</sup> Por causa africana entende-se a defesa dos interesses da população africana, cuja identificação pelo movimento associativo foi evoluindo de acordo com o processo histórico. Por exemplo, nas primeiras décadas do século XX, o Grémio Africano de Lourenço Marques equacionou três zonas de pressão: Educação, Justiça e Trabalho; nas décadas de 40-50, os intelectuais da Associação Africana, como José Craveirinha e Noémia de Sousa pensavam no levantamento da raça negra; nas décadas de 60-70, a elite africana nos movimentos nacionalistas lutava pela independência nacional. Ver Glossário final.

chamar a atenção para os seguintes condicionalismos: Em primeiro lugar, o tipo de documentação de que dispomos, não é homogéneo. Se para o estudo do Grémio Africano/ Associação Africana<sup>232</sup>, podemos socorrer de muito poucas Actas, alguma correspondência mas há a vantagem de se poder contar com os jornais – *O Africano* e *O Brado Africano*, já para o estudo do Instituto Negrófilo/Centro Associativo dos Negros<sup>233</sup>, há alguma correspondência e Actas, quer do Centro, quer do Núcleo de Estudantes, o NESAM<sup>234</sup>, que aí estava integrado.

Enquanto a prosa jornalística é mais acutilante<sup>235</sup>, o texto da correspondência oficial<sup>236</sup> aparece mais suave, em tons de solicitude e nunca de irreverência. Do confronto das datas<sup>237</sup> é possível descortinar um ambiente de intriga, desconfiança e discriminação racial. É possível pois, identificar as questões que parecem ter sido as mais relevantes para as associações africanas, mas, saber da intensidade dos conflitos e dos seus resultados revela-se-nos tarefa quase impossível pela exiguidade da informação escrita. Claro que, pelo recurso à história oral procurou-se colmatar as lacunas existentes, mas estas persistem em manter-se como sombras<sup>238</sup> no nosso conhecimento.

Por outro lado, é preciso ter em conta a situação política na cidade de Lourenço Marques no momento em que surgem as associações. Se o Grémio Africano foi favorecido pelo ambiente republicano contestatário que se viveu no estertor da Monarquia e ganha fôlego para crescer, já na 1ª. República, o Instituto Negrófilo foi um produto do Estado Novo, condicionado pelo tempo da censura e de repressão. O que é possível, dentro dos condicionalismos que atrás apresentámos comparar?

---

<sup>232</sup> Para o estudo de Grémio Africano / Associação Africana, ver NEVES, Olga, *op. cit.*, pp. 110-264; cf. ROCHA, Aurélio, "Associativismo e Nativismo em Moçambique. O Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)", Lisboa, F.C.S.H.-U.N.L., 1991, pp. 152-340.

<sup>233</sup> Para o estudo do Instituto Negrófilo / Centro Associativo dos Negros, ver AAVV, *História de Moçambique*, 3º. vol., pp. 61-82.

<sup>234</sup> Para o estudo do NESAM, ver CASIMIRO, Isabel Maria, "O Movimento Associativo como Foco do Nacionalismo. Movimento Estudantil. NESAM e AAM", Maputo, Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1979.

<sup>235</sup> Exemplo de prosa jornalística acutilante. Ver OBA.

<sup>236</sup> Ver o Fundo documental da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas.

<sup>237</sup> Ver Actas do Instituto Negrófilo/ Centro Associativo dos Negros.

<sup>238</sup> Por exemplo, as razões que levaram à existência do Congresso Nacional Africano, em Lourenço Marques, no início da década de 20. Portanto, o Congresso Nacional Africano constitui ainda uma zona-sombra a investigar, apesar de ter descoberto no Arquivo Histórico de Moçambique a primeira documentação relativa a este grupo. Ver o testemunho de Raul Bernardo Honwana, no seu livro *Memórias*, Porto, Ed. Asa, 1998, p. 74.

Parece-nos ser possível, então, comparar no período do *Estado Novo*, mais precisamente de 1932 a 1962 a actuação das principais associações africanas.

Ao nível da estratégia, encontrámos uma ocupação do território a nível de toda a colónia, que foi comum a ambas, através de delegações, que no caso do Grémio evoluíram para associações no terreno, como o Grémio Africano de Quelimane<sup>239</sup>, o Grémio Africano de Manica e Sofala<sup>240</sup> e o Grémio Luso Africano da Ilha de Moçambique<sup>241</sup>, reclamando como finalidade a representatividade da população africana de que se diziam legítimos defensores. Ainda ao nível da estratégia, parece-nos que foram comuns as questões centrais de que se ocuparam e, que poderíamos simbolicamente representar, através de um triângulo, em que em cada um dos lados poderíamos inscrever – a educação, a justiça e o trabalho – três zonas de pressão, que interpenetradas, constituíam justamente o que se entendia por “*causa africana*”. Contudo, já ao nível da tática, as posições parecem ser diferentes. Assim, o Grémio sobre política indígena propõe ser chamado a “*cooperar nesta área, com o governo*” com um plano cujo objectivo seria de “*civilizar e educar*”<sup>242</sup>. Pelas posições que assume, vivendo e defendendo os problemas da maioria da população na colónia de Moçambique, a sua luta tenaz pelo fim do trabalho forçado, da discriminação racial, da expropriação das terras, pela educação e, sobretudo pela educação da mulher “*indígena*”, poderemos considerá-lo um grupo de pressão, na sociedade colonial. Como tal, reivindicou fundamentalmente:

- O papel dos filhos da terra, como cidadãos, com a vantagem de serem intermediários entre a administração colonial e os “*indígenas*”, entre os dois mundos, como dizia o poeta Craveirinha;
- A posse da terra, através de incentivos financeiros aos pequenos agricultores, defendendo o seu poder económico. Recordemo-nos que um núcleo importante no Grémio, para além do cargo no funcionalismo público possuía terrenos;

---

<sup>239</sup> Ref. ao Grémio Africano de Quelimane / Associação Africana da Zambézia, ver o estudo de ANGIUS, Matteo, “A figura e a obra do jornalista José Júlio Roldão (1900-1979) – Contribuição para a história da imprensa em Moçambique”, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1997, pp. 59-102.

<sup>240</sup> Ref. ao Grémio Negrófilo em 1935, sendo em 1947, Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala.

<sup>241</sup> Ref. ao Grémio Luso-Africano da Ilha de Moçambique, que originou a Liga Luso-Africana de Moçambique, com estatutos aprovados por PP. 3 815, 06.09.1939, p. 298; ver AHM, DSAC, sec. A, cx.1, 19, (1939-1973), Proc. nº. 27/54.

<sup>242</sup> In OBA, nº. 347, 06.02.1926, 1ª. p., 6ª-7ª. col.



- O acesso a lugares “*compatíveis*”, na administração – no funcionalismo e no exército, tal como os portugueses da Metrópole;
- O acesso ao Conselho Legislativo, já que se consideravam conhecedores da situação do “*indígena*” e se identificavam com as preocupações da maioria da população.

Se o Grémio/Associação Africana protagonizou o papel de um grupo de pressão, o Instituto Negrófilo/ Centro Associativo dos Negros desempenhou um papel colaborante, ainda que crítico, chamando a atenção para a necessidade de serem criadas escolas nos meios rurais, cursos nocturnos na cidade; fazendo petições aos governantes sobre a situação dos enfermeiros indígenas; sobre o agravamento do nível de vida, pelo imposto de palhota; indo contra o trabalho forçado, mas reduzindo a sua actuação, a formas muito moderadas, no quadro do sistema burocrático (documentos e petições). Exemplo da colaboração, curiosa na intenção, é o de um peditório levado a cabo pelo Instituto, onde foram distribuídas bandeiras pequenas com os seguintes dizeres<sup>243</sup>: “*Contribuir para a melhoria das condições sociais dos nativos e engrandecer o Império Português*”.

Mas, foi justamente no moderado (Instituto Negrófilo)/Centro Associativo dos Negros, da colónia de Moçambique que, nos finais da década de 40, mais precisamente em 1949, Eduardo Mondlane funda com um grupo de estudantes, o Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique – o NESAM, que iria desempenhar, como iremos ver mais à frente, um papel decisivo no desabrochar da consciência nacionalista.

## 4. Estudo de casos

### 4.1. Do Instituto Negrófilo ao Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique

Ao estudarmos o jornal<sup>244</sup> da época representativo da imprensa africana, deparamos com um apelo, insistentemente lançado à unidade de todos os africanos, o que nos levou a procurar os factores de divisão interna, no seio da primeira associação (africana) – o Grémio Africano de Lourenço Marques, que aliás deram

<sup>243</sup> Ver o livro de Actas do Instituto Negrófilo. In AHM, códices 116260-116263.

<sup>244</sup> Ref. ao OBA.

origem a novos grupos, tais como o Conselho Nacional Africano, no início da década de 20 e o Instituto Negrófilo em 1932, mais tarde em 1938 denominado Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique. Terá sido apenas a questão racial? Não será um exemplo da compartimentação social existente entre as diferentes classes? Não será o resultado da política colonial portuguesa? Não será uma questão cultural? É o que iremos procurar responder com o estudo das associações, mas aprofundando caso a caso para compreendermos as especificidades da actuação de cada grupo em si primeiro e, posteriormente no seu relacionamento e impacto na sociedade colonial.



**Gravura nº 10. Instituto Negrófilo.**

Fotografia da autora.

#### **4.1.1. Objectivos**

A acta nº. 1<sup>245</sup>, datada de 18 de Janeiro de 1932 registou a reunião de 22 membros do Instituto Negrófilo para discutirem os estatutos da associação de auxílio, protecção e socorros aos negros, com sede em Lourenço Marques. Tinha por fim “*promover o desenvolvimento material, intelectual e moral dos seus associados e em geral, de todos os negros portugueses*”. Sob o lema: “*União, Trabalho e Fé no Futuro*”, o Instituto, na proposta de estatutos, atrás referida, apresentou no Capítulo I, Artigo 2º., sete parágrafos que consubstanciavam os seus objectivos. O 1º.

---

<sup>245</sup> Estatutos aprovados em Março de 1932. Ver *Boletim Oficial*, nº. 11, 12.03.1932, Portaria nº. 1617, p. 134; cf. Acta nº. 1.

parágrafo será cortado pelas autoridades coloniais, pelo que ficarão apenas seis. Vejamos então, quais foram os objectivos propostos?

- “1º. Defendendo perante o Governo e todas as instâncias oficiais, municipais e outras análogas, na imprensa e em toda a parte, onde convenha, os seus direitos, interesses e reputação;*
- 2º. Propagando a instrução e a educação, por meio de conferências, escolas e outros meios apropriados;*
- 3º. Auxiliando, protegendo, socorrendo e repatriando os associados e membros das suas famílias, conforme os recursos do Instituto o permitirem;*
- 4º. Organizando uma biblioteca e estabelecendo um gabinete de leitura;*
- 5º. Proporcionando aos associados e suas famílias diversões, jogos e outros passatempos de gabinete e ao ar livre, úteis e sadios, dentro das normas de decência e da moral;*
- 6º. Orientando os associados no amor ao cumprimento dos seus deveres individuais e sociais, desviando-os do mau caminho de vícios;*
- 7º. Facilitando a assistência médico-farmacêutica nas melhores condições económicas”.*

O corte nos objectivos tinha uma dupla vantagem, na óptica do regime apagava-se o nº. 7, de simbolismo esotérico, ficavam pois 6 itens “suaves”, retirava-se a defesa dos direitos dos associados, presumia-se que essa seria sempre levada a cabo pelo próprio regime, não sendo necessária a interferência de outrem.

Segundo o Capítulo II, no seu artigo 4º., haveria três categorias de sócios: fundadores, ordinários e extraordinários:

- “a) São sócios fundadores os indivíduos de ambos os sexos que se inscreverem até à data da aprovação dos Estatutos pelo Governo.*
- b) Sócios ordinários são aqueles que forem admitidos como tais, após o prazo afixado na alínea anterior.*
- c) Sócios extraordinários são todos os indivíduos de ambos os sexos, não compreendidos nas alíneas anteriores a) e b) deste artigo, e nas disposições do artigo 5º., e que merecem ser aceites por motivos de quaisquer qualidades que neles concorram.*

*Parágrafo único. Terão a designação especial de beneméritos, todos os sócios, de qualquer categoria, que fizerem ao Instituto um donativo, de uma só vez, de quantia não inferior a 50\$00, ouro, ao par, ou os que lhe prestarem gratuitamente quaisquer serviços relevantes”.*

O artigo 5º. esclarecia que: *“Só podem ser sócios fundadores e ordinários os negros de ambos os sexos, embora nascidos fora da Colónia de Moçambique e os indivíduos descendentes de pai ou mãe negros, desde que reúnam neles as condições morais e sociais indispensáveis”.*

No Artigo 46º., do Capítulo X, consta a forma das eleições: *“As eleições dos corpos gerentes serão feitas por aclamação ou por escrutínio, segundo a resolução da assembleia”. “A eleição por aclamação”, segundo o Artigo 47º., “far-se-á, mediante proposta em que serão designados os nomes que devem exercer, praticando a assembleia a votação usual”.*

*“Para a eleição por escrutínio”, segundo o Artigo 48º., “a mesa eleitoral será constituída pelo presidente da Assembleia-Geral e os respectivos Secretários que servirão de escrutinadores”.*

No artigo seguinte, o Artigo 49º., indica-se como se deverá proceder ao acto eleitoral:

- “a) O presidente fará a declaração de que vai proceder à chamada pelos cadernos fornecidos pela Direcção e que os sócios presentes votarão à medida que forem chamados;*
- b) As listas serão escritas em papel branco, sem sinais que os dêem a conhecer e conterão os nomes das pessoas escolhidas para exercerem os diferentes cargos de que se trata nestes estatutos, especificando, antes de cada nome, o cargo para que cada indivíduo é eleito. Estas listas serão entregues ao presidente que as lançará na respectiva urna...*
- e) À medida que os sócios forem entregando as listas, os Secretários descarregarão, cada um no seu caderno, o nome do sócio que votou.*
- f) Finda a primeira chamada, ainda se procederá à segunda com intervalo de 15 minutos, para votarem os que não o tenham feito, abrindo-se depois a urna para o apuramento de votos;*

g) *Do resultado do apuramento será dado conhecimento aos sócios por meio de um edital afixado na sala da assembleia, mencionando os nomes dos votados, com designação dos cargos e o número de votos que cada um obteve*”.

No artigo seguinte, Artigo 50º., concluíam-se que: *“Para qualquer sócio considerar-se eleito é necessário que tenha obtido a maioria de votos”*.

Os estatutos e o seu símbolo<sup>246</sup>, com o território da Colónia inscrito no globo terrestre e contendo a inscrição *“União, Trabalho e Fé no Futuro”*, emanando da palavra Fé, um triângulo luminoso sobre Moçambique ou porque não, sobre o continente africano orientaram, de uma forma programática a preparação dos seus membros para a intervenção junto da comunidade negra de Moçambique.

Alterado o nome do Instituto para Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique<sup>247</sup> em 1938, foi igualmente alterado o emblema; fixado, segundo a Acta nº 205, a 17 de Março de 1939, numa *“palhota”*, simbolizando a casa protectora dentro do sistema com o escudo da Colónia de Moçambique no telhado, e por cima da porta, isto é, *“debaixo do escudo da Colónia, o escudo da defesa dos negros, atravessado por duas zagaia”*.

#### **4.1.2. Os Membros**

O espaço ocupado, tanto pela velha casa de zinco do Instituto, como pelo edifício de betão do Centro, situa-se no bairro do Xipamanine, perto do bazar (mercado) popular que lhe deu o nome. Claro que, antes de terem sede, os membros utilizaram as suas próprias residências, conforme se pode confirmar pelas Actas, por exemplo, as reuniões da Direcção, nos dias 19 e 26 de Abril de 1932, aconteceram na casa do Sr. Daniel Libombo, sita na Estrada das Lagoas, numa zona dos subúrbios onde vivia a população negra da cidade de Lourenço Marques.

Tentámos, através das poucas Actas de que dispúnhamos reconstituir o número de membros deste grupo e, a partir das poucas referências, estimar os participantes nas suas mais variadas actividades desenvolvidas, tendo em conta que, atrás de um sócio

---

<sup>246</sup> Ver os símbolos do Instituto e do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.

<sup>247</sup> Ver a Portaria Provincial nº. 3490, de 17.08.1938, p. 356. In RIBEIRO, José Carmona, *Sumário do Boletim Oficial de Moçambique*, Iª. série, anos 1855-1965, Braga, Ed. Barbosa & Xavier, s/d. cf. Acta nº. 1, de 19.06.1938, da Assembleia-Geral Extraordinária (alteração da denominação da instituição para Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique).

se encontra uma família africana, numerosa e alargada. À partida, contámos vinte e dois elementos, os que assinaram a Acta nº 1, atrás referida, onde se discutiu os primeiros estatutos. Nessa primeira lista não figura o nome do 1º. Presidente da Direcção, Brown Dulela<sup>248</sup>, que veio do Grémio Africano/ Associação Africana, empresário moçambicano que enriqueceu com um extraordinário prémio da lotaria. Portanto, podemos assinalar vinte e três elementos constitutivos do Instituto. A partir de 1935 será a vez da omnipresença de Enoque Libombo como Presidente do Instituto. Este senhor, empregado municipal, será uma figura emblemática do assimilado africano, colaborante e admirador da política do Estado Novo. Só voltamos a ter informação sobre a composição da direcção para o exercício do ano de 1938, ano em que os membros decidiram alterar a denominação de Instituto para o Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique. De 1932 a 1939, segundo as actas disponíveis teriam sido admitidos como novos sócios pela Direcção do Centro, trinta e quatro elementos, tendo-se verificado o caso de um elemento que apresentou o seu descontentamento pela actuação da Associação e pediu, portanto, a sua demissão. Curioso é que se trata de uma personalidade mista, igualmente sócia do Grémio Africano/Associação Africana desde 1918, o Sr. Marciano Nicanor da Silva<sup>249</sup>, subchefe interino, oficial da 2ª. secção (exploração postal), da 2ª. Divisão da Direcção dos Correios e Telégrafos.

Não é caso único. Como atrás nos referimos Brown Dulela saiu do Grémio Africano, foi presidir aos destinos do Instituto Negrófilo. Há ainda o caso do jornalista Mário Ferreira, sócio do Grémio desde 1929, que ocupou cargos directivos, como 1º. Secretário da Assembleia-geral em 1930 e 2º. Secretário da Direcção em 1932 e, que nesse mesmo ano de 1932 foi convidado como sócio do Instituto para ser o redactor principal de um jornal O Negrófilo<sup>250</sup>, projecto que não teve andamento. Na década de 40, os corpos gerentes passam a incluir a Comissão Administrativa de Misericórdia Indígena, dada a importância dos montantes administrados pela Caixa da Misericórdia (Indígena) uma caixa que reunia fundos para auxiliar os pobres protegidos pelo Centro.

---

<sup>248</sup> Ref. in OBA, 21.05.1932. Paulo Brown Dulela era em 1918, empregado comercial, participou no Grémio Africano desde 1921, como membro do Conselho Fiscal, nos corpos gerentes de 1922, 1923 e 1929.

<sup>249</sup> Ver a Acta nº. 21, de 18 de Outubro de 1932.

<sup>250</sup> Ver a Acta nº. 22, de 25 de Outubro de 1932. Todavia, a decisão de convidar o jornalista foi tomada na reunião de 18 de Outubro. Ver a Acta nº. 21.

Um aspecto que nos chamou atenção, da análise dos corpos gerentes a partir da década 40<sup>251</sup>, é que deixam de aparecer elementos das famílias mistas da terra, como os Pott, os Monteiro, os Silva, permanecendo no Centro Associativo, as famílias assimiladas, negras, os Libombo, os Magaia, os Tembe, os Matola, elementos ligados à aristocracia local, pertencentes a linhagens africanas dos antigos reinos do Maputo, de língua Xironga. Se, no início do século, em 1908 quando se formou o Grémio algumas destas famílias aderiram ao Grémio Africano, como que se deslocaram para um espaço que consideraram próprio, levando ao afastamento dos não negros, ao nível dos corpos gerentes. Não se pode generalizar ao nível das actividades do Centro, quer recreativas quer culturais, principalmente quando envolviam estudantes. Parece-nos que podemos incluir genericamente os membros, os sócios do Centro na camada da pequena-burguesia negra, pois encontramos: Funcionários; Enfermeiros praticantes; Estudantes (intelectuais); Proprietários de terra; Régulos; Trabalhadores do Porto e dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique.

Será que elementos fora da franja pequeno-burguesa poderiam ter acesso ao Instituto? É curioso que, um dos casos de não admissão de um sócio<sup>252</sup> coincide com o facto de ser servente no próprio Instituto e de haver suspeitas de estar implicado em desvios de bens na casa comum. E, qual foi a reacção face a conflitos de carácter étnico? Pelas Actas, apenas ocorreram pontualmente, durante o ambiente nocturno inebriante das festas, pela alusão a comportamentos menos próprios que eram analisados posteriormente num clima mais frio das reuniões da direcção – “*O Sr. Vice Presidente chamou-me Machangana!*”<sup>253</sup>, exclamou um senhor indignado de Gaza. Sementes de divisão, que o regime colonial se encarregaria de manter e controlar, seguindo a velha máxima de *dividire et regnare*.

#### **4.1.3. Programa – Acção. Instrumentos de Acção. Relacionamento com outras instituições**

Apesar de nos seus estatutos ter sido cortado, como atrás nos referimos a defesa dos seus associados, esta linha de força será uma constante associada a uma outra, a

---

<sup>251</sup> Ver a relação dos corpos gerentes nas actas referidas.

<sup>252</sup> Ver a Acta n.º. 16, de 1 de Fevereiro de 1938.

<sup>253</sup> Ver a Acta n.º. 97, de 12 de Março de 1935; ver na Acta n.º. 205, de 17 de Março de 1939, as anomalias de comportamento de alguns membros.

da representatividade dos negros, em geral. Isto é, o que denominaremos de actuação em prol da justiça. Logo, no início dos trabalhos do Instituto, em 1932 deu-se o caso<sup>254</sup> de um sócio preso, por falta de “*passe*”. Preso, foi posto em liberdade pela acção do “*Consultor Jurídico*” do Instituto. Este exemplo ilustra bem a humilhação sofrida pela população africana. Aos olhos da autoridade zelosa, um “*indígena*” não podia circular sem o passe. O seu patrão respondia por ele, pois (ele) era uma “*criança grande*”, sem responsabilidade civil. Ao ter estatuto de não-indígena, o negro assimilado, em vez do passe tinha um Alvará comprovativo da sua diferente condição. Não menos humilhante era ter de exhibir, quando exigido pela autoridade colonial o dito papel.

Nem sempre o “*Consultor jurídico*” conseguia resolver tais situações melindrosas. Preso um sócio<sup>255</sup>, em Junho de 1932, nem o advogado nem mesmo o Sr. Santos Gil, grande capitalista na terra e “*protector*” financeiro do Instituto, conseguiram libertá-lo. Não aparece expresso o nome do consultor jurídico, mas pelo facto de ser sugerido para director, do jornal Negrófilo, que a associação pretendia editar, como seu porta-voz, o nome do Dr. Alfredo da Cruz Nordeste, aliás em cujo escritório aconteceu a 1.<sup>a</sup> reunião em que se discutiram os estatutos, pensamos que podemos apresentá-lo como provável defensor das causas do Instituto.

Outra linha de força que nos parece ter sido a mais importante, pelo trabalho contínuo realizado e pela visibilidade pública conseguida é a da educação. A nível pragmático aparece em primeiro lugar, seguindo quatro vertentes distintas: 1.<sup>a</sup>. Escola do ensino rudimentar<sup>256</sup> para indígenas, uma feminina e outra masculina; 2.<sup>a</sup>. Cursos nocturnos de Português e Inglês<sup>257</sup>; 3.<sup>a</sup>. Um gabinete de leitura, a biblioteca<sup>258</sup>; 4.<sup>a</sup> Exposições/ requerimentos ao Governador-Geral da Colónia de Moçambique sobre a necessidade de escolas rurais; da importância do ensino técnico-profissional para a população<sup>259</sup>. Para se ter ideia do volume de trabalho na

---

<sup>254</sup> Ver a Acta n.º. 4, de 19 de Abril de 1932.

<sup>255</sup> Ver a Acta n.º. 12, de 29 de Junho de 1932.

<sup>256</sup> Cf. a correspondência oficial do chefe da Repartição Central, da DSNI ao chefe dos Serviços de Instrução Pública, de 30 de Janeiro de 1943; ref. ao subsídio de 23.000\$00 para a manutenção das escolas do ensino rudimentar para indígenas. In AHM, DSNI, cx. 4.

<sup>257</sup> Ver as Actas n.º. 9, de 2 de Junho de 1932 e a n.º. 19, de 20 de Setembro de 1932.

<sup>258</sup> Ver a Relação dos livros da Biblioteca do Centro, de 21 de Outubro de 1944. Ref. aos sócios que os doaram. In AHM, DSNI, cx. 4.

<sup>259</sup> Ver Requerimento ao Governador-Geral da Colónia de Moçambique, de 14 de Março de 1951, sobre a situação de fracos recursos financeiros da Escola de Artes e Ofícios da Moamba.



área da educação, escolhemos o documento de 12.07.47 “*Relação*”<sup>260</sup> dos alunos que fizeram as provas de passagem de classe, bem como os que prestaram provas oficiais. A estatística é a seguinte:

- Da 1<sup>a</sup>. para a 2<sup>a</sup>. classe:

No curso diurno – 24 alunos, dos quais 11 do sexo masculino e 13 do sexo feminino;

No curso nocturno – 7 alunos, dos quais 6 do sexo masculino e 1 do sexo feminino;

Num total de 31 alunos.

- Da 2<sup>a</sup>. para a 3<sup>a</sup>. classe rudimentar:

No curso diurno – 22 alunos, metade masculinos e outra metade femininos;

No curso nocturno – 6 alunos, todos do sexo masculino;

Num total de 28 alunos.

- Da 3<sup>a</sup>. classe rudimentar para a 3<sup>a</sup>. elementar:

No curso diurno – 17 alunos, dos quais 9 do sexo masculino e 8 do sexo feminino;

No curso nocturno – 2 alunos do sexo masculino;

No total de 19 alunos.

- Da 3<sup>a</sup>. classe elementar para a 4<sup>a</sup>. complementar:

No curso nocturno – 8 alunos dos quais 5 do sexo masculino e 3 do sexo feminino;

- Exame da 4<sup>a</sup>. classe complementar:

No curso nocturno – 3 alunos do sexo masculino;

O total de alunos foi de 89.

Esforço notável foi o da Biblioteca, que começa a ser logo preparada em 1932, no início do Instituto, com a iniciativa de montar um gabinete de leitura, que em 1944 possuía 822 volumes, entre dicionários, revistas, obras de história, de direito, de filosofia, de ficção, de poesia, romances policiais, etc. Entre os títulos mais sugestivos podemos apontar: *História da Revolta do Porto -1891*, *A Revolta nos Açores e Madeira*, *A Cabana do Pai Tomás*, *La Ditature – Essai de Philosophie*

---

<sup>260</sup> In AHM, DSNI, cx. 5.

*Sociale, Mahatma Gandhi, A Maçonaria em Portugal, Biblioteca Maçónica, A Mãe, Socialismo e Anarquismo e Lenine.* No início da década de sessenta era bibliotecário, o jovem Luís Bernardo Manuel, o célebre escritor da obra *Nós Matámos o Cão Tinhoso*. Junto dos estudantes do NESAM, Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique, tentou levar a cabo um projecto de sessões de leitura activa, com a leitura, interpretação e debate de obras seleccionadas e que preparassem os jovens do Centro do ponto de vista cultural – <sup>261</sup> “*lia-se uma obra, de carácter cultural...reunia-se e discutia-se o assunto do livro*”. Nesta área, o relacionamento com instituições, quer oficiais quer privadas permitiu uma visibilidade pública notável. Com o apoio da Escola Wesleyana da Catembe, o Instituto organizou em Junho de 1932 uma Parada Infantil negra<sup>262</sup> e como prova da sua capacidade organizacional assinalou a honra da visita<sup>263</sup> em 1951 do Dr. Moreira de Almeida, chefe da Repartição Central da Instrução Pública da Colónia, acompanhado por um visitante Phillip Soupault, membro da UNESCO.

O ambiente nocturno não foi apenas preenchido pelas aulas, pela leitura na Biblioteca ou pelos jogos de salão. As tardes dançantes, que se prolongavam pela noite fora animavam ao som quente dos ritmos de jazz, samba ou marrabenta.

“*Samba* “ <sup>264</sup>

“*No ôco salão de baile*

*cheio de luzes fictícias da civilização*

*dos risos amarelos*

*dos vestidos pintados*

*das carapinhas desfrizadas da civilização,*

*o súbito bater da bateria de jazz*

*soou como um grito de libertação,*

---

<sup>261</sup> Ver a Acta nº. 8, da reunião da direcção do NESAM, de 7 de Janeiro de 1962.

<sup>262</sup> Ver a Acta nº. 12, de 29 de Junho de 1932.

<sup>263</sup> Ver correspondência entre o presidente da direcção, Enoque Libombo e o Inspector Chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas, de 25 de Maio de 1951. In AHM, DSNI, cx. 5.

<sup>264</sup> “Samba”, poema de Noémia de Sousa, activista da Associação Africana, nas décadas de 40 e 50, publicado in *Itinerário* e in *Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império, 1951-1963*, II vol: *Moçambique*, Lisboa, Ed. ACEI, 1994, pp. 32-33.

*como uma lança rasgando o papel celofane das composturas  
forçadas.*

*Depois,*

*veio o som grave do violão*

*a juntar-lhe o quente latejar das noites*

*de mil ânsias da Mãe África*

*e veio o saxofone*

*e o piano*

*e as maracas matraqueando ritmos de batuque*

*e todo o salão deixou a hipocrisia das composturas  
encomendadas*

*e vibrou*

*vibrou ...”*

Encontrámos referências a grupos de jazz de Moçambique, como o Djambo bem como da África do Sul, como os “Jazz Maniacs”<sup>265</sup> e a vinda de um grupo de teatro sul-africano “Grifits”<sup>266</sup> para o qual o Instituto pediu o teatro Scala. Os contactos com grupos sul-africanos aconteceram igualmente no campo do desporto, nomeadamente do futebol. O Instituto acarinhou a formação de um clube de futebol – O Sport Nacional Africano, mas entre as duas associações deram-se algumas desinteligências. Isto porque o Sport Nacional Africano “*não vê benefício nem goso até aqui lhe dado pelo Instituto Negrófilo*”, argumentava o grupo de futebol, mas contestava a direcção do Instituto, “*quando é certo que logo após a sua filiação, gosou das festas realizadas no Campo do Ferroviário, jogando com os “Banto Men’s” e ainda no mesmo ano teve a ida grátis e volta a J’burg, além disso tem a casa sede do Instituto e luz para reunir sempre quando quer, gratuitamente, tudo isto é que dado pelo Instituto, sendo certo que muitas ou quasi todas as vezes o Instituto tem sofrido prejuizos pela realização de tais festejos, etc. sem o Sport*

---

<sup>265</sup> In Apêndice Documental. Documento nº. 16. Requerimento ao Governador-Geral assinado por Messias Benjamim Moniz, de 4 de Dezembro de 1952. In AHM, DSNI, cx. 151.

<sup>266</sup> Ver a Acta nº. 83, de 23 de Outubro de 1934.

*socorre-lo*”<sup>267</sup>. A direcção do Instituto decidiu face à contenda oficial à direcção do Sport Nacional, informando que este grupo tinha deixado de estar filiado no Instituto desde 30 de Outubro de 1934 e, lançou mãos à obra, para formar um novo grupo de futebol. Para além do futebol era igualmente muito popular o boxe<sup>268</sup>, outra modalidade que também foi acarinhada no Instituto. Havia um grupo de boxeiros “*local*” que funcionava ao fim da tarde, cultivando a força e beleza corporal.

Uma outra linha de acção foi desenvolvida no âmbito da assistência. Logo nas primeiras reuniões foi debatida a necessidade de ser montado um posto de socorros<sup>269</sup>, a “*Direcção do Hospital Miguel Bombarda não poderia vacilar em fornecer ao Instituto os medicamentos necessários. O que nós devemos fazer é iniciar com os trabalhos e convidarmos nessa altura a Direcção do Hospital pedindo o seu auxílio*”. E, quem tivesse as cotas em ordem, poderia beneficiar de consulta gratuita, oferecida pelo Dr. Luís Couto da Farmácia Internacional para tratar dos sócios do Instituto<sup>270</sup>. Do encontro havido entre o Presidente do Instituto e o Dr. Luís Couto tinha resultado “*no seu oferecimento para médico do Instituto*”. Todavia, o aspecto mais importante parece-nos que foi o trabalho desenvolvido pela Caixa da Misericórdia Indígena. Pelo estudo do seu movimento<sup>271</sup> podemos reconstituir a benemérita acção. Apesar de não terem chegado até nós esses documentos preciosos, sabemos que havia um livro para o registo dos pobres, para o registo dos donativos e para o registo da distribuição dos donativos. Os géneros distribuídos foram: arroz, amendoim, farinha, carne, sardinha em lata, mapira, feijão e sabão. Em casos de falecimento eram entregues donativos a pobres para a compra de pano de luto ou para ajudar nas despesas do funeral, minimizando a miséria e a tristeza nos momentos de dor. Pelo estudo dos corpos gerentes, sabe-se que a Caixa era gerida por uma Comissão Administrativa da Misericórdia Indígena, formada por um Presidente e um Secretário. Também eleito – um Suplente, no caso de haver impedimento de algum dos dirigentes.

É possível identificar zonas de relacionamento com instituições dentro da Colónia em: Lourenço Marques; Catembe; Guijá; Marracuene; Sabié; Inhambane; Xinavane;

---

<sup>267</sup> *Idem*.

<sup>268</sup> Ver a Acta nº. 97, de 12 de Março de 1935.

<sup>269</sup> Acta nº. 9, de 2 de Junho de 1932.

<sup>270</sup> Acta nº. 160, de 1 de Fevereiro de 1938.

<sup>271</sup> In Apêndice Documental. Documento nº. 15. Movimento da Caixa de Misericórdia Indígena, do Instituto Negrófilo, de 31.10.1933 a 31.07.1936. In AHM, Códice 116 263.

Magude; Beira; e fora de Moçambique, nomeadamente em: Johannesburg e Germiston. A maior parte da correspondência expedida e recebida provinha das próprias delegações do Instituto, do Centro mais tarde. No papel timbrado do Centro exibiam-se com orgulho “*Delegações em todos os pontos da Colónia*” e “*Delegação Geral no Transvaal*”, em Germiston. O assunto mais tocado é o da cotização, aliás debatido em quase todas as reuniões, como resolver o drama de falta de verbas com sócios sistematicamente com quotas atrasadas?

De forma esquemática, aponta-se assim o próximo quadro.

**Quadro nº 29. Instrumentos de Acção**

NÍVEL	TIPO	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÕES
Jurídico	Consultor Jurídico	Defesa dos associados	
Beneficência	Escola	Diurna, Nocturna, Masculina/Feminina	
	Caixa de Misericórdia Indígena	Assistência aos pobres, Consultas médicas	gratuitas aos sócios
Cultural	Gabinete de leitura/biblioteca		
Recreativo	Sede	“velha”	na estrada de Zixaxa
		“nova”	
	Comissões	de festas de senhoras, de propagandistas	

A correspondência oficial com as instituições públicas ocupa grande parte do espólio que chegou até nós, nomeadamente com a repartição pública que superintendia as associações africanas, a Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas. Era esta que encaminhava as exposições/requerimentos dirigidos ao

Governador-Geral, ou aos Serviços de Instrução Pública, de quem o Instituto dependia em termos de professores e subsídios. Há referências de contactos nada amistosos com elementos do Grémio Africano /Associação Africana provocados por artigos contra o Instituto no jornal *O Brado Africano*<sup>272</sup>, ou pelo convívio, regra geral em ambiente de festa, quando aconteciam comportamentos menos correctos por causa de uma bela dama ou sob o efeito do divino néctar.

Por parte de outras associações parece haver um bom relacionamento. É o caso da Associação dos Naturais da Colónia<sup>273</sup>, do Instituto Goano<sup>274</sup> e de Grupos Desportivos, como o Ferroviário<sup>275</sup> e o 1º de Maio<sup>276</sup>. Do vizinho Transvaal chega também correspondência. Há como vimos um intercâmbio, a nível desportivo com grupos de futebol e a nível cultural, com grupos de teatro e de música, de jazz negro sul-africano.

A mais interessante tentativa de incursão no seio do Centro seria tentada pela Associação dos Naturais, conhecida pelas suas tendências democráticas, junto da camada jovem de estudantes, que constituía o NESAM onde pairava uma onda de Negritude. E, através de uma proposta do jovem bibliotecário esteve programado um encontro entre alguns membros da direcção dos Naturais com elementos do NESAM, igualmente da direcção para se fazer um balanço da actividade do Núcleo e pensar noutro tipo de acções, para além das festas e excursões, actividades mais culturais. Em vão, o presidente da direcção do Núcleo viu-se impedido de comparecer e o encontro não se realizou. Mas, sobre o NESAM iremos mais adiante debruçarmo-nos, analisando o papel de jovens que se queriam preparar de uma forma consciente para actuar na realidade colonial.

#### 4.1.4. Financiamento

Os estatutos previam a angariação de fundos, a nível interno, junto dos sócios da associação. Assim, no Artigo 8º. do Cap. III, diz-se que – “*os sócios fundadores e ordinários são obrigados a: 1º. Pagar a jóia de 2\$25 (ouro) adiantadamente, até ao*

---

<sup>272</sup> Acta nº. 97, de 12 de Março de 1935.

<sup>273</sup> Acta nº. 198, de 24 de Janeiro de 1939.

<sup>274</sup> Acta nº. 98, de 19 de Março de 1935.

<sup>275</sup> Idem.

<sup>276</sup> Acta nº. 86, de 20 de Novembro de 1934.

*primeiro dia de cada mês*”, o que sabemos pelas actas que era muito pouco cumprido. No Artigo 44º., do Capítulo IX, pode-se ler que “*os fundos do Instituto são: permanente, disponível, de reserva e de beneficência*”. Este último, segundo o parágrafo 4º. era “*constituído por 60% do produto líquido de festas e diversões e 25% das sobras anuais do fundo disponível, além de quaisquer outras receitas promovidas com esse fim, destinando-se exclusivamente, para socorrer os necessitados e bem assim subsidiar os sócios e seus familiares, em caso de doença, desastre ou outro infortúnio, segundo o critério da Direcção*”. Mas as necessidades financeiras eram tais que o Instituto, cedo recorreu a reforçar o fundo de beneficência, através de peditórios<sup>277</sup>, com caixas que eram colocadas em casas comerciais. Aliás, foram várias as casas comerciais<sup>278</sup> portuguesas e estrangeiras que contribuíram para a existência da Caixa da Misericórdia Indígena. E das instâncias oficiais vieram apoios financeiros consideráveis, para a manutenção das escolas, para a construção da nova sede de betão, sobranceira às palhotas vizinhas.



**Gravura nº 11. O Centro Associativo dos Negros.**

Fotografia da autora.

---

<sup>277</sup> Acta nº. 9, de 2 de Junho de 1932.

<sup>278</sup> Breyner e Wirth, Ltd.; União Industrial Algodoeira; A Allen Wack e Shepherd, Ltd.; J. Salvado da Costa & Branco; Paulino Santos Gil & Cª Ltd.; Fábrica de Moagem e Massas Alimentícias; Guerreiro & Castro Sucessores; Coluna & Martins; Luiz Alves Vieira; Agostinho & Martins; Castro & Silva; Joaquim Marques, Ltd.; Osman Abubakar; Ferreira & Silva, Ltd.; Albino Simões; F. Bridler, Ltd.; Santos e Rocha; N. Kassimatis, Ltd.; Manuel Barracho; Lomba Viana & Pessoa, Ltd.; Custódio José Nunes.

## 4.2. O NESAM (Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique)

Ainda hoje é particularmente difícil analisar a actuação do Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique. Isto porque, a documentação que chegou até nós é escassa, apenas conhecemos o que resta do Livro de Actas dos anos de 1959 até 1962 e, a memória dos velhos que se recordam dos anos da sua implantação em 1949 é muito pontual, e gira em volta da figura do seu fundador Eduardo Mondlane. Por outro lado, os actores da fase mais recente, dos finais dos anos 50, são ainda hoje protagonistas cimeiros, ao nível do Partido Frelimo e do Estado Moçambicano e recordam a sua juventude, nos anos mais duros da repressão salazarista, com uma áurea revolucionária que entrou na História de Moçambique, já na esfera do mito<sup>279</sup>.

Recordando essa época, o ex-Presidente Joaquim Chissano afirmava:<sup>280</sup> “*Éramos jovens estudantes em Lourenço Marques mas preocupávamo-nos com os problemas da igualdade, da justiça, da liberdade. Foi com base nesses objectivos que criámos o NESAM, como lugar de convívio entre estudantes, mas com o objectivo de quebrar as barreiras raciais e foi neste ambiente que conheci Mário Machungo*”. Apesar dos condicionalismos mencionados, iremos tentar reconstituir a vida do NESAM, procurando aproximar-nos da verdade histórica.

### 4.2.1. Funcionamento interno

Não conhecemos os estatutos do NESAM. Provavelmente não os teria, pelo menos no período por nós estudado de 1949 a 1962, pois em Outubro de 1962 foi inscrito como ponto de Agenda da reunião de Direcção<sup>281</sup>, a questão da existência legal do Núcleo e a necessidade de se elaborar “*um requerimento ao governador do Distrito*”. Todavia, a estrutura que foi montada em 59, acompanhou a orgânica de qualquer associação, contendo elementos que se distribuíam pela: Direcção; Assembleia-Geral; Conselho Fiscal. Assim, teríamos na Direcção: Presidente; Vice-

<sup>279</sup> Ver CASIMIRO, I. M., *op. cit.*, pp.7-13; cf. AAVV, *História de Moçambique*, 3º. vol., pp. 203-205.

<sup>280</sup> Ver o discurso de Joaquim Chissano, na homenagem a Mário Machungo. In Revista *Tempo*, n.º. 1052, 09.12.90.

<sup>281</sup> Acta do NESAM, n.º. 17, 13.10.62; houve a preocupação de elaborar um regulamento interno, ver a Acta n.º. 4, de 9 de Dezembro de 1961.



Presidente; 1º. Secretário; 2º. Secretário; Tesoureiro; Vogais (3). Na Assembleia-Geral: Presidente; Secretário; Vogais (2); Suplentes (7). Sobre o Conselho Fiscal há apenas referência mais tarde, em 1962, ao Presidente, Secretaria<sup>282</sup>, aos Relatores e ao controlo das contas que devia ser feito por este órgão<sup>283</sup>. Os corpos gerentes eram eleitos anualmente em Assembleia-Geral, através de escrutínio secreto, apresentando a Direcção listas de sócios, com as suas quotas em dia. Os mais votados tomavam posse em Assembleia-Geral e nela eram eleitos, por sua vez os dirigentes das várias Secções<sup>284</sup>: Festas (3); Teatral (3); Desportiva (3); Jornal (4); Feminina (6); Masculina (?). Para garantir a realização do programa era importante assegurar a quotização. Assim, foram escolhidos colaboradores nos vários estabelecimentos de ensino de Lourenço Marques: Liceu Salazar (1); Escola Comercial (2) – para o curso diurno e nocturno; Escola Industrial (2) – para o curso diurno e nocturno; Liceu António Enes; Colégio Pedro Nunes; Instituto Portugal. Retomada uma tradição do Núcleo de desenvolver explicações, foi criado um grupo de explicadores nos finais de 1961, que abrangia as seguintes matérias<sup>285</sup>: 4º. ano – Ciências Naturais (Liceal); 2º. ano – Matemática – (Industrial e Liceal); 2º. ano – Português; 1º. ano – Francês (Liceal).

A programação envolvendo o Jornal<sup>286</sup> iria exigir uma estrutura mais complexa, dentro da Secção inicialmente prevista, com um Director, Subdirector, Tesoureiro, Secretária, um responsável pela página desportiva, outro pela página financeira, outro ainda pela secção recreativa, dois repórteres e caso curioso, uma comissão de censura, que se resumia a um representante da Direcção junto do jornal.

Finalmente, encontrámos referência a uma “*representante feminina do NESA*”<sup>287</sup>, que iria trabalhar junto da Comissão de Senhoras do Centro Associativo “para que ajudassem a preparar a sócia do NESA, futura mãe, e dona de casa para a vida futura”.

---

<sup>282</sup> Acta nº. 14, de 8 de Setembro de 1962.

<sup>283</sup> Actas do NESAM, nº. 10, de 24 de Março e a nº. 15, de 15 de Setembro de 1962.

<sup>284</sup> Acta do NESAM, nº. 2, de 14 de Novembro de 1959.

<sup>285</sup> Actas do NESAM, nº. 1, de 18 de Novembro de 1961, a nº. 2, de 25 de Novembro de 1961 e a nº. 5, de 17 de Dezembro de 1961.

<sup>286</sup> Acta do NESAM, nº. 7, de 6 de Janeiro de 1962.

<sup>287</sup> Acta do NESAM, nº. 9, de 1 de Fevereiro de 1962.

#### 4.2.2. Os Membros do NESAM

A reconstituição do que foi o NESAM surge na memória do “*mais velho*” Amaral Matos. “*Em 1948, creio eu, 49 há uma certa efervescência no Centro Associativo dos Negros de Moçambique. Havia alguns jovens, e entre esses jovens, havia um chamado Mondlane, depois veio a ser Presidente (da FRELIMO). Mas, sempre apoiado pela Missão Suíça. Ele fez um certo enquadramento de jovens estudantes do ensino secundário...Núcleo de Estudantes Secundários Africanos*”<sup>288</sup>.



**Gravura nº 12. Mulheres membros do NESAM.**

Entrevista a 5/9/1998. Fotografia da autora.

A única referência em termos numéricos<sup>289</sup> surge-nos apenas em meados do ano 61, quando perante a ausência de sócios numa Assembleia-Geral ficou registada em Acta.”*É triste e lamentável assistir uma reunião da AG do Núcleo onde se encontram inscritos cerca de duas centenas de sócios, e só apareçam uma dezena! É de notar que os mesmos sócios apareçam no Baile, Excursões e não às reuniões. Ora, para que haja Baile é preciso que se reúna primeiro*”.

Apareceu uma proposta em Junho de 1962 de supressão do “S” de secundários para que os alunos do ensino primário ou universitário tivessem acesso, passando o nome a ser “*Núcleo dos Estudantes Africanos de Moçambique*”. Na reunião em que surgiu tal ideia, foi debatida uma questão que preocupava alguns elementos da

<sup>288</sup> Ver entrevista a Amaral Matos, 01.02.86, pp. 9-10. In C.E.A. da Universidade Eduardo Mondlane, gentilmente cedida por Teresa Cruz e Silva e Amélia Neves.

<sup>289</sup> Acta do NESAM, nº. 10, de 6 de Maio de 1961.

Direcção: “*Porque é que não se admitem no Núcleo sócios que não sejam negros? Acontece muitas vezes que se têm irmãos mistos que desejam ser sócios do Núcleo mas acham-se impedidos*”. O secretário registou os momentos mais quentes da polémica<sup>290</sup>: 1º. “*Não devíamos ser racistas. Mas todos estavam contra esta ideia*”; 2º. “*Os sócios que não fossem de cor viriam desmembrar esta nossa organização o que traria uma confusão depois difícil de remediar*”; 3º. “*Estou absolutamente contra esta ideia. O misto é a fonte dos distúrbios*”; 4º. “*Eles têm-nos desprezo, desconsideração*”. É preciso entender a questão racial, no contexto da época para descodificarmos a imagem, igualmente, de opiniões de mais velhos para quem o Centro onde o Núcleo estava inserido “*era para MaRongas*”<sup>291</sup>.

Na Acta nº 1, de 18.10.1959 ficou registada a composição da primeira direcção de que temos notícia. Na tomada de posse dos corpos directivos, o presidente, Magno Augusto da Silva Hunguana seria substituído por José Filipe Nhancale. Registava-se já nessa altura uma presença da mulher significativa e que levou à constituição de uma Secção Feminina<sup>292</sup>, onde “*seis meninas*” se juntaram para fazer ouvir a sua voz. O facto de haver um denominador comum – o serem estudantes do ensino secundário, não significava a pertença à mesma classe social, ainda que genericamente possam ser englobados na classe pequeno-burguesa. Faziam parte da elite local.

As clivagens podem ser percebidas nas diferenças existentes pela frequência em diferentes estabelecimentos de ensino. No topo estão pois, os colégios particulares – o colégio Pedro Nunes e o Instituto Portugal. Em seguida, posicionam-se os liceus, mas também entre eles há uma hierarquia, em primeiro lugar, o Liceu Salazar, situado na zona da Polana, para os filhos da burguesia colonial e só depois, o Liceu António Enes, no Bairro do Alto Maé, uma zona mais pobre da cidade. Seguem-se as escolas técnicas, mas igualmente entre elas há um ordenamento, situando-se à frente a Escola Comercial e só depois a Escola Industrial, onde se sujava as mãos.

#### **4.2.3. Programa – Acção**

---

<sup>290</sup> Acta do NESAM, nº. 11, de 7 de Junho de 1962.

<sup>291</sup> Ver entrevista com Sansão Muthemba. In Centro de Estudos Africanos.

<sup>292</sup> Acta do NESAM, nº. 7, de 21 de Fevereiro de 1960.

Eduardo Mondlane,<sup>293</sup> fundador do NESAM resumiu de uma forma magistral a acção do Núcleo: *“A eficácia do NESAM, como a de todas as organizações dos primeiros tempos, era estritamente limitada pelo pequeno número dos seus membros, neste caso, restrita aos estudantes negros das escolas secundárias. Mas, pelo menos de três maneiras, deu um importante contributo para a revolução. Comunicou ideias nacionalistas à mocidade negra instruída. Conseguiu certa revalorização da cultura nacional, que contra-atacou as tentativas dos portugueses para levarem os estudantes africanos a desprezarem e a abandonarem o seu próprio povo. Deu a única oportunidade de estudar e discutir Moçambique sem ser como um apêndice de Portugal. E, talvez o mais importante de tudo cimentou contactos pessoais, estabeleceu uma rede de comunicação a nível nacional, que se formou entre gente de todas as idades, e que podia ser utilizada para um futuro movimento secreto.*

*Por exemplo, quando a FRELIMO se instalou na região de Lourenço Marques em 1962 – 1963, os membros do NESAM foram os primeiros a serem mobilizados e constituíram uma estrutura para receber o partido. A polícia secreta ou PIDE, também percebeu isto e proibiu o NESAM; em 1964, prendeu alguns dos seus membros e forçou outros a partirem para o exílio”.*

Educado no seio da Missão Suíça, Mondlane estava preparado para trabalhar com jovens moçambicanos, em espírito de grupo, de entreaajuda e de serviço à comunidade. Tinha uma capacidade dada pela exegese bíblica, de reflectir e de actuar sobre a realidade. Conhecia os cânticos cristãos que falavam de esperança e de força anímica. Actuou no Centro Associativo dos Negros de Moçambique justamente quando Nkrumah tinha apelado à consciência política dos jovens, ao papel dos estudantes para se unirem aos operários e levarem avante a revolução no continente africano.

O caminho da consciencialização começou com programas simples de entreaajuda. Os estudantes mais avançados preparavam outros colegas que tinham dificuldades nos estudos. Eis, como o sistema de explicações se tornou numa tradição do Núcleo. Das explicações chegou-se à necessidade de ler e reflectir. No Gabinete de Leitura, chamado mais tarde pomposamente de Biblioteca havia dicionários, enciclopédias, obras que ensinavam a escrever, a redigir cartas ou a ensaiar poemas.

---

<sup>293</sup> Ver MONDLANE, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Sá da Costa, 1975, p. 121.

O bibliotecário, sócio e dirigente da NESAM, tinha muitas ideias para fazer da leitura um acto de conscientização. Ler, discutir, reflectir sobre uma obra, tornando-a viva. Ele próprio, um jovem escritor, conhece outros que também o são, que ensaiam a poesia e a prosa e que querem ajudar na “*causa*”. Sugeriu Rui Nogar, o poeta aprisionado pelo amor e pela revolta. Era um jovem dos “*Naturais*”, que andava também pela Associação Africana, amigo de Craveirinha que não se importava de falar sobre a poesia. Eram assim programadas as tardes culturais onde acontecia teatro, se declamava poesia ou se contava um “*conto gentílico*”, mas onde se dançava os ritmos quentes e sensuais da marrabenta, da chigumbela ou se via os passos ritmados da makwela.

Foram assim, os primeiros passos da negritude, do procurar a autenticidade das origens, de quem assimilado e urbanizado tinha esquecido as histórias dos velhos, contadas em noites de lua cheia. Mas, lembremo-nos que esses jovens tinham 16, 17 e 18 anos. Daí, que não podia haver no programa a falta dos bailes, das tardes dançantes. Era Lourenço Marques em tempo de jazz! Quando a grande orquestra “Djambo” tocava no salão do Centro, quantas Vénus negras rodopiavam com os seus Adonis, vigiadas sob os olhares atentos das famílias. A que descomposturas o swing obrigava! Havia sempre um pretexto para organizar um baile: a Festa do Natal do Estudante, nas noites quentes de Janeiro ou o tempo do Carnaval, de folia em Fevereiro. Fora dos salões, havia as excursões. Aonde ir? À praia do Bilene, a Marracuene? Ao campo, à Moamba? Os argumentos mais convincentes eram procurados. Em Marracuene podia-se celebrar os heróis caídos nas batalhas de “ocupação”. Na Moamba, era possível visitar-se a Escola de Artes e Ofícios.

Nas excursões, em tempo de canho ou de caju, o convívio passava depressa da merenda à conversa, do jogo de futebol ao da sedução na festa improvisada. Depois, era o regresso a casa. Às festas, às excursões, ninguém faltava mas às reuniões, aos debates só um pequeno grupo comparecia. Um punhado de jovens tornou-se num grupo de amigos que gostavam de conversar sobre as “*coisas da vida*”, ora no Centro, ora em casa de alguém, ao fim da tarde, falando das novidades ou das lamentações dos mais velhos. Os que tinham ido estudar para a Metrópole, por vezes regressavam nas férias e falavam dos novos ambientes, da Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, em Coimbra, trocando recordações da boémia estudantil. As conversas nos quintais aqueciam quando se falava da “*situação política*”. Por isso, o velho Muthemba dizia que o NESAM “*durou pouco*”, a PIDE prendeu este, prendeu

aquele. A FRELIMO não tinha chegado a Lourenço Marques, já lá estava. Mas sobre os clandestinos na cidade e no campo, falaremos mais adiante.

Sobre o modo como o NESAM influenciou o Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, vejamos o testemunho de uma estudante branca que contactou com os jovens negros do Núcleo:

*“Foi assim que, menos de dois anos após o primeiro Despertar<sup>294</sup>, surgiram naturalmente para mim os contactos com os primeiros apoiantes do movimento de libertação no sul de Moçambique. Já não me interessava tanto partilhar a balbuciente consciência social com os colaboradores da página. O que me galvanizava era, antes de mais nada, chegar à fala com outros jovens negros – o qualificativo é intencional e indispensável, porque era mesmo disso que se tratava: contactar com os sujeitos naturais do projecto insurreccional. Essa foi para mim, jovem branca em busca da ruptura com a aberração colonial, a revelação de um mundo e de outra forma de viver de que só tinha uma vaga percepção mas sabia existir.*

*Para além da titubeante criação literária e artística que tínhamos em comum, a descoberta que alguns de nós fizemos da cidadania de uma nação por construir, a transposição subversiva das fronteiras entre o cimento e o caniço, a súbita fraternidade iniciática que nos uniu foram os frutos mais preciosos que guardei. A claridade e a alegria que essa transgressão trouxe às nossas vidas marcaram a minha de um modo irreversível e apontou-me percursos futuros.*

*Como não mencionar aqui os esfusiantes ensaios dos saraus de poesia do Centro dos Negros, o meu primeiro encontro com as figuras respeitáveis dos pais Honwana, a descoberta encantada de uma nova fraternidade, o pânico exaltante da preparação das primeiras fugas de jovens nacionalistas, as discussões intermináveis sobre o conflito sino-soviético e a cisão do movimento comunista, os debates nos cafés, com os pides sempre a rondar? E, antes disso, os primeiros encontros com Malangatana e com Luís Bernardo, a contaminação entusiástica que via alastrar a outros como eu, a certeza de que o caminho era aquele, apesar de todos os perigos?”*

### **Quadro nº 30. Instrumentos de Acção**

---

<sup>294</sup> Ref. à página juvenil do *Notícias* – o “Despertar”, onde Ana Maria Barradas colaborou. Testemunho in RIBEIRO, Fátima e SOPA, António, *140 anos de imprensa em Moçambique*, Maputo, Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, 1996, pp. 136-137.

NÍVEL	TIPO	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÕES
Entreajuda	Explicações	Português	Cursos do Ensino Sec.
		Francês	- Liceal
		Inglês	-Técnico
		Matemática	(comercial e
		Ciências Naturais	industrial)
Cultural	Tardes Culturais	Música	“Folclórica”
	Saraus	Poesia / Contos	Teatro
Recreativo	Bailes	Natal	“do Estudante”
	Tardes Dançantes		Festa de Carnaval

A actividade “*subversiva*” do NESAM foi pretexto mais do que suficiente para o Centro ser encerrado, segundo as autoridades coloniais<sup>295</sup>: “*Considerando que, por averiguações efectuadas, se demonstra que o Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique, pela ilegal actuação dos seus órgãos directivos, exerceu uma acção diversa da prevista nos respectivos estatutos, perturbadora da ordem política e social (...) É extinto o Centro (...) cujos estatutos foram aprovados pela Portaria n.º. 1617, de 12 de Março de 1932, e alterados pela Portaria n.º. 3490 de 17 de Agosto de 1938 (...) Cumpra-se (...) ao 31 de Julho de 1965. – O Governador-Geral, José Augusto da Costa Almeida*”.

#### 4.3. Do Grémio Africano à Associação Africana

##### 4.3.1. Organização do grupo

Numa cidade, onde se convivia separadamente, como constatámos na investigação que há vinte anos levamos a cabo, surge o Grémio Africano de Lourenço Marques, em 1908, associando personalidades e toda uma elite de mulatos, negros e brancos, inicialmente sob o pivot de uma ideia fundamental – a educação dos “*indígenas*”, a

<sup>295</sup> Ver Portaria n.º. 18.802. In *Boletim Oficial*, 31.07.1965, p. 884.

maioria da população. E, como de uma onda se tratasse, a essa nobre ideia do direito à educação, outras mais se juntaram, com o triunfo da República, atomizando um conjunto a que deram o nome de “*causa africana*”<sup>296</sup>.

Do ponto de vista legal, o Grémio existiu até 1938, data em que passa a ser designado por Associação Africana, mantendo-se até à independência de Moçambique, em 1975, com as características que sempre teve, de sociedade mista de defesa e beneficência, de uma camada abrangente de trabalhadores moçambicanos e, por outro lado, de recreio para uma faixa da pequena burguesia local, sobretudo mulata. Pelos resultados da acção conseguida, defendemos a hipótese de ser entendido como um grupo de pressão, do ponto de vista político, social e cultural, referenciado já na época em que actuou, como um importante clube nativo<sup>297</sup>, onde emerge uma intelectualidade jovem, a “*Acção Cultural*”<sup>298</sup> e, porventura o ensaio de um Partido Nativista<sup>299</sup>. Parece ser um grupo não homogéneo, percorrido por várias correntes de opinião, expressas no jornal, seu porta-voz, de 1908 a 1918, *O Africano* e, a partir dessa data, *O Brado Africano*. O apelo, insistentemente lançado à unidade, leva-nos a procurar os factores de divisão interna, que aliás deram origem a novos grupos, tais como o Conselho Nacional Africano e o Instituto Negrófilo, mais tarde Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique. Terá sido apenas, a questão racial?

#### 4.3.2. Os Membros

A partir da sistematização das referências à participação nas actividades do Grémio Africano/Associação Africana, dos sócios e dos membros eleitos para preencher os corpos gerentes, referências essas, colhidas nos jornais, *O Africano* e *O Brado Africano* e confirmadas nos Anuários<sup>300</sup> apercebemo-nos em primeiro lugar do mosaico representativo da sociedade urbana de Lourenço Marques. Aí estão os burocratas, os pequenos comerciantes, os empregados comerciais, os tipógrafos, representando a população dita activa. Todavia, por detrás da designação sonante de

---

<sup>296</sup> Trata-se da defesa, em alcance Pan-africano, da população negra.

<sup>297</sup> Ref. *O Brado Africano*, 20.01.1923.

<sup>298</sup> *Idem*, 03.07.1926.

<sup>299</sup> CAPELA, J., *O movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927*, p. 274.

<sup>300</sup> Ver NEVES, O., *op. cit.*, pp. 136-144.



“*proprietário*”, aparece por vezes um tipo social, que designaremos de “*biscateiro*”, indivíduo que lança a mão a qualquer possibilidade de negócio, valendo-se dos seus conhecimentos sociais, de relações de compadrio ou mesmo, de um certo grau de instrução.

Importa destacar que, a maioria do corpo directivo era constituído por funcionários públicos, sendo os sectores do aparelho de Estado, com mais elementos – os Caminhos-de-Ferro e o Porto de Lourenço Marques, a Imprensa Nacional, os Tribunais, o Serviço dos Negócios Indígenas, os Correios, a Alfândega, a Fazenda, as Obras Públicas e a Curadoria dos Indígenas Portugueses na União Sul-Africana. Característica interessante a apontar à elite directiva do Grémio é o facto de funcionários públicos, membros serem proprietários, dedicando-se alguns à venda de terrenos, como se pode constatar nos anúncios do jornal *O Brado Africano* e nos registos do *Anuário de Lourenço Marques*. Os dados recolhidos quanto aos sócios e aos membros da direcção sugerem-nos um envolvimento social intenso na vida política de Lourenço Marques. Renegando o papel de “*assimilados*” que as autoridades coloniais lhes tentaram impor, os “*filhos da terra*” empenharam-se na defesa da Causa Africana, como iremos ver no capítulo seguinte.

#### 4.3.3. O Programa

Analisemos a trajectória colectiva do Grémio Africano/Associação Africana, focalizando o plano ideológico, o que nos permitirá compreender os seguintes pontos, que parecem ser fundamentais:

Como eram equacionados os principais problemas que, segundo o Grupo afectavam os africanos, na sociedade colonial?

Que instrumentos de acção possuía para pressionar o regime?

Em que áreas intervinha?

Com que resultados?

Isto significa, partir da definição do conjunto de princípios que, para o Grémio/Associação constituíam a sua linha de actuação política, que se fundamentavam não só na experiência do grupo, como na experiência de outros grupos e, verificar como era constituída essa linha, no quotidiano social. A reconstrução de uma trajectória colectiva em balizas cronológicas – de 1908 a 1938,

enquanto Grémio e de 1938 a 1962, como Associação Africana – portanto, num espaço temporal de cinquenta e quatro anos exigiu:

- Uma boa colecção de dados, obtida a partir da selecção de texto nos jornais, *O Africano* e *O Brado Africano*;
- A identificação dos temas principais da prosa jornalística;
- O registo da variação do tratamento desses mesmos temas.

E, finalmente, o registo das actividades desenvolvidas, focando com especial atenção, a propaganda eleitoral; as conferências, sobretudo da “*Acção Africana*” e do “*Núcleo Cultural dos Novos*”; a participação, com outros grupos e partidos políticos, em comícios, manifestações e moções conjuntas e as polémicas célebres entre a autoridade colonial e o Grémio/Associação.

Debrucemo-nos então, a partir de textos seleccionados, sobre a ideologia que o Grémio/Associação Africana irá construindo, intervindo directamente, como uma força viva, de um mundo complexo, de confrontação.

O primeiro programa legitimador do grupo foi publicado no jornal *O Africano*, em 1908, no “*Número de Propaganda a Favor da Instrução*”, manifestando em artigo de fundo, intitulado “*Ano Novo – Era Nova*”<sup>301</sup>, a intenção de desenvolver a instrução e educação da raça negra, fundando para tal, uma escola onde fosse ensinada a língua portuguesa. Apesar deste brilhante artigo não estar assinado, parece-nos ser da autoria de João Albasini, a personalidade à volta da qual gira o grupo, então nascido<sup>302</sup>, pelo estilo irónico e acutilante, pelo conteúdo da intervenção, marcadamente humana, cristã, de um crítico social por excelência, que deixa transparecer todo o ambiente de esperança pelo regime de futuro – a República. O Manifesto transcrito, de “*propaganda a favor da instrução*”, explica as razões de tão vasto “*programa*”, decorrentes da estratégia do Grémio Africano, de defesa da raça negra. O projecto da escola, concretizador do Grupo, parece-nos que representa um tempo de viragem, já que a uma fase de “*submissão, de reacção contra abusos e nada mais*” segue uma nova fase, de “*protesto à orientação seguida*” pela Monarquia.

---

<sup>301</sup> *O Africano*, 25.12.1908, pp. 1-2.

<sup>302</sup> Ver NEVES, O., “João Albasini, uma personalidade de excepção, na sociedade de Lourenço Marques, (1876-1922)”, trabalho prático, realizado no âmbito do mestrado, orientado pelo Professor Doutor Joel Serrão.

Pela negativa é abordada a situação de não-desenvolvimento da colónia – “*nem estradas, nem fontes, nem oficinas, nem escolas*”, em contrapartida, multiplicam-se as cantinas, onde jorra o vinho branco para pretos – abordagem que sugere uma perspectiva de desenvolvimento que passa, de imediato, pelo combate ao alcoolismo (porque faz perecer a raça) e tem por finalidade, a educação, entendida num sentido moderno de formação “*dos homens d’ amanhã*”.

A defesa da língua portuguesa, em oposição aos “*dialectos cafres*”, deve ser compreendida, na nossa opinião, como instrumento de civilização e, no âmbito do ataque às missões religiosas estrangeiras, movido por personalidades influentes no grupo, ligadas à Igreja Católica. Veja-se ainda no texto, a campanha de angariação de fundos para o projecto da escola – a quotização de “*500 réis mensais*”, quantia a ser paga pelos sócios do Grémio. Claro está que não fica excluída a possibilidade de elementos beneméritos contribuírem “*para fim tão moralizador como é a Escola*”. “*Ano Novo. Era Nova*”. Eis, o grito de vida de um grupo que nascia, propondo-se a intervir, numa vertente basilar – a educação das crianças, a geração vindoura.

Seguindo a amostra<sup>303</sup> dos temas desenvolvidos pela imprensa, porta-voz do Grémio Africano, apercebemo-nos da intensidade com que são tratados os problemas relativos à educação e à justiça. Com toda a clareza, *O Africano* expõe os objectivos fundamentais do jornal: “*tratar dos indígenas, nos seus interesses, educação e administração da Justiça...*”<sup>304</sup> E, na “*mesma senda que encetamos ao fundar O Africano, em 1908, prossegue O Brado Africano, pugnando pela Justiça, Verdade, Igualdade*”<sup>305</sup>. O pivot do discurso, desloca-se para a questão do direito à cidadania, “*protestamos contra a leis de excepção*”, bradam os dirigentes do Grémio no “*Memorial*”, dirigido ao Governador da Província, Massano de Amorim, em Janeiro de 1919, criticando a célebre portaria “*dos assimilados*”<sup>306</sup>. À discriminação racial legalizada, respondem os Delegados do Grémio, com um memorando – “*Deus e o Meu Direito*”, em que começando por recordar a memória de Sidónio Pais, apresentam a razão que os leva a sentirem a sua dignidade social ferida, decorrente da promulgação da portaria provincial nº. 1.041, de 18 de Janeiro de 1919, assinada por Álvaro de Castro.

---

<sup>303</sup> Na construção da amostra temática (at) figuram artigos que desenvolvem um tema específico (te). A frequência do tema específico (fte) foi calculada através de uma regra de três simples.

<sup>304</sup> *O Africano*, 12.09.1912.

<sup>305</sup> *O Brado Africano*, 24.12.1918.

<sup>306</sup> *O Brado Africano*, 18.01.1919.

Por detrás do discurso, apercebemo-nos que a “*questão dos assimilados*”, transporta no seu âmago uma forte concorrência laboral entre trabalhadores negros e imigrantes brancos metropolitanos, cujo fluxo migratório aumentou, segundo as estatísticas disponíveis. Não é só o direito de ser cidadão, que é reivindicado, mas sobretudo, o direito ao trabalho, pelos que mais sentem essa concorrência – os trabalhadores negros cultos: “*É agradecer pouco, é uma flagrante injustiça, Ex. Sr., retribuir ao gigantesco esforço que a meia dúzia de nativos faz para sair da chata rotina...É assimilado aquele que for eleitor. E eleitor aquele que estiver em condições exigidas pela lei. Não se nomeiam funcionários, nem têm subvenção quem não estiver nos termos prescritos. Pronto!*”

Qual foi a posição assumida pelos Delegados do Grémio? “*...Era preciso distinguir o indígena comum da sua raça daquele que pela sua ilustração e costumes está fora daquele meio, naturalmente para ao selvagem inculto, ser aplicada outra legislação...*” Concordam pois, nesse ponto com a intenção do legislador, em estabelecer um código específico para o “indígena” e, propõem-se mesmo a dar a sua contribuição, colaborando para se alcançar esse objectivo. Atacam, com toda a violência discursiva, a medida legislada que atenta, humilha e discrimina quem pretenda ser um cidadão. Vejamos como é aflorada, pela primeira vez, a conflituosidade racial e classista: “*Porque o lado melindroso desta abominável portaria está justamente no facto, indecoroso e aviltante, de se distinguir uns determinados cidadãos para serem marcados, para andarem munidos de um papel, o tal alvará... Não é preciso Exmo. Snr. andar com alvarás, tirar alvarás aviltantes para mostrar a padeiros analfabetos que são brancos, mas que brancos como são, por culpa sua ou dos pais ou do Estado, não lêem o papel e seguem adiante tocando no burro!...*”

Um programa de acção do Grémio é exposto em 1920<sup>307</sup>, defendendo a candidatura de João Albasini, como deputado por Moçambique, em que “os problemas que mais o haveriam de ocupar” seriam:

*“Educação do indígena e nacionalização das colónias, estabelecendo uma forte propaganda no sentido de desviar a emigração da América para as nossas colónias tanto quanto possível”.*

---

<sup>307</sup> *O Brado Africano*, 29.05. 1920. Veja-se que o Grémio Africano integrou a Liga Africana (1920) e o Partido Nacional Africano (1921) em Lisboa, onde em 1925 se realizou um congresso Pan-Africanista. Cf. OLIVEIRA, César, “Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, 2º. vol., p. 639.

*“Criação de escolas de artes e ofícios, em todas as capitais dos distritos da província e conseguir que a educação elementar seja organizada conforme o sistema moderno, em edifícios próprios onde as regras de higiene fossem observadas com escrúpulo, constituindo nelas a obrigatoriedade da educação física em campos próprios”.*

*“Intensificação dos trabalhos de agricultura, tornando-se obrigatória a criação de granjas em todas as edilidades tendo anexas escolas práticas de agricultura e criação de gado”.*

*“A eliminação das leis de exceção e codificação das leis respeitantes a indígenas em bases compatíveis com os bons costumes”.*

*“Trabalhar para que se estabeleçam as vias de comunicação com o interior, por meio de boas estradas e linhas-férreas”.*

*“Proporia também a introdução nas leis sobre a concessão de terrenos, de disposições que tornassem dificultoso o açambarcamento de terrenos, por indivíduos de nacionalidade estrangeira e a proibição de venda dos mesmos pelos nacionais a estrangeiros sem expressa autorização do Governo...”*



**Gravura nº 13. A família dos Albasini.**

Lourenço Marques, s/d. Em cima: à esquerda Senhora; filho de Carlos Albasini; João Albasini; Mãe; 2ª. fila: Berta, esposa de João Albasini; D. Beatriz Possolo, filha de João Albasini; 3ª. fila: Bárbara Torre do Vale; miúdo? Passarinho; 4ª. fila: Hemengarda Torre do Vale, centro; à direita Salomé Torre do Vale; à esquerda Gisela Torre do Vale. In AHM, Fototeca, nº. 326.

Estes mesmos pontos voltaram a ser expressos, quando convidada a pronunciar-se sobre “*o estudo de problemas que convém aos interesses da Província*”, a direcção do Grémio Africano apresenta em 1922<sup>308</sup>, um extenso plano de medidas, “*traduzindo unicamente o desejo de ver esta Colónia em pleno desenvolvimento das suas riquezas, com a sua situação económica desafogada, enfileirando-se ao par de outras colónias florescente(s) pelo esforço nacional, que coloque em linha ascendente o sen(u) comércio, as suas indústrias, os seus costumes, a sua língua, em concorrência com aqueles que se encontram empregando também as suas faculdades produtivas e os seus elementos assimiladores*”.

As medidas propostas, visando o desenvolvimento de Moçambique, na sua globalidade, parecem representar a perspectiva da pequena-burguesia africana, querendo assegurar a sua própria base material, o que passa pela detenção de terras, pelo acesso a lugares compatíveis no funcionalismo e no exército, em pé de igualdade com os “*européus*”, acesso possível através de oportunidades dadas pela educação e garantidas pelo trabalho. Esta leitura não elimina a preocupação que transparece dos problemas da maioria da população africana – realçados no ponto relativo à mão-de-obra e à emigração. Todavia, a posição de defesa do “*indígena*” desenvolve-se num tom conciliatório, procurando conciliar interesses, que nos parecem irreconciliáveis – do colono e do indígena.

Infelizmente não encontrámos documentos posteriores, que analisassem, de uma forma tão completa, a situação global de Moçambique. Questões pontuais, denúncia e crítica de problemas do quotidiano, parecem ser objecto de acção do Grémio, mantendo-se contudo, subjacente uma visão de conjunto, apelidada com toda a solenidade de “*Causa Africana*”, como iremos ver mais adiante.

---

<sup>308</sup> *O Brado Africano*, 11.08.1922, (documento com data de 4 de Agosto e assinado pela direcção, Estácio Dias, José Albasini, Joaquim Swart, Eugénio da Silva Júnior e Francisco de Haan).



**Gravura nº 14. Uma das primeiras sedes do Grémio Africano de Lourenço Marques.**

Sita na Avenida Filipa Samuel Magaia. Fotografia da autora.

#### **4.3.4. Instrumentos de acção**

Vejamos agora, quais foram os instrumentos de acção que o Grémio Africano dispunha para intervir na sociedade de Lourenço Marques. Ao focar as actividades do grupo, apercebemo-nos de vários instrumentos de acção, que vão sendo organizados, à medida que este grupo penetra não só na “*high-life*” de Lourenço Marques, como no seio dos “*indígenas*”, que afirma defender. Sem dúvida que o jornal foi o meio mais eficaz de propaganda, de onde partiam as farpas aguçadas da crítica que o grupo lançava “*aos mandões*”, denunciando situações obscuras, formando a opinião pública, consciente de que “*a missão da Imprensa (...) é sagrada*”<sup>309</sup>. Porque, na opinião do Grémio, “*é preciso não tolher a crítica, a liberdade de dizer francamente o que se sente acerca de qualquer assunto que interesse à terra ou à sua comunidade*”. Todavia, a autoridade colonial, “*por parte daqueles a quem convém, a continuação de desmandos e falcatruas*”, tem “*tido uma oposição sistemática servindo-se de perseguições odiosas e de força brutal que não honra, antes faz retro gradar por animalidade e indigna a sociedade que se tem na*

---

<sup>309</sup> *O Brado Africano*, 23.07.1921, 1ª. p., 6ª. col., (ref. à repressão da imprensa na pessoa de Libério Pereira, director e editor do jornal *A Terra*, periódico que se publicava na Índia).

*conta de culta*”. Numa atitude construtiva e de grande alcance, muitos esforços foram canalizados para a educação e formação das novas gerações, tendo sido dado lugar de destaque à mulher africana, pelo que funcionava na sede do Grémio, uma escola feminina, honrando o nome de João Albasini, “*paladino*” dessa luta.

A sede parece ter sido, um palco importante na vida da organização, com os seus



sectores próprios de administração, redacção do jornal, sala de aulas, consultório médico, ginásio, onde o boxe e a dança são ensaiados e o salão deslumbrante, nos dias de baile (...) como recorda o poeta

Craveirinha, das suas

aventuras quando ainda muito “*moleque*”, espiava as belas damas, rodopiando airoso no salão.<sup>310</sup>

#### **Gravura nº 15. Antiga sede do Grémio Africano/Associação Africana em Lourenço Marques.**

Década de 1930, sita na Avenida Ho Chi Min (Antiga Avenida 5 de Outubro).  
Fotografia da autora.

#### **4.3.5. Áreas de intervenção**

Na comemoração festiva do segundo aniversário dos seus estatutos,<sup>311</sup> o Grémio Africano apresentou os resultados atingidos, focando as zonas privilegiadas de acção, até 1922: “*Conseguiu que fosse revogada a lei dos assimilados; (...) que o ilustre Ministro das Colónias, Ferreira da Rocha, por intermédio da Liga Africana, decretasse a Lei 7.151*<sup>312</sup>. *Que fosse criada a escola agrícola do Umbeluzi*<sup>313</sup>. *Que*

<sup>310</sup> Recordações de Craveirinha, quando era menino. O termo moleque ou mufana significa menino, criança.

<sup>311</sup> *O Brado Africano*, 30.12.1922, (ver discurso de Francisco de Haan).

<sup>312</sup> Ref. à lei que anulou a portaria dos assimilados.



*fosse criada a escola indígena deste Grémio, finalmente que os nossos direitos como cidadãos livres não fossem postos de parte”.*

Se quisermos representar simbolicamente estas áreas, teremos um triângulo constituído na base pela Educação e nos dois lados: Justiça e Trabalho, três zonas de pressão, que interpenetradas, constituem justamente, o que o Grémio entende por defesa da “*Causa Africana*”. Isto significava na linguagem do *Brado*:<sup>314</sup>

*“ (...) pugnar pela causa dos nativos, pela civilização dos indígenas, pelo direito dos fracos e oprimidos”, daí o apelo, “este brado a todos os africanos, levantem-se e caminhem.*

*Levantem-se da apatia em que se conservam, da atitude desconfiada perante os povos civilizados, da ignorância, das trevas.*

*Caminhem para o trabalho, para a instrução, para a luz, para a maioria política, para a posse dos seus destinos...”*

Num requerimento ao Governador-Geral, a 29 de Novembro de 1945, solicitando a concessão de um subsídio para a conclusão da sede da Associação<sup>315</sup>, a direcção enumera a obra feita em jeito de balanço, argumentando primorosamente a necessidade do apoio governamental para prosseguir a sua “*missão*”, como “*associação instrutiva, recreativa e beneficente, tendo como principais fins, defender os direitos e interesses que de justiça e por lei pertencem aos africanos desta Colónia, dispensando-lhes protecção, auxílio e assistência*”.

Qual foi, então o balanço apresentado?

*“Assim e no que respeita à instrução, foram em tempos atendidas algumas das maiores aspirações desta agremiação, tais como a criação da Escola Agrícola do Umbeluzi, hoje praticamente extinta, e da Escola profissional para o sexo feminino “João Albasini”, medidas altamente patrióticas e que em muito beneficiaram o nativo.*

*Foi também a pedido do Grémio Africano que o curso do ensino primário elementar, funcionou na Escola Paiva Manso que, passou a destinar-se especialmente a indígenas com mais de 14 anos, por se reconhecer que a população nativa espalhada pelos subúrbios desta cidade e impossibilitada de frequentar as*

---

<sup>313</sup> Ver processo 1914-1922. In AHM, SNI, sec. D, cx. 1.329.

<sup>314</sup> *O Brado Africano*, 24.12.1927.

<sup>315</sup> Ver requerimento de 29.11.45, assinado pela direcção da Associação Africana. In AHM, DSNI, sec. A, cx.2.

*escolas das Missões Religiosas, ora, há poucos anos, na sua quase totalidade, desviada para as escolas das Missões estrangeiras, perigo reconhecidamente grave e que muito contribuiu para a sua desnacionalização.*

*Não esmoreceu a actividade desta agremiação e assim, com superior aprovação do Governo, iniciou e teve a seu cargo a “MISSÃO DE PROPAGANDA PATRIÓTICA”, que visava “incutir no espírito dos indígenas o amor que devem consagrar a Portugal, às suas terras, e o respeito que devem ter pelo espírito das leis cumprindo-as tal como se determina”.*

*“As prelecções dos agentes dessa “Missão Patriótica” exerceram uma extraordinária influência no ânimo dos seus ouvintes, com resultados práticos que animavam e convenciam da necessidade e oportunidade da protecção que o Governo nunca deixou de prestar a essa grandiosa obra nacionalizadora”.*

Os resultados são optimizados, como convém. *“Na verdade:*

- a) Está o indígena reconhecido e vê a conveniência de aprender a língua portuguesa e de mandar os seus filhos para as escolas oficiais.*
- b) Dedica-se, presentemente, à agricultura e já reconhece também que o amanho das terras deve obedecer a novos processos, até ao seu aperfeiçoamento pelo emprego das charruas e a pouco e pouco vai afastando as suas mulheres dos serviços da pesada agricultura, restringindo o serviço delas, à colheita, sachas, mondas e outros mais ligeiros trabalhos de agricultura.*
- c) Aumentando o seu gado, ele vai seleccionando para o que envia as suas vacas para os postos do Governo, afim de serem cobertas por touros de raça.*
- d) Com decência vai trajando a moda europeia.*
- e) Com precisão e limite das suas possibilidades vai satisfazendo os impostos ao Governo e, quando requisitados para o serviço militar, (p)a«p»resenta-se sem receio nas Administrações...”*

Como homens bons, esses afro-portugueses “filhos da terra” solicitavam uma sede, onde pudesse ficar a escola, a biblioteca, a oficina do jornal, o palco da orquestra de jazz, o ginásio e o salão de convívio, enfim um “lar colectivo” para a família africana. A componente cultural e desportiva fez aproximar a Associação Africana de outras associações com fins idênticos e, onde o convívio privilegiou a juventude intelectual africana, tais como a Associação dos Naturais, a Associação

Académica<sup>316</sup>, e a Liga da Mocidade Africana<sup>317</sup>. Porquê essa aproximação? O ambiente quente de boémia, de procura do “*Harlem*”, nos subúrbios da capital? Cremos que sim, a julgar pela intensidade da vida nocturna. Mas, há que considerar o facto de ser uma sociedade em constante movimento, com um forte fluxo migratório, de vai e vem de mineiros, de comerciantes e de minorias desenraizadas. Vivia-se em Lourenço Marques tempos de jazz, de tertúlias literárias e artísticas,<sup>318</sup> que a censura tentava calar, como iremos ver no capítulo seguinte. Nem a forte repressão política foi capaz de travar a contestação e de calar o grito. “*Eu sou carvão.../ mas para sempre, não*”<sup>319</sup>, anunciava Craveirinha. “*Bom*”, explicava o poeta, “*a partir de uma determinada altura eu tive uma consciência política, uma consciência de África, uma consciência do país. E uma opção. Quando opto por Moçambique, eu estou a optar por África*”. O “*Grito*”, já foi escrito na década de 40 e o “*Tambor*” até 1950, 1951 o mais tardar...”<sup>320</sup>.

---

<sup>316</sup> Associação Académica, presidida por Marciano Nicanor da Silva, membro influente do Grémio/Associação Africana. In OBA, 03.04.1926.

<sup>317</sup> In OBA, 18.10.1930.

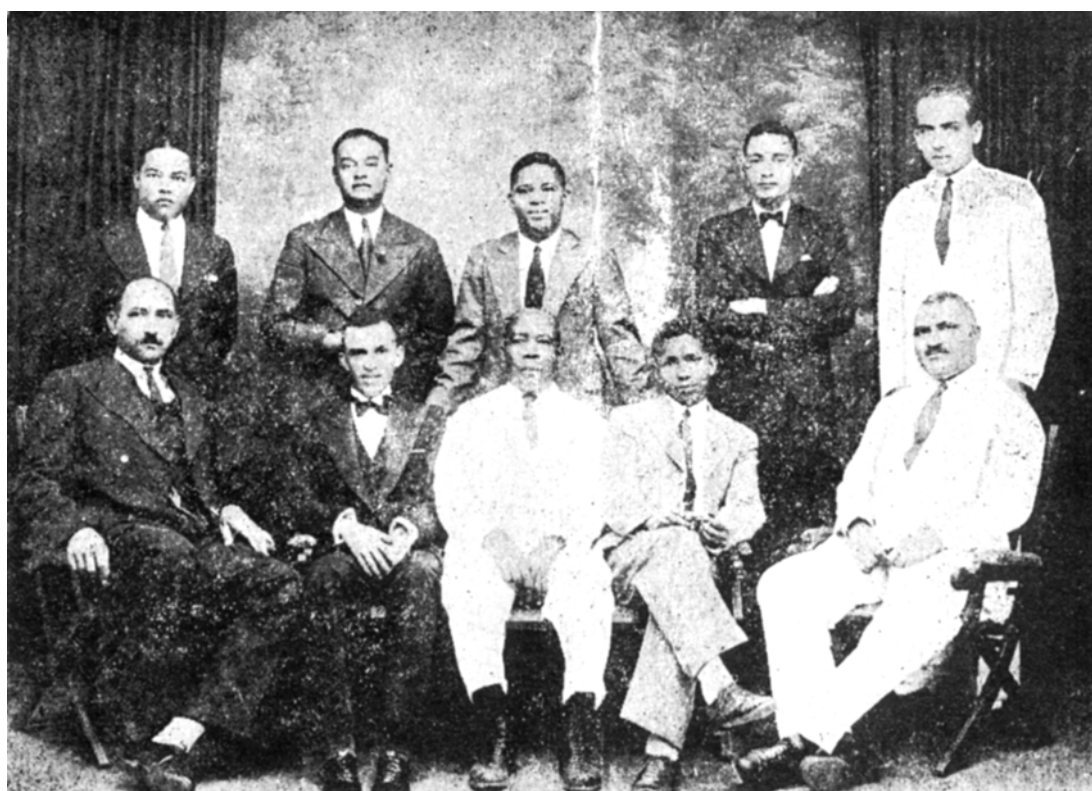
<sup>318</sup> Ver entrevista ao poeta José Craveirinha, Maputo, 1988; cf. SOPA, A. e SOARES, Paulo, “As origens da arte moderna moçambicana”, intervenção no Vº. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, em Maputo, 1997.

<sup>319</sup> Referência ao poema “Grito” de José Craveirinha.

<sup>320</sup> Ver CHABAL, Patrick, *Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade*, Lisboa, Vega, 1994, p. 98.

## CAPÍTULO V – A imprensa africana

Como ponto de partida seleccionou-se, em amostra de provas significativas, o percurso do jornalismo político ao noticioso, caracterizando-se assim, a imprensa em geral em Moçambique, onde se enquadra a imprensa africana. A norma e a prática governativa serão aqui apresentadas, desde a instauração do regime de censura prévia às polémicas com as chefias redactoriais que terminavam nas barras dos tribunais, pela repressão violenta das vozes mais incómodas. A opinião que foi calada e porquê, será analisada para se destacar a luta pela liberdade de imprensa, esgrimida por quem sabia quão justa era a sua causa.



**Gravura nº 16. A Redacção e a Administração do Brado Africano.**

Lourenço Marques, 1935. Na 1.<sup>a</sup> fila, sentados da esquerda para a direita: Francisco de Haan; João Carlos dos Santos, Estácio Dias; Joaquim Dourado e Eugénio da Silva Júnior. Na 2.<sup>a</sup> fila, em pé da esquerda para a direita: Miguel da Mata; Raul de Oliveira; Rui de Noronha; Manuel de Menezes e Bandeira de Castro. *In* AHM, Fototeca, nº. 331.

## 1. Caracterização da Imprensa, Tipologia



travestindo a política em poesia.

### Gravura nº 17. João Dias em Coimbra.

S/d, in AHM, Fototeca nº 310.

3ª. Fase – da clandestinidade nos anos 60, assumida e engajada por jovens estudantes no exterior, que terá o seu ponto mais alto na publicação em 1965 da *Voz da Revolução*, órgão da FRELIMO, voz dos que lutaram pela independência em Moçambique<sup>321</sup>.

Em jeito de apresentação construímos um quadro que contem a relação dos jornais e revistas que se publicavam na Colónia de Moçambique no ano de 1936<sup>322</sup>.

Tendo estudado o percurso da imprensa em Moçambique propõe-se a seguinte periodização:

1ª.Fase – da “*Imprensa de Lourenço Marques*”, nº. único de 16 de Outubro de 1926 contra a Lei de João Belo, passando pelo marco da censura prévia (1934) até à suspensão do *Emancipador*, em 1937, acusado de ideias subversivas, comunistas.

2ª.Fase – da tertúlia literária nos anos 40-50, em que os intelectuais moçambicanos se refugiam nas páginas literárias, como *O Despertar* e nas revistas *Itinerário*, *Miragem*, *Programa dos Teatros* e inventam o Centro Cultural dos Novos e o NESAM,

<sup>321</sup> Ver o Boletim *Revolution*, da Representação da FRELIMO, em Argel, de Setembro de 1970. Ver FERRÃO, Valeriano, *Embaixador nos EUA*, Maputo, Ndjira, 2007, p. 39.

<sup>322</sup> Ver Ofício nº. 530/C/16, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral para o Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 16.09.1936.

Tentámos sistematizar a informação existente, relativa ao título, periodicidade, nome do director, localidade, tiragem e observações sobre a tendência seguida<sup>323</sup>:

**Quadro nº 31. Relação da Imprensa em Moçambique, no ano de 1936**

<b>Título</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Director</b>	<b>Localidade</b>	<b>Tiragem</b>	<b>Observações</b>
Notícias	Diário	Dr. A. Alves Palma Calado	LM	3.800/4.300	De 1926 até hoje; Até 75, noticioso
Jornal	Diário	Dr. A. Neves Anacleto	LM	900/1.100	1936-1937, republicano
Lourenço Marques Guardian	Tri-Semanário	Fausto Guimarães	LM	750/950	1905-1952, inglês/noticioso
Emancipad or	Semanário	Manuel Alves Cardiga	LM	1.300	1919-1937, operário
Brado Africano	Semanário	Estácio Dias	LM	1.100	Brado Africano, africano
Oriente	Quinzenário	Luís Vicente Álvares	LM	a)	1919-48 e 1948-64, do Arcebispado de LM
Moçambiq ue	Semanário	Acácio Silva	LM	1.200/1.500	1931-46, da Liga de Defesa e Propaganda da Prov. Moç
União	Semanário	Cap. Artur de Jesus Fontes	LM	1.000/1.100	1933-58, da União Nacional
(O) Evangelho	Semanário	Pe. Luís F. Santos	LM	b)	1927-1949, da Missão de S. José de Lhanguene
Lusitânia	Revista Mensal	José Perdigão	LM	b)	Associação dos Empregados do Comércio e Indústria de LM

<sup>323</sup> ROCHA, Ilídio, *Catálogo dos Periódicos e Principais Seriados de Moçambique*, Lisboa, Ed. 70, 1985, pp. 52-53; idem, *A Imprensa de Moçambique*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000, pp. 233-379; cf. SOPA, A., "Breves Notas sobre a História da Imprensa", in "Introdução" do trabalho de licenciatura, Maputo, U.E.M., 1985, pp. 7-11.

Rádio Moçambique	Rev. Mensal	Caetano Campo	LM	b)	1935-73, do RCM
Norte	Mensal	João Ribeiro de Paiva	Moçambique e	b)	1933-1937, Empresa Editora
(O) Distrito	Quinzenal, Mensal	Ten.Cor. Viriato Lopes Ramos da Silva	Moçambique e	b)	1932-1938
Notícias da Beira	Bi-semanal	Victor Gomes	Beira	b)	1922-1975, de 66 de Jorge Jardim
Missão Africana	Semanal	Pe. Martinho Barbosa	Beira	b)	1931-42, da Missão de N. S <sup>a</sup> . do Rosário
Comércio da Beira	Semanal	Gabriel M. Camacho	Beira	b)	1928-29; 32-37, dos mações do Capítulo 19 de Junho, da Beira
Voz Africana	Quinzenal	José António da Trindade	Beira	b)	1932-74, do Centro Africano de Manica e Sofala
(O) Piririsca	Mensal	Eduardo Simões Pinho	Beira	b)	1933-1942, Empresa

a) “Tiragem insignificante”; b) “Pequena tiragem”

Na caracterização da imprensa em Moçambique, dos anos 1926 a 1962 analisámos como evoluiu a posição dos jornais, destacando os de iniciativa africana, face ao contexto interno nomeadamente: a educação, a questão indígena, a classe operária e o desenvolvimento do território, bem como a sua posição perante a guerra, as questões ideológicas, as ideias de Negritude e de Pan-Africanismo. A actuação do governo da colónia e do governo central foi igualmente observado, sobretudo nas medidas repressivas executadas, acentuando o papel da censura como arma fundamental do poder salazarista.

## 1. 2. Origens

Quando em 1908, um grupo “*de homens de cor*” decidiu, através de um pequeno jornal *O Africano*, pugnar pela construção de uma escola conseguiu reunir mais de cem assinaturas. E como se fosse uma onda, à luta pela educação seguiu-se a batalha contra as leis de excepção pelos ideais de Justiça, Igualdade e Fraternidade e a exigência de trabalho, condição sine qua non, para a elevação da raça negra. Assim, foi formulado, num triângulo de intenções, o que mais tarde seria a “*causa africana*”, leit-motiv da imprensa feita por intelectuais africanos, para e pelos africanos, defendendo os interesses dos naturais da Colónia de Moçambique, como apontava o subtítulo do *Brado Africano*, porta-voz do Grémio Africano de Lourenço Marques.

Pelas mãos de insignes jornalistas, tais como os irmãos João e José Albasini, Estácio Dias e Karel Pott, saíram artigos violentíssimos de crítica ao sistema de exploração colonial, que fizeram do jornalismo praticado um acto de pressão, isto é, jornalismo político de intervenção. Analisámos casos de abusos cometidos, desmandos da administração colonial, sobretudo contra “*indígenas*”, denunciados pelo *Brado Africano*. A imprensa africana parece-nos que se vai assumir, não só como instrumento de pressão mas também, como um mecanismo regulador do poder, da má governação. No estudo do caso do Régulo Vundissa<sup>324</sup> é possível observar esse aspecto, uma vez que defendendo o Régulo e denunciando a autoridade colonial fazia actuar a investigação, a um nível mais alto através de inspecções e, ainda tornava públicos os resultados da dita investigação.

Reconstituindo os factos, através da documentação disponível temos: a despoletar a situação o artigo do *Brado Africano*, em Fevereiro de 1926; a ordem do Ministro do Ultramar, face ao perigo de tais denúncias chegarem à Sociedade das Nações, de “*evitar artigo como o referido*” e, caso seja necessário a “*promulgação (de) qualquer diploma*”. A resposta do Encarregado do Governo considera que “*só (a) censura prévia pode evitar “mas “parecendo-me contraproducente essa medida”, informa que recorreu a um “rigoroso inquérito”, cujas conclusões foram “publicadas (no) Boletim Oficial”*. O caso terminou com a punição do infractor, o Administrador. Na opinião peremptória do Encarregado do Governo, “*casos abusos impossível evitar único procedimento (...) é averiguar cuidadosamente punindo infractores*”. Todavia, ordena que fossem enviadas circulares a todos os

---

<sup>324</sup> Ver telegrama de Lisboa, 24.03.1927, Reg. n.º. 182, 25.03.27; telegrama do Governador-Geral para o Ministro das Colónias, 25.03.27; Circular n.º. 217/2/9/B, 11.04.1928, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral aos Governadores de Distritos, Directores dos Serviços de Administração Civil e dos Negócios Indígenas.



Governadores dos Distritos, Director dos Serviços da Administração Civil e dos Negócios Indígenas a fim de “*que se tornem sempre públicos os resultados das investigações acerca dos abusos que a imprensa denuncia como cometidos contra indígenas, visto haver nisso toda a vantagem para desmentir calúnias, tanto mais que na Sociedade das Nações se toma nota de todos os artigos de jornais que se referem a assuntos que ali estejam a ser estudados e, só por esta forma, chegará ao conhecimento daquele organismo o castigo dos culpados ou o desmentido, que o próprio jornal deverá publicar, quando os factos nele denunciados não sejam verdadeiros*”.

Num outro artigo do *Brado Africano*, intitulado “*Feras à solta*”, em Maio de 1934 é denunciado o Chefe de Posto de Malinguine, da Circunscrição do Bôror, uma “*fera*” pela sua brutalidade e “*desprestígio das autoridades indígenas*”. Todavia, a investigação levada a cabo não provou a sua ocorrência, “*ouvindo indígenas e autoridades indígenas, os quais me declararam não terem tido conhecimento que na área do referido posto, nem actualmente nem em tempos passados, se tenham praticado os actos mencionados na local...*”<sup>325</sup> Protegendo a sua fonte de informação, por terras de Quelimane denunciava o “*Brado*”: “*Também nos consta que na estrada que liga Quelimane – Niassaland, o grupo de pretos que ali trabalha fa(z) a sua comida nas vagonetas de transporte das terras, por não ser fornecido panelas para esse fim. Chamamos a atenção da Direcção das Obras Públicas para o caso, porque a ser verdade, é uma desumanidade o que se está praticando. Só em Quelimane se pode admitir que se faça comida em vagonetas. A economia vai a tanto?*”

Pela documentação encontrada relacionada com este caso verifica-se que as investigações levadas a cabo pelas autoridades coloniais visavam sobretudo inquirir da fonte informativa, identificá-la para a punir, denegrindo-a, do ponto de vista moral e criminal, como se pode comprovar com as seguintes difamações: Ora, nada tinha sido possível apurar, o que “*não é de estranhar que assim seja, dada a baixa categoria moral dos solícitos informadores neste Distrito do jornal Brado Africano, que raro é obter uma informação dos seus colaboradores que seja verdadeira ou pelo menos tenha algum fundamento. A averiguação feita (...) deu em resultado vir-*

---

<sup>325</sup> Ver artigo do jornal *O Brado Africano*, intitulado “Por Quelimane”, “Feras à solta”, (denúncia); Informação do Director Distrital dos Serviços e Negócios Indígenas ao Governador do Distrito de Quelimane, 29.06.1934.

*se a descobrir que ali estava desempenhando as funções de professor rudimentar um indivíduo (...) cadastrado, que imediatamente foi despedido...*”<sup>326</sup>

O regime colonial explorou com mestria as divisões no seio dos intelectuais africanos, dividindo para reinar. Se tolerou as farpas do *Brado Africano* não irá autorizar outras iniciativas africanas, nomeadamente Claridades, revista que o Centro Cultural dos Novos pretendia iniciar em 1935 e um jornal *O Negro Lusitano*, “*Órgão da defesa dos interesses dos negros da Colónia de Moçambique*”, que José Cantine, professor de Inhambane pretendia editar no ano de 1939, em Português e em Ronga. No requerimento que redige às autoridades argumenta, com ideais caros ao pensamento colonial, a finalidade dessa obra: “*O Negro Lusitano destinar-se-á à educação e instrução dos indígenas, sempre orientada pela propagação da Civilização Portuguesa, pela sua História e Literatura bem como à defesa dos seus interesses nos termos da legislação do Império, pois que os mesmos indígenas*” e aqui põe o dedo na ferida, mostrando a maioria da população, marginalizada no dito império, “*vivem na maior ignorância dos feitos do Povo Português, pioneiros da Civilização europeia nestas terras de África, mercê dos seus actos gloriosos...*”<sup>327</sup>

As razões que bloquearam essa iniciativa não se encontram expressas na documentação. Todavia, parecem-nos plausíveis as seguintes hipóteses:

1. Não terem sido consideradas suficientes as habilitações de José Cantine, professor e explicador para desempenhar o cargo de director do jornal;
2. Não ter sido autorizada a Liga Nacional dos Negros Portugueses da Colónia de Moçambique, de que o jornal seria o órgão oficial. Talvez porque existia um Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, com fins idênticos e, que tentou promover um jornal com um título muito semelhante, *O Negro*, igualmente em vão;
3. Não é curioso surgirem duas iniciativas “chumbadas” pelo regime? Não seria o medo da palavra *Negro*? Da sua conotação simbólica? De Negritude?

Conseguiu a imprensa africana escapar ao rigoroso controlo imposto pela censura prévia? Como foi possível a situação de escape? Reproduzimos o testemunho de um

---

<sup>326</sup> Ofício n.º. 842, do Gabinete do Governador do Distrito de Quelimane ao Chefe da Repartição do Gabinete do Governador-Geral, 29.12.1934.

<sup>327</sup> Processo C/16- 1939: Pedido de José Cantine Gabriel dos Santos para editar um jornal mensal em Português e em Landim, com o título “O Negro Lusitano”.

protagonista, Luís Polanah, membro da direcção da Associação Africana e actualmente Professor na Universidade do Minho<sup>328</sup>:

*“Quando trabalhei no Chibuto, entre 1945 e 1950, as mulheres eram obrigadas a produzir algodão para a principal companhia concessionária do Sul do Save. As que negligenciavam a cultura eram denunciadas pelo capataz do algodão e o Administrador da Circunscrição punia-as com palmatoadas nas mãos e nos pés. Anos mais tarde, iludindo o lápis da Censura à Imprensa, consegui publicar nas páginas do semanário O Brado Africano um conto a que dei o título de “História de uma Capulana de Algodão”.*

Ler nas linhas e nas entrelinhas, como aconselhava o velho mestre Ilídio Rocha, um grande estudioso da imprensa e da Maçonaria em Moçambique, procurar o discurso não-dito entre os “*esfarrapados*” elogios ao *Estado Novo* é uma tarefa dura mas gloriosa para quem quiser compreender o regime imperial.

### 1.3. Do jornalismo político ao noticioso

A análise da amostra documental estudada permitiu-nos desenvolver a hipótese de que o jornalismo político de intervenção que teve os seus alicerces no republicanismo manter-se-á em permanente confronto com as autoridades coloniais até ao eclodir da 2ª. Guerra Mundial, passando a assumir um carácter essencialmente noticioso, transmitindo a verdade e não mais que a verdade, contudo, em redacções contidas pela censura. Vejamos, então, duas vertentes que considerámos essenciais na nossa pesquisa. São elas: o que é que a imprensa ataca e o que é que defende? A análise a essas duas questões permite corroborar a hipótese acima apresentada. Um aspecto significativo que constatámos é a unidade de acção de alguns jornais da imprensa da oposição, tais como: *O Emancipador*; *O Direito*; *O 19 de Junho*; *Miragem*; *O Brado Africano*; *Notícias*; *Jornal de Comércio*; *Lourenço Marques Guardian* e *Moçambique*.

O 1º. marco dessa unidade foi selado aquando da representação dirigida ao Ministro das Colónias, contra a lei de Imprensa, em Julho de 1931. A repressão não

---

<sup>328</sup> Ver POLANAH, Luís, "Patriotismo e Falsificação Histórica. Uma análise da Formação da Identidade Nacional em Moçambique e Angola". In Separata da Revista *Factos e Ideias*, Ano II, nº. 3, Braga, Centro de Estudos de Relações Internacionais, Universidade do Minho, 1986, p. 33; cf. ROCHA, Ilídio, *A Imprensa em Moçambique*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2000, pp. 120-123.

se fez esperar, com a expulsão de dois velhos jornalistas republicanos. O jornalismo nesta fase ataca a administração colonial nos seus contínuos desmandos, o que está mais próximo da realidade concreta, vivida e observada por quem ousa escrever desafiando-a mas o alvo principal, a razão de existir um regime injusto e explorador está mais longe, na Metrópole. O alvo da denúncia é o Governo Central. O próprio Ministro das Colónias reconhece-o quando se refere a “*atitudes (da) imprensa (de) Moçambique (de) ataque (ao) Governo Central*”<sup>329</sup>, reportando-se às notícias de alguns jornais de 26 de Agosto de 1931 que saíram em defesa dos deportados políticos que seguiam para Timor a bordo do Gil Eanes. Neste caso, a medida é preventiva pois a ordem que chega é de investigar a direcção do jornal Notícias. Medidas “*severas*” ordena o Ministro ao Governador José Cabral, em Setembro de 1931, face a um artigo “*intitulado primeiro ímpeto publicado jornal Direito de 12 Setembro findo de defesa de um suposto movimento planeado em Angola (...) que defende emancipação de Moçambique*”<sup>330</sup>.

Para prevenir “*manifestações anti-patrióticas*”, o regime implementou a censura prévia. Ora, através do estudo dos artigos que foram enviados à Comissão de Censura podemos observar e analisar as denúncias que incomodaram o poder e que atestam a força da pena jornalística, irreverente e interventora. Um problema delicado parece-nos ter sido a questão indígena. Tratada pela imprensa africana, na perspectiva de defesa dos interesses da população foi seguida atentamente pelas autoridades coloniais mas quando foi motivo de preocupação de certa imprensa, da oposição, o caso mereceu particular significado. Veja-se o exemplar do artigo “*Por Vila Bocage*”, “*Castigo e tratamento aos doentes indígenas*”, em Fevereiro de 1934, do jornal *O Emancipador*, em que o articulista se refere aos maus tratos no hospital e chama a atenção ao médico responsável, “*no sentido de pôr as coisas dentro da ordem para que não tenhamos de voltar ao assunto*”<sup>331</sup>.

Outro assunto problemático que mereceu uma repressão severa em Angola e esta foi comunicada ao governador de Moçambique para os efeitos que julgasse necessários, isto é, para que agisse em conformidade foi a denúncia da actuação dos funcionários coloniais, desde o mais pequeno agente ao governador. No jornal *Notícias*, de 15 de Novembro de 1933 foi publicada uma “*Carta de Luanda*”, da autoria de Armando Vieira Novo, da 2ª. Cª. do D.D.A., “*na qual são censurados e*

---

<sup>329</sup> Decifração do telegrama de Lisboa, 26.09.1931, Reg. nº. 516, 29.09.1931.

<sup>330</sup> Cópia do telegrama de Lisboa, 26.10.1931, Reg. nº. 588, 02.11.1931.

<sup>331</sup> Exemplar do artigo “Por Vila de Bocage” do jornal *O Emancipador*, Fev.1934.

*desrespeitados em geral, o funcionalismo de Angola e em especial Sua Ex.<sup>a</sup>. o Governador-Geral. -Este condenado não é o primeiro acto desta natureza que pratica, pois se encontra actualmente cumprindo a pena de noventa dias<sup>332</sup> de prisão isolada agravada com ferros aos pés e jejum a pão e água em dias alternados, por, como correspondente do mesmo jornal, ter feito referências desrespeitosas e caluniadoras aos serviços da 2.<sup>a</sup>. Repartição deste Q.G., em virtude da resolução unânime do Consêlho Disciplinar do referido Depósito.- Atendendo á gravidade da falta, propônho a V.Ex.<sup>a</sup>. que novamente sêja submetido a Consêlho Disciplinar, para julgamento, nos termos do respectivo Regulamento”.* O governador de Angola comunicava ainda ao seu par de Moçambique que tinha aceite a proposta do seu Chefe do Estado-Maior, pelo que o preso tinha recebido uma condenação idêntica à primeira. O recado estava dado, a experiência transmitida, em tratar de uma forma “*exemplar*” tais problemas.

Um outro tema da prosa jornalística, merecedora de toda a atenção da censura era a questão operária, o dito e o não-dito, mesmo por jornais situacionistas. No dia 1 de Maio de 1936 foi içada em Nampula uma bandeira, “*com todas as características e símbolos da III.<sup>a</sup>. Internacional*”, num edifício em construção pertencente aos caminhos-de-ferro, “num acto público de provocação à indisciplina social”<sup>333</sup>. Claro que o jornal *União*, órgão da União Nacional que relata tal facto não poupa duras críticas à fraca actuação da administração colonial. “*Isto vem demonstrar mais uma vez que das ideias comunistas se faz larga propaganda por toda a Colónia, sem que víssemos, até agora, tomar quaisquer medidas de repressão*”. Todavia, o governador do Niassa minimiza a sua importância, na informação ao chefe da Repartição ao governador-geral, referindo-se ao caso mais “*dum ignorante e inconsciente do que propriamente um elemento para temer ou recear*”. O resultado das averiguações sossegam os espíritos pois, “*na propaganda ou desenvolvimento das ideias comunistas, que felizmente não encontram adeptos nesta Província nem campo propício para tomarem incremento que venha a causar preocupação ao Governo do Paíz*”<sup>334</sup>.

---

<sup>332</sup> Ofício n.º. 2714/K do Quartel-General das Forças do Exército da Colónia de Angola, Confidencial do Governador-Geral de Angola ao Governador-Geral de Moçambique, Luanda, 10.09.1934.

<sup>333</sup> Cópia do decalque da Nota Confidencial n.º. 12, da Direcção Provincial dos Serviços de Administração Civil do Niassa ao Eng. Chefe da Brigada de Construção dos C.F.M., Nampula, 01.05.1036.

<sup>334</sup> Ofício n.º. 27/1/25, Confidencial do Governador da Província de Niassa ao Chefe de Repartição do Gabinete, Nampula, 24.07.1936.

Outros medos são aflorados. O mesmo pasquim refere-se a outro facto. “*A lei que fez dissolver as associações secretas – as lojas maçónicas – fez com que os seus Irmãos mudassem de casa. E assim em Nampula, parece que com o nome de “Neutel de Abreu” se está fundando uma loja maçónica*”. O director interino dos Serviços de Administração Civil desdramatiza a dita local, “*na qual se fazem insinuações que carecem ser rebatidas e de pronta explicação perante o Govêrno da Colónia, não se vá supor que é exacto o que ali se diz*”<sup>335</sup>.

Há assuntos que podem ser ditos mas não escritos, do ponto de vista governativo, pois, a escrita fere pela verdade. Vejamos alguns exemplos de artigos polémicos, que foram alvo de procedimento judicial por atacarem a sociedade colonial, regida por uma má administração. Como o ataque subiu de tom, devia-se “*nos termos do decreto nº 13.841, proceder judicialmente contra o periódico Notícias desta cidade, por ter, no seu nº. 3.287 de 17 do corrente, publicado, sob o título “Luzes da Cidade”, uma notícia caluniosa e prejudicial ao bom nome do Estado*”. Em Fevereiro de 1937, dizia “*o articulista na referida local que a propósito das últimas cheias, “tudo acudiu”, tudo quanto era gente pequena; a gente grande fez ouvidos de mercador!*”<sup>336</sup>

Por vezes, o alvo é o próprio governador, como se pode constatar num ofício do jornal *Humanidade*, da Sociedade Pró-Unificação Imperial, em Lisboa que lhe escreve no ano de 1938. “*Em Março do ano corrente remetemos a V.Ex<sup>a</sup>. a nossa colecção, precisamente para desfazer qualquer impressão injusta sobre a política do nosso jornal... continua pela boca do Capitão Figueiredo a supor que o jornal cheira muito a comunismo*<sup>337</sup>, cá estamos e estaremos no nosso lugar o tempo necessário para fazer compreender aos nossos compatriotas, qualquer que seja a posição que ocupem na sociedade, que somos portugueses tão bons como os melhores. A nossa acção, o nosso desinteresse, o nosso programa acabarão por impor a verdade e o nosso nacionalismo”.

No jornal *Novidades*, também publicado em Lisboa escrevia o insigne advogado e jornalista Eduardo Saldanha, cujos artigos subiam “*para conhecimento e despacho do Sr. Presidente do Conselho, Oliveira Salazar*”. Eram pois, altamente censurados. A “*Administração Colonial*”, em que ataca a instabilidade governativa é disso um

---

<sup>335</sup> Informação nº. 31, do Director Interino dos Serviços de Administração Civil, do Governo da Província de Niassa, Nampula, 22.07.1936.

<sup>336</sup> Ofício nº. 107/C-16, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral ao Procurador da República, 17.02.1937.

<sup>337</sup> Ofício s/nº., do jornal *Humanidade* ao Governador-Geral, Lisboa, 18.10.1938.

brilhante exemplo<sup>338</sup>. Igualmente um outro artigo de Saldanha que viu a luz do dia, publicado no jornal Notícias, em 29 de Janeiro de 1940, sobre o imposto do rendimento mereceu da parte do Ministro das Colónias uma chamada de atenção da censura pelo facto de ser “*nítido combate essa medida legislativa*”. Devia pois, a censura “*não permitir jornais aumentem exploração natural aversão população contribuições... De resto imposto citado fácil defender justificar tanto mais incide sobre lucros superiores 50 contos de reis não afectando consequentemente iniciativas*”<sup>339</sup>.

No período quente da 2ª. Guerra Mundial, a censura apreende panfletos e reprime ataques aos beligerantes. O Governador-Geral, em tom confidencial queixava-se ao Ministro das Colónias, em Julho de 1942. “*Tenho a honra de enviar a V. Ex<sup>a</sup>. a última correspondência trocada com os cônsules da Alemanha e de Itália que tem carácter político, para continuar a formação do processo que V. Ex<sup>a</sup>. aí tem sobre o assunto. O cônsul alemão continua a insistir sobre o carácter agressivo que tem a propaganda inglesa, contra a Alemanha. E, agora queixa-se dum folheto dum advogado local, o Dr. Neves Anacleto, com o título “Erros trágicos das Massas e da Inglaterra” que também remeto para documentação...*”<sup>340</sup>

Brilhante é a recusa de publicar comunicados de guerra. Assim o fez Ernest Bayly, redactor principal do *Lourenço Marques Guardian*, a 21 de Agosto de 1942<sup>341</sup>. “*Estamos incondicionalmente dispostos a colaborar com o Governo não só nos termos do artigo 23º. da Constituição Política da Republica Portuguesa, mas ainda em quaisquer outros que o mesmo Governo achar justos e oportunos para a orientação da opinião pública. No entanto supomos que seria atraiçoar o disposto no artigo 22º. da Constituição se este jornal desse guarida, indistintamente, a todos os comunicados alemães e italianos, pois é do domínio da consciência Universal que eles visam, na sua maior parte, desorientar a opinião pública contra a verdade*”.

Aliás, o cônsul alemão era persistente nos seus protestos, sobretudo no período final da guerra. Recorre às declarações do Alto Comando Alemão que tanta dificuldade tinha em ser divulgada informação pelos jornais a favor dos Aliados vitoriosos, para contestar uma notícia dada pelo jornal Notícias, de 2 de Julho de

---

<sup>338</sup> Ref. ao artigo de Eduardo Saldanha, “Administração Colonial”, veja-se a opinião da direita colonial.

<sup>339</sup> Carta do advogado Eduardo Saldanha ao Governador-Geral, Lourenço Marques, 12.08.1940.

<sup>340</sup> Ofício nº. 1.481/A-24 e C/16, Confidencial do Governador-Geral ao Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 01.07.1942.

<sup>341</sup> Ofício s/nº., de Ernest Bayly ao Chefe de Gabinete do Governador-Geral, Lourenço Marques, 21.08.1942.

1944. “*Nela se alega que as tropas alemãs transformaram o Mosteiro Beneditino de Monte Cassino numa fortaleza*”<sup>342</sup>. Terminava assim o ofício para o governador-geral, “*protestando contra a deturpação dos factos lamento que a imprensa local continue na sua atitude partidária*”.

Claro que continuava, o que provocou uma correspondência frutuosa, recheada de detalhes pelos pecadilhos cometidos pela imprensa, que o governador julgava como pequenos lapsos<sup>343</sup>. “*Tenho a honra de chamar a atenção de Vossa Excelência sobre a divergência que há entre o texto em inglês e a tradução em português no Lourenço Marques Guardian do dia 16 de Março de 1945 do discurso que o Presidente do Ministério Britânico Churchill pronunciou na Conferência do partido Conservativo em 15 de Março de 1945, que é de tal maneira que implica uma ofensa tencionada contra o Fuehrer e Chanceler do Reich, Adolf Hitler. É impossível ver nele um lapso...*” “*No quinto parágrafo da tradução portuguesa, na primeira página do jornal, diz-se: “Com a nossa resistência ganhamos tempo para que o tirano continental, esse génio do mal que é Hitler, praticasse um erro fatal”.* “*No texto em inglês, igualmente publicado, e que como é de supor é o texto oficial, lê-se o texto correspondente como segue: “Thus We gained time for Germany to make a deadly error”.* As averiguações levadas a cabo concluíram que a culpa foi da censura,<sup>344</sup> “*que é a primeira a julgar-se culpada, pelo que os seus membros responsáveis foram admoestados*”. O jornal justificou-se “*mas que tendo sido cortadas as expressões ofensivas em inglês o não foram em português...*”

No clima da guerra-fria, tenta a imprensa fazer passar a sua mensagem política sem o “visto” necessário. Assim, detectada a fuga era chamada a atenção do director do *Diário de Moçambique*, em Março de 1954. “*Na primeira página do n.º. 1078, de hoje (27.03.1954), publica esse jornal uma notícia subordinada ao título “Uma Declaração dos Mineiros Europeus e Africanos da Rodésia do Norte” que não foi submetida ao “visto” desta Comissão de Censura*”<sup>345</sup>. E, seguia-se o aviso intimidativo: “*ultimamente, se tem verificado que, algumas vezes, os “linguados submetidos a “censura prévia” só são retirados na noite seguinte, depois da saída do número em que são publicados e, portanto, sem que esse jornal haja tomado conhecimento se houve “cortes” ou não o que, como é óbvio, pode criar situações*

---

<sup>342</sup> Ofício n.º. 2, do Cônsul-Geral da Alemanha para o Governador-Geral, 04.07.1944.

<sup>343</sup> Ofício n.º. 2, do Cônsul-Geral da Alemanha para o Governador-Geral, 17.03.1945.

<sup>344</sup> Cópia do Ofício n.º. 195/C-16, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral para o Cônsul-Geral da Alemanha, 23.03.1945.

<sup>345</sup> Ofício s/n.º., do Vogal da Comissão de Censura da Beira para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 27.03.1954.



*difíceis para esse jornal*”. Tais “deslizes”, na justificação do director do jornal podiam acabar se “a digna Comissão de Censura quiser, para o que basta somente que, além do período designado para a censura, mais ou menos pelas 19 horas, nos seja marcado um novo período, perto das 23 horas, para a censura dos telegramas que recebemos a partir das 9 horas da noite”<sup>346</sup>.

Os mecanismos de controlo serão cada vez mais apertados, vigiando as fugas aos “cortes” e, não permitindo a saída de artigos, de natureza política. O noticiário elaborado a partir dos telegramas das agências internacionais era constantemente vigiado, sobretudo em períodos mais quentes. Veja-se a este respeito, a nota confidencial do presidente da Comissão de Censura da Beira ao director do *Diário de Moçambique*, em Dezembro de 1957<sup>347</sup>. “*Tem por dever esta Comissão referir a V. Ex<sup>a</sup>. a necessidade de que lhe seja submetido o noticiário relativo à Conferência Afro-Asiática bem como as considerações acerca da reunião da O.T.A.N. Na verdade tem esta Comissão verificado a publicação do noticiário atrás referido, o qual lhe não tem sido submetido à consideração... Mais lembra esta Comissão – conforme troca de informação verbal – da necessidade de em qualquer circunstância lhe serem submetidos à Censura todos os discursos dos chefes ou “leaders” políticos dos países ditos do leste, ou com eles colaboradores, em especial da Índia e Egipto, bem como da Síria...*”

Tudo era passível de controlo, como iremos ver adiante.

## **2. Norma e prática governativa**

### **2.1. A instauração do regime de censura prévia**

Na pasta da correspondência entre o *Diário de Moçambique* e a Comissão de Censura da Beira, organizada por António Sopa encontrámos um artigo, intitulado “*Regime de Censura Prévia*”, da autoria de A. A. Rons de Carvalho, publicado no

---

<sup>346</sup> Cópia da Carta do Padre Francisco Nunes Teixeira, do jornal *Diário de Moçambique* para a Comissão de Censura da Beira, 02.04.1954.

<sup>347</sup> Nota Confidencial do Dr. José Bernardo Barata, Presidente da Comissão de Censura da Beira para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 21.12.1957.

*Notícias da Beira*, que sintetiza a finalidade, objectivos e metodologia dos “mecanismos infernais de aprovação e do corte”<sup>348</sup>.

*“Todo o conteúdo dos Jornais diários, incluindo anúncios, fotografias e boletins meteorológico, etc., é em, princípio submetido à censura prévia.*

*Exceptuando o noticiário proveniente das agências, cujo sistema de controle da censura é diferente, cabe a um funcionário de cada jornal a missão de, diariamente, e por mais de uma vez se deslocar à sede da Comissão de Censura transportando o material a submeter a exame.*

*Esse material é apresentado em provas de granel – folhas rectangulares impressas com o artigo ou a notícia a ser visada – as quais são apresentadas em triplicado ou duplicado conforme a localidade.*

*Das provas das notícias, onde estão já incluídos os títulos, uma regressa ao jornal com dois carimbos. Um deles, sempre idêntico, dizendo visto (antes da lei de imprensa de 1972 - visado) e indicando a localidade da comissão de censura (actualmente exame prévio). O outro carimbo indica o resultado: autorizado, autorizado parcialmente, demorado ou proibido. Antes da última lei de imprensa (e sempre assim foi em Moçambique), as indicações eram: “autorizado”, “autorizado com cortes”, “suspense” e “cortado”.*

*Autorizado como a própria palavra indica, significa que o texto sujeito à censura pode ser integralmente publicado, desde que no próprio dia ou número para o qual foi destinado quando enviado à censura.*

*Com efeito, não são dispensados de nova censura as provas autorizadas total ou parcialmente para um periódico e que não hajam sido publicadas no número a que se destinavam”.*

*“Quando o artigo ou notícia, é “autorizado parcialmente” pertence ao jornal a decisão sobre a sua publicação. Por vezes, a extensão ou importância do corte, assinalado a lápis azul na prova torna imperceptível ou deturpada a notícia, pelo que ela não é publicada.*

*As provas com o carimbo demorado, a que correspondiam antigamente as palavras “suspense” ou retido, estão dependentes de ulterior apreciação.*

---

<sup>348</sup> SOPA, A., “Alguns Aspectos do Regime de Censura Prévia em Moçambique”, (1933-1975), In *140 Anos de Imprensa em Moçambique*, Maputo, Associação Moçambicana de Língua Portuguesa (AMOLP), 1996, pp. 89-120; cf. CARVALHO, A. A. Rons de, “Regime de Censura Prévia. A Censura e as Leis de Imprensa”, in *Notícias da Beira*, 17.06.1974.

*Geralmente isso acontece quando os serviços de censura desejam consultar superiores hierárquicos pelo que a decisão sobre autorização ou corte pode durar uma hora (...) ou vários meses. Enquanto dura a suspensão as provas têm de ser mandadas todos os dias à censura.*

*O carimbo Proibido – antigamente “cortado” – significando a absoluta proibição de publicar o artigo ou notícia, é acompanhado por dois traços em cruz sobre a prova.*

*O noticiário proveniente do estrangeiro e do ultramar chega aos jornais através de teleimpressoras instaladas nas redacções e ligadas às agências. Ao mesmo tempo que os jornais registam as notícias nos seus teleimpressores estas são também recebidas na censura que possui ela própria, teleimpressores idênticos (em Moçambique, as notícias tinham de ser traduzidas no jornal e só depois enviadas com o restante material).*

*De posse das notícias, a censura examina-as e comunica depois, através do telefone, para as respectivas agências, a “situação” de cada notícia. Nessa altura, as agências voltam a transmitir para os teleimpressores dos jornais informando se as notícias que transmitiram estão autorizadas, têm cortes parciais ou estão proibidas”.*

Apesar deste artigo ter sido escrito em 1974, tal como o autor se refere “*sempre foi assim em Moçambique*”, desde o *Estado Novo*, claro. A finalidade da censura prévia para o regime era a formação de uma opinião pública favorável à governação. Entre os seus objectivos contava-se evitar que se propagassem, segundo uma linguagem própria do sistema imperial, notícias falsas e perigosas; formar e influenciar a opinião pública, isto é, informar e contra-informar, através de mecanismos legais aplicados por indivíduos, acima de qualquer suspeita, integrados em comissões de censura. Vamos ver como evoluíram as medidas preventivas de repressão à liberdade da imprensa.

## **2.2. A legislação do corte a azul e vermelho**

Desde que existiu a imprensa em Moçambique houve censura. Mas não cabe neste trabalho fazer referência à legislação anterior ao *Estado Novo*, embora a tenhamos estudado para ver da sua continuidade ou ruptura. O Decreto nº. 12:271 de 3 de Setembro de 1926, assinado pelo Ministro das Colónias João Belo aprovou o

Diploma Regulador da liberdade de imprensa nas colónias. Vejamos o texto que lhe serve de preâmbulo, onde se encontram os seguintes considerandos<sup>349</sup>:

*“Sendo de reconhecida necessidade regular o exercício do direito de liberdade de imprensa nas colónias, onde a co-existência em vigor de grande número de diplomas, promulgados sob orientações políticas diversas, tem lançado a confusão pela dificuldade de conciliação das suas disposições e consequentes divergências de interpretação;*

*Considerando que cumpre aproveitar a imprensa como um dos mais importantes factores de ordem e de progresso;*

*Considerando que é absolutamente preciso obstar, o que todas as nações coloniais fazem, a que nas colónias se possa estabelecer uma imprensa que não estando à altura da sua elevada missão, possa a vir constituir um verdadeiro perigo social”.*

Segundo o artigo 2º. ficavam *“revogadas todas as leis sobre a liberdade de imprensa e mais legislação em contrário”*. A partir de então vigorou o Diploma regulador da liberdade de imprensa, que no seu artigo 1º. estabelecia o âmbito abrangente de imprensa, considerada como *“qualquer forma de publicação gráfica, seja ou não periódica”*.

A imprensa não periódica, esclarecia o artigo 3º. *“terá um editor que deve ser cidadão português no gozo dos seus direitos civis e políticos, livre de culpa, habilitado pelo menos com o exame do 5º. ano dos liceus e domiciliado na comarca onde a publicação se fizer”*. Um parágrafo único penalizava o não cumprimento.

*“Nenhuma publicação não periódica poderá ser posta à venda, ou por qualquer forma circular, sem a indicação do nome do dono do estabelecimento, onde a impressão se fizer, a do nome do editor e o da habilitação literária deste, sob pena de um a seis meses de multa, agravada no caso de reincidência e imposta ao dono do estabelecimento onde a impressão se fizer”*.

No artigo 4º. era abordada a imprensa periódica que *“terá um editor, que deve ser cidadão português no gozo dos seus direitos civis e políticos, livre de culpa,*

---

<sup>349</sup> Decreto nº. 12:271, aprovando o diploma regulador da liberdade de imprensa nas colónias. In *Boletim Oficial*, nº. 40, Iª. série, 02.10.1926, pp. 281-286; Rectificação do Decreto nº. 13:841, que modifica e aperfeiçoa algumas das disposições do Decreto nº. 12:721. In *Boletim Oficial*, nº. 35, Iª. série, 27.08.1927, p. 263.

*habilitado com curso superior ou especial, e domiciliado na comarca onde a publicação se fizer”.*

Proibia-se, no artigo 5º. “*Nenhum funcionário público, civil ou militar, em serviço activo na colónia onde se fizer a publicação, poderá ser director de qualquer periódico ou editor*”.

O Decreto nº. 13:841, de 27 de Junho de 1927 “*modifica e aperfeiçoa algumas das disposições do Decreto nº. 12:721, que aprovou o diploma regulador da liberdade da imprensa nas colónias*”, esclarecendo problemas práticos da sua implementação.

O Decreto nº. 14:856, “*concedendo amnistia a delitos por abuso de liberdade de imprensa*”, de 2 de Janeiro de 1928, no seu artigo 1º. esclarecia<sup>350</sup>: “*São amnistiados todos os delitos por abuso de liberdade de imprensa praticados até à data deste decreto, com excepção dos cometidos contra magistrados judiciais e do Ministério Público*”.

O Decreto-Lei nº. 22:469, de 11 de Abril de 1933 “*regulamenta a censura prévia*”, não deixando de assegurar, logo no primeiro artigo<sup>351</sup>: “*É garantida a expressão de pensamento por meio de qualquer publicação gráfica, nos termos da lei de imprensa e nos deste decreto*”.

O artigo 2º. mantém disposições anteriores. “*Continuam sujeitas a censura prévia as publicações periódicas definidas na lei de imprensa, e bem assim as folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social*”.

Chama-se a atenção para o artigo 3º. pois, servirá de fundamentação a muitas das exposições ao governador-geral, queixando-se os directores de alguns jornais da acção das Comissões de Censura. Assim, nele se dizia que:

*“A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade”.* No artigo seguinte, no 4º. mencionava-

---

<sup>350</sup> Decreto nº. 14:856, concedendo amnistia a delitos por abuso de liberdade de imprensa. In *Boletim Oficial*, nº. 36, Iª. série, 08.09.1928, p. 322.

<sup>351</sup> Decreto-Lei nº. 22:469. Regulamenta a censura prévia às publicações gráficas. In *Boletim Oficial*, nº. 21, Iª. série, 27.05.1933, pág. 236; Decreto-Lei nº. 22:756. Dá nova redacção aos artigos 5º. e 7º. do Decreto-Lei nº. 22:469. In *Boletim Oficial*, nº. 32, Iª. série, 05.08.1933, pp. 411-412.

se quem o faria. “A censura será exercida por comissões nomeadas pelo Governo, podendo ser remuneradas as respectivas funções”.

O Decreto-Lei nº. 22:756, de 29 de Junho de 1933 “dá nova redacção aos artigos 5º. e 7º. do Decreto-Lei nº. 22:469, que regulamenta a censura prévia às publicações gráficas”. Veja-se o artigo 5º. onde se pode ler: “As Comissões de Censura ficam subordinadas ao Ministério do Interior, por intermédio da Direcção-Geral dos Serviços de Censura”.

Estando prevista a remuneração por esse trabalho, a Portaria nº. 2:211, de 4 de Abril de 1934, é assinada pelo governador-geral de Moçambique José Cabral, em Lourenço Marques. “Determina que seja abonada, mensalmente por serviços extraordinários, à Comissão nomeada para exercer a censura à Imprensa nesta cidade, a quantia de 1.800\$00”. No seu texto pode-se ler os seguintes argumentos<sup>352</sup>: “Tendo sido nomeada uma Comissão para exercer a censura à Imprensa nesta cidade; Sendo essa Comissão constituída por funcionários que só podem desempenhar essa função fora das horas normais do serviço público...”

Do Ministério da Justiça é promulgado o Decreto-Lei nº. 24:525, de 4 de Outubro de 1934, cujo artigo 1º. esclarece<sup>353</sup>:

“São amnistiados todos os delitos por abuso de liberdade de imprensa praticados, até à data deste decreto, contra indivíduos que hajam exercido ou exerçam funções públicas e por motivo destas, com excepção daqueles que tenham sido cometidos contra a segurança e crédito internos e externos do Estado”.

A 27 de Janeiro de 1937 foi assinado o Decreto nº. 27:495 que “reúne num só diploma a legislação relativa ao exercício da liberdade de imprensa nas colónias”. Com 78 artigos distribuídos por 9 capítulos<sup>354</sup>, apresenta no seu preâmbulo a argumentação:

---

<sup>352</sup> Portaria nº. 2:211. Determina que seja abonada mensalmente por serviços extraordinários à Comissão nomeada para exercer a censura à Imprensa nesta cidade, a quantia de 1.800\$00. In *Boletim Oficial*, nº. 14, Iª. série, 04.04.1934, pp. 123-124.

<sup>353</sup> Decreto-Lei nº. 24:525. Amnistia todos os delitos por abuso de liberdade de imprensa praticados contra indivíduos que hajam exercido ou exerçam funções públicas. In *Boletim Oficial*, nº. 53, Iª. série, 32.12.1935, p. 884.

<sup>354</sup> Decreto nº. 27:495. Reúne num só diploma a legislação relativa ao exercício da liberdade de imprensa nas colónias. In *Boletim Oficial*, nº. 9, Iª. série, 03.03.1937, pp. 64-71; Portaria nº. 8:652. Torna extensivo a todas as colónias com modificação, o Decreto nº. 27:543. In *Boletim Oficial*, nº. 15, Iª. série, 14.04.1937, p. 179.

*“Sendo necessário reunir num só diploma a legislação dispersa promulgada para as colónias sobre o exercício da liberdade de imprensa e refundir alguns dos seus preceitos, de modo a adaptá-los melhor ao ultramar;*

*Convindo dotar os governos das colónias de meios mais eficientes para coibir abusos que ultimamente se têm manifestado em alguns jornais;*

*Sendo de toda a oportunidade tornar extensivos às colónias os salutareis princípios de defesa do Estado Novo consignados no Decreto-Lei nº. 26:589, de 14 de Maio de 1936”.*

No Capítulo VII, que trata especificamente da censura, o artigo 65º. volta a reafirmar a sua finalidade, nos seguintes termos: *“A Censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade”.*

A Portaria nº. 8:652, de 9 de Março de 1937, assinada pelo Ministro das Colónias, Vieira Machado, *“torna extensivo a todas as colónias, com modificação, o decreto nº. 27:543 (determina que não tenham validade para quaisquer efeitos legais os anúncios judiciais publicados em jornais que não estejam incluídos na nota referida no artigo 4º. do Decreto-Lei nº. 26:589)”*. Esclarecia que *“as referências nele feitas ao decreto-lei nº. 26:589 devem entender-se como sendo ao artigo 18º. e seu parágrafo 2º. do decreto nº. 27:495, de 27 de Janeiro de 1937”*. Uma outra Portaria, a nº. 15, de 8 de Setembro de 1945, assinada por Marcelo Caetano, *“manda que o disposto do artigo 13º. do decreto nº. 27:495, de 27 de Janeiro de 1937, deixe de ter aplicação na Colónia de Moçambique aos jornais que se publiquem exclusivamente em língua portuguesa”*<sup>355</sup>. O argumento exposto não podia ser mais evidente. *“Tendo em atenção a necessidade de facilitar o progresso técnico e a expansão da imprensa portuguesa da Colónia, como instrumento de nacionalização e de elevação cultural”*.

Finalmente, a Portaria nº. 13:334, de 1959<sup>356</sup>, *“determina que sejam punidas com multa de 500\$00 a 5.000\$00 as infracções ao regime jurídico do exercício de*

---

<sup>355</sup> Portaria nº. 15. Manda que o disposto do artigo 13º. do Decreto nº. 27:495, de 27.01.1937, deixe de ter aplicação na Colónia de Moçambique aos jornais que se publiquem exclusivamente em língua portuguesa. In *Boletim Oficial*, nº. 36, Iª. série, 08.09.1945, p. 331.

<sup>356</sup> Ver a Portaria nº. 13:334, de 12.09.1959. In *Boletim Oficial*, nº. 37/1959, p. 855.

*liberdade de imprensa, previstas no Decreto nº. 27:495, de 27 de Janeiro de 1937, a que não correspondam sanções específicas”*. Todas estas medidas preventivas de repressão provocaram na sociedade inúmeros problemas, sendo um foco permanente de tensões e conflitos. É o que iremos em seguida apresentar, o impacto da censura desde o ambiente artificial, pretendido pelo *Estado Novo* e, o estado de espírito daí decorrente de cepticismo e revolta.



### 2.3. O impacto das medidas repressivas



#### **Gravura nº 18. Num café da baixa.**

Lourenço Marques s/d, da E/D José Craveirinha, Rui Knopfli e Fernando Namora. In AHM, Fototeca nº 319.

*“Censura, minha amiga,  
tem dó de mim que em rimas me disperso  
e vivo acorrentado a esta espiga  
de comentar em verso  
aquilo que se faça, passe e diga  
em todo o Universo!  
Tem dó de mim, atende o meu apêlo  
se ainda te mereço alguma estima,  
e corta-me o cabelo  
em vez de me cortar tão rente a rima!...  
Descanse em paz, metida na gaveta,  
a tesoura que o corte não recusa  
no verso dum poeta  
que só p’ra que não julguem que ele abusa  
até raciona a musa  
com rôlha de cortiça na caneta!  
Nesta luta sem fim em que me abraso,*

*se tu não te condóis da minha veia*  
*em vez de ter assento no Parnaso*  
*passo a ter assento na cadeia*  
*não na décima e sexta do senesto,*  
*ou sétima da quadra.*  
*mas co' a rima batida num gaveto*  
*ali da 4ª. esquadra ...”<sup>357</sup>*

Pelo estudo da correspondência oficial parece-nos que, as autoridades coloniais aos vários níveis aproveitaram-se das medidas relativas à censura prévia para reforçar o seu poder, tendo como alvo quem ousasse pensar, escrevendo sobre a realidade colonial. Serão pois, alvos de repressão – jornalistas, chefes de redacção, directores e editores de jornais que se revelassem incómodos ao regime. À Procuradoria da República chegaram instruções, logo em 1926, “*no sentido de serem pedidas responsabilidades aos editores de jornais ou desenhos que, por qualquer forma, possam envolver menos respeito pela autoridade superior da província ou entidades oficiais (...) A tolerância que vem sendo exercida permitindo-se impunemente a publicação de notícias falsas e desprimorosas muito tem contribuído para desorientar a opinião pública e desvirtuar as intenções do Governo, criando dificuldades à sua acção...*”<sup>358</sup>

E, ao Ministro das Colónias solicita o Governador-Geral, em 1927<sup>359</sup>, um maior controlo dos directores dos jornais. “*Não estando definido claramente qual a natureza dos cursos especiais a que se refere este artigo*”, isto é, o artigo 3º. do Decreto 12:271 de 3 de Setembro de 1926, “*embora pareça que somente devam ser tomados em consideração aqueles que tenham por base o curso dos liceus, e a fim de se evitar que figurem como directores dos jornais locais indivíduos com habilitações constantes da cópia junta, tendo até aparecido ultimamente como director do Brado Africano, um indivíduo de nome José Cantine, habilitado com o*

<sup>357</sup> In *Notícias*, Ano XIX, nº. 5.726, 03.03.1945, 1ª. p., 4ª. col., título: "Fim-de-Semana", assina V. M. S., aliás Víctor Matos Sequeira.

<sup>358</sup> Cópia da Carta do Chefe da Repartição Central para o Procurador da República, Lourenço Marques, 09.08.1926.

<sup>359</sup> Ofício do Governador-Geral ao Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 29.03.1927; Ofício do Procurador da República para o Chefe de Repartição do Gabinete, Lourenço Marques, 29.03.1927.

*“curso especial dos Correios e Telégrafos”, venho rogar a V.Ex.<sup>a</sup>. que este assunto seja esclarecido, definindo-se de uma maneira clara e precisa qual o curso especial de que trata o referido diploma”.*

Por detrás da opinião do Governador-Geral estava a do Procurador da República que lhe enviou o seguinte parecer: *“... O que me parece para ponderar é o facto de se interpretar a expressão “curso especial”, num sentido mais lato que aquele que lho diz dar o legislador.*

*É minha opinião que o curso especial a que o dito diploma se refere é aquele que, não sendo superior, exige prévia preparação com o curso dos liceus.*

*Doutra forma, o abuso iria até ao absurdo de ter de se admitir como habilitado para Director dum jornal qualquer indivíduo que tivesse o curso especial de enfermeiro, como diz o periódico “Notícias”, de hoje.*

*Do próprio confronto dos artigos 3 e 4 já citados, resulta que assim deve ser.*

*Pois se para editor se exige o curso dos liceus, para Director dum jornal deve exigir-se o curso dos liceus e mais alguma coisa que, para o caso, será o curso especial ou superior...”*

Da alta instância que é o Conselho de Ministros será autorizado o Governador-Geral a reforçar o seu poder de repressão à imprensa, face à circunstância da publicação de uma obra de John Harris<sup>360</sup>. *“... Grandes reclamações contra nossa administração bastidores política europeia sentidas instante a instante nosso ministério estrangeiro e colónias contando antemão ser patriótico esforço paz geral entre elementos colónias mas julgado necessário conselho de ministros autoriso exercer censura imprensa”.*

O papel fiscalizador das direcções de serviços será igualmente reforçado, como podemos observar no estudo da documentação da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas. Por despacho do Governador-Geral, de Fevereiro de 1927<sup>361</sup>, esta direcção devia *“providenciar por forma que seja sempre traduzida a secção landina do jornal O Brado Africano, remetendo à Procuradoria da República as traduções dos artigos em que possa ser transgredida a lei de imprensa”.*

De uma forma intimidatória foram presentes ao Corpo de Polícia Civil, segundo ordens da Procuradoria da República, os directores dos periódicos *“que se publicam*

---

<sup>360</sup> Telegrama de Lisboa, de 04.12.1926, com o Reg. n.º 943 na Repartição.

<sup>361</sup> Ofício n.º 104/13/3, do Chefe de Gabinete ao Procurador da República, 28.02.1927.

*nesta cidade (...) procurando colher os elementos necessários sobre as habilitações literárias...*”<sup>362</sup> No que se refere ao jornal *O Brado Africano* e ao seu director, Francisco Boavida, a informação reduzida foi justificada nos seguintes termos:

*“Não compareceu o director deste jornal perante mim, porque não pode ser intimado para isso, em virtude de não residir neste Concelho. Por informação averigui, apenas, que ele é agricultor e reside na Circunscrição de Maputo, numa machamba que tem perto da Circunscrição”.*

Uma sequência de artigos violentíssimos do jornal *O Brado Africano* colocou as autoridades coloniais em estado de alerta, sendo de imediato accionados os mecanismos de repressão. Nos artigos em questão, intitulados *“Basta”*, *“Continuando”* e *“Tenham paciência”*, *“nos quais são feitas à administração portuguesa duma maneira geral, e designadamente aos serviços de assistência, numa linguagem violenta e por vezes até pornográficas, apreciações e referências que Sua Ex<sup>a</sup>. o Encarregado do Governo julga abrangidas pelo artigo 14 da lei reguladora da liberdade de imprensa”*, pelo que o Chefe do Gabinete do Governador-Geral chamava a atenção do Procurador da República *“afim de que se digne providenciar no sentido de ser intentado pelo delegado de V. Ex<sup>a</sup>. o competente procedimento criminal contra o aludido periódico”*<sup>363</sup>.

O impacto de alguns desses artigos passa a fronteira da colónia, como zelosamente informava o Cônsul português na cidade do Cabo, na África do Sul, ao enviar um recorte do jornal *O Brado Africano*, com o título sugestivo *“Colonização”* e o subtítulo *“Colonizar ou explorar?”*<sup>364</sup>. Era preciso acautelar, pois, *“para a possibilidade de tais artigos serem explorados pela imprensa da União em geral, segundo afirma, hostil e pouco escrupulosa em assuntos referentes á colonização portuguesa”*. De imediato, o Ministro das Colónias, Armindo Monteiro despachava, disparando certo ao jornal incómodo: *“Enviar ao Sr. Governador-Geral de Moçambique, pedindo que chame a atenção da censura para casos como o deste artigo, que infelizmente se repetem com lamentável frequência”*.

---

<sup>362</sup> Cópia nº. 129, do Corpo de Polícia Civil. Investigação Criminal, 3ª. secção, Lourenço Marques, 29.03.1927.

<sup>363</sup> Ofício nº. 129/C-16, do Chefe de Gabinete ao Procurador da República, Lourenço Marques, 17.03.1932.

<sup>364</sup> Ofício nº. 392, do Secretário-Geral do M.N.E. ao Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias, Lisboa, 20.12.1933.

O ataque ao regime é intolerado, sobretudo quando por detrás paira o medo da onda comunista. Do Secretariado de Propaganda Nacional chega às mãos do Ministro das Colónias uma denúncia da actuação do jornal *O Emancipador*<sup>365</sup>.

*“Quando um jornalista publica artigos como – Uma ofensiva contra o espírito crítico – A ver navios – De Timor – Os Deportados sociais – esse jornalista pode ser considerado como um elemento perigoso para o bem comum, um inimigo da própria Pátria e como tal deveria ser chamado á ordem e muito justamente castigado.*

*O Emancipador é um jornal de carácter comunista – leia V. Ex.<sup>a</sup>. o artigo: Manobras que se desmascaram – e como tal se deve considerar um perigo social que urge destruir para bem de todos e dignificação da colónia de Moçambique.*

*A propaganda comunista colonial é, como V. Ex.<sup>a</sup>. muito bem sabe, uma arma que está sendo usada com grande actividade contra a ordem estabelecida – O Emancipador é indiscutivelmente um agente dessa propaganda perigosa”.* A resposta do Governador-Geral foi implacável. *“Estabeleça-se a censura à Imprensa”.* Isto significava o apertar do cerco, a mão da censura seria a partir de 1934 cada vez mais pesada. São dadas pois, instruções nesse sentido.

Decifrado o telegrama expedido do Gabinete do Governador-Geral para o Governador de Moçambique em 20 de Janeiro de 1934, expressamente é dito<sup>366</sup>: *“Ordem Geral comunico V. Ex.<sup>a</sup>. estabelecida censura imprensa partir hoje termos decretos 22.469 e 22.756 devendo V. Ex.<sup>a</sup>. nomear respectiva comissão esse distrito ponto Geral deseja manter liberdade crítica actos administração autoridades colónia única limitação ser feita correcção sem ofensas pessoais respeito verdade pede V. Ex.<sup>a</sup>. dar instruções comissão esse sentido”.*

Um dado que a documentação deixa transparecer, claramente na esfera do poder – a centralização da informação relativa à censura prévia, o que permitiria a quem estava no topo da hierarquia decidir, conhecendo e prevendo as reacções da oposição, atingida no seu discurso dito. A troca de correspondência entre o Ministro das Colónias e o Governador-Geral assim o sugere, quando o gabinete subordinado

---

<sup>365</sup> Ofício n.º. 561, do Secretário da Propaganda Nacional ao Ministro das Colónias, Lisboa, 19.12.1933. Ver o despacho do Governador-Geral José Cabral.

<sup>366</sup> Decifração do telegrama expedido do Gabinete para o Governador-Geral de Moçambique, 29.01.1934.

informa o da chefia que<sup>367</sup>: “desde o dia 10 de Abril (...) (1934), tem sido enviado a esse Ministério, semanalmente e pela via cabo, todo o original da imprensa de Lourenço Marques que sofreu cortes por parte da Comissão de Censura, conforme o solicitado por Sua Ex.<sup>a</sup>. o Sub-Secretário das Colónias em seu ofício de 19 de Fevereiro do ano corrente”. A análise dos cortes fazia accionar de imediato os mecanismos de repressão, claro que, parece-nos de uma forma unilateral, dirigida mais a quem-no diz do que a quem o fez. Se interessasse ao regime olear a sua máquina administrativa começaria por averiguações acautelares<sup>368</sup> que poderiam ir ao Juízo Criminal da Comarca ou subir ao Tribunal da Relação e, mesmo ao Supremo Tribunal de Justiça.

Vejamos os vários processos analisados, segundo o Procurador da República, em Julho de 1935. Observemos, sobretudo os seus argumentos contra a concessão de amnistia, sugerida pela Metrópole.<sup>369</sup> “Entre vários processos por crime de abuso de liberdade de imprensa que correm seus termos no Juízo Criminal da comarca da Lourenço Marques, há alguns de importância pela sua gravidade e pela qualidade e alta categoria das pessoas ofendidas, estando nestas condições os que passo a mencionar por ordem cronológica:

- Processo por difamação e injúrias do jornal *Brado Africano* em que é ofendido o Snr. Governador da Colónia de S. Tomé e arguido Salustiano da Graça do Espírito Santo;
- Processo por difamação e injúrias por via do *Brado Africano*, em que é ofendida a Corporação da Polícia Civil e arguido José Gonçalves da Costa Júnior;
- Processo por injúrias a Sua Ex.<sup>a</sup>. o Presidente do Consêlho de Ministros, o Ministro das Colónias e Governador Geral desta Colónia, por via de um artigo com a epigrafe “Papagaios do Império” publicado no periodico *Moçambique*, e da autoria do respectivo director Acácio Augusto Pereira da Silva”.

Referindo-se ao último processo, “sem dúvida o mais importante de todos”, discorda do facto da suspensão da pena, pois, “tendo a sentença da 1.<sup>a</sup> instancia condenado o arguido na pena de 30 dias de prisão correccional e na multa de

---

<sup>367</sup> Ofício n.º. 256/C-16, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral para o Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias, 09.06.1934.

<sup>368</sup> Ofício n.º. 288/C-16, do Chefe de Gabinete ao Governador da Província do Sul do Save, Lourenço Marques, 28.09.1935.

<sup>369</sup> Ofício n.º. 298/N 2, do Procurador da República ao Governador-Geral, 01.07.1935.

*1.000\$00, além das custas e sêlos, substituindo porem a pena de prisão pela multa e 1.000\$00.*

*O Tribunal da Relação, para onde foi interposto recurso pelo M.º P.º, alterou aquela sentença quanto á pênna por entender que não havia lugar á substituição da prisão por multa condenando o arguido em 30 dias de prisão e 1.000\$00 de multa; mas usando da faculdade concedida no artigo 8 da Lei de Julho de 1893 decretou a suspensão da execução da pênna por 3 anos.*

*- Dêste acordão que acaba de me sêr intimado, vou dêle interpôr recurso para o S. T. de Justiça, na parte em que suspendeu a pênna”.*

Finalmente, insurge-se contra a proposta de amnistia, justificando a mão pesada da repressão.

*“- Compreende-se, e é de aconselhar, uma amnistia em casos extraordinários, determinada por princípios de humanidade e reclamada por uma forte corrente de opinião que levem o Govêrno a considerar a sua concessão como um acto de justiça e de conveniencia politica”.*

*“- Em casos como o que acabei de referir, em que nenhuma dessas circunstancias se verifica, a concessão da amnistia não tem justificação alguma e concorre muitas vezes para abalar os principios da autoridade, da ordem e disciplina sociais e bem assim o prestigio das entidades atingidas pelos delictos para que se pede a aminstia; e, por outro lado, serve para encorajar os beneficiados para o cometimento de novos delictos, sempre animados pela esperança de que uma nova amnistia vira a conceder-se e, portanto, lhes assegurará a impunidade.*

*- A isto devo acrescentar que os crimes por abuso de liberdade de imprensa, teem, em meios pequenos como o das Colónias, uma acção muito mais perniciosa do que na metropole, motivo este que lhe leva tambem a aconselhar que não se declare a elas extensivo o decreto-lei que amnistiou na metropole aquêles crimes”. No dia seguinte, o Governador-Geral despachava: “Concordo. Informem Ministerio”. Mas, na memória dos homens de então ficou irónica e ousadamente célebre, a imagem bordaliana dos três papagaios principais, a saber: o “papagaio real”, o Presidente do Conselho; o “papagaio imperial”, o Ministro das Colónias e o “papagaio provincial”, o Governador-Geral.*

Um ofício do Director Geral da Administração Política e Civil, de 23 de Março de 1936 dava conta do impacto dos artigos do jornal *O Brado Africano*, visando o

Governador de S.Tomé, que classificava de “*desprestigiantes para aquele Governador, autoridades, com graves consequências para a ordem pública e nosso prestígio no estrangeiro*”<sup>370</sup>. A crítica à administração colonial era pois, um assunto considerado tabu. Daí, o despacho do Governador-Geral à Comissão de Censura: “*evite este e semelhantes casos, que só têm por objectivo lançar a perturbação e a desordem na nossa administração colonial*”.

O papel da Comissão de Censura, zelosa, providente e justiceira, aparece destacado em inúmeras vezes na correspondência oficial. As chamadas de atenção sucedem-se às Comissões de Censura, “*cuja acção deve ser feita com o maior cuidado, de maneira a evitar a publicação de artigos, qualquer que seja a forma como se apresentam, contrários aos interesses do Estado*”<sup>371</sup>. Mas, sendo várias as comissões, como uniformizar critérios entre si? E, entre as locais e as metropolitanas?

Num ofício, classificado de confidencial, de 1936, o Governador-Geral prestava o seguinte esclarecimento ao Ministro das Colónias, “*que a censura só começou a ser exercida nesta Colónia em 1 de Fevereiro de 1934, pelo que era impossível obstar à publicação dos dois artigos do Brado Africano*”. E, mais uma vez solicitava uma norma para a actuação das comissões de censura. “*Convindo, porém uniformizar o critério da comissão local e das comissões metropolitanas, muito agradeceria que V. Ex<sup>a</sup>., a remessa de instruções escritas...como aliás já foi solicitado por este Governo, em telegrama n.º.31 e 198, de 29 de Janeiro e 4 de Junho de 1934*”<sup>372</sup>.

Para além da proibição de um artigo, por parte da comissão de censura, sabe-se que as autoridades coloniais desencadeavam um processo que passava por uma fase de averiguações, como atrás nos referimos, mais para saber da identidade do autor e puni-lo com severidade do que para acautelar situações de má-governança. Tal aconteceu a um professor indígena que escrevia no jornal O Brado Africano mas sob um pseudónimo. Proibidos os seus artigos, o despacho do Governador-Geral era peremptório – “*(...) demiti-lo (...) uma vez provada a identidade do “Um filho do*

---

<sup>370</sup> Ofício n.º. 414, do Director-Geral da Administração Política e Civil do Ministério das Colónias ao Governador-Geral de Moçambique, 23.03.1936.

<sup>371</sup> Ofício n.º. 546, Confidencial, do Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias ao Governador-Geral, Lisboa, 05.05.1936.

<sup>372</sup> Ofício n.º. 903/C-16, Confidencial, do Governador-Geral ao Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 29.04.1936.



Niassa” que é como se supõe o indígena Carlos Manuel”. De facto, o comissário da Polícia Civil confirmou-o<sup>373</sup>.

Se os ataques à colonização portuguesa constituíram o alvo das comissões de censura, o perigo da entrada de folhetos de propaganda dominou as preocupações das representações portuguesas, em redor da Colónia, bem como a atenção das autoridades policiais, no sentido de preservá-la da onda vermelha, que sobretudo pela fronteira sul teimava em penetrar. Claro está que, a ligação entre as polícias de um e de outro lado da fronteira se fazia sentir na prevenção e repressão de qualquer tipo de propaganda contrária ao “*bem da Nação*”. Num ofício de 24 de Setembro de 1936, o Governador-Geral interino dirigia-se ao Encarregado de Negócios de Portugal na União da África do Sul<sup>374</sup>:

*“Durante a visita que fiz, acompanhado por V. Ex.<sup>a</sup> ao Primeiro Ministro da União da África do Sul, general Hertzog, em 11 do corrente, aludiu-se a um indígena residente no Transvaal, que a polícia de Lourenço Marques suspeita ser um dos remetentes para esta cidade, de opúsculos de propaganda comunista entre a raça negra que ultimamente aqui têm sido apreendidos”.*

*“O nome desse indígena, segundo a nossa polícia pode averiguar, é A. Marks, e deve encontrar-se presentemente na Europa, onde pretendia ir “estudar melhor a organização da raça negra”, segundo declarou, há meses, por ocasião duma das suas visitas a Lourenço Marques.*

*Um dos destinatários dos referidos folhetos era, ao tempo, empregado duma firma inglesa nesta Colónia, mas consta ter-se ausentado para a Bechuanalandia, donde é natural, chama-se Johnson Nkoena”.* De imediato foram tomadas medidas “para apreensão de jornais, folhetos e revistas de propaganda comunista e doutrina contrária à política do Estado e aos preceitos fundamentais da Constituição”.

Passariam pois, a ser retidas “nas estações dos Correios todas as publicações em língua nacional ou estrangeira, que envolvam ofensa para os poderes constituídos ou contenham doutrina contrária à ordem social estabelecida”<sup>375</sup>. Todavia, houve

---

<sup>373</sup> Ofício n.º. 528/1/25, do Governador do Niassa ao Chefe da Repartição do Gabinete do Governador-Geral, Nampula, 27.03.1936; Ofício n.º. 1.157, Confidencial, do Governador da Província do Sul do Save ao Chefe de Repartição do Gabinete, Lourenço Marques, 16.04.1936.

<sup>374</sup> Ofício n.º. 2.073/C-14, Confidencial, do Governador-Geral Interino ao Encarregado de Negócios de Portugal na União da África do Sul, 24.09.1936.

<sup>375</sup> Ofício n.º. 116/936, do Secretário do Conselho de Governo para o Chefe de Repartição do Gabinete, 25.11.1936.

brechas por onde os “*ventos da mudança*” passavam apesar da malha repressiva. Veja-se o caso do folheto “*Tinsimu Ta Kuhlula*”, em Shangana ou traduzido “*Canções Para Vencer*”, em Português. Na página 116 pode-se ler: “*Hinos Portugueses/ A Portuguesa Crista/ (Musica do hino nacional “A Portuguesa” / Letra de E. Moreira)*”. O Governador-Geral, em despacho de 4 de Agosto de 1948 insurgia-se veemente contra o dito salmo: “*O Hino Nacional não pode ser motivo musical para qualquer outra letra, como se faz a página 116 deste folheto. Recuse-se a entrada devolvendo-se à procedência*”<sup>376</sup>.

Os casos mais graves foram resolvidos através da suspensão dos jornais. Quando a 4 de Julho de 1937, um grupo anarquista levou a cabo o atentado à bomba, contra a vida de Salazar, os órgãos de informação trataram-no com destaque, em todo o espaço imperial. Os silêncios foram duramente punidos. A ordem do Ministro das Colónias chegou bem depressa a Moçambique. “*Rogo suspender imediatamente Emancipador por não se ter referido atentado. Já ordenei Governador Companhia Moçambique idêntico procedimento Comércio Beira. Se mais algum jornal proceder por esta forma siga idêntico procedimento*”<sup>377</sup>.

A situação de guerra veio agravar ainda mais as tensões sociais na Colónia de Moçambique, redobrando-se os cuidados da censura e, por conseguinte a repressão. A neutralidade e a velha aliança com a Inglaterra, como posições essenciais da política externa portuguesa são constantemente reafirmadas em chamadas de atenção às comissões de censura, para que os seus cortes não provocassem os beligerantes. O Chefe de Gabinete do Governador-Geral dava, em Novembro de 1939 as seguintes instruções ao Presidente da Comissão de Censura de Lourenço Marques:

“*A Comissão de Censura não deve abstrair de que somos aliados de Inglaterra e portanto não deve ser rigorosa a respeito da propaganda que esse país faz a seu próprio favor*”. Veja-se, o que foi considerado excessivo pela autoridade:

“*Mais comunico a V. Ex.ª. que do artigo para o “Guardian”<sup>378</sup> intitulado “Os princípios em jogo na guerra” que aqui mostrei ao vogal Tenente José Guedes Campos, somente deve ser cortada a seguinte passagem:*

---

<sup>376</sup> Ofício n.º. 1.348/C-16, do Chefe de Gabinete, Eugénio Ferreira de Almeida ao Presidente da Comissão de Censura de Lourenço Marques, 05.08.1948.

<sup>377</sup> Cópia do Telegrama de Lisboa, de 22.07.1937, com o Reg. n.º. 770, 23.07.1937.

<sup>378</sup> Confidencial n.º. 1.196/C-16, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral ao Presidente da Comissão de Censura, 14.11.1939.

*“A simplicidade eloquente destas palavras, impressas a branco sobre fundo rubro ardente, grita ao Império Britânico e ao mundo inteiro a justiça da causa que as potências ocidentais estão defendendo. A violência impiedosa, e o despotismo intransigente ameaçam, hoje mais do que nunca, a liberdade de todos os povos”.*

Num ofício confidencial, em Setembro de 1940, o mesmo Chefe de Gabinete transmitia orientações do Governador-Geral ao Presidente da Comissão de Censura de Lourenço Marques, aconselhando extrema prudência:

*“Por instruções verbais que têm sido transmitidas a V. Ex.<sup>a</sup>. tem Sua Ex.<sup>a</sup>. o Governador-Geral recomendado o maior cuidado na verificação dos assuntos e das palavras que os jornais publiquem, principalmente no que respeita a actos das potências em guerra, e dos seus dirigentes e as repercussões que elas possam ter.*

*A situação internacional é supremamente melindrosa para o nosso país, neste momento em que qualquer razão justificada pode causar sérios embaraços à acção equilibrada que o Governo do País, vem conduzindo, para afastar de nós, enquanto for possível, o flagelo da guerra sempre eminente.*

*Se a censura não pode forçar a imprensa a publicar senão as notas oficiosas, pode e é essa a sua obrigação, evitar que vejam a luz da publicidade escritos, como o título do artigo de fundo do Lourenço Marques Guardian<sup>379</sup> de hoje, “O mais vil crime da História”, em que se procura atingir a Alemanha, por razões, demais ainda não averiguadas como verdadeiras.*

*Sua Ex.<sup>a</sup>. o Governador-Geral manda-me chamar a atenção de V.Ex.<sup>a</sup>. para o facto, que muito lhe desagradou, por ventura representar uma injustiça e poder vir a ser motivo de justa reclamação, a que S. Ex.<sup>a</sup>. dará o provimento que o caso lhe merecer, não obstante estar absolutamente convencido de que só houve negligência.*

*Mais uma vez recomendo a V. Ex.<sup>a</sup>. a máxima atenção nesses assuntos que impliquem com a situação internacional, porque tão bem sabe V. Ex.<sup>a</sup>. como eu, a responsabilidade que comportam e as consequências que podem ter”.*

Para prevenir problemas no futuro foram enviadas instruções restritivas, em circular de Maio de 1941 a todos os directores dos jornais<sup>380</sup>: *“Em virtude de rigorosas ordens superiores a Comissão de Censura, apressa-se a comunicar a V.*

---

<sup>379</sup> Ofício n.º. 877/C-16, do Chefe de Gabinete ao Presidente da Comissão de Censura à Imprensa de Lourenço Marques, 24.09.1940.

<sup>380</sup> Processo C/16 – Imprensa - Censura, Circular n.º. 67, do Presidente da Comissão de Censura à Imprensa aos Directores dos Jornais, Lourenço Marques, 22.05.1941.

*Ex.<sup>a</sup>. que de futuro não serão permitidas nenhuma publicação que nítida ou veladamente, tenham o carácter de crítica, apreciação ou propaganda das operações militares e de política de guerra pró ou contra qualquer dos países beligerantes, sem excepção de espécie alguma”.*

A intensa correspondência de protesto, entre o consulado alemão, italiano e o governo-geral é uma prova da reacção dos países do Eixo à “*propaganda aliada*”, contrariando a neutralidade portuguesa. Justificando-se ao Ministro das Colónias, o Encarregado do Governo de Moçambique, em Agosto de 1941 explicava que “*a propaganda inglesa tem distribuído por intermédio do consulado folhetos e revistas, discutindo e comentando as atitudes, resoluções e actos do Governo Alemão e utilizando o Correio como distribuidor*”<sup>381</sup>. Por sua vez, o Cônsul Real de Itália, em Abril de 1942 insurgia-se contra a divulgação de “*um panfleto intitulado “Nazi-German in 20 lessons”, que circula em Lourenço Marques e que contem insultos dirigidos à pessoa do Chefe do Governo Italiano*”<sup>382</sup>.

As notícias que foram divulgadas, escapando ao controlo da censura provocaram igualmente protestos do lado aliado, expressos pelo Consulado Geral dos Estados Unidos da América. Assim, em Outubro de 1944, A. R. Preston chamava a atenção para o facto de o jornal *Notícias* de 28 desse mês ter “*mencionado o nome dum vapor Americano chegado a Porto Amélia*”<sup>383</sup> *para carregar Sisal*”.

“*Visto isto ser uma qued(b)ra dos regulamentos da censura*”, *solicitava que os responsáveis fossem mais cautelosos, “afim de evitar a repetição desta falta que pode seriamente prejudicar a segurança dos vapores da United States War Shipping Administration”.*

Pela pressão exercida, a censura actuou de uma forma severa em relação não só à imprensa escrita como também à informação divulgada pela rádio. Referindo-se ao papel do Rádio Clube, como órgão de informação, o Chefe de Gabinete do Governador-Geral chamava a atenção do Presidente da Comissão de Censura de Lourenço Marques para a necessidade de alargar a sua acção repressiva. “*O Rádio*

---

<sup>381</sup> Ofício n.º. 1.802/A-24 e C/16, Confidencial, do Encarregado do Governo ao Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 22.08.1941.

<sup>382</sup> Nota Verbal n.º. 28(0) di Prot., do Consulado de Itália para o Chefe de Gabinete do Governador-Geral, 20.04.1942.

<sup>383</sup> Ofício s/n.º., do Cônsul-Geral da América ao Governador-Geral, Lourenço Marques, 28.10.1944.

*Clube tem de organizar as suas notícias a tempo de serem censuradas antes de emitidas, como é elementar, e enviar em duplicado à Comissão*”<sup>384</sup>.

A imagem também não escapou à acção da censura, apesar do Cônsul Alemão, em Fevereiro de 1945 se lamentar da sua ineficácia, a propósito de um filme, intitulado “*O Triunfo de Tarzan*”. Os argumentos são peremptórios<sup>385</sup>. O filme “*representa uma pintura tão desprezante do exército alemão e do Nacional-Socialismo alemão que apenas a propaganda mais feia e mais escurecida dos nossos inimigos possa tê-la inventado*”. Claro que solicitava medidas adequadas. Ora, o Comissário da Polícia de Lourenço Marques, que por duas vezes tinha censurado o referido filme esclareceu que, “*na autorização para a exibição do filme*” se podia ler: “*Pode ser exibido depois de feitos os cortes indicados*”<sup>386</sup>.

No período do pós-guerra a experiência acumulada da censura foi posta ao serviço da luta contra o comunismo, tentando isolar o chamado perigo vermelho, subversivo aos valores da sociedade burguesa. Qualquer indício ou sinal de contacto com a U.R.S.S. era imediatamente analisado e, claro proibido. Assim, num ofício do chefe de gabinete do Governador-Geral ao Presidente da Comissão de Censura de Lourenço Marques era solicitada a análise de um rol de livros, com títulos sugestivos, tais como<sup>387</sup>: *A verdadeira Rússia Soviética*, por David J. Dallin; *Reflexões sobre a revolução da nossa época*, por Harold Lasky; *Problemas de Pedagogia Marxista*, por S. Fridman; *Sexologia Forense*, por Afrânio Peixoto; *Divulgação Marxista*, publicação periódica brasileira; *Fundamentos do Poder Soviético*, por Edgar Snow.

Uma instituição como era a Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique solicitou autorização para permutar o seu *Boletim* com a Academia de Ciências de Leningrado, uma vez que o seu Instituto Botânico tinha enviado publicações científicas, com esse fim. Todavia, a resposta foi, obviamente negativa pois, não havia autorização para manter “*quaisquer relações da Colónia com a União*

---

<sup>384</sup> Ofício n.º. 679/c-16, do Chefe de Gabinete ao Presidente da Comissão de Censura, Lourenço Marques, 07.10.1941.

<sup>385</sup> Ofício n.º. 3, do Cônsul-Geral da Alemanha ao Governador-Geral da Colónia de Moçambique, Lourenço Marques, 23.02.1945.

<sup>386</sup> Cópia da Informação prestada pelo Comissário da Polícia de Lourenço Marques, 28.02.1945.

<sup>387</sup> Ofício n.º. 172/C-16, do Chefe de Gabinete ao Presidente da Comissão de Censura, Lourenço Marques, 11.03.1947.

*Soviética*”<sup>388</sup>. As autoridades coloniais impunham o isolamento intelectual, como uma medida preventiva à subversão.

Por vezes, medidas mais agressivas eram tomadas, na hora do controlo das bagagens nas fronteiras, como comunicava, em 1948, o zeloso director dos serviços aduaneiros ao chefe da repartição do gabinete do governo-geral: “*Para efeitos de censura, tenho a honra de enviar a V. Ex.<sup>a</sup> um exemplar dum folheto, retirado da bagagem dum passageiro, chegado a esta cidade pelo Caminho de Ferro, de nacionalidade grega, que diz ser jornalista e vir do Congo Belga*”. Tudo suspeito – um grego, para mais jornalista, vindo de uma zona de África, de onde sopravam os ventos da mudança!<sup>389</sup>

Nos anos 50, pela análise da correspondência entre as comissões de censura e as direcções dos jornais, parece-nos que o impacto das medidas repressivas passou por uma fase burocratizante, tentando o regime colonial reforçar o seu poder e, a imprensa pressioná-lo. Através da Circular nº. 8/51, de 27.12.1951, da Comissão de Censura para o Director do jornal da Beira, *Diário de Moçambique* foram feitas três exigências<sup>390</sup> – o horário de funcionamento da censura, sendo fixado o seu limite nas 23:30, a impressão das provas, em folha do formato do jornal e a duplicação das mesmas, sendo uma prova para o arquivo. A essas exigências reagiu, de imediato o chefe da redacção do referido jornal, informando da impossibilidade de as cumprir<sup>391</sup>. O braço de ferro mantinha-se, pois a censura devia, segundo o jornal, ser feita depois das 23:30, porque o noticiário da Agência “*Lusitânia era recebido, por vezes, até à meia-noite. E, as provas a enviar só era possível “a granel” e nunca em páginas impressas*”.

Para limitar o trabalho da censura, concentrando-o na esfera ideológica e aliviar o trabalho de zelosos funcionários públicos, uma circular de 5 de Junho de 1953 continha as matérias dispensadas de censura prévia, segundo determinação do

---

<sup>388</sup> Ofício s/nº., do Presidente da Sociedade de Estudos ao Chefe de Repartição do Gabinete do Governador-Geral, Lourenço Marques, 25.11.1947; Ofício nº. 1.789/C-8, do Chefe de Gabinete ao Presidente da Sociedade de Estudos, Lourenço Marques, 27.11.1947.

<sup>389</sup> Ofício nº. 4.484/123, do Director dos Serviços Aduaneiros para o Chefe de Repartição do Gabinete do Governador-Geral, 24.11.1948.

<sup>390</sup> Circular nº. 8/51, da Comissão de Censura para o Director do Jornal *Diário de Moçambique*, 27.12.1951.

<sup>391</sup> Carta s/nº., do Chefe de Redacção do jornal *Diário de Moçambique* para o Capitão J. Augusto Pinto Soares, Vogal da Comissão de Censura à Imprensa, 30.12.1951.

Governador-Geral, a saber<sup>392</sup>: “a) notícias de carácter militar emanadas do Governo-Geral ou do Comando Militar da Província; b) simples notícias cronológicas que não envolvam assuntos de carácter político-social; c) simples noticiário sobre a vida religiosa, artística, intelectual, mundana, associativa, comercial e industrial; d) informações que possam ser englobadas pela designação de “boletim do dia”, tais como: programas da rádio, secção de câmbios e cotações da Bolsa, marés, movimento marítimo, movimento hospitalar, movimento dos hotéis e pensões, farmácias de serviço, boletim meteorológico, dia religioso, partidas e chegadas; e) notícias de concessão de dotações para melhoramentos públicos e de inauguração destes; f) notícias da Mocidade Portuguesa; g) legislação já publicada no Diário do Governo ou em Boletins Oficiais; h) notícias e relatos de acontecimentos desportivos desde que não envolvam conflito ou comparação de raças, nem apreciações comparativas entre a Metrópole e as províncias ultramarinas; i) simples notícias correntes de desastres e roubos quando fornecidas pelo Comando do Corpo da Polícia; j) escrituras de constituição de sociedades comerciais e industriais, bem como os relatórios e contas das mesmas; k) anúncios oficiais; l) anúncios de firmas da província e de produtos das mesmas; m) anúncios de profissões liberais, bem como de lições e explicações...”

Terminava a circular, recordando que: “Toda a matéria não englobada pelas alíneas anteriores, continua sujeita a censura prévia nos termos da lei da imprensa, a efectivar por esta Comissão de Censura”. Ora, a matéria considerada mais sensível dizia respeito à esfera da política. E, em tempos mais delicados, como eram as eleições, os cuidados eram redobrados. A pretexto do horário da comissão de censura da cidade da Beira, o jornal Diário de Moçambique justificava-se, em 1958 que não podia submeter todas as provas a essa comissão, pois recebiam o noticiário, através da Agência France Press, às 24:00 horas. Mas exigia a autoridade que, não poderia “*ser publicado o noticiário da última hora sem que tenha sido submetido à censura*”<sup>393</sup>.

A esse jogo de gato e rato, escapou uma notícia, em Janeiro de 1961 que muito perturbou as autoridades coloniais. Assim, por Ofício nº. 5/C/961, da Comissão de Censura da Beira ao Director do *Diário de Moçambique* exigia-se: “(...) informar

---

<sup>392</sup> Ofício s/nº., da Comissão de Censura para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 08.06.1953.

<sup>393</sup> Cartão s/nº., do Presidente da Comissão de Censura para o Chefe de Redacção do *Diário de Moçambique*, 12.01.1958; Cópia da Carta nº. 38/58, do jornal *Diário de Moçambique* para o Presidente da Comissão de Censura, 13.01.1958; Ofício Confidencial, do Presidente da Comissão de Censura para o Director do *Diário de Moçambique*, 13.01.1958.

*das razões da afixação de notícias, sobre assalto ao barco português “Santa Maria”, nos placards do Café Capri, sem terem sido submetidos à apreciação desta Comissão de Censura”*<sup>394</sup>. Tamanho vexame não poderia passar incólume. Para a história da oposição ao regime colonial esta foi mais uma das muitas acções de luta pela liberdade da imprensa, como iremos ver mais adiante.



**Gravura nº 19. Um grupo de amigos.**

Lourenço Marques, anos 50. Da esquerda para a direita: Cassiano Caldas; ?; Dolores Lopes; Domingos de Azevedo; Ricardo Rangel. Em 2º. plano: Ricardo Lopes (irmão de Dolores). *In* AHM, Fototeca, nº. 298.

---

<sup>394</sup> Ofício nº. 5/C/961, do Presidente da Comissão de Censura ao Director do *Diário de Moçambique*, Beira, Jan. 1961.



## CAPÍTULO VI – Resistência e Clandestinidade

Neste último capítulo da tese, a reflexão incide sobre a formação, a prática e a ideologia dos movimentos de libertação, como o ponto mais alto da resistência moçambicana ao regime colonial português. As balizas cronológicas deste nosso estudo, o período de 1926 a 1962 favorecem a forma por nós eleita: a clandestinidade, num modo ascendente do protesto à luta armada, a análise de uma prática conspirativa, no quadro do nacionalismo. Os conceitos operativos de resistência, clandestinidade, repressão, violência e emancipação permitem-nos delimitar o tratamento de fontes à questão principal – a ligação entre as associações africanas e os movimentos de libertação<sup>395</sup>.

Nunca é por demais destacar a importância do tema. O seu aprofundamento levar-nos-á a analisar o contexto histórico do surgimento e implantação dos movimentos de libertação, compreender o seu papel, analisar a estratégia e a tática seguidas, compreender a natureza violenta do colonialismo português, bem como o papel da violência na emancipação do povo moçambicano. A metodologia seguida, desde o estudo de trabalhos já produzidos à pesquisa de fontes escritas e orais que cruzámos e interpretámos, procurando novos caminhos que se afastam da história oficial e abrem novas perspectivas para compreender a fragilidade e as limitações das iniciativas africanas na luta pela independência.

---

<sup>395</sup> Ver a síntese deste capítulo in IGLÉSIAS, Olga, “Resistência e Clandestinidade”, in *Africanologia: Revista Lusófona de Estudos Africanos*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.º 01/2008. <http://rhumanidades.ulusofona.pt/africanologia>



**Gravura nº 20. Em casa dos pais de Luís Bernardo Honwana.**

Moamba, anos 50. *In* AHM, Fototeca, nº. 323.

### **1. Uma prática conspirativa**

No capítulo anterior analisámos a luta de uma elite de intelectuais africanos pela liberdade da imprensa. Aproximámo-nos do pensamento dos chamados “filhos da terra”, envolvidos em tertúlias literárias nas associações africanas, transformando os seus anseios em tímidos protestos que a censura teimava em calar. Das páginas dos jornais vai passar-se para a rua, em acções conspirativas. E, da cidade mais controlada pelo poder colonial para o campo, onde as elites convivem mobilizando os mais jovens a juntarem-se à luta, à acção clandestina, que será o objecto da nossa análise neste capítulo, justamente intitulado de: “Resistência e Clandestinidade”.

A tese que defendemos é a existência de uma luta em crescendo, sendo o ponto mais alto da resistência, a organização em movimentos de libertação. Quando, como e porquê se radicalizou essa luta? Quem a fez? São algumas das questões que iremos desenvolver, isolando no quadro da oposição ao regime de Salazar, a de iniciativa africana e as que envolveram a população colonizada. Quando estudámos as

associações africanas, observámo-las como viveiros de consciencialização, onde as camadas mais jovens despertaram para o nacionalismo africano, sob o véu diáfano da poesia. Entre todos destacámos o poeta Rui de Noronha<sup>396</sup>, que cantava África, “*surge et ambula*”, sonhando a Pátria na terra onde nasceu – Moçambique. A época temporal estudada, de 1926 a 1962 foi de revolta, de greves de ferroviários e de estivadores, de distribuição de panfletos, com a letra desenhada no stencil, para não ser identificada, de organização de cooperativas de camponeses; tempo de repressão, de prisão e tortura, de deportação e de massacre.

Quais são, então, os objectivos a atingir no tratamento deste tema? Ao enumerá-los pretende-se demonstrar a sua importância para a compreensão da forma como se radicalizou a luta em Moçambique. Assim, os objectivos específicos a atingir serão:

- Analisar o contexto histórico do surgimento e implantação dos movimentos de libertação. Defendemos a tese, tal como Marc Ferro, de que a resistência teve o seu ponto inicial com a chegada dos navegadores portugueses à costa onde hoje é Moçambique. Mas, como bem chamou a atenção Alexandre Lobato, é com o liberalismo que a ocupação do território se iniciará, consumando-se desde o último quartel do século XIX até às primeiras décadas do século XX, a “*pacificação*”, a ferro e fogo. O período da 1ª. República, de 1910 a 1926 propiciou, do ponto de vista político, um incremento do movimento associativo<sup>397</sup>, como vimos no Capítulo III, mas a consciencialização é um processo que acompanha a luta pela liberdade, durante o tempo longo do “*Estado Novo*”, como aprofundámos no Capítulo IV.
- Compreender os objectivos dos movimentos de libertação. O fim da luta dos movimentos é tal como o nome indica, a conquista da independência. Todavia, diferem no quadro não só dos princípios mas também na forma como a iriam

---

<sup>396</sup> Ver SOPA, António, SILVA, Calane e NEVES, Olga Iglésias, *Rui de Noronha. Ao Mata-Bicho*, Maputo, Texto Editores, 2006, pp. 109-111.

<sup>397</sup> Ver OLIVEIRA, C. de, “Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, 2º. vol., pp. 639-640: “O processo de criação dos movimentos de libertação das colónias portuguesas tem raízes fundas na 1ª. República. Com efeito, em 1925, realizou-se em Lisboa o Congresso Pan-Africanista que se inscrevia numa campanha constante e até agressiva na imprensa operária acerca da exploração e das condições de vida das populações africanas. Por outro lado, após o termo da Segunda Guerra Mundial, seja em função da própria natureza da Carta do Atlântico onde Churchill e Roosevelt não deixavam dúvidas sobre o direito inalienável dos povos à independência e ainda pela participação das populações dos territórios coloniais na vitória sobre as forças do Eixo, era impossível parar o movimento irreversível dos povos dos impérios coloniais para o acesso à independência.”

alcançar. A razão de existirem prende-se com a natureza de quem consideravam o Inimigo – o regime colonial português.

- Analisar a estratégia e a tática seguida. Daí, a necessidade de se observar cada movimento, per si, a fim de distinguir os aspectos em que se assemelham e diferem. Iremos para tal analisar os estatutos e o programa do MANU, da UDENAMO, da UNAMI e da FRELIMO.
- Compreender a natureza violenta do colonialismo português. Em cada época imperial, a violência foi manifesta. Aqui, pretende-se analisar no período de 1926 a 1962, a actuação das forças do regime, com particular atenção ao Corpo da Polícia de Moçambique e à acção da PIDE no território.
- Compreender o papel da violência na emancipação do povo moçambicano. Qual foi a prática dos movimentos de libertação? É o que iremos analisar no presente capítulo.

A luta de libertação nacional e o nacionalismo têm sido considerados pelos historiadores africanos como momentos positivos, de orgulho, geradores de mitos e de heróis, cujos nomes passam para as crianças, multiplicando-se os Eduardos (Eduardo Mondlane), Filipes (Filipe Samuel Magaia), os Samoras (Samora Machel) e as Josinas (Josina Machel). Por oposição a outros momentos, considerados negativos, como o colonialismo europeu.

A investigação levada a cabo por professores moçambicanos da Universidade Eduardo Mondlane tem tido como resultado uma importante pesquisa em documentos escritos e orais, ressaltando o valor do Arquivo Histórico de Moçambique. João Paulo Borges Coelho<sup>398</sup>, na sua tese de doutoramento, “Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982). A History of State Resettlement Policies, Development and War” (1993), destaca a necessidade de se analisarem os documentos do regime colonial português para se compreender o fenómeno da guerra colonial / luta de libertação nacional. Ouvindo os mais velhos, Teresa Cruz e Silva<sup>399</sup> fez a análise do papel da Missão Suiça, na sua tese de doutoramento, “Protestant Churches and the formation of political consciousness in Southern Mozambique (1930-1974): The case of the Swiss Mission” (1996), onde a personalidade de Eduardo Mondlane é estudada, no contexto de uma educação protestante. No Centro de Estudos Africanos, Fernando

---

<sup>398</sup> Professor da UEM, doutorado pela Universidade de Bradford, na Grã-Bretanha.

<sup>399</sup> Directora do Centro de Estudos Africanos na UEM, doutorada pela Universidade de Bradford.

Ganhão<sup>400</sup> desenvolveu, desde os finais da década de 80, uma pesquisa centrada no estudo do nacionalismo, a partir de documentação reservada do Partido FRELIMO e da memória de antigos combatentes.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foram estudados três fundos de documentação, a saber: o de Oliveira Salazar, da PIDE e dos S.C.C.I.M., sobre as actividades ditas “*subversivas*”, dos movimentos nacionalistas moçambicanos, em informações baseadas “*em fontes seguras*”. No Arquivo Histórico-Diplomático analisou-se o fundo dos Negócios Estrangeiros, sobre as “*actividades de indivíduos relacionados com os movimentos nacionalistas*”, documentos das organizações independentistas e recortes de jornais, zelosamente recolhidos por cônsules portugueses, bem como de “*Relatórios periódicos do Ministério do Ultramar*”. No Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo, a pesquisa incidiu em quatro fundos: o do Governo-Geral, da Administração Civil, da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas e o Arquivo da FRELIMO, o que permitiu uma amostra de tensões e conflitos. Por outro lado, seleccionou-se da Secção de História Oral um importante conjunto de entrevistas, confrontadas com um outro conjunto de testemunhos, recolhidos esses por nós.

Na ciência histórica, a hermenêutica, a arte de interpretar a documentação recolhida encontra, na construção da História de Moçambique, a questão fundamental sobre o papel do registo oficial português relativo à oposição africana, isto é, distinguir, fora do traço burocrático as zonas de conflito, o que não é tarefa fácil. O “*dito*”, mascarado de verdadeiro, à custa de tantas vezes ser repetido, tem que ser cotejado com o “*não-dito*”, submerso nas entrelinhas. Nesta análise confrontou-se a documentação fabricada em duas verdades antagónicas: a da administração colonial e a dos movimentos nacionalistas, com a informação vinda a lume nos jornais ou radiodifundida, assim como as histórias de vida, detalhadas e coloridas de acção. Limpo o pó do tempo, com rigor e seriedade analisou-se um passado-presente, através de fontes orais e escritas que nos permitiram uma aproximação à verdade, ainda que ela esteja bem afastada da versão oficial. Desfazer mitos, em nome da verdade histórica.

Um conjunto de questões colocou-se-nos, logo à partida, na análise da documentação disponível: Quando se deu o salto qualitativo do protesto à acção armada? O que permitiu essa mudança? Foram os factores internos? Quais teriam

---

<sup>400</sup> Professor na UFICS na UEM, o seu percurso como antigo combatente permitiu-lhe esse projecto. Gentilmente autorizou-nos a consultar o Arquivo da FRELIMO.

sido? Como se manifestaram? Teriam sido factores externos? Quais? Ou foi a conjugação de ambos? Porquê? Vejamos, com mais detalhe, cada uma destas questões.

1. Os factores internos: A documentação sugeriu-nos novas perguntas, no quadro do regime colonial: A repressão, a cargo das polícias e dos tribunais aumentou? Porquê? Com que impacto? Que consequências advieram da colaboração entre polícias? Por outro lado, o estudo da imprensa, porta-voz do movimento associativo levanta um véu de conspiração, que nos interessa desmontar: Haveria, nas associações africanas um ambiente propício ao desenvolvimento da resistência? Até que ponto, as escolas das missões e das diferentes Igrejas foram uma rectaguarda dos movimentos de libertação?
2. Os factores externos: Todavia, o corpo documental seleccionado impõe-nos uma abordagem do peso dos factores externos, a saber: A conjuntura política internacional não teria sido relevante? Quais foram os apoios determinantes, no quadro mundial? E, no âmbito regional, na África Austral até que ponto foi relevante a questão política partidária?

Tanto os registos da administração colonial, como dos movimentos de libertação sugerem-nos a interpenetração dos dois factores, internos e externos, na preparação e no desenvolvimento da luta pela independência, com considerandos e pesos obviamente diversos. Vejamos, então quais são essas diferenças? Na óptica do regime, que hipóteses desmontar? Porquê a supremacia dos factores exógenos? De que maneira foram subestimados os factores internos? Porquê? Por quem? Que colaboração houve entre regimes na região da África Austral? Dentro dessa colaboração, como foi a actuação conjunta das polícias?

Nos documentos das organizações nacionalistas, o discurso é claramente diferente. Porquê o enfoque na situação interna? Quais são os apoios, considerados essenciais para a luta? Qual foi o impacto do movimento revolucionário, a nível mundial? Qual o papel das Igrejas Protestantes? Como são entendidos os factores externos?

Estas são algumas das perguntas que lançámos ao material de que dispomos e que continuaremos a investigar. Temos a consciência de que pelo facto de muitos documentos da PIDE em Moçambique terem sido destruídos nos torna muito mais difícil a pesquisa. Por outro lado, com todas as cautelas reconstituiu-se a actuação dos movimentos nacionalistas, a partir de fontes escritas coloniais. Claro que tivemos o cuidado de as confrontar, através de outras fontes, nomeadamente as

orais. A tese que defendemos do crescente empenho dos movimentos nacionalistas em provar, interna e externamente a justeza da sua causa, bem como a intransigência do regime colonial em aceitar “os ventos da História” parece-nos que, legitimaram o recurso à violência revolucionária, da luta armada, como a única forma de se alcançar a independência. E, como de análise se trata, passemos à interpretação do corpo documental.

## 2. Interpretação de dois fenómenos – repressão e resistência

O aparelho repressivo montado pelo regime colonial negava aos africanos quaisquer direitos políticos e liberdades civis. Constatámos como no Brado Africano se fez a denúncia de leis de excepção que proibiam o direito de cidadania para quem não fosse assimilado. Sempre que houve tentativas para reclamar os seus direitos, as pesadas mãos da polícia e de tribunais especiais reprimiram-nas ferozmente. Apesar da brutalidade do regime, houve quem aproveitasse a calada da noite para distribuir panfletos a desafiar o poder, mesmo na capital, em Lourenço Marques. Corria o ano de 1949 e um grupo de jovens, assinando – “*Os Humanos*” tinha gravado um comunicado, em stencil para não ser identificado. Terminada a 2ª. Guerra Mundial, as nações aliadas tinham derrotado o nazismo e o fascismo, era pois então, a vez do colonialismo ser combatido. Descobertos, alguns desses elementos foram presos pela polícia e, transferidos para a metrópole aprisionados<sup>401</sup>.

Os “*custos sociais do colonial-capitalismo*”, de que falam os historiadores Allen e Barbara Isaccman<sup>402</sup>, mostram-nos bem os métodos utilizados pelo regime para prevenir qualquer manifestação da oposição africana, isto é, “o controle da educação, o trabalho forçado, a deportação, repressão policial e militar, controle dos movimentos dos Africanos através da imposição de horas de recolher e do sistema de passes, a censura severa dos jornais, dos livros, dos filmes e discos, a tortura, a prisão sem julgamento, as execuções sumárias e o terror”<sup>403</sup>.

A estratégia da resistência foi, então de se refugiar em territórios limítrofes de Moçambique, aproveitando a existência de um grande número de exilados, atraídos

---

<sup>401</sup> Entrevistas a João Mendes e a Cassiano Caldas, realizadas em Maputo, no ano de 1988.

<sup>402</sup> ISACCMAN, Allen e Barbara, *Mozambique. From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, pp. 53-59.

<sup>403</sup> “Angola e Moçambique. Relatório da Comissão de Informação e Pesquisa da Conferência Internacional de Estudantes”, Holanda, COSEC, 1961/62, p. 17. In AN/TT, PIDE, Proc. nº. 326/61.

pela possibilidade de trabalho nessas zonas. Com a organização em movimentos independentistas dava-se assim, o salto qualitativo da ruptura do protesto para a acção armada. Segundo uma circular confidencial da PIDE, sobre o “*Movimento de Emancipação de Moçambique*”, é-nos indicada uma data para essa transferência. “*Os movimentos associativos de moçambicanos no Tanganica começam a organizar-se em fins de 1956, mas nessa altura como associações de fins mutualistas*”<sup>404</sup>.

Para responder à questão sobre os factores que teriam permitido essa mudança, parece-nos que não se deve apenas considerar o suporte de organizações partidárias desses países mas antes compreender se se transferiram como associações de natureza mutualista, é porque havia população africana, originária de Moçambique aí residente, que carecia desse apoio. Não nos esqueçamos de que, as fronteiras coloniais foram arbitrariamente dividir população da mesma etnia.

Sobre os trabalhadores emigrantes deteve-se com particular atenção, um espião belga, que assina um relatório intitulado, (pensamos que pela PIDE), “*Moçambique visto por um estrangeiro que conhece bem a Província*”, (provavelmente o próprio Cônsul belga). Após ter caracterizado o fenómeno da emigração, em termos quantitativos e de ter analisado as razões da mesma, explicou porque se deteve nesse assunto, “*porque estou certo de que se alguma vez houver dificuldades, elas serão originadas pela infiltração de elementos subversivos, trazidos para Moçambique pelos emigrantes. Infiltração que poderá ser marxista e materialista e que se aliará à influência mais aberta do crescente*”. E, concluiu: “*Como modo de vida dos países vizinhos é de longe muito superior ao de Moçambique, verifica-se um movimento migratório num só sentido. Os indígenas da África do Sul, Rodésias e Niassalândia e mesmo do Tanganica, não descem para Moçambique*”.

Vaticinando, o que aconteceria: “*Aliás é deste lado que se poderão levantar problemas, quando um dia, o Tanganica ou Niassalândia tiverem atingido um certo grau de autonomia ou de independência: como a fronteira é puramente artificial e as relações entre as populações muito contínuas (os mesmos dialectos, as mesmas*

---

<sup>404</sup> Ver Circular UL-60, de João Hall Themido, Lisboa, 03.09.1963. In ANTT, PIDE, Proc. n.º. 326/61, p. 98. Para contextualizar a problemática da resistência ver FRIEDLAND, Elaine A., “Mozambican Nationalist Resistance: 1920-1940”, in *TransAfrican Journal of History*, vol. 8, n.º. 2, 1979, pp. 117-128; cf. CHILCOTE, Ronald H., *Emerging Nationalism in Portuguese Africa*, Stanford California, Hoover Institution on War, Revolution and Peace, Stanford University, 1969.



tribos) a infiltração de ideias “novas”, o nascimento de esperanças e mesmo de exigências de carácter nacionalista serão possibilidades reais”<sup>405</sup>.

Quais eram, então, as forças em contenda? Para tentar interpretar esse complexo micro-mundo da sociedade colonial, isolámos como atrás dissemos apenas dois fenómenos: o da repressão e o da resistência. Assim, iremos debruçar-nos sobre a Polícia Internacional de Defesa do Estado, o principal órgão de repressão<sup>406</sup> sobre os movimentos de libertação, nomeadamente MANU, UNAMI, UDENAMO e da sua fusão, a FRELIMO<sup>407</sup>.

A perspectiva da análise, tal como a documentação nos sugeriu, parece ser a verificação no seu relacionamento de uma proporcionalidade entre forças antagónicas, ao nível da prática pelo que chegou até nós, através do Arquivo da PIDE, da sua Delegação na Colónia, dos SCCIM<sup>408</sup> e do Corpo de Polícia de Moçambique, informação cotejada com a recolhida em fontes orais. Os acontecimentos desde 1958, com a luta eleitoral protagonizada por Humberto Delgado reforçaram a vigilância da PIDE, que estabeleceu um controlo sobre alvos suspeitos de actividades subversivas particularmente em Angola<sup>409</sup>, desde Janeiro de 1961, na Baixa do Cassanje e as pressões internacionais sobre Portugal e o destino do ultramar português condicionaram o ambiente político em Moçambique nesse ano de 1961.

Um estrangeiro “residente” na Colónia, “elaborou a informação...” da qual retirámos o seguinte extracto: “O esforço militar foi acompanhado de certas medidas policiais. A PIDE, cujo orçamento dobrou no início do ano, aumentou consideravelmente os seus efectivos, em primeiro lugar os da sua rede negra.

---

<sup>405</sup> Datado de Abril de 1958, em Bruxelas. In AN/TT, AOS/CO/UL-33, pp.7 e 29.

<sup>406</sup> A partir de 1954, a PIDE viu a sua acção alargada ao ultramar português. Cf. *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 748. Contudo, apenas encontrámos as primeiras informações no ano de 1958 e as ordens de serviço em 1962. Ver AN/TT, PIDE/ DGS, Delegação de Moçambique, NP 11583. Cf. MONTEIRO, L. A. Pinto, *Gabinete de Propaganda e Contra Propaganda*, s.l., (Maputo); Cegraf, 2001, pp. 25 e 81.

<sup>407</sup> Considerou-se apenas os principais movimentos, sobre os quais incidiu a acção policial.

<sup>408</sup> Os SCCIM, isto é, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique. O Decreto-Lei n.º. 43 761, de 29 de Junho de 1961 criou nas Províncias de Angola e Moçambique, respectivamente os SCCIA e os SCCIM. In *Boletim Oficial*, I.ª série, n.º. 28, de 15.07.61, pp. 895-896; ver o Diploma legislativo n.º. 2 205, de 21 de Fevereiro de 1962, que definiu as atribuições dos SCCI. In *Boletim Oficial*, I.ª série, n.º. 7, de 21.02.62, pp. 225-226.

<sup>409</sup> Ver CARDÃO, Marcos, “Em Angola Nasce o MPLA”, in PAÇO, António Simões do, (coord.), *Os Anos de Salazar: 1960...*, pp.60-73.

*Em Junho foram enviados uns 500 polícias pela Metrópole para reforçar os efectivos da Província.*

*Depois de um estágio em Lourenço Marques, os recém-vindos são transferidos para o mato, onde o seu fim essencial consiste em recolher informações. “Mais vale prevenir, do que remediar,” dizia-me ainda recentemente a este respeito o seu chefe, o major Aires de Abreu.*

*O controle dos estrangeiros foi reforçado e para melhor fiscalizar as suas idas e vindas, foram criados mais 30 postos nas fronteiras, da PIDE.”<sup>410</sup>*

*Vejamos, com mais profundidade, qual era a estratégia da PIDE, segundo a Ordem de Serviço nº. 141, de 21 de Maio de 1962<sup>411</sup>: “CUMPRIMENTO DO DEVER”*

*Conhecem os funcionários desta Polícia os esforços que os inimigos externos e internos da Pátria vêm desenvolvendo, há algum tempo, para subverterem a Ordem, não escondendo a sua torpe e iniludível finalidade: comunisar a Nação, esta terra de Santa Maria que os nossos avós nos legaram. Aproveitam esses inimigos, para a sua luta, internamente, a cumplicidade de uns – traidores como eles – a complacência e tibieza de outros, a ambição e o despeito de uns tantos, e até a ingenuidade de um menor número. Não tem o inimigo conseguido – e Deus não há-de permitir que o consiga – ver o caos instalado na nossa terra. Mas a luta é de vida ou de morte.”*

*“E todos os que põem ao alto Deus, a Pátria e a Família, sabem que, neste combate, não há lugar a abrandamento nem a complacências. Aqui, nesta Casa, que é a Polícia Internacional e de Defesa do Estado, todos sentem que é imperioso preservar, sem desfalecimento, na tarefa que nos incumbe, dispostos, cada vez mais, ao integral cumprimento do dever e a todos os sacrifícios.*

*Aos novos funcionários, a quem especialmente me quero dirigir, aos que ultimamente ingressaram nesta Corporação, desejo que sintam ser ela o primeiro baluarte em face de quantos atentam contra a ordem, contra o Estado, contra a Pátria. Não há por isso que dar tréguas ao inimigo comum, bem ao contrário. No momento actual, desejo afirmar aos novos, como aos veteranos desta Casa, que não basta cumprir simplesmente, mesmo quando integralmente, as ordens superiores.*

---

<sup>410</sup> Ver Informação nº. 360/62-G.U., com o assunto "A Situação em Moçambique no Decurso de 1961", de 7.4.62. In AN/TT/PIDE/DGS, "MANU", NP 326-SR/61, pp. 256-261

<sup>411</sup> In AN/TT, PIDE/DGS, Del. Moçambique, Ordens de Serviço, Jan.- Jun., 1962, NP11583, pp. 1-2.

*Há que fazê-lo com fé, com a decidida vontade de não nos deixarmos bater em nenhum aspecto da luta.*

*A simples propagação do boato que tanto alarme provoca nos espíritos fracos, não pode sequer imaginar-se sem a necessária repressão. Para além dessa singela faceta da luta, qualquer que seja a modalidade com que ela se apresente, estaremos firmes no cumprimento das atribuições que orgulhosamente nos competem*<sup>412</sup>. *A data luminosa do “28 de Maio”, que se aproxima, irá encontrar-nos, mais ainda, se é possível, nessa calma certeza e decidida resolução.”*

Desmontando o discurso, apercebemo-nos do seu tom militarista: A corporação como um “*baluarte*”, a “*luta*” que “*é de vida ou de morte*”, o “*combate*” que exige “*cumprimento do dever*”, bem como “*todos os sacrifícios*” e, finalmente, a referência à data “*luminosa*” de “*28 de Maio*”; mas é, sobretudo, uma linguagem nitidamente policial: Com a alusão a todo o tipo de inimigos, “*externos e internos*”, que atentam “*contra a ordem, contra o Estado, contra a Pátria*”. Mesmo o simples boato não pode ficar “*sem a necessária repressão*”. Aos “*esforços*” da subversão, que tem como “*finalidade: comunisar a Nação*” e, “*não há que dar tréguas ao inimigo comum, bem ao contrário*”.

A exortação ao “*cumprimento do dever*”, aos “*novos*” bem como aos “*veteranos*”, nesse momento, em que corria o ano de 1962, parece exigir uma tarefa ciclópica, já que “*não basta cumprir (...) as ordens superiores. Há que fazê-lo com fé, com a decidida vontade de não nos deixarmos bater em nenhum aspecto da luta*”, definida claramente pelo Subdirector interino, como sendo de “*vida ou de morte*”<sup>413</sup>.

A ordem de serviço seguinte<sup>414</sup> dava conta da fase de organização regional, em que a PIDE se encontrava. Assim, a Portaria n.º 19.165, de 04.05.62<sup>415</sup> mencionava a criação de subdelegações da Polícia Internacional e de Defesa do Estado “*com sedes em João Belo (Xai-Xai/Gaza), Inhambane, Porto Amélia (Pemba/Cabo Delgado) e Vila Cabral (Lichinga/Niassa), na Província de Moçambique, dependentes da Delegação do referido Organismo em Lourenço Marques...*”

---

<sup>412</sup> Ver os Decretos-Lei n.º 39.749, de 9.8.54. In *Boletim Oficial*, I.ª série, n.º 36, de 04.09.54, pp. 494-502; n.º 43.582, de 04.04.61. In *Boletim Oficial*, I.ª série, n.º 16, de 22.04.61, pp. 503-509.

<sup>413</sup> O Sub - Director interino era o major Fernando Eduardo da Silva Pais que substituiu o director da PIDE, exonerado a seu pedido, o tenente-coronel Homero de Oliveira Matos. Ver Ordens de Serviço n.º 96, de 6 de Abril de 1962, e a n.º 100, de 10 desse mês. In AN/TT, PIDE/DGS, Del. de Moçambique, NP11583.

<sup>414</sup> Ver Ordem de Serviço n.º 142, de 22 de Maio de 1962. In AN/TT, PIDE/DGS, Del. de Moçambique.

<sup>415</sup> In *Boletim Oficial*, n.º 20, I.ª série, de 19 de Maio de 1962, p. 878.

Quando defendemos a tese de que a PIDE actuou como principal órgão de repressão contra alvos preferenciais, suspeitos de subversão argumentamos a partir da documentação oficial da administração colonial, a que tivemos acesso e que cruzámos com fontes orais, demonstrando como a PIDE supervisionou tudo e todos. É bem significativa essa dependência na Ordem de Serviço nº. 246, de 2 de Setembro de 1964:

*“Divisão Distrital da Província”.*

*“Para conhecimento se ratifica a divisão distrital da Província e sua dependência às Subdelegações desta Polícia:*

- *Aos Serviços Centrais da Delegação:*
- *Distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane.*
- *Postos: - Marítimo de Lourenço Marques;*
- *Aeroporto de Lourenço Marques;*
- *Goba;*
- *Ressano Garcia;*
- *Malvéria.*
- *À Subdelegação da Beira:*
- *Distritos de Manica e Sofala e Zambézia.*
- *Postos: - Marítimo da Beira;*
- *Aeroporto da Beira;*
- *Machipanda;*
- *Vila Nova de Fronteira;*
- *Penhalonga.*
- *À Subdelegação de Nampula:*
- *Distritos de Moçambique, Niassa e Cabo Delgado.*
- *Postos: - Marítimo de Nacala;*
- *Aeroporto de Nampula.*
- *À Subdelegação de Tete:*

- *Distrito de Tete.*”<sup>416</sup>

A PIDE ficou assim, em 1964 a cobrir todo o território, instalada desde a capital da Colónia até à localidade, considerada estratégica, já que era no seio da população que se escondia o Inimigo. Vejamos os exemplos da instalação de postos: “... *nas localidades de Ressano Garcia (estação de caminho-de-ferro) e Goba (estação de caminho-de-ferro), ambas situadas no distrito de Lourenço Marques, dependentes do mesmo organismo com sede nas referidas localidades...*”<sup>417</sup> Isto não significa que não existissem funcionários da PIDE a trabalhar, ao nível local, antes de 1964, articulando com o Administrador e mesmo com as forças armadas, como se pode verificar em Mueda no Distrito de Cabo Delgado, aquando do massacre de camponeses, em frente da administração, a 16 de Junho de 1960<sup>418</sup>.

A PIDE funcionou, portanto, como um órgão de repressão e de aniquilamento de massas. O seu zelo foi reconhecido pela autoridade máxima, o Governador-Geral, “*pela maneira eficiente como esta Polícia actuou na referenciação e detenção dos indivíduos treinados que a FRELIMO enviou a esta Província, em missões de reconhecimento, propaganda, aliciamento e prática de terrorismo...*”<sup>419</sup>. A mesma fonte dava conta da prisão de dois elementos da FRELIMO – Matias Zefanias Boa<sup>420</sup> e Joel Romeu dos Santos Monteiro<sup>421</sup>, que tinham como missão, a abertura da frente Sul.

### 3. Os movimentos de libertação nacional

---

<sup>416</sup> In AN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Moçambique, Ordens de Serviço, NP 11584, 2º. vol., pp. 1-2.

<sup>417</sup> Ver a Ordem de Serviço nº. 251, de 7 de Setembro de 1964. In AN/TT, PIDE/DGS, Del. Moçambique, Ordens de Serviço, NP 11584, 2º. vol., p. 1.

<sup>418</sup> Ver o processo relativo ao massacre de Mueda. In AN/TT, SCCIM, caixa 15, pp. 284-285.

<sup>419</sup> Ver a Ordem de Serviço nº. 357, de 22 de Dezembro de 1964. In AN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Moçambique, Ordens de Serviço, NP 11584, 2º. vol., pp. 1-2.

<sup>420</sup> Preso no dia 20 de Dezembro, com o Proc. 670/64 - Reg. 1.422/64.

<sup>421</sup> Detido no dia 21, conhecido também por Joel Guduane Chibambo ou Maduna Xinana, com o Proc. nº. 678/64 - Reg. 1.519/64.

Os movimentos de libertação da Colónia de Moçambique constituíram-se progressivamente<sup>422</sup> – a MANU, (Mozambique African National Union/ União Nacional Africana de Moçambique), em 1959 a partir de associações mutualistas, entre essas, a União Maconde de Moçambique, fundada em 1954; a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente), em Maio de 1960, na base da Associação Nacional Africana de Moatize, fundada em 1959; a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) a 2 de Outubro de 1960; e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), da união dos três movimentos a 25 de Junho de 1962.

Quais as bases sociais e ideológicas desses movimentos? Sabemos, que tinham como denominador comum, a independência de Moçambique, mas com estratégias diferentes, como iremos verificar mais adiante, já que a UNAMI não defendia a luta armada. Quem eram, então, os membros da MANU? A União Nacional Africana de Moçambique tinha como base social elementos do Povo Maconde e do Povo Macua, moçambicanos exilados na Tanzânia, que fugiram para a outra margem do rio Rovuma, da repressão colonial portuguesa. Os exilados, moçambicanos e alguns tanzanianos de origem moçambicana constituíram nos anos 50, vários organismos mutualistas<sup>423</sup>.

O massacre de Mueda, a 16 de Junho de 1960 parece ter sido o acontecimento político mais próximo a dar visibilidade ao movimento de massas Macondes. Quantos seriam os que se manifestaram em frente da casa do administrador? E quantos caíram baleados pelas forças armadas? Numa carta que a PIDE teve conhecimento, retirámos o seguinte extracto significativo: *“Esta coisa da independência do Congo está a dar-nos água pela barba, e a coisa por aqui não está tão calma como parece, pois dias antes dessa independência estúpida tivemos uma sarrafusca aborrecida, para meter na ordem milhares de pretos Macondes, alguns dos quais se apresentaram com faixas onde se lia a inscrição “Macondes Livres”. Calcula-se em cerca de 5.000 o número de negros que sitiaram a Administração de Mueda...”*

---

<sup>422</sup> Ver Mapa Cronológico, in AAVV, *Colonialismo e Lutas de Libertação*, Porto, Afrontamento, 1974. Cf. OLIVEIRA, César, *op. cit.*, pp. 639-640.

<sup>423</sup> Ver "Tanganika Moçambique Macondes Union"; a "Sociedade dos Africanos de Moçambique" e a "Zanzibar Macondes Macuas Union". In AN/TT, PIDE/DGS, MANU, NP 326-SR/61, pp. 435-436. Cf. BARRADAS, Ana, "Um Etnólogo Português em Moçambique", in PAÇO, António Simões do, (coord.), *Os Anos de Salazar: 1960...*, pp. 48-59.

*“As tropas aero-transportadas, que foram as primeiras a chegar, puseram logo a questão em pratos limpos à primeira rajada de metralhadora. Os que não caíram cavaram conforme puderam subindo a mais de 2.000 o número de bicicletas deixadas, cujos donos não apareceram. Em buscas minuciosas feitas ao prosseguimento da operação, através da selva, só se encontraram mulheres e crianças, além de uma considerável quantidade de armas ligeiras das mais modernas, cuja procedência se mantém em segredo, mas que se diz serem de fabrico russo...”*<sup>424</sup>

Um estrangeiro residente em Moçambique, Cônsul Geral da Bélgica em Lourenço Marques deu conta ao seu Ministro em Bruxelas da situação, num ofício que transcrevemos quase na íntegra pela informação significativa enviada: *“Numa breve local, o Notícias de 19 de Junho assinalou que “macondes” vindos do Tanganica tinham apedrejado os escritórios do Administrador português em Mueda (a alguns quilómetros da fronteira norte de Moçambique) mas que tinham sido obrigados a recuar para a sua terra com o auxílio de macondes residentes em território português. Este incidente teria causado um morto.*

*Tendo em conta as enormes distâncias em Moçambique..., a falta de meios de comunicação e, sobretudo a censura, é compreensível que os observadores estrangeiros em Lourenço Marques só tenham podido formar uma opinião mais exacta dos acontecimentos de Mueda com várias semanas de atraso. Colhendo informações junto dos meus colegas por ocasião das minhas visitas protocolares, consegui fazer a seguinte reconstituição dos factos que são bem mais graves que os que o artigo do Notícias apresentava.*

*1º. - Os macondes do Tanganica nada tiveram a ver com os incidentes de Mueda.*

*Foram os serviços oficiais portugueses que “inventaram” a sua intervenção a fim de poderem atirar a responsabilidade do tumulto sobre elementos extra – moçambicanos.*

*2º. - Os macondes de Moçambique que só foram dominados pelos portugueses há apenas 30 anos estavam descontentes e manifestaram os seus sentimentos a quando da visita do Comissário do Distrito a Mueda.”*

*“Tendo tido conhecimento das intenções dos macondes, este levava consigo um destacamento de tropas que se esconderam no mato a 1 km. de Mueda.*

---

<sup>424</sup> Ver Informação n.º. 340/60-GU, de 12.8. 60. In AN/TT, AOS/CO/UL-32 A1, pp. 104-105.

*Quando os macondes se manifestaram em frente do edifício administrativo português, fiéis à sua tradição de réplica imediata e impiedosa, dispersaram os manifestantes a tiro, do que resultaram 8 mortes. À saída de Mueda, os negros em debandada foram interceptados pela tropa que atirou sobre os fugitivos. O número de mortes que daí resultou é desconhecido mas avalia-se em 85.*

*Perante a gravidade dos factos e receando que estes tivessem sido provocados por estrangeiros, o Governador-Geral mandou fazer imediatamente um inquérito o qual revelou que os macondes não tinham qualquer intenção sediciosa. A origem do tumulto era unicamente de ordem social e económica. Os macondes tinham-se revoltado contra a obrigação de cultivarem algodão e, sobretudo, contra os preços de venda anormalmente baixos que lhes eram oferecidos pelo produto das suas culturas.*

*O Governador-Geral tentou reconquistar a sua confiança. Quase todos os funcionários do Distrito foram transferidos, foi levantada a obrigação de os macondes cultivarem algodão e os preços do algodão foram sensivelmente aumentados.*

*Foi um grande drama para os industriais têxteis do Porto, perante a indiferença de Salazar que preferiu manter a calma no norte de Moçambique a continuar a garantir benefícios planturosos aos industriais têxteis da Metrópole.*

*Note-se que os funcionários de Mueda não foram transferidos pelos seus excessos repressivos, mas por se terem alheado dos seus administrados a ponto de não poderem ter tomado a tempo as medidas necessárias para se evitar a criação duma situação tensa.*

*Pode deduzir-se destes acontecimentos que as autoridades de Moçambique seguem muito de perto os acontecimentos que se verificam perto da sua fronteira com a Niassalândia e o Tanganica. Tentam eliminar nessas regiões as eventuais fontes de descontentamento fazendo grandes sacrifícios se for necessário contanto que isso não enfraqueça a sua autoridade.”*

*“Depois dos acontecimentos do Congo, foram reforçadas as medidas de segurança do norte de Moçambique. Foram enviadas tropas para aquela região e todos os funcionários portugueses foram armados de pistolas-metralhadoras. Os*



*agentes estrangeiros que podem infiltrar-se facilmente, graças à extensão das fronteiras, terão de ter muito cuidado. Os portugueses não perdoarão.”*<sup>425</sup>

Esta fonte considerada “segura”, pela PIDE revela-se-nos significativa, no sentido de uma explicação inteligível dos incidentes em Mueda, que defendemos que teriam sido provavelmente uma das acções da MANU a actuar no terreno, segundo as fontes orais recolhidas<sup>426</sup> e não apenas um levantamento de massas camponesas. Ainda hoje, na memória dos sobreviventes, o massacre permitiu ter a consciência clara que qualquer tentativa pacífica de mudar o regime em Moçambique seria infrutífera. Um outro caminho pela violência armada impunha-se para libertar os moçambicanos do domínio estrangeiro colonial.

O testemunho de Maria Pachinuapa, da MANU ilustra como era a actividade junto da população camponesa: “*Era muito jovem, quando comecei a ajudar o meu pai na mobilização de outros jovens, nas plantações de algodão, em Cabo Delgado para se juntarem à luta*”<sup>427</sup>.

### 3.1. A MANU

No Quénia, na reunião de Mombaça a 20 de Fevereiro de 1961, foram expressos os objectivos desse movimento nacionalista. Pela sua importância, alguns historiadores consideram-na como o momento de criação da MANU<sup>428</sup>:

- “a) Procurar por todos os meios ao seu dispor a libertação de Moçambique do domínio estrangeiro e colonial;*
- b) Lutar pelo incremento da consciência política dos moçambicanos que vivem no Quénia, Tanganica e Zanzibar;*
- c) Zelar pelas necessidades económicas, sociais e educativas do nosso povo;*

---

<sup>425</sup> Ofício de Marcel Swinnen, Cônsul Geral da Bélgica a Pierre Wigny, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Lourenço Marques, 1 de Setembro de 1960. In AN/TT, AOS/CO/UL-32 A1, pp. 107-109.

<sup>426</sup> Segundo a entrevista a Maria Pachinuapa em 1974 em Nachingwea; cf. Testemunho de Alberto Chipande in Mondlane, *op. cit.*, pp. 125-126. Ver Revista *Tempo*, nº. 350, 19.06.1977, pp. 42-49 (Sobreviventes participantes contaram a história do massacre.)

<sup>427</sup> Membro do Destacamento Feminino das FPLM. Registo em Nachingwea em 1974.

<sup>428</sup> Ver Hedges e Chilundo in *História de Moçambique*, vol.3, p. 246.

- d) *Esclarecer a opinião pública mundial sobre as condições existentes em Moçambique e levar ao conhecimento de todo o mundo civilizado a realidade da opressão em Moçambique;*
- e) *Procurar o auxílio dos Estados africanos e de outros países anti - colonialistas na luta pela libertação da nossa pátria;*
- f) *Manter as Nações Unidas informadas de todas as violações pelo regime colonial de Moçambique da Declaração dos Direitos do Homem;*
- g) *Manter contactos com os outros movimentos liberais e democráticos nas outras colónias portuguesas e no próprio Portugal;*
- h) *Auxiliar todos os que são vítimas da opressão portuguesa (qu)e procurem refúgio fora de Moçambique”* <sup>429</sup>.

Como teria a MANU conseguido concretizar esses objectivos? Os documentos oficiais portugueses exploraram as suas dificuldades de liderança mas não deixaram de ver nesse movimento um forte apoio de massas, que denegriam, empolando a ajuda externa, o que parece ter sido importante, uma vez que em terra estrangeira se encontrava mas não foi determinante, já que a sua força residiu na consciencialização dos Macondes.

*“A MANU tinha pois a inspiração, o apoio e a protecção da TANU<sup>430</sup>. O seu presidente era Mateus Mmole e o secretário-geral administrativo L.M. Millingo. Até fins de 1961, a MANU, no Tanganica, lutou com dificuldades que praticamente anulavam os objectivos da organização. Residiam essas dificuldades no facto do partido pretender apoiar-se nos macondes, a tribo mais primitiva e a mais representada no Tanganica, onde se encontravam cerca de 30.000 macondes...”*

E, continua argumentando na base do decisivo apoio externo: *“A falta de preparação dos macondes moçambicanos não lhes permitia escolher um “leader”, pelo que foi a própria TANU - “Tanganica African National Union” - que indicou dois elementos mais evoluídos, Mateus Mmole e L. M. Millingo, para a direcção do movimento... A MANU nunca foi pois além de um agrupamento de macondes, africanos primitivos penetrados de fortes sentimentos de tribalismo, que sempre*

<sup>429</sup> Ver a Informação n.º. 492/61-GU, de 12.04.61. In AN/TT, AOS/CO/UL-32C, p. 253.

<sup>430</sup> Trata-se do partido Tanganica African National Union, fundado por Julius Nyerere.

*resistiram às direcções de “estrangeiros” escolhidos pela TANU e pela KANU - “Kénya African National Union...”*<sup>431</sup>

Se a MANU preparou os seus membros, através de acções de mobilização de massas, na Tanzania bem como no interior de Moçambique, no seio dos Macondes para a luta armada de libertação nacional, aproveitando o carácter guerreiro do seu povo, um outro movimento nacionalista, a UNAMI desenvolveu uma luta, igualmente na clandestinidade mas pacifista. É, o que iremos ver mais adiante.

### 3.2. A UNAMI

Em Moatize (Tete), no ano de 1959 foi fundada a Associação Nacional Africana de Moatize, por José Baltazar da Costa Chagonga<sup>432</sup>, constituída por *“autóctones de raça negra, tendo como finalidade a defesa dos interesses dos seus associados. Dado que, pelas Autoridades da Província não foi reconhecida a sua existência legal, entrou na clandestinidade...”*<sup>433</sup>. Segundo a mesma fonte, em Maio de 1960 constituiu-se a União Nacional Africana de Moçambique Independente. Vejamos, então, quais eram os objectivos da UNAMI? Através de várias petições enviadas ao

---

<sup>431</sup> Ver Circular UL - 60, Confidencial, assinada por João Hall Themido, Lisboa, 03.09.63. *In* AN/TT, PIDE/DGS, MANU, NP 326 - SR/61, p. 98.

<sup>432</sup> Identificando-o como sendo “casado, enfermeiro auxiliar aposentado dos Serviços de Saúde e Higiene, nascido em 5 de Janeiro de 1905, filho de Baltazar da Costa e de Joana, natural de Tete (ou Zumbo)”, o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar no documento: “Apontamento” n.º. 263, de 16.06.1962, classificado de “Secreto” versava sobre as “Actividades de José Baltazar da Costa – “Presidente” da “União Nacional Africana de Moçambique”, *in* AHU – MU/GNP, Sec. 160, cx.3.

<sup>433</sup> Informação n.º. 822-SC/CI(2), de 18.08.67. *In* AN/TT, PIDE/DGS, SC-SR, FRELIMO, NP 2826/62, p. 136.

Ministro do Ultramar e, em última instância a Salazar, apercebemo-nos de um discurso nacionalista apresentado em tons pacifistas:

*“Como Presidente da União Nacional Africana de Moçambique Independente e Peticionário do Governo Central Português, antes do meu exílio do Moçambique, cujas petições dirigidas ao Senhor Ministro do Ultramar Português nos dias 23-6-59, 5-1-60 e 13-2-61 se encontram no Ministério do Ultramar, pelas quais solicitava ao Governo Português para a máxima observância e dar cumprimento à Declaração Universal dos Direitos Fundamentais Humanos, bem como à Letra da Carta da Organização das Nações Unidas (Artigo 73, Capítulo XI), ta(e)ndo sido também Peticionário da Comissão dos 7 e 17 Nações da U.N.O. em 1962 que teve lugar em Tanganyika, mais uma vez reitero o pedido formulado na Nota-Petição enviada de Nyas(s)aland ao Sr. Ministro do Ultramar Português; e*

- a) O meu principal objectivo e indubitavelmente o de outros Nacionalistas Africanos de Moçambique e, se for possível encontrar solução e meios que nos permitam contactar-nos com Sua Excelência o Presidente do Governo Português a fim de encetarmos conversações concernentes à reivindicação dos nossos Direitos que aspiramos - Auto-Determinação seguida de uma justa independência do Povo Africano de Moçambique.*
- b) Bem sei que fui alvo de um frustrado rapto em Nyas(s)land seguido de persi (e)guições pelo Polícia da Federação chamado Rapozo e seus companheiros mercenários da PIDE Portugues(a), mas como desde 1959 luto pela liberdade e independência de um Moçambique Africano, por isso não temo, independentemente de outros Nacionalistas, de entrevistar-me com os governantes da minha Terra em qualquer Nação neutra, isto é, quando Sua Excelência assim o determinar...”*

A cópia dessa Petição, enviada de Dar-es-Salaam, com a data de 4 de Setembro de 1963 foi anexada a uma outra, endereçada igualmente a Salazar pelo Presidente da UNAMI José Baltazar Chagonga, que assinou sobre o carimbo do movimento nacionalista, contendo justamente a finalidade do mesmo - *“Auto-Determinação e Independência”*. Foi remetida do Lago Niassa, a 6 de Maio de 1964, insistindo na necessidade de um encontro, que nunca se realizou: *“Em virtude das injustiças, atrocidades e mortandades praticadas pelos Administrantes do Moçambique nas pessoas africanas indefesas e sem motivos justificados, estou certo de que, uma das cópias da Petição anexa, a que foi enviada ao Governo Português em Moçambique*

*simultaneamente, não foi feito(a) a competente comunicação ao Governo Central Português em Lisboa.*

*Nesta conformidade, vejo-me na contingência de remeter pessoalmente a cópia da Petição, informando a Sua Excelência que há motivos fortes e inconcussos que me assistem de, mais uma vez, reiterar a Sua Excelência o pedido formulado nesta Petição, solicitando um encontro com Sua Excelência em audiência privada em Portugal e não em Moçambique.*

*Esperando da parte de Sua Excelência resposta suplicante impreterivelmente nos próximos meses, pelas Nações Unidas ou em Niassalandia...”*<sup>434</sup>

Pela localização dessas petições, no fundo documental de António de Oliveira Salazar, nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, certamente o ditador as teria lido e talvez sublinhado a traço forte, uma pressão imaginária sobre uma organização impossível e inconcebível para o regime<sup>435</sup> mas entretanto, outro movimento estava no terreno, igualmente reconhecido pela comunidade internacional, a UDENAMO.

### 3.3. A UDENAMO

Igualmente foi constituída a 2 de Outubro de 1960, por exilados sobretudo do Sul de Moçambique, em Bulawayo (Rodésia), a UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique, sendo o seu presidente Adelino Chitifo Gwambe (Inhambane) que irá desenvolver uma acção semelhante à da UNAMI, envolvendo-se numa luta legal, como se pode verificar nos seus primeiros documentos.

Numa linguagem panfletária encontrámos um “*Memorandum ao Governo Português*”, enviado da cidade de Dar-es-Salaam, no Tanganica, sendo da autoria do “*Comité Director: A. C. Gwambe, F. G. Mahluza, C. Z. Mahlayeye, J. R. Sigauke, T. Marapende, C. Estanislau, e M. dos Santos*”<sup>436</sup>. Apesar de não estar datado, parece-

---

<sup>434</sup> Ver cópias do Ofício nº. 153/UNAMI/64, encabeçada pelo nome do movimento - “União Nacional Africana de Moçambique Independente Reconhecida Pela Organização das Nações Unidas”. In AN/TT, AOS/CO/UL-9C, pp. 202-203.

<sup>435</sup> Cf. ROSAS, F., (coord.), *Portugal e o Estado Novo*, vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992, pp.121-122.

<sup>436</sup> In AN/TT, AOS/CO/UL-9C, pp. 145-148. Sobre a UDENAMO ver CABRITA, João M., *Mozambique. The Tortuous Road to Democracy*, London, Palgrave, 2000, pp. 3-13. Cf. NEVES, Joel Maurício das, “Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-1965: a case study of Manica Province”, London, SOAS, University of London, 1998, pp. 281-304. Cf.

nos ser de Setembro de 1961 pelas referências a Adriano Moreira e a Portugal e à rejeição do “*multi-racialismo*”. Isto porque, a 6 de Setembro de 1961, o governo de Salazar, de uma forma cosmética, aboliu o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias ultramarinas, concedendo a “*plena cidadania portuguesa*” a todos os seus habitantes<sup>437</sup>.

*“A União Democrática Nacional de Moçambique, que representa as aspirações da população mártir Moçambicana, aqui toma a responsabilidade de rejeitar a ideia do Multi-Racialismo martelado ao povo sem consulta, na dita vasta democracia. Portugal, depois dos 500 anos de martírios, massacres e escravatura em África; embebedeceu-se de supremacia o que leva a não prevenir-se pelo perigo próximo, e levando-se como supremo desta época...”*

*Acreditamos no interesse e na possibilidade real duma solução pacífica do conflito entre o nosso povo e o Governo Português, e estamos conscientes da invencibilidade das nossas forças; e acreditamos ainda que, por simples questão de bom senso, Portugal por certo a cometer o erro de empurrar o seu povo da Metrópole para o sacrifício inglório dum conflito de Moçambique, por isso a “União Democrática Nacional de Moçambique” interpreta fielmente as mais justas aspirações do povo Moçambicano tomando a iniciativa de propor ao Governo Português a realização urgente das seguintes medidas para a liquidação pacífica da dominação colonial nas nossas terras.”*

As medidas anunciadas, “*proposições concretas e construtivas...indispensáveis... em nome do povo moçambicano*” foram:

- “1- Reconhecimento soleno(e) e imediato do direito do povo Moçambicano à autodeterminação.*
- 2- Retirada imediata das forças armadas e da polícia política da (PIDE) no território de Moçambique.*
- 3- Libertação do pensamento, de política, de reuniões, associações de formação de partidos políticos, de sindicatos, de impres(n)sa e garantia para o exército efectivo africano sem discriminação étnica, filosófica e religiosa.*

---

BUCUANE, Aurélio Jaime, “O Nacionalismo Moçambicano. O Surgimento e Dissolução da UDENAMO (1930-1962)”, Maputo, UEM, 2000, pp 2-51.

<sup>437</sup> Ver o Decreto-Lei n.º 43 893, 06.09.61. In “Principal Legislação Publicada na Colónia de Moçambique”, vol. XXXI, pp. 715-720.

- 4- *Direito de voto para todos os Moçambicanos sem discriminação de cultura, civilização, grau de cultura, sexo e condições de fortuna. (UM HOMEM UM VOTO).*
- 5- *Constituição de uma Câmara de representantes do povo Moçambicano, na base de um representante para cada 100 mil habitantes.*
- 6- *Em Moçambique a Câmara de representantes deve ser eleita por sufrágio universal, directo e secreto, em eleições gerais e livres, controlada por uma comissão especial da UNO. Esta comissão deve ser constituída por representantes de países africanos.*
- 7- *A seguir imediatamente à sua constituição, realização duma reunião para estudar e decidir as possibilidades das bases e da forma de realizar, no quadro da UNIÃO AFRICANA, a União orgânica do povo Moçambicano, profundamente nos laços do sangue e nos laços históricos que ligam os nossos povos.*
- 8- *A constituição dum parlamento com deputados moçambicanos escolhidos entre os membros anteriormente eleitos para a câmara de representantes, de acordo com as bases estabelecidas na reunião da câmara. O Parlamento assim constituído, será o órgão supremo do poder legislativo em Moçambique.*
- 9- *Todos os assuntos da vida do povo moçambicano incluindo evidentemente as relações com outros países, deverão ser resolvidos, e controlados pelo povo através(és) de seus legítimos representantes. Esta condição é a base indispensável para o povo moçambicano poder em qualquer momento e em plena liberdade determinar o seu próprio destino...”*

As reivindicações políticas da UDENAMO subiram de tom num Memorandum mais cuidado que o anterior, no que se refere ao discurso, violento e objectivo, em que a luta pela independência aparece como a finalidade do movimento, intérprete das aspirações do povo. Foi enviado a 2 de Outubro de 1961 ao Presidente da 16ª. Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas<sup>438</sup>. Após uma denúncia detalhada da violência do regime colonial português, a UDENAMO solicitava à ONU:

*“a) A retirada imediata de todas as forças armadas portuguesas e milícia civil como também da Gestapo Portuguesa do território de Moçambique;*

---

<sup>438</sup> Ver a Informação nº. 150/62 - G.U., de 15.02.62. In AN/TT, AOS/CO/UL-9C, pp. 154-156.

- b) A dissolução sem demora de todas as bases de comunicações militares inimigas aos interesses do povo africano, no território de Moçambique;*
- c) A derrota imediata do colonialismo e a garantia de independência completa para Moçambique à base de um homem, um voto;*

*No caso de recusa do Governo de Portugal aceder aos pedidos contidos no parágrafo 18 a União Democrática Nacional de Moçambique apressa:*

- a) Os Estados Membros da Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO) a expulsar o Governo de Portugal da dita organização;*
- b) As Nações Unidas a expulsar o Governo de Portugal de todos os seus órgãos e subornos;*
- c) As Nações Unidas (a) estabelecer uma comissão para investigar com ou sem a cooperação do Governo de Portugal a situação em Moçambique e fazer recomendações que com a cooperação da União Democrática Nacional de Moçambique conduzirá à implantação dos pedidos contidos no parágrafo 18.*

*Devida(o) à repressão, brutalidade e terrorismo a que já nos referimos a União Democrática Nacional de Moçambique, instrumento nacional dos africanos de Moçambique, foi forçada a operar nos limites exteriores de Moçambique...*

*Confidentes da determinação dos moçambicanos em terminar o colonialismo e conseguir a independência e satisfeitos com o conhecimento de que a grande maioria da humanidade tão reflectida nas Nações Unidas volta a face contra o colonialismo e declaram-se pela liberdade.”*

Analisando a documentação disponível, apercebemo-nos das fragilidades dos movimentos: MANU, UNAMI e UDENAMO em atingirem os seus objectivos, sobretudo a finalidade de lutar pela independência, devido a diversos factores (que pretendemos aprofundar em futuros trabalhos): económicos, ligados ao financiamento da acção definida; políticos, pela falta de um programa concreto global contra o regime colonial; sociais, pela complexidade do mosaico de povos envolvidos; e culturais, de divergência entre tradição e modernidade. Um caminho de unidade foi ensaiado, conduzindo a luta a um novo patamar.





**Gravura nº 21. Membros da MANU e da UDENAMO.**

Dar-es-Salaam, s/d. *In* AN/TT, PIDE/DGS, MANU, Proc. Nº. 507, SR/61, UI 3058, pp. 620-621.

### **3.4. A FRELIMO**

A ideia de unir esforços surgiu internamente e não apenas externamente, como as autoridades portuguesas defenderam nos seus documentos oficiais de circulação interna, restrita e confidencial<sup>439</sup>. Teria sido o jovem Marcelino dos Santos, da UDENAMO<sup>440</sup> um dos que tentou, em Dar-es-Salaam no ano de 1960 aproximar os dirigentes dos movimentos nacionalistas, no sentido de uma frente revolucionária. A unidade da MANU, UNAMI e UDENAMO seria mais tarde concretizada a 25.06.62, sob a direcção do professor universitário Eduardo Chivambo Mondlane na FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique.

<sup>439</sup> Ver Circular UL-60, Confidencial de 03.09.63. *In* AN/TT, PIDE/DGS, MANU, NP 326-SR/61, pp. 98-100; cf. Informação nº. 822-SC/CI (2), de 18.08.67. *In* AN/TT, PIDE/DGS, SC-SR, NP. 2826/62, FRELIMO, pp. 137-138.

<sup>440</sup> Entrevista a Marcelino dos Santos, em Maputo no ano de 1988; cf. Informação nº. 822-SC/CI(2), p. 137.

Analisando a trajetória da Frente, através dos documentos produzidos e pelos testemunhos dos seus membros, podemos considerar a existência de uma primeira fase de organização interna que vai de 1962 a 1964, em que foram traçadas: a linha ideológica e a prática a seguir<sup>441</sup>. O Iº. Congresso, realizado em Dar-es-Salaam, de 23 a 28 de Setembro de 1962 consubstanciou a unidade e luta, tendo sido elaborados os Estatutos e Programa da Frente que defendia a luta armada como meio para a conquista da independência total, em que o poder pertenceria ao povo e definia como inimigo o regime colonial português e o imperialismo.

Após ter examinado as necessidades actuais da luta contra o colonialismo português em Moçambique, declarou a sua firme determinação de promover a organização eficaz do combate do povo moçambicano pela libertação nacional, e adopta as seguintes medidas para que sejam postas imediatamente em execução:

1. *Desenvolvimento e consolidação da estrutura da organização da FRELIMO;*
2. *Desenvolvimento da unidade entre os moçambicanos;*
3. *Utilização máxima das energias e faculdades de cada um e de todos os membros da FRELIMO;*
4. *Promover a formação acelerada de quadros;*
5. *Empregar todos os esforços para promover o acesso rápido de Moçambique à Independência;*
6. *Promover por todos os meios o desenvolvimento social e cultural da mulher moçambicana;*
7. *Promover desde já a alfabetização do povo moçambicano, criando escolas onde for possível;*
8. *Tomar as medidas necessárias a fim de aprovar as necessidades dos órgãos dos diferentes escalões da FRELIMO;*
9. *Encorajar e apoiar a formação e a consolidação das organizações sindicais, de estudantes, da juventude e das mulheres;*

---

<sup>441</sup> Ver CRAVINHO, João Titterington Gomes, “Modernizing Mozambique: Frelimo ideology and Frelimo State”, Trinity, University of Oxford, 1995.

10. *Cooperação com as organizações nacionalistas das outras colónias portuguesas;*
11. *Cooperação com as organizações nacionalistas africanas;*
12. *Cooperação com os movimentos nacionalistas de todos os países;*
13. *Obtenção de fundos junto das organizações que simpatizam com a causa do povo de Moçambique, fazendo apelos públicos;*
14. *Obtenção de meios para a autodefesa e para manter e desenvolver a resistência do povo moçambicano;*
15. *Programa permanente por todos os meios a fim de mobilizar a opinião pública mundial em favor da causa do povo moçambicano;*
16. *Diligências junto de todos os países a fim de realizar campanhas e manifestações públicas de protesto contra as atrocidades cometidas pela administração colonial portuguesa, assim como para a libertação imediata de todos os nacionalistas que se encontram nas prisões colonialistas portuguesas;*
17. *Obtenção de ajuda diplomática, moral e material, para a causa do povo moçambicano junto dos Estados Africanos e de todos os Estados amantes da paz e da liberdade.*”<sup>442</sup>

A Frente de Libertação de Moçambique contou com o apoio incondicional de políticos influentes no continente africano tais como Julius Kambarage Nyerere<sup>443</sup> da Tanzânia, Kenneth Kaunda da Zâmbia, Jomo Kenyatta, do Quênia, Kwane N’ Krumah do Gana e Ahmed Ben Bella da Argélia para indicar os mais importantes que levaram a Frente a aliar-se não só ao movimento de libertação nacional, no âmbito da CONCP<sup>444</sup> como ao campo socialista e mesmo ao movimento democrático anti-imperialista. Em relação a Portugal foi estabelecida uma clara diferença entre quem era o inimigo, o regime colonial e quem podia ser aliado, o povo português.

---

<sup>442</sup> MONDLANE, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 1995, pp. 101-102.

<sup>443</sup> Hábil político criador do “socialismo africano” que com a TANU conduziu a independência do País a 09.12.1961, tendo sido presidente até 1985. Ver a gravura n.º. 21.

<sup>444</sup> Ver MATEUS, Dalila Cabrita, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1999, pp.43-114.

Numa “*Mensagem ao povo português*”, escrita no âmbito desse congresso, a FRELIMO explicava as razões da sua luta<sup>445</sup>: “(...) *O povo moçambicano, inspirado pelos sentimentos profundamente humanos de liberdade, dignidade e justiça, está firmemente decidido a lutar, se necessário com o holocausto da própria vida, pela conquista da sua Independência Nacional. O Governo Português, estendendo os seus tentáculos, mantém uma feroz opressão o povo do nosso País. O nosso povo continua a viver submetido ao trabalho forçado. O Governo colonial - fascista de Portugal prossegue a política da expropriação das nossas terras, de exploração do trabalho do nosso povo. Ora o benefício desta exploração reverte apenas em favor dos círculos colonialistas portugueses.*

*Para tentar destruir o nosso amor à liberdade, o vosso governo não hesita em massacrar o povo de Moçambique: Mueda e Junho de 1960, Xinavane em Fevereiro de 1961, são exemplos da bárbara reacção do governo colonial - fascista perante as legítimas aspirações do nosso povo.*

*Mais ainda, não somente Moçambique, mas também Angola, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, desejam ser livres e independentes.*

*Foi para tentar quebrar a vontade do povo angolano de ser independente, que o governo dirigido pelo Sr. Salazar desencadeou a guerra em Angola.*

*Mas o povo angolano não sucumbirá, como também não sucumbirá o povo guineense. Pelo contrário, a repressão colonialista conduz somente a uma reacção cada vez mais forte do conjunto dos povos de Moçambique, Angola, Guiné “Portuguesa”; Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.*

*Por outro lado, a situação do governo português no plano internacional é de quase total isolamento, sendo apenas apoiado integralmente pelos governos fascistas da África do Sul e da Espanha.*

*Com efeito, a consciência mundial horrorizada revolta-se contra a acção bárbara perpetrada pelo exército português em Angola e, agora, também na Guiné “Portuguesa”.*

*“A FRELIMO declara, hoje, rejeitar toda a responsabilidade da perda de vida ou de propriedade por parte dos portugueses, como consequência do possível conflito*

---

<sup>445</sup> In *Datas e Documentos da História da FRELIMO*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1975, pp. 20-21.

*que o governo português está criando entre as populações africana e portuguesa em Moçambique.*

*O povo moçambicano espera pois que o povo português saberá tomar, neste conflito que opõe o povo moçambicano à administração colonial - fascista portuguesa, uma posição digna das suas nobres tradições democráticas para contribuir e evitar que a guerra também se deflagre em Moçambique.”*

Um outro documento importante aprovado nesse Congresso foi a “Resolução sobre a O.N.U.”:

*“... Considerando que apesar das resoluções tomadas pela Organização das Nações Unidas relativamente às colónias portuguesas, Portugal recusa executá-las;*

*Atendendo a que nenhuma medida concreta foram tomadas contra Portugal por não cumprir as resoluções da O.N.U.;*

*Convencido de que este procedimento, que compromete o prestígio da O.N.U., é fruto do apoio de certos estados ao colonialismo português;*

*Pede à Organização das Nações Unidas para que tome medidas concretas e imediatas a fim de impedir a guerra de genocídio que Portugal está a preparar em Moçambique, e para obrigá-lo a aplicar a declaração da O.N.U., de 14 de Dezembro de 1960, que permite ao povo de Moçambique de dispor de si mesmo;*

*Propõe que sejam aplicadas a Portugal as seguintes sanções:*

- Boicote económico por todos os países membros da O.N.U.;*
- Expulsão de Portugal da O.N.U.*

*Exprime a mais viva indignação do povo de Moçambique contra todos os países que fornecem ajuda a Portugal para manter o seu regime.”<sup>446</sup>*

As declarações da FRELIMO anunciavam a radicalização da luta numa lógica partidária, com uma estratégia que definia a necessidade da luta armada para ser alcançada a independência e, pressupunha a tática de guerrilha assente na mobilização das massas populares. Portanto, o salto qualitativo do protesto à acção armada deu-se quando foram reunidas as condições objectivas de acção, resultantes da unidade de combatentes clandestinos numa frente revolucionária, a que chamaram Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO.

---

<sup>446</sup> In *Datas e Documentos da História da FRELIMO*, p. 21.

Mas, tal não significou o fim dos movimentos nacionalistas, como a história oficial tem propagado. Antes pelo contrário, continuaram a actuar como se pode constatar pela documentação apreendida pela PIDE<sup>447</sup>. O mais significativo parece-nos ser o início da luta armada, ensaiada pela UDENAMO - “União Democrática Nacional de Monomotapa, no dia 30 de Março de 1964<sup>448</sup> numa acção relâmpago do chamado exército de libertação nacional do Monomotapa - ELINAMO, a um posto administrativo do Chire, da circunscrição de Morrumbala, distrito da Zambézia.

Todavia, a 25 de Setembro de 1964 foi concretizada a luta revolucionária pela FRELIMO no ataque ao posto de Chai, em Cabo Delgado, politicamente explicada no documento:

*“Proclamação ao Povo Moçambicano”*<sup>449</sup>:

*“Moçambicanos e Moçambicanas,*

*Em Setembro de 1962 o Congresso da FRELIMO afirmou unanimemente a vontade e determinação do povo moçambicano de lutar por todos os meios para a conquista da Independência Nacional.*

*A FRELIMO quis, por meio de esforços pacíficos, forçar o governo português a satisfazer as exigências políticas fundamentais do povo moçambicano, a FRELIMO expôs constantemente junto de instâncias Pan-africanas, Afro-asiáticas e mundiais, a situação em que se encontrava o povo moçambicano, e denunciou os crimes do colonialismo em Moçambique. E foi assim que, depois do povo moçambicano, a O.U.A., as Nações Unidas e a opinião política mundial em geral, condenaram também a política criminosa do governo português.*

*Apesar de tudo isto, o colonialismo português continua a exercer a sua dominação sobre a nossa Pátria.*

*As riquezas do nosso país e o trabalho do nosso povo continuam a ser explorados pelos colonialistas portugueses e seus aliados imperialistas.*

*Todos os dias são assassinados camaradas por causa da sua participação activa na luta de libertação do nosso país, as prisões estão cheias de patriotas, e aqueles que estão ainda em liberdade vivem na incerteza do amanhã.*

---

<sup>447</sup> Ver as Petições da UNAMI ao governo português já referidas, que têm a data de 1963 e 1964.

<sup>448</sup> Ver panfletos da UDENANO em 30.03.64. In AN/TT, AOS/CO/UL-9C, pp. 194-199.

<sup>449</sup> In *A FRELIMO e a luta revolucionária de libertação nacional*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1975, pp. 67-69.

*A Pide aumenta o número dos seus agentes e desenvolve os seus meios de tortura; o exército português é reforçado e aumenta continuamente os seus efectivos em homens e material de guerra; a psico-social prossegue a sua campanha com vista a enganar o povo moçambicano.*

*Moçambicanos e Moçambicanas,*

*A FRELIMO conduziu sempre a sua acção de maneira a assumir plenamente as suas responsabilidades de guia da revolução moçambicana.*

*Por isso, paralelamente aos esforços pacíficos a FRELIMO entregou-se vivamente à criação de condições para fazer face à eventualidade da luta armada.*

*Hoje, face à constante recusa do governo português em reconhecer o nosso direito à independência, a FRELIMO reafirma que a luta armada é a única via que permitirá ao povo moçambicano realizar as suas aspirações à liberdade, justiça e bem-estar social.*

*Moçambicanos e Moçambicanas,*

*Operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações e das concessões, trabalhadores das minas, dos caminhos - de - ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas:*

*EM VOSSO NOME, A FRELIMO PROCLAMA HOJE, SOLENEMENTE, A INSURREIÇÃO GERAL ARMADA DO POVO MOÇAMBICANO, CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS, PARA A CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA TOTAL E COMPLETA DE MOÇAMBIQUE.*

*O NOSSO COMBATE NÃO CESSARÁ SENÃO COM A LIQUIDAÇÃO TOTAL E COMPLETA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS.”*

*Moçambicanos e Moçambicanas,*

*A revolução moçambicana, obra do povo moçambicano, insere-se no quadro geral da luta dos povos de África e do mundo pela vitória dos ideais da liberdade e da justiça.*

*A luta armada que nós hoje anunciamos, tendo por objectivo a destruição do colonialismo português e do imperialismo, permitir-nos-á instaurar no nosso país uma nova ordem social popular. Assim, o povo moçambicano dará uma grande contribuição histórica para a libertação total do nosso continente, para o progresso de África e do mundo.*

*Moçambicanos e Moçambicanas,*

*Neste momento grave e decisivo da história do nosso país, em que unanimemente nos comprometemos a enfrentar o colonialismo português, a FRELIMO cumprirá o seu dever.*

*Reforcemos continuamente a nossa unidade, a união de todos os moçambicanos do Rovuma ao Maputo, sem qualquer discriminação.*

*Consolidemos cada vez mais a nossa organização, ajamos sempre de maneira organizada.*

*Por toda a parte, em cada lugar, a FRELIMO estará presente e pronta a conduzir a luta.*

*Sejamos firmes, decididos e implacáveis frente ao colonialismo português.*

*Sejamos firmes, decididos e implacáveis frente aos lacaios do colonialismo português, frente a todos os agentes da PIDE e a todos os traidores do nosso povo e da nossa pátria (...)*”

A FRELIMO esperava assim, com a luta armada conseguir um levantamento popular. As massas populares mobilizadas seriam a água onde os guerrilheiros se movimentariam. A luta contra o regime colonial português, como vimos, radicalizou-se. O objectivo era então o fim do colonialismo, o fim da exploração do homem pelo homem, numa linguagem marxista, pela extensão do poder popular, a democracia popular.

Portanto, a luta assumiu contornos revolucionários, mas a vida das populações mantinha-se, sob o peso da tradição. Essa foi a contradição, a “*ambivalência cultural*”<sup>450</sup> que nos parece ter sido a maior fragilidade da FRELIMO. A sua

---

<sup>450</sup> Importa destacar o livre acesso ao Arquivo da FRELIMO, no AHM. Cf. Graça, Pedro Borges, *A Construção da Nação em África*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 289-295.



palavra de ordem: “A luta continua!”, encerrava uma outra subterrânea, oculta e justaposta, a reinvenção da tradição continua. É o que iremos estudar em próximos trabalhos.

## Conclusões

No universo estudado das iniciativas africanas, sobretudo no âmbito político e social, investigámos o movimento associativo moçambicano para uma história do nacionalismo em Moçambique, procurando caracterizar as suas especificidades. Para alcançar essa finalidade traçámos como rumo, a contextualização física e económica da Colónia que mostrasse a importância de Moçambique, no quadro do império colonial português; a caracterização do ambiente político desenhado por partidos políticos, grupos de pressão e associações africanas. Seguindo a sua trajectória, do protesto à acção armada, detivemo-nos nesse percurso, no estudo da censura à imprensa, sobretudo, à africana e nos fenómenos da resistência e clandestinidade.

À partida formulámos a hipótese da existência de uma ponte entre as associações africanas e os movimentos nacionalistas, na busca de um projecto de construção da Nação Moçambicana, da identidade moçambicana; as primeiras tê-la-iam sonhado enquanto que os segundos por ela lutaram. Como factores essenciais da construção da Nação defendemos o papel da língua portuguesa, como espaço de união e a cultura crioula moçambicana, como expressão do “*eu*”, cidadão moçambicano<sup>451</sup>, personalidade colectiva e libertadora. Apesar da investigação inacabada, pois pretendemos continuá-la na senda dos partidos políticos e grupos de pressão de Moçambique, é possível sistematizar algumas ideias e apresentar novas pistas para trabalhos futuros, na área por nós privilegiada, da história política e social.

A primeira conclusão a que chegamos foi que o movimento associativo foi um fenómeno urbano. Como pudemos observar, o movimento associativo concentrou-se no espaço urbano de Lourenço Marques, na época imediata à implantação da República, mas longamente preparado, desde os finais do século XIX, testemunhando a capacidade organizadora dos homens de então. Expandiu-se com o crescimento das cidades ao longo da Colónia de Moçambique durante o Estado Novo e, chegou às vilas nos finais dos anos cinquenta, acompanhando a atracção económica de certas zonas, como o Chókwe (Gaza), Manica e Moatize (Tete).

A segunda conclusão é a de que, as iniciativas africanas, no quadro do movimento associativo foram conduzidas por uma elite, pequeno-burguesa, a “*intelligentia*” dos “*filhos da terra*”. Por um lado, constatámos a existência de uma actividade organizada, levada a cabo por essa elite intelectual, que se manifestou num

---

<sup>451</sup> CRAVEIRINHA, José, “Poema do futuro cidadão”, in *Voz de Moçambique*, Maputo, Ano XIII, nº. 376, 26.12.72, p. 7.

jornalismo de opinião, que reagiu ao regime colonial. Por outro, verificámos a sua criatividade literária e artística em anseios de afirmação.

A terceira conclusão centra-se na defesa da “*causa africana*”, pressão que foi exercida sobre o regime colonial por grupos africanos. Estudámos o percurso de trinta e seis anos (1926-1962), de associações africanas, analisando as vicissitudes por que passaram *homens de cor*, que queria inicialmente fundar uma escola, em defesa da língua portuguesa, no seio da maioria da população, os “*indígenas*”. Em breve, ao projecto da escola, outros se seguiram, sendo o mais relevante a manutenção de um órgão de imprensa semanal: *O Africano* e *O Brado Africano*, porta-voz dos ideais difundidos pelos republicanos, de “*Justiça, Igualdade e Fraternidade*” e, ecoando as aspirações do Pan-africanismo, de elevação da “*Raça Negra*”.

A síntese conseguida, no embrião de um novo ideário – o Nativismo, norteia a actuação crítica, acutilante, de denúncia dos desmandos a que são submetidos os “naturais do ultramar”, veiculando assim, uma determinada imagem-opinião da colonização portuguesa. A denúncia de casos de injustiça, parece ser uma das vertentes mais sólidas da actuação e, a que permite visualizar a sua estratégia, como grupos de pressão. O debate mais caloroso centrou-se na questão dos assimilados. Nos casos mais gravosos, em que a pena do desterro foi aplicada não deixaram de fazer ouvir a sua voz.

À primeira leitura, pode parecer contraditório e forçado, que queiramos encontrar vestígios de nacionalismo num discurso jornalístico, onde o sujeito colectivo da acção se auto-define como “*negro, africano português*”, defensor da língua portuguesa, crítico dos “*dialectos cafres*”! Importa, contudo desmontar tal discurso, e procurar apercebermo-nos da subtileza das afirmações, socorrendo-nos do estudo da mentalidade de quem as produziu. Estudámos a fundo, os seus mais ilustres criadores de opinião pública – João Albasini, representativo do Grémio Africano na década de 10-20, Rui de Noronha, na década seguinte, bem com os magníficos editoriais do jornal *O Brado Africano*, e José Craveirinha, ilustre poeta, um dos novos da geração de cinquenta.

A análise de texto, na fase do Grémio Africano constatou-se a permanência de dois elementos básicos do Proto-Nacionalismo – o negro, (a ele associada a imagem da raça, com toda a sua força, beleza e tradição) e o africano português, (associado à ideia de civilização e de cidadão, sob soberania portuguesa). A atomização destes dois elementos numa reacção ao regime, dará a categoria, conhecida na época, por

Nativismo. Por detrás do discurso de um nativismo romântico, há indícios de uma revolta não despoletada, de uma oposição moderada, que pretende mais corrigir do que anular o regime colonial, mais preocupada em preservar as migalhas do poder, do que a destruí-lo. Compreendendo a natureza e a razão de ser das pressões exercidas, bem como os interesses dos seus agentes – “os filhos da terra”, que em assimilados se irão transformar, (mercê de uma acção lenta e subtil, de divisão e absorção, no tempo do *Estado Novo*), parece-nos que, fica assim desmistificada a tão propagada defesa da “*causa africana*”.

A quarta conclusão, prende-se com o facto de o movimento associativo africano da Colónia de Moçambique se inserir num quadro mais global de defesa das populações africanas a nível do império português inicialmente lutando contra as leis de excepção, integrando-se nas iniciativas da Junta de Defesa dos Direitos d’África (1912), da Liga Africana (1919) e do Partido Nacional Africano (1921) em Lisboa, nas primeiras décadas do Século XX, a que não foi estranho o ambiente republicano e, evoluindo da causa africana para a causa nacional.

Na quinta conclusão confirma-se a luta pela liberdade da imprensa. A tese que defendemos, da existência de um jornalismo político de intervenção, parece-nos comprovada pela opinião que foi cortada, apesar de apelos e agravos, numa marcha sem tréguas de luta pela liberdade de ser, de pensar e de agir. Os “*filhos da terra*”, no contexto colonial não foram excepção à regra. Tal como outros intelectuais, “*funcionários, militares, comerciantes, proprietários urbanos e rurais*”<sup>452</sup>, professores, auxiliares nas missões religiosas e empregados do comércio e indústria, cedo descobriram na imprensa um instrumento de pressão e, transformaram-se em jornalistas, com uma pena fina e afiada. Só que, o facto de se afirmarem como defensores da maioria da população, “os indígenas” levou-os a um confronto mais directo com o regime, pois o que hasteavam como bandeira era “*surge et ambula*”<sup>453</sup>. Nada podia ser mais ameaçador ao colonialismo português. Se a 1ª. República tolerou uma crítica constante aos desmandos da administração colonial, por parte da elite africana, a ditadura militar e o “*Estado Novo*” que se lhe seguiu introduziram medidas repressivas, cerceando a ousadia do pensamento. Como, é que, reagiram à censura prévia, os intelectuais africanos? A resposta foi dada num

---

<sup>452</sup> SOPA, A., *op. cit.*, A.M.O.L.P., Maputo, 1996, p. 90 ; cf. NEVES, O., *op. cit.*, pp. 177-181.

<sup>453</sup> “*Surge et ambula*”, soneto de Rui de Noronha, in *Sonetos*, p. 69 e in *África*, nº.1, 08.02.1936, p. 12. Ver NEVES, Olga, “Rui de Noronha, *Sonetos*. Metodologia para um texto crítico”, Lisboa, U.N.L., 1986. (Trabalho apresentado ao Prof. Nuno Júdice, no âmbito do mestrado em História dos séculos XIX e XX).

tom colectivo, pelo que a analisámos, no quadro global da oposição, numa luta em sete andamentos: O primeiro passo foi de protesto, em 1926<sup>454</sup>; o segundo, de denúncia, pela situação da imprensa, “*deprimente e vexatória*”, em 1931<sup>455</sup>; o terceiro, de ataque directo às comissões de censura, em 1941<sup>456</sup>; o quarto, de guerra aberta à censura, em tons de provocação, em 1945<sup>457</sup>; o quinto, de greve de zelo, face à burocracia instalada, em 1951<sup>458</sup>; o sexto, de fuga, de escape, em 1961<sup>459</sup>; finalmente, o sétimo, de reivindicação, exigindo o fim, a abolição da censura prévia, tanto na metrópole como em Moçambique<sup>460</sup>.

A sexta conclusão aponta para a necessidade de se aprofundar a pesquisa sobre o papel da juventude africana, integrada no movimento associativo como foi a Acção Cultural dos Novos, no Grémio Africano mais tarde transformado em Associação Africana e o NESAM no Centro Associativo dos Negros em Lourenço Marques de resistência cultural, criando situações que potenciaram a consciencialização das novas gerações contra a dominação colonial. O percurso de “*jovens*” como Marcelino dos Santos e Joaquim Chissano (para indicar os mais importantes) que estudaram em Lisboa e no Porto respectivamente, onde frequentaram a Casa dos Estudantes do Império, viveram em Paris, Genebra e em Argel é elucidativo da formação da elite da causa nacional.

---

<sup>454</sup> Telegrama n.º. 551, do Governador-Geral ao Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 19.10.1926.

<sup>455</sup> Representação dos jornais de Lourenço Marques ao Ministro das Colónias, sobre a Lei de Imprensa, 01.07.1931; Pedido dos Representantes da Imprensa de Lourenço Marques ao Governador-Geral de uma audiência, Lourenço Marques, 10.07.1931.

<sup>456</sup> Ofício n.º. 60, da Comissão de Censura à Imprensa ao Chefe de Repartição do Gabinete do Governador-Geral, Lourenço Marques, 04.04.1941; Carta do jornal *Lourenço Marques Guardian* para o Chefe de Repartição do Gabinete do Governador-Geral, Lourenço Marques, 26.06.1941; Ofício n.º. 800/C-16, do Chefe de Gabinete ao jornalista E. Bayly, Lourenço Marques, 28.11.1941.

<sup>457</sup> Ofício n.º. 3/945, do Presidente da Comissão de Censura ao Chefe de Repartição do gabinete do Governador-Geral, Lourenço Marques, 10.01.1945; Telegrama n.º. 12.173, dos Presidentes da Câmara de Comércio, da Associação Comercial, da Associação de Fomento Agrícola, da Associação dos Proprietários e do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria ao Governador-Geral da Colónia de Moçambique e ao Ministro das Colónias, 16.04.1945.

<sup>458</sup> Ofício n.º. 5/51, do Vogal da Comissão de Censura da Beira para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 03.12.1951; Ofício n.º. 6/51, do Vogal da Comissão de Censura para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 06.12.1951; Carta s/n.º., do Chefe de Redacção do jornal *Diário de Moçambique*, para o Vogal da Comissão de Censura da Beira, 07.12.1951.

<sup>459</sup> Ver a prova censurada do artigo “O Ultramar nas Contas Gerais do Estado”, in *Diário de Moçambique*, com o carimbo “Autorizado”, da Comissão de Censura, Beira, 19.04.1960; Ofício n.º. 258/61, do Chefe de Redacção do jornal *Diário de Moçambique* ao Presidente da Comissão de censura à Imprensa, Beira, 27.01.1961.

<sup>460</sup> Ver o artigo “O Problema da Censura em Moçambique e o Ministro do Ultramar”, in *Notícias*, Lourenço Marques, Ano XXXVI, n.º. 11.465, 01.10.1961, 1.ª. p., 1.ª.- 2.ª. col., p. 19, 6.ª.- 7.ª. col., (Exposição dos “Camaradas da Imprensa e Rádio da Beira” ao Prof. Dr. Adriano Moreira).

A sétima conclusão centra-se nos movimentos nacionalistas que radicalizaram a luta. A perspectiva de abordagem seguiu os caminhos para a construção de uma história política e sócio-cultural de Moçambique, focando a problemática do povo moçambicano enquanto colonizado, observando a complexidade das inter-relações: etnias – Estado colonial/Estado africano – Nação – classes, analisando o conceito de Nação, no que tem de dinâmico, de unidade e luta. Entendendo por nacionalismo, *“uma tomada de consciência por parte de indivíduos ou grupos de indivíduos numa nação ou de um desejo de desenvolver a força, a liberdade ou a prosperidade dessa nação”*<sup>461</sup>, Mondlane definiu no quadro da FRELIMO como estratégia para o nacionalismo, a luta armada de libertação nacional. Parece-nos que, foi justamente no processo da guerra popular de libertação nacional, que os valores nacionais – a dimensão da Pátria moçambicana, a consciência nacional e patriótica foram vividos amplamente.

A unidade de todos os patriotas foi um factor decisivo na conquista da independência nacional. Ela permanece em factos decisivos na luta contra o subdesenvolvimento, no projecto de construir uma sociedade nova. Quais foram, então, os factores fundamentais dessa unidade, base que suporta a construção da Nação? Como vimos já, Mondlane deu todo o enfoque ao sofrimento do povo, como energia catalizadora para a acção. Verificámos como factores fundamentais da construção da nação: o papel da língua portuguesa, como unificadora de todo um complexo universo linguístico; a tradição, a cultura moçambicana, com expressão de uma personalidade colectiva e a luta libertadora, que reinventa a tradição, imaginando a Nação.

Os nacionalismos em África têm as suas peculiaridades, que naturalmente os distinguem dos sistemas ideológicos e históricos europeus. O que marca a história de África nos últimos séculos é, sem dúvida, a opressão colonial. No entanto, ela é realmente efectiva e alargada nos finais do século XIX e, agravada ao longo do século XX. Por isso, não é de estranhar que seja esta a época em que cresce a contestação à situação colonial. Populações cada vez em maior número, vão ser atingidas por esta presença opressora, que ameaça destruir estruturas seculares africanas. Estabelece-se assim, uma certa unidade entre os povos explorados e que dá a tónica inicial ao nacionalismo em Moçambique.

---

<sup>461</sup> Declaração feita por Eduardo Mondlane, em Dar-Es-Salaam, a 03.12.1964. Foi publicada, em Francês, na Revista *Présence Africaine*, nº. 53, de 1965. Cf. Graça, Pedro Borges, *op. cit.*, pp. 213-224.

De facto, a situação colonial foi, como vimos no primeiro capítulo, a exploração económica aliada à discriminação racial. Se o primeiro elemento foi essencial, o segundo dele se mostrou indissociável. A resistência militar e política local foi o primeiro aspecto da revolta contra esta situação. Mas, a superioridade técnica europeia e a fragmentação étnica existente em quase todo o território permitiram a consolidação do poder colonial. Foi, então, que o processo nacionalista moçambicano tendeu a tomar diferentes formas, todas elas condicionadas pela situação histórica real.



**Gravura nº 22. Membros da FRELIMO com o Presidente Nyerere da Tanzânia**

Lourenço Marques, s/d. *In* AHM, Fototeca.

Contudo, é possível considerar-se, como fases das manifestações nacionalistas moçambicanas: a imitação da cultura europeia portuguesa; a redescoberta dos valores tradicionais e a procura de uma síntese. No caso de Moçambique colonizado, vão-se inicialmente usar os próprios meios do colonizador, isto é, a sua língua, a sua técnica, a sua religião, as suas ideias para afirmar uma identidade própria. Por isso, a emergência do nacionalismo moçambicano realizou-se nas cidades, onde a presença colonial foi mais constante e próxima. Assim, poetas e escritores exprimirão a sua

revolta na língua colonial. Assim, também recorrerão a noções como fraternidade, democracia e igualdade. Assim, ainda encontrarão no nacionalismo as armas para a luta contra o regime de que eram vítimas.



## Fontes e Bibliografia

### Fontes Orais

Entrevistas informais e programadas com personalidades que participaram ou informaram sobre os participantes no movimento associativo, procurando o detalhe do quotidiano, que escapa ao discurso escrito. Foram:

Amélia Rua Malta de Matos Pacheco, aluna da Escola 1º. de Janeiro, filha de Manuel dos Santos Malta, amanuense da Emigração de Ressano Garcia, membro da Maçonaria, casada com o Doutor António Pacheco, médico inicialmente em Xinavane e, mais tarde em Lourenço Marques, membro da Sociedade de Estudos e do Núcleo de Arte.

Inês Albasini, enfermeira reformada, membro de comissões organizadoras de encontros culturais, no Grémio/Associação Africana, conhecidos por “*tea-meetings*” ou “*timites*”, privou com a juventude que deu vida ao Grémio.

Noémia de Sousa, poetisa moçambicana, de seu nome completo Carolina Noémia Abranches de Sousa, nasceu em Maputo/Lourenço Marques em 1926, sem livros publicados, a sua obra poética foi escrita entre 1948 e 1951, quando era uma jovem que convivia na Associação Africana. As suas poesias foram inseridas em jornais moçambicanos, nomeadamente *O Brado Africano*, *Itinerário* e *Notícias*. Todavia, tem uma colectânea intitulada: *Sangue Negro*, de 1951.

Elsa de Noronha, filha do poeta e activista social Rui de Noronha, membro da direcção do Grémio Africano. Depositária do seu espólio literário prepara actualmente a organização de uma “Fundação Rui de Noronha”.

Carmen Maximiano, documentalista principal da Universidade Eduardo Mondlane, natural de Maputo/Lourenço Marques, nasceu em 1941, membro do NESAM, na secção do jornal, filha de Levim Pinto Maximiano, membro da direcção do Instituto Negrófilo/Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.

Argentina Celeste Nomboro, técnica de administração, natural de Maputo/Lourenço Marques, nasceu em 1940, membro da direcção do NESAM, como vogal suplente, filha de Arnaldo Nomboro, membro do Instituto Negrófilo/Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.

Georgina Nomboro, secretária de direcção, natural de Maputo/Lourenço Marques, nasceu em 1940, membro do NESAM, filha de Arnaldo Nomboro.

M. Odete Samuel Dabula, técnica de administração, natural de Maputo/Lourenço Marques, nasceu em 1945, membro do NESAM, filha de Samuel Dabula, membro da direcção do Instituto Negrófilo/Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.

Marcelino dos Santos nasceu no Lumbo (Nampula) em 1929, filho de Firmino dos Santos, um ferroviário activista no Grémio/ Associação Africana, com responsabilidades na administração do jornal “*O Brado Africano*”. Activista político em Lisboa, onde chegou em 1947, membro da CEI e militante no MUD Juvenil. Refugiado em Paris na década de 50 e mais tarde na Bélgica. Em 1961 aderiu à UDENAMO. Eleito Secretário-Geral da CONCP, desenvolveu intenso trabalho na unificação dos três movimentos nacionalistas que deram origem à FRELIMO, em 1962. Na FRELIMO foi eleito Secretário para as Relações Externas. Conquistada a independência foi primeiro, Ministro do Plano, depois ministro residente na Beira, como governador da Província de Sofala e, mais tarde Presidente da Assembleia Nacional Popular.

Amaral Matos, rádio-telegrafista, nasceu nos subúrbios de Maputo/Lourenço Marques, em 1929. Frequentava o Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, onde Eduardo Mondlane fundou em 1949 o NESAM. Membro na clandestinidade da FRELIMO, em Maputo/Lourenço Marques.

Mariano de Araújo Matsinha, deputado da Assembleia da República, nasceu em Casula (Tete), em 1937, membro da direcção do NESAM na década de 50. Participou em actividades da CEI, enquanto estudante em Lisboa. Em 1962 juntou-se à UNAMI e, em 1963 em Dar-Es-Salaam era da FRELIMO. Após a independência foi Ministro de Estado na Presidência e Ministro da Segurança.

Mário Machungo, economista, administrador bancário em Maputo, membro do NESAM, na década de 50, membro da CEI desde 1959 a 61 e, refugiado em Paris em 1962. Fazia parte da retaguarda clandestina da FRELIMO em Maputo/Lourenço Marques.

Domingos Arouca, advogado, nasceu em Inhambane, em 1928. Foi primeiro enfermeiro e, mais tarde advogado, chegando a ser consultor jurídico do BNU. Activista social nas associações africanas, nomeadamente Presidente do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique e director do jornal *O Brado*

*Africano*. Foi deputado à Assembleia Nacional. Esteve preso durante oito anos, nas cadeias da Machava, Peniche e Caxias (de 1965 a 1973). Não aceitou fazer parte do elenco governativo, no período de transição para a independência, tendo se exilado em Portugal. Voltou a Moçambique na década de 90 para liderar um partido de oposição, FUMO (Frente Unida de Moçambique) e, candidatar-se à presidência da República.

Jorge Mabay Tembe, regente agrícola, nasceu em Mocumburi (Nampula), em 1940, filho de Joaquim Filipe Tembe, enfermeiro. Membro da direcção do NESAM, em 1959. Frequentava a CEI, na década de 60, tendo regressado a Moçambique em 1965. Fazia parte da FRELIMO na clandestinidade.

José João Craveirinha, poeta moçambicano, de profissão jornalista-repórter. Nasceu em 1922, em Lourenço Marques e faleceu na África do Sul em 2003. Dirigente da Associação Africana, onde actuou desde jovem. Autor de *Chigubo*, 1964; *Cântico a um rio de Catrame*, 1966; *Karingana ua Karingana*, 1974; *Cela 1*, 1981; *Maria*, 1988; *Contacto e Outras Crónicas*, 1999.

Cassiano Caldas, contabilista dos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques, activista na década de 50, com outros elementos que dinamizaram a vida cultural da Associação Africana.

Rui Nogar, preso político, durante o fascismo, poeta e activista cultural da Associação Africana e do NESAM, no Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.

Willy Waddington, jornalista, privou com mestres anarco-sindicalistas da classe dos gráficos e activistas do movimento sindical, do operariado branco, do Porto e dos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques, elementos deportados após o golpe militar de 1926.

Ferdinando Mendes, jornalista, administrador do jornal *Notícias*, de Lourenço Marques. Membro do PCP.

### **Recurso a entrevistas disponíveis**

Entrevista a Albino Maheche conduzida por Gerhard Liesegang, *in* AHM, Maputo, 04.10.1981.

Entrevistas a João Mendes, feitas por Mário de Andrade, em 1985, e por António Sopa, em 1991.

Entrevista a Amaral Matos, 01.02.86, conduzida por Teresa Cruz e Silva e Alexandrino José, in C.E.A. da Universidade Eduardo Mondlane.

Entrevistas a Sansão Muthemba, 10.06.1985, 19.06.1985 e 08.07.1985, conduzida por Teresa Cruz e Silva e Alexandrino José, in C.E.A. da Universidade Eduardo Mondlane.

Entrevista a Raul Bernardo Manuel Honwana, conduzida por Teresa Oliveira, in AHM, Maputo, 18.03.1987.

Entrevista a Josué Filipe Tembe, conduzida por Teresa Oliveira e Albino Dimene, in AHM, Maputo, 18.11.1987.

## **Fontes Arquivísticas**

### **Arquivo Histórico de Moçambique – Maputo**

#### **Arquivo da Câmara de Lourenço Marques:**

Representação dos jornais de Lourenço Marques ao Ministro das Colónias, sobre a Lei de Imprensa, 01.07.1931; Pedido dos Representantes da Imprensa de Lourenço Marques ao Governador-Geral de uma audiência, Lourenço Marques, 10.07.1931.

#### **Documentação do Fundo do Governo-Geral:**

Pasta C/16 – Imprensa. Leis. Querelas. Habilitações. Censura, 1º. vol., 1926-1936.

Pasta C/16 – Imprensa. Leis. Querelas. Habilitações. Censura, 2º. vol., 1937-1939.

Pasta C/16 – Imprensa. Leis. Querelas. Habilitações. Censura, 3º. vol., 1940-1941.

Pasta C/16 – Imprensa. Leis. Querelas. Habilitações. Censura, 4º. vol., 1942.

Pasta C/16 – Imprensa. Leis. Querelas. Habilitações. Censura, 6º. vol., 1944-1947.

Pasta da correspondência trocada entre o jornal Diário de Moçambique, da Beira, e a comissão de censura, 1950-1960.

Pasta A/18 – Publicações proibidas, 1930-1940.

Proc. A/7 - “Elementos para o relatório de Sua Exc. o GG fornecidos pela Comissão Reguladora da Importação da Província de Moçambique”, “Relatório”, 1953.

Revista editada pela Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos.

Proc. A/14 - Informação Confidencial nº. 7, de 17.10.1946, do Gabinete do Comandante do Corpo da Polícia Civil ao Encarregado do Governo-Geral da Colónia.

Proc. C/1 - Tentativa de sublevação da 8ª. Companhia Indígena de Infantaria em Inhambane, 1931

Proc. C/6 - Associações secretas, 1935-1937.

### **Documentação do Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil:**

Cadernos de recenseamento eleitoral, 1906-1962.

Actas das assembleias de voto, 1906-1962.

Actas da Assembleia de Apuramento do Círculo Eleitoral de Moçambique da eleição para a Presidência da República, realizada em 08.06.1958.

Processo nº. 58866/10, de 28.10.1961.

Correspondência trocada entre o Centro Republicano Couceiro da Costa e a Direcção dos Serviços de Administração Civil, de 26.09.1939 a 09.10.1945.

Agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo.

### **Documentação do Fundo da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas:**

Proc. do Grémio Africano de Lourenço Marques, 1936.

Proc. do Grupo Desportivo João Albasini, 1941; Estatutos do Clube Desportivo João Albasini de Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1937.

Proc. da Associação Africana da Colónia de Moçambique, 1941-1960; Estatutos da Associação Africana da Colónia de Moçambique, Lourenço Marques, Tip. da Minerva Central, 1940; Exortação aos Africanos, Lourenço Marques, Tip. Notícias, 1940.

Proc. do Instituto Negrófilo; Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, 1940-1960; Escola do Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique, 1960-1962.

Actas do Instituto Negrófilo/Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique e do NESAM; relação dos livros da biblioteca do Centro, 1944.

Proc. nº. 12 - Congresso Nacional Africano de Lourenço Marques, 1921.

Proc. A/29 - Principal legislação aplicada a indígenas, 1960-1961.

Proc. sobre a imprensa, com panfletos, folhetos e outras publicações, 1929-1930.

Proc. sobre a censura, com impressos e fotografias, 1934-1962.

Relatório de Henrique Galvão sobre “A questão indígena em Moçambique”, 1947.

Processo-crime, com pena de desterro. Correspondência do Grémio Africano, dirigida ao Encarregado do Governo da Colónia de Moçambique, contra o desterro do régulo Vundissa, 1933-1936.

Propaganda comunista e subversiva entre os indígenas, 1920-1942; Cópia de “um artigo da Internacional - Pertence você à União Operária? Mensagem aos operários brancos e pretos”, 1920.

Relação das associações de classe existentes na Província constituídas só por indígenas, 1955-1957.

Proc. sobre a assimilação de indígenas, com requerimentos e alvarás, 1917-1948.

Proc. nº. 47 e nº. 51- Investigações sobre a média das somas em dinheiro trazidas para a Província por indígenas que regressam do Transvaal, 1923-1960.

Proc. nº. 21- Direito privado entre indígenas, “milandos”, 1930-1962.

Proc. nº. 20 - Queixas de serviçais contra europeus, 1918-1929.

Proc. nº. 12/A - Comissão de defesa dos indígenas, 1926-1935.

Proc. nº. 26 - Pedidos de captura e informações, 1927-1948.

Proc. nº. 52 - Desterrados, 1921-1940.

### **Arquivos Nacionais da Torre do Tombo**

#### **Documentação do Arquivo de Oliveira Salazar:**

Serviços de Censura. Posição da imprensa portuguesa durante a campanha para as eleições legislativas, 1945. In AOS/CO/PC-8D, PT16.

Impressões de diversas entidades estrangeiras sobre a situação em Moçambique, 1958-1964. In AOS/CO/UL-33, PT3.

Informação nº. 684/60-GU, PIDE, 24.11.1960, com uma carta da F.L.M. ao Presidente do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique. In AOS/CO/UL-32C, PT7.

Actividade do Congresso Nacional Africano no Tanganica, 1960-1961. In AOS/CO/UL-32 A-1, PT10.

Incidentes em Moçambique com os Macondes, 1960-1961. In AOS/CO/UL-32 A-1, PT2.

Informação sobre a situação política em Moçambique. Independência. Actividades externas e internas, 1960. In AOS/CO/UL-32, PT25.

Actividade da UDENAMO, União Democrática Nacional de Moçambique, 1961. In AOS/CO/UL-32D, PT8 e 25.

Realização de conferência de imprensa, em Londres, pelo Movimento de Libertação do Ultramar Português, 1960. In AOS/CO/UL-32C, PT9.

Actividade dos Naturais de Moçambique, 1960-1965. In AOS/CO/UL-38, PT4.

Movimento revolucionário em Moçambique, planeado para Agosto de 1960, (1961). In AOS/CO/UL-32C, PT13.

Situação interna em Moçambique, 1961. In AOS/CO/UL-32C, PT20 e PT24.

Desembarque clandestino de armas em Moçambique, 1961. In AOS/CO/UL-32C, PT57.

Actividade da MANU, Mozambique African National Union, 1961. In AOS/CO/UL-32C, PT26.

Posição da oposição perante os movimentos de libertação. Ligação da oposição em Moçambique com o grupo Delgado-Galvão, 1961. In AOS/CO/UL-32 A -2, PT44.

Actividades das Missões Protestantes nos territórios ultramarinos portugueses, 1961. In AOS/CO/PC-81, PT52.

Prática de ritos suspeitos, por indígenas de Moçambique, 1961. In AOS/CO/PC-81, PT39.

Proclamação, por Adelino Gwambe (UDENAMO) na Rádio de Dar-Es-Salaam, do início das acções violentas em Moçambique e Angola, 1961. In AOS/CO/PC-81, PT7.

Entrevista de Francis Spence, autor de Estatuto sobre Economia Moçambicana, com o Prof. A. de Oliveira Salazar, 1961. In AOS/CO/PC-81, PT1/2/19.

Preparação da visita do Subsecretário dos EUA, Mennem Willians, a Moçambique, 1961. In AOS/CO/PC-81, PT1/2/14.

Situação política em Moçambique. Actividade da UDENAMO, da MANU, da UNAMI, PPPM (Partido dos Problemas do Povo de Moçambique), 1959-1965. In AOS/CO/UL-9C, PT2.



Actividade da COREMO, Comité Revolucionário de Moçambique, 1966. In AOS/CO/UL-46, PT12.

Situação política em Moçambique, 1964-1968. Actividade da UNAR, União Nacional Africana da Rumbezia, 1968. In AOS/CO/UL-9C, PT6.

### **Documentação do Arquivo da PIDE/DGS:**

Proc. nº. 326-SR/61, da MANU, 1961.

Proc. nº. 507-SR/61, da UDENAMO.

Proc. nº. 2826-SC/SR, da FRELIMO.

Proc. nº. 337/61/SR, dos Serviços Centrais da PIDE, de Eduardo Mondlane.

Proc. nº. 2778/64/SR, de Samora Moisés Machel.

Proc. nº. 329/46/SC/SR, da Casa dos Estudantes do Império. Sede-Lisboa.

Proc. nº. 30 843, da PIDE/DGS, Porto, de Joaquim Alberto Chissano.

Proc. nº. 2649-SR/62, da UNAMI

Proc. nº. 11 583, 1962, Ordens de Serviço da PIDE, Delegação de Moçambique.

Proc. nº. 11 584, 1964, Ordens de Serviço da PIDE, Delegação de Moçambique.

### **Documentação do Arquivo dos SCCIM:**

Caixa nº. 14 - Documentos sobre associações.

Caixa nº. 15 - Organizações políticas secretas.

Caixa nº. 16 - Macondes.

Caixa nº. 17 - Atitudes subversivas.

Caixa nº. 22 - Motins, insurreições, levantamentos.

Caixa nº. 373 - Associações.

Caixa nº. 443 - Recortes de jornais.

“Relatório da Prospeção ao Distrito de Moçambique (Um estudo das estruturas das hierarquias tradicionais e religiosas, e da situação político-social)”, SCCIM, 30.12.1969.

## **Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

### **Documentação da Direcção-Geral dos Negócios Políticos:**

PPA. 940 - Questões Ultramarinas:

Reuniões e tentativas para a união de esforços entre os diversos movimentos nacionalistas. UDENAMO, MANC, UNAMI, 1966.

Colaboração entre o Partido Popular de Moçambique e a FRELIMO, 1967.

Actividade do COREMO, 1968.

Fusão COREMO-ZANU, 1968.

Actividades de indivíduos relacionados com os movimentos nacionalistas:

Eduardo Mondlane, 1962-1963.

Marcelino dos Santos, 1961-1962.

Lázaro Nkavandame, 1963.

Paulo José Gumane, 1967.

Relatórios periódicos do Ministério do Ultramar sobre a evolução da situação subversiva nas províncias ultramarinas, 1965-1966.

## **Legislação**

### **I - Administração colonial:**

Bases Orgânicas de Administração Colonial: Decreto nº. 12 421, de 02.10.1926, *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, nº. 45, 1ª. série, de 06.11.1926, pp. 323-328, e Decreto nº. 15 241, de 24.03.1928, (aprovação das Bases Orgânicas da Administração Colonial), *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, nº. 17, 1ª. série, de 28.04.1928, pp. 115-121.

Acto Colonial (Decreto nº. 18 570, de 08.07.1930), Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1930.

Carta Orgânica do Império Colonial Português: Decreto-Lei nº. 23 228, de 15.11.1933, *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 51, 1ª. série, Suplemento, de 28.12.1933, pp. 825-849.

Carta Orgânica da Província de Moçambique: Decreto nº. 12 499-B, de 04.10.1926, (promulgação da Carta Orgânica da Colónia de Moçambique), *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, nº. 50, 1ª. série, de 11.12. 1926, pp. 372-385, e Decreto nº. 17 153, de 06.07.1929 (aprovação da Carta Orgânica da Colónia de Moçambique), *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 35, 1ª. série, de 31.08.1929, pp. 349-361.

Reforma Administrativa Ultramarina: Decreto-Lei nº. 23 229, de 15.11.1933, *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 51, 1ª. série, Suplemento, de 28.12.1933, pp. 849-929.

Lei Orgânica do Ultramar Português (Lei nº. 2066, de 27.06.1953), Lisboa, Imprensa Nacional, 1953.

## **II - Censura:**

Decreto nº. 12 271, de 03.09.1926 (aprovação do diploma regulador da liberdade de imprensa nas colónias), *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, nº. 40, 1ª. série, 02.10.1926, pp. 281-286; Decreto nº. 13 841, de 27.6.1927 (modificação e aperfeiçoamento de algumas das disposições do Decreto nº. 12 721), *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 31, 1ª. série, 30.07.1927, pp. 223-228; Rectificação do Decreto nº. 13 841, de 19.07.1927, *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 35, 1ª. série, 27.08.1927, p. 263.

Decreto nº. 14 856, de 02.01.1928 (concessão de amnistia a delitos por abuso de liberdade de imprensa), *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 36, 1ª. série, 08.09.1928, p. 322.

Decreto-Lei nº. 22 469, de 11.04.1933 (regulamentação da censura prévia às publicações gráficas), *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 21, 1ª. série, 27.05.1933, p. 236; Decreto-Lei nº. 22 756, de 29.06.1933 (nova redacção aos artigos 5º. e 7º. do Decreto-Lei nº. 22 469), *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 31, 1ª. série, 05.08.1933, pp. 411-412.

Portaria nº. 15, de 08.09.1945 (manda que o disposto do artigo 13º. do Decreto nº. 27 495, de 27.01.1937, deixe de ter aplicação na Colónia de Moçambique aos

jornais que se publiquem exclusivamente em língua portuguesa), *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 36, 1ª. série, 08.09.1945, p. 331.

Portaria nº. 13 334, de 12.09.1959, (punição com multas às infracções ao regime jurídico do exercício da liberdade de imprensa), *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, nº. 37, 1ª. série, de 12.09. 1959, p. 855.

### **III – Indígenas:**

Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique: Decreto nº. 12 533, de 23.10.1926, *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, nº. 48, 1ª. série, 27.11.1926, pp. 351-353.

Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África (Decreto nº. 16 199, de 06.12. 1928), Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas (Decreto nº. 16 473, de 06.02.1929, *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 11, 1ª. série, pp. 141-145), Lisboa, Imprensa Nacional, 1929.

Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1929.

Regulamento do Trabalho dos Indígenas de Moçambique (Portaria de 04.09.1930), Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1930.

Regulamento de Trabalho de Serviçais Indígenas, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1944.

Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias Ultramarinas, Decreto-Lei nº. 43 893, de 06.09.1961.

Regulamento de Trabalho dos Presos fora dos Estabelecimentos Prisionais (Decreto nº. 34 674, de 18.06.1945), Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1962.

## Bibliografia

- AAVV, *Historia General de Africa*, vols. I e VIII, Madrid, UNESCO, Editorial Tecnos, 1987.
- AAVV, *La décolonisation de l'Afrique australe et Corne de l'Afrique*, Paris, Les Presses de l'UNESCO, 1981.
- AAVV, *L'historiographie de l'Afrique australe*, Paris, Les Presses de l'UNESCO, 1980.
- AAVV, *História de Moçambique*, 3 vols., Maputo, Universidade Eduardo Mondlane/Tempo, 1982-1993.
- AA.VV, *Tortura na Colónia de Moçambique. 1963-1974. Depoimentos de Presos Políticos*, Porto, Afrontamento, 1977.
- AAVV, *Colonialismo e Lutas de Libertação*, Porto, Afrontamento, 1974.
- AAVV, *A FRELIMO e a Luta Revolucionária de Libertação Nacional*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1975.
- AAVV, *A Situação nas Antigas Zonas Libertadas de Cabo Delgado*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 1983.
- AAVV, *Antologias de Poesia*, 2 vols., Lisboa, ed. Associação CEI, 1994.
- ABIOLA, M. K. O, "The Social Sciences in Africa: Breaking local barriers and negotiating international presence", in *African Studies Review*, vol. 40, n.º. 2, Atlanta, 1997, pp. 15-36.
- ADAM, Yussuf, et al., "Mão-de-obra moçambicana na Rodésia do Sul", in *Estudos Moçambicanos*, n.º. 2, Maputo, 1981, pp. 58-70.
- AKINDE, Charles Olapido, *Os Princípios do Pan-Africanismo*, Dinamarca/Nigéria, Ed African Studies/Afrográfica, s/d.
- ALBERTO, M. Simões, e TOSCANO, Francisco, *O Oriente Africano Português. Síntese Cronológica da História de Moçambique*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1942.
- ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de, *Moçambique, 1896-1898*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1934.

- ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, Lisboa, Sá da Costa, 1979.
- ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Porto, Afrontamento, 1993.
- ALEXANDRE, Valentim, “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, nº. 123-124, Lisboa, 1993, pp. 1117-1136.
- ALEXANDRE, Valentim, “O império colonial”, in PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ed. Sequitur, 2000, pp. 39-60.
- ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim, (coord.), *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- ALMEIDA, E. F. de, “Relatório do Governador do Distrito de Moçambique”, vol. I, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de, *História do Colonialismo Português em África*, Lisboa, Ed. Estampa, 1979.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Salazar. Biografia da Ditadura*, Lisboa, Ed. Avante, 1999.
- ALPERS, Edward, “Ethnicity, politics and history in Mozambique”, in *Africa Today*, vol. 21, nº. 4, Indiana, 1974, pp. 39-52.
- ALPERS, Edward, “To seek a better life: the implications of migration from Mozambique to Tanganyika for class formation and political behaviour”, in *Canadian Journal of African Studies*, vol. 18, nº. 2, Toronto, 1984, pp. 367-388.
- AMIN, Samir, “État, nation, ethnie et minorités dans la crise: quelques aspects de la critique de l’ideologie de la nation et de la ethnie”, in *Colóquio Internacional: A Formação da Nação nos “Cinco”: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*, Bissau, Ed. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1986.
- AMSELLE, Jean-Loup, “Etnicidade e Identidade em África”, in CORDELIER, Serge (coord.), *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1998, pp. 75-80.

- ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, New York, Verso, 1993.
- ANDRADE, Alfredo Augusto Freire de, *Relatórios sobre Moçambique*, 2 vols., Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1907-1910.
- ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta Contra a Dominação Colonial Portuguesa: 1911-1961*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1997.
- ANDRADE, Mário Pinto de, e REIS, M<sup>a</sup>. do Céu, “Ideologias de Libertação Nacional”, Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1985.
- ANGIUS, Matteo, “A Figura e a Obra do Jornalista José Júlio Roldão (1900-1979) - Contribuição para a História da Imprensa em Moçambique”, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1997. (Tese de licenciatura.)
- ANGIUS, Matteo, “Deus, Pátria e Família no Ultramar Português – Um caso de assimilação cultural: José Roldão frente à Lei do Indigenato”, Oxford, V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, 1996. (Texto apresentado.)
- ANTUNES, José Freire, *Os Americanos em Portugal: Kennedy e Salazar, o Leão e a Raposa*, 9<sup>a</sup>. ed., Lisboa, Difusão Cultural, 1991.
- ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África (1961-1974)*, 2 vols, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- Anuário Estatístico*, 1945-1961.
- Anuário de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Tipografia A. W. Bayly & C<sup>a</sup>., 1908-1947.
- Atlas Geográfico*, vol. I, Maputo, Ministério de Educação e Cultura, 1979.
- ARAÚJO, Manuel, *Noções Elementares da Geografia de Moçambique*, Maputo, Publ. Notícias, 1975.
- AUSTEN, Ralph A., *African Economic History. Internal Development and External Dependency*, London, James Currey, 1987.
- AYMARD, Maurice, “Estrutura/Conjuntura”, in *A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990.

- AZEVEDO, Ávila de, *Política de Ensino em África*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1958.
- AZEVEDO, Cândido, *Mutiladas e Proibidas. Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Caminho, 1997.
- AZEVEDO, Mário, “A century of colonial education in Mozambique”, in MUGOMBA, A. T. e MYAGGAH, M. (eds.), *Independence without freedom: The political economy of colonial education in southern Africa*, Santa Barbara, California/Oxford, ABC-Clio, 1980, pp. 191-213.
- BALANDIER, G., *Sociologie actuelle de l'Afrique noire*, Paris, P.U.F., 1955.
- BALLANTINE, Christopher, “Music and emancipation: the social role of black Jazz and Vaudeville in South Africa between the 1920s and the early 1940s”, in *Journal of Southern African Studies*, vol. 17, nº. 1, Oxford, 1991, pp. 129-152.
- BARRADAS, Ana, “Um Etnólogo Português em Moçambique”, in PAÇO, António Simões do, (coord.), *Os Anos de Salazar, nº. 17 - 1960: Fuga do Forte de Peniche*, s.l., Planeta DeAgostini, 2008, pp. 48-59.
- BELCHIOR, Manuel Dias, “Evolução política do ensino em Moçambique”, in *Moçambique, Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, s/d., pp. 653-674.
- BIRMINGHAM, David, *Frontline Nationalism in Angola & Mozambique*, London, James Currey, 1992.
- BIRMINGHAM, David, e MARTIN, Phyllis M. (eds.), *History of Central Africa*, 3 vols, London, Longman, 1983-1998.
- BIRMINGHAM, David, e RANGER, Terence, “Settlers and Liberators”, in BIRMINGHAM, David e MARTIN, P. M., *History of Central Africa*, vol. 2, Harlow, Longman, 1983.
- BOLÉO, Oliveira, *Moçambique*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1951.
- Boletim Económico e Estatístico*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1932.
- Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, Lourenço Marques, 1854.
- BORGES, Edson, “Estado e Cultura: a praxis cultural da FRELIMO (1962-1982)”, S. Paulo, Universidade de S. Paulo, 1997, (Dissertação de Mestrado para obtenção de grau de Mestre em Antropologia.)



- BOTELHO, J. J. Teixeira, *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*, vol. II, Lisboa, 1934.
- BOTTE, T. C. S. P. de Sacadura, *Memórias e Autobiografia*, 3 vols., Maputo, Minerva Central, 1985-1986.
- BRAGANÇA Aquino, e WALLERSTEIN, Immanuel (eds.), *The African liberation reader*, 3 vols., London, Zed, 1982.
- BRAGANÇA Aquino, e WALLERSTEIN, Immanuel, *Quem É o Inimigo?*, 3 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.
- BRAVO, N. S., *A Cultura Algodoeira no Norte de Moçambique*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1963.
- BRITO, Luís de, “Dependência colonial e integração regional”, in *Estudos Moçambicanos*, nº.1, Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1980, pp. 23-32.
- BUCUANE, Aurélio Jaime, “O Nacionalismo Moçambicano. O Surgimento e Dissolução da UDENAMO (1930-1962)”, Maputo, UEM, 2000, (Trabalho final para obtenção do grau de Licenciatura em História.)
- CABRAL, Amílcar, *Alguns Princípios do Partido*, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- CABRAL, Amílcar, *Análise de Alguns Aspectos da Resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- CABRAL, Amílcar, *Unidade e Luta*, 2 vols., Lisboa, Seara Nova, 1976.
- CABRITA, João M., *Mozambique. The Tortuous Road to Democracy*, London, Palgrave, 2000.
- CAETANO, Marcello, *Política e Administração*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1946.
- CAETANO, Marcello, *Alguns Discursos e Relatórios. Viagem Ministerial à África em 1945*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1946.
- CAETANO, Marcello, *Traditions, principes et méthodes de la colonisation portugaise*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.
- CAETANO, Marcello, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974.
- CAHEN, Michel, *Villes en Afrique lusophone. De la découverte aux indépendances*, Paris, Laboratoire “Tiers Monde/Afrique”, Univ. Paris 7, L’Harmattan, 1989, pp. 9-73.

- CAHEN, Michel, “Mozambique, histoire géopolitique d’un pays sans nation”, in *Lusotopie*, nº. 1-2, Paris, 1994, pp. 213-266.
- CAHEN, Michel, “O Estado, Etnicidades e a Transição Política”, in MAGODE, José (ed.), *Moçambique. Etnicidades, Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada*, Maputo, Fundação Friedrich Ebert e Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996, pp. 18-39.
- CAMACHO, Brito, Moçambique. *Problemas Coloniais*, Lisboa, Liv. Ed. Guimarães e &, 1926.
- CANN, John P., *Contra-Insurreição em África*, S. Pedro do Estoril, Ed. Atena, 1998.
- CAPELA, José, *O Movimento Operário em Lourenço Marques 1898-1927*, Porto, Afrontamento, 1983.
- CAPELA, José, *O Vinho para o Preto*, Porto, Afrontamento, 1973.
- CAPELA, José, *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo Capitalista em Moçambique*, Porto, Afrontamento, 1977.
- CARDÃO, Marcos, “Em Angola Nasce o MPLA”, in PAÇO, António Simões do, (coord.), *Os Anos de Salazar, nº. 17 - 1960: Fuga do Forte de Peniche*, s.l., Planeta DeAgostini, 2008, pp. 60-73.
- CARDOSO, Fernando Jorge, *Gestão e Desenvolvimento Rural. Moçambique no Contexto da África Sub-sahariana*, Lisboa, Fim de Século Ed., 1993.
- CARDOSO, José, “O comércio de Moçambique – Sua evolução durante os últimos 10 anos”, in *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, nº. 43, Lourenço Marques, 1940.
- CARDOSO, José, “Moeda, intercâmbio e colonização”, in *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, nº. 5, Lourenço Marques, 1932.
- CARRILHO, Maria, *Sociologia da Negritude*, Lisboa, Edições 70, 1975.
- CARVALHO, A. Arons de, *Regime de Censura Prévia. A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- CARVALHO, Rui Moreira de, *Compreender África. Teorias e Práticas de Gestão*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.
- CASAL, Adolfo Yanez, “A violência em África. Da guerra primitiva à guerra civil em Moçambique: A violência como facto social”, in *Actas do Colóquio*

- “*Construção do Ensino da História de África*”, Lisboa, Ed. do Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses”, 1995.
- CASIMIRO, Isabel Maria, “O Movimento Associativo como Foco do Nacionalismo. Movimento Estudantil. NESAM e AAM”, Maputo, Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1979.
- CASTELO, Cláudia, “Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): Uma síntese histórica”, in *Mensagem*, Lisboa, Associação Casa dos Estudantes do Império, 1997, pp. 23-29.
- CASTELO, Cláudia, *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1999.
- CASTELO, Cláudia, *Passagem para África – O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Afrontamento, 2007.
- CASTILHO, Augusto de, *O Distrito de Lourenço Marques no Presente e no Futuro*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & C.<sup>a</sup>, 1881.
- CHABAL, Patrick, *Amílcar Cabral revolutionary leadership and people’s war*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- CHABAL, Patrick, *Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade*, Lisboa, Vega, 1994.
- CHABAL, Patrick, (coord.), *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, London, Hurst & Company, 2002.
- CHILUNDO, Arlindo, “O impacto da revolução dos transportes nas relações entre homens e mulheres na província nortenha de Nampula, Moçambique (1913-1961)”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º. 18-22, Lisboa, 1995-1999, pp. 215-244.
- CHRISTIE, Ian, *Samora. Uma Biografia*, Maputo, Ed. Ndjira, 1996.
- CLARENCE-SMITH, G., *O Terceiro Império Português*, Lisboa, Ed. Teorema, 1985.
- COELHO, João Paulo Borges, “Guerra colonial/luta de libertação: as duas faces de uma mesma investigação”, in *Actas do Colóquio “Construção e Ensino da*

- História de África*”, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 93-107.
- COELHO, João Paulo Borges, “Protected villages and communal villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982). A history of state resettlement policies. Development and war”, Bradford, University of Bradford, 1993. (Tese de doutoramento.)
- COISSORÓ, Narana, “O regime de terras em Moçambique”, in *Moçambique, Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, s/d., pp. 367-435.
- COQUERY-VIDROVITCH, C., e MONIOT, H., *L’Afrique noire de 1800 à nos jours*, Paris, P.U.F., 1974.
- CORREIA, Francisco Augusto da Cruz, *O Método Missionário dos Jesuítas em Moçambique, 1881-1910: Um Contributo para a História da Missão na Zambézia*, Braga, Livr. Apostolado da Imprensa, 1992.
- CORREIA, Pedro Pizarat, “A Descolonização”, in REIS, António (coord.), *20 Anos de Democracia em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 40-73.
- COSTA, Inês Nogueira da, *Contribuição para o Estudo do Colonial-Fascismo em Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane, 1987.
- COSTA, Inês Nogueira da, “Importância dos arquivos na construção e ensino da História de África: O Arquivo Histórico de Moçambique”, in *Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História de África”*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 491-499.
- COSTA, M., *Como Fizeram os Portugueses em Moçambique*, Lisboa, Tip. Colonial, 1928.
- COVANE, Luís António, *As Relações Económicas entre Moçambique e a África do Sul. 1850-1964. Acordos e Regulamentos Principais*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1989.
- CRAVEIRINHA, José, “Poema do futuro cidadão”, in *Voz de Moçambique*, Ano XIII, nº. 376, Maputo, 26.12.72, p. 7.
- CRAVEIRINHA, José, *Contacto e Outras Crónicas*, Maputo, Centro Cultural Português, 1999.

- CRAVINHO, João Titterington Gomes, “Modernizing Mozambique: Frelimo ideology and Frelimo State”, Trinity, University of Oxford, 1995, (tese para obtenção do grau de Doutor em Filosofia.)
- CUNHA, J. M. da Silva, *O Trabalho Indígena. Estudo de Direito Colonial*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.
- CUNHA, J. M. da Silva, *O Sistema Português de Política Indígena. Princípios Gerais*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952.
- CUNHA, J. M. da Silva, *Questões Ultramarinas e Internacionais*, Lisboa, Ed. Ática, 1960.
- DARCH, Colin, *Mozambique*, Oxford, Clío Press, 1987.
- DÁSKALOS, Sócrates, *A Casa dos Estudantes do Império – Fundação e Primeiros Anos de Vida*, Lisboa, ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1983.
- DÁSKALOS, Sócrates, *Um Testemunho para a História de Angola. Do Huambo ao Huambo*, Lisboa, Vega, 2000.
- DAVIDSON, Basil, *Révolution en Afrique – La libération de la Guinée Portugaise*, Paris, Seuil, 1969.
- DAVIDSON, Basil, *The African genius*, Boston, Little Brown, 1970.
- DAVIDSON, Basil, *L’Angola (au coeur des tempêtes)*, Paris, Maspero, 1972.
- DAVIDSON, Basil, “The revolution of people’s power: Notes on Mozambique”, in *Race and Class*, vol. 21, nº. 2, London, 1979 / *Monthly Review*, vol. 32, nº. 3, 1979, pp. 75-87.
- DAVIDSON, Basil, *O Fardo do Homem Negro. Os Efeitos do Estado – Nação em África*, Lisboa, Campo das Letras, 2000.
- DEPELCHIN, Jacques, “African anthropology and history in the light of the history of Frelimo”, in *Contemporary Marxism*, nº. 7, 1983, pp. 69-88.
- DIAS, A. Jorge, “Estruturas socio-económicas em Moçambique”, in *Moçambique, Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, s/d., pp. 79-96.
- DIAS, A. Jorge, “O Mundo sobrenatural dos indígenas da África Portuguesa”, in *Estudos Ultramarinos*, nº. 1, Lisboa, 1961, pp. 29-42.

- DIAS, Jill R., “Photographic Sources for the History of Portuguese–Speaking Africa, 1870-1914”, in ROBERTS, Andrew (ed.), *Photographs as Source for African History*, London, SOAS, 1988, pp. 45-65.
- DIAS, Jill, “África”, in MATOS, Artur Teodoro e THOMAZ, Luís Filipe, (dir.), *Vinte Anos de Historiografia Portuguesa: 1972-1992*, Lisboa, CNCDP, 1993, pp. 73-96.
- DIAS, Jill, “Os arquivos portugueses e a História de África”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº. 18-22, Lisboa, 1995-1999, pp. 371-387.
- DIAS, Jill, “Angola”, in ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill, (coord.), *O Império Africano: 1825-1890*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 319-556.
- DIAS, João, *Godido e Outros Contos*, Lisboa, Casa dos Estudantes do Império, 1952.
- DIECKHOFF, Alain, *A Nação em Todos os Seus Sentidos. As Identidades Nacionais em Movimento*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001.
- DUFFY, James, *Portugal in Africa*, London, Penguin Books, 1962.
- EÇA, Filipe Gastão de Almeida de, *Achegas para a Bibliografia de Moçambique, 1895-1942*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.
- EHNMARK, Anders, e WASTBERG, Per, *Angola and Mozambique (The case against Portugal)*, London, Pall Mall Press, 1963.
- ENDERS, Armelle, *História da África Lusófona*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1997.
- ENES, António, *Moçambique. Relatório Apresentado ao Governo*, 3ª. ed., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.
- Estatísticas de Comércio e de Navegação*, 1945-1961.
- FAGE, J. D., *História da África*, Lisboa, Edições 70, 1997.
- FANON, F., *Peau noire, masques blancs*, Paris, Seuil, 1952.
- FANON, F., *Les damnés de la terre*, Paris, Maspero, 1961.
- FANON, F., *Pour la révolution africaine*, Paris, Maspero, 1969.
- FARIA, António, *A Casa dos Estudantes do Império – Itinerário Histórico*, Lisboa, ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1995.
- FARIA, António, *Linha Estreita da Liberdade – A Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, Ed. Colibri, 1997.

- FAVROD, Charles-Henri, *A África Negra*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1981.
- FERNANDES, José Manuel, “Arquitectura e urbanismo no espaço ultramarino”, in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (direc.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Navarra, Círculo de Leitores, 1999, pp. 334-383.
- FERRÃO, Valeriano, *Embaixador nos EUA*, Maputo, Ndjira, 2007.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, *África Austral – O Passado e o Futuro*, Lisboa, Seara Nova, 1977.
- FERREIRA, Manuel, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, 2 vols., Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1977.
- FERRO, Marc, *História das Colonizações. Das Conquistas às Independências. Séculos XIII – XX*, Lisboa, Ed. Estampa, 1996.
- FIGUEIREDO, A. dos Santos, “La vie sociale”, in *Moçambique*, Exposition Coloniale Internationale, Paris, 1931.
- FIRST, Ruth (direc.), *O Mineiro Moçambicano: Um Estudo sobre a Exportação da Mão-de-Obra*, Maputo, Centro de Estudos Moçambicanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1977.
- FORTUNA, Carlos, *O Fio da Meada, o Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo, (1860-1969)*, Porto, Afrontamento, 1993.
- FOUCAULT, Michel, *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1966.
- FOUCAULT, Michel, *L’archéologie du savoir*, Paris, Gallimard, 1969.
- FREITAS, Afonso H. Ivens Ferraz de, *Seitas Religiosas Gentílicas*, 4 vols., 1957.
- FREITAS, A. J. de, “L’industrie”, in *Moçambique*, Paris, Exposition Coloniale Internationale, 1931.
- FREYRE, Gilberto, *O Mundo que o Português Criou*, Lisboa, Livros do Brasil, 1940.
- FREYRE, Gilberto, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, Livros do Brasil, 1952.
- FREYRE, Gilberto, *Portuguese integration in the tropics*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

- FRIEDLAND, Elaine A., “Mozambique nationalist resistance”, in *TransAfrican Journal of History*, vol. 8, nº. 2, 1979, pp. 117-128.
- FRIEDLAND, Elaine A., *A comparative study of the development of revolutionary nationalist movements in Southern Africa – FRELIMO (Mozambique) and The African National Congress of South Africa*, New York, The City Univ. of New York, 1980.
- GARRIDO, Álvaro, *Movimento Estudantil e Crise do Estado Novo*, Coimbra, Ed. Minerva Histórica, 1996.
- GONÇALVES, José Júlio, *Protestantismo em África*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1960.
- GRAÇA, Pedro Borges, *A Construção da Nação em África, (Ambivalência Cultural de Moçambique)*, Coimbra, Almedina, 2005.
- GRIMAL, H., *La décolonisation 1919-1963*, Paris, A Colin, 1965.
- GUERRA, João Paulo, *Descolonização Portuguesa: O Regresso das Caravelas*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1996.
- GUERRA, João Paulo, *Memória das Guerras Coloniais*, Porto, Afrontamento, 1993.
- GUTKIND, Peter C. W., “Change and consciousness in urban Africa: African workers in transition”, in *Cahiers d’Études Africaines*, Éd. de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, XXI, 1-3, Paris, 1981-1983, pp. 289-346.
- GUTKIND, Peter C. W., e WALLERSTEIN, I. (eds.), *The Political Economy of Contemporary Africa*, Beverly Hills, Sage, 1976.
- HAMILTON, Russel G., *Literatura Africana Literatura Necessária. II – Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Edições 70, 1984.
- HARRIES, Patrick, *Work, culture and identity. Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*, London, James Currey, 1994.
- HASTINGS, Adrian, *Wiryamu*, Porto, Afrontamento, 1974.
- HEDGES, David, “O movimento associativo e político”, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1986. (Texto dactilografado.)



- HEDGES, David, e ROCHA, Aurélio, “Moçambique durante o apogeu do colonialismo português”, in Cadernos de História, *Boletim do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane*, n.º 6, Maputo, 1987, pp. 29-64.
- HENRIKSEN, Thomas, *Mozambique: A history*, London, Rex Collings, 1978.
- HENRIKSEN, Thomas, *Revolution and counter-revolution: Mozambique's war of independence, 1964-1974*, Westport, Connect. / London, Greenwood Press, 1983.
- HENRIQUES, Isabel Castro, “A sociedade colonial em África. Ideologias, hierarquias, quotidianos”, in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (direc.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Navarra, Círculo de Leitores, 1999, pp. 216-274.
- HOBBSBAWM, Eric J., “Introduction: Inventing tradition”, in AAVV, *The Invention of Tradition*, Cambridge, University Press, 1983, pp. 1-14.
- HOBBSBAWM, Eric J., “Nações e Nacionalismo”, in *Ler História*, n.º 5, Lisboa, Ed. Salamandra, 1985, pp. 17-25. (Conferência feita em Lisboa, em Maio de 1984 no ISCTE.)
- HOBBSBAWM, Eric J., *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar, 1998.
- HODGKIN, T., *Nationalism in colonial Africa*, New York, New York University Press, 1957.
- HONWANA, Luís Bernardo, *Nós Matámos o Cão Tinhoso*, Porto, Afrontamento, 1972.
- HONWANA, Raul Bernardo Manuel, *Memórias*, Porto, Ed. Asa, 1989.
- HUMBARACI, Arslam, e MUCHNIK, Nicole, *Portugal's African Wars. Angola. Guínea-Bissau. Mozambique*, Dar-es-Salaam, Tanzania Publishing House, 1974.
- IGLÉSIAS, Olga, “Resistência e Clandestinidade”, in *Africanologia: Revista Lusófona de Estudos Africanos*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.º 01/2008. <http://rhumanidades.ulusofona.pt/africanologia>
- IGLÉSIAS, Olga, “África, a Mulher Moçambicana e a NEPAD”, in *Campus Social: Revista Lusófona de Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.º 3/4/2006/07, pp. 133-151. [http://campus\\_social.ulusofona.pt](http://campus_social.ulusofona.pt)

- ISAACMAN, A., PILILÃO, A., MACAMO, E., HOMEM, M. J., STEPHEN, M., e ADAM, Y., “A resistência popular à cultura forçada de algodão em Moçambique, 1930-1961”, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1979. (Texto policopiado.)
- ISAACMAN, Allen, *The tradition of resistance in Mozambique. Anti-colonial activity on the Zambesi Valley 1850-1921*, London, Heinemann, 1976.
- ISAACMAN, Allen, *Cotton is the mother of poverty. Peasants, work and rural struggle in colonial Mozambique, 1938-1961*, London, James Currey, 1996.
- ISAACMAN, Allen, e ISAACMAN, Barbara, *Mozambique. From colonialism to revolution, 1900-1982*, Boulder, Colorado, Westview, 1984.
- JAFFRELOT, Christophe, “Algumas Teorias da Nação”, in CORDELIER, Serge (coord.), *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Public. Dom Quixote, 1998, pp. 57-67.
- JARDIM, Jorge, *Moçambique – Terra Queimada*, Lisboa, Ed. Intervenção, 1976.
- JOSÉ, Alexandrino, e MENESES, Paula Maria (eds.), *Moçambique – 16 Anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*, Maputo, Notícias, 1991.
- JOUANNEAU, Daniel, *Le Mozambique*, Paris, Karthala, 1995.
- JUNOD, Henri A., *A Vida de uma Tribo Sul-Africana*, vol. I, *A Vida Social*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917. (Versão do Inglês por Carlos Bivar.)
- LARANJEIRA, Pires, *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1995.
- LARANJEIRA, Pires, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Ed. Universidade Aberta, 1995.
- LAZITCH, Branko, *A África e as Lições da Experiência Comunista*, Lisboa, Centro das Actividades Económicas de Angola, 1962.
- LEITE, Joana Pereira, “La formation de l’économie coloniale au Moçambique. Pacte colonial et industrialisation: du colonialism portugais aux réseaux informels de sujétion marchande – 1930/1974”, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989. (Tese de doutoramento orientada pelo Prof. Doutor Elikia M’Bokolo.)

- LEITE, Joana Pereira, “Colonialismo e industrialização em Moçambique: Pacto colonial, dinamização das exportações e «import-substitution», in *Ler História*, nº. 24, Lisboa, 1993, pp. 53-74.
- LÉONARD, Yves, “O império colonial salazarista”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (direc.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Navarro, Círculo de Leitores, 1999, pp. 9-30.
- LÉONARD, Yves, “O ultramar português”, in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, (direc.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Navarro, Círculo de Leitores, 1999, pp. 31-50.
- LIMA, Alfredo Pereira de, *História dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique*, 3 vols, Lourenço Marques, Administração dos Portos, Caminhos-de-Ferro e Transportes de Moçambique, 1971.
- LIMA, Alfredo Pereira de, *Edifícios Históricos de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Liv. Académica, 1966.
- LOBATO, Alexandre, *Quatro Estudos e Uma Evocação Histórica para a História de Lourenço Marques*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- LOBATO, Alexandre, *Economia, Engenharia e História de Moçambique*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967.
- LOBATO, Alexandre, *Lourenço Marques, Xilunguine. Biografia da Cidade*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.
- LOBATO, Alexandre, “A instalação do modo de produção capitalista em Moçambique”, Maputo, Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1978. (Texto policopiado.)
- LOURENÇO, Vítor Alexandre, *Mfumo e (Ti)Hosi, (Estado e Autoridades Tradicionais). Figuras do Político em Moçambique*, Lisboa, Associação de Estudos Rurais, U.N.L., 2000.
- MACHADO, A. J. de Mello, *Entre os Macuas de Angoche: Historiando Moçambique*, Lisboa, Prelo Editora, 1970.
- MACHADO, Joaquim José, “Caminho-de-ferro de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal. Memória Justificativa”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 2, nº. 2, Lisboa, 1880, pp. 67-104.

- MACQUEEN, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa. A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1998.
- MAGODE, José, “Etnicidades, nacionalismo e o Estado em Moçambique: uma transição inacabada”, in MAGODE, José (ed.), *Moçambique. Etnicidades, Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada*, Maputo, Fundação Friedrich Ebert e Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996, pp. 11-17.
- MAGODE, José e KHAN, Ângela, “O Estado unitário e a questão nacional – uma reflexão sobre o caso moçambicano”, in MAGODE, José (ed.), *Moçambique. Etnicidades, Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada*, Maputo, Fundação Friedrich Ebert e Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996, pp. 40-106.
- MANCUR, Olson, *A Lógica da Acção Colectiva. Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- MANGHEZI, Nadja, *O Meu Coração Está nas Mãos de um Negro. Uma História da Vida de Janet Mondlane*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 1999.
- MARGARIDO, Alfredo, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- MARGARIDO, Alfredo, “A literatura e a consciência nacional”, in *Antologias de Poesia da C.E.I.*, vol. I, Lisboa, Associação C.E.I., 1994.
- MARGARIDO, Alfredo, *Negritude e Humanismo*, Lisboa, C.E.I., 1964.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Ed. Delta, 1986.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- MARTINS, Rocha, *História das Colónias Portuguesas*, Lisboa, Tip. Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- MATEUS, Dalila Cabrita, *A Luta pela Independência. A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1999.
- MATEUS, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial: 1961-1974*, Lisboa, Terramar, 2004.

- MAXWELL, Kenneth, “Portugal and Africa: The last empire”, in GIFFORD, Prosser e LOUIS, Wm. Roger, *The transfer of power in Africa. Decolonization 1940-1960*, New Haven e London, Yale University Press, 1982, pp. 337-385.
- M'BOKOLO, Elikia, *Afrique Noire. Histoire et Civilisations*, 2º. vol., Paris, Hatier-Aupelf, 1992.
- MEDEIROS, Eduardo, *O Sistema Linhageiro Macua-Lómwè*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1985.
- MENDES, João, *La révolution en Afrique. Problèmes et perspectives*, Boulogne, Société TEFAG, 1970.
- MENDES, Maria Clara, *Maputo antes da Independência. Geografia de Uma Cidade Colonial*, Lisboa, Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical, nº. 68, 2ª. série, 1985.
- MENDES, Orlando, *Sobre a Literatura Moçambicana*, Maputo, Ed. Instituto do Livro e do Disco, 1980.
- MENDONÇA, Fátima, “Rui de Noronha, o Esquecido?”, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1985, (Texto policopiado.)
- MENDONÇA, Fátima, O Conceito de Nação em José Craveirinha, Rui Knopfli e Sérgio Vieira, Paris, Ed. Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- MESQUITA, A. C., *Índices Alfabéticos e Cronológicos da Principal Legislação de Moçambique, 1854-1920*, Lourenço Marques, 1941.
- MESSIANT, Christine, “1961: L'Angola colonial. Histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste”, 2 vols, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1983. (Tese de doutoramento.)
- MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas de 1822 ao Texto Actual da Constituição*, Lisboa, Livraria Petrony, 1984.
- Moçambique e o Problema Açucareiro*, Sena Sugar Estates, 1946.
- MONDLANE, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Sá da Costa, 1975.
- MONDLANE, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 1995. (1ª. edição moçambicana.)
- MONDLANE/MACHEL, *A FRELIMO e a Revolução*, Lisboa, Ed. Maria da Fonte, 1974.

- MONTEIRO, L. A. Pinto, *Gabinete de Propaganda e Contra Propaganda*, (Maputo), Cegraf, 2001.
- MOREIRA, Adriano, *Administração da Justiça aos Indígenas*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955.
- MOREIRA, Adriano, *Política Ultramarina*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1956.
- MOREIRA, Adriano, “Les élites dans les territoires portugais sous le régime d’indigenat (Guinée, Angola, Moçambique)”, in *Bulletin International des Sciences Sociales*, Lisboa, 1956.
- MOREIRA, José, *Os Assimilados, João Albasini e as Eleições, 1900-1922*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.
- MOSCA, João, *A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999.
- MOSCA, João, *Encruzilhadas de África. Ênfase para os PALOP*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002.
- MOSCA, João, *S. O. S. África*, Lisboa, Instituto Piaget, 2004.
- MOSCA, João, *Economia de Moçambique. Século XX*, Lisboa, Instituto Piaget, 2005.
- MUDIMBE, V. Y., *The invention of Africa. Gnosis, Philosophy and the order of knowledge*, Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press, 1988.
- MURTEIRA, Mário, “Formação e colapso de uma economia colonial”, in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (direc.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Navarra, Círculo de Leitores, 1999, pp. 108-130.
- NAVARRO, Júlio, “1962 – Os 75 anos da Cidade. Resistir, Afirmando a Nossa Cultura”, in *Arquivo, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, nº. 2 (especial), Maputo, 1987, pp. 109-114.
- NEGRÃO, José, *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana. (O Delta do Zambeze em Análise Retrospectiva)*, Maputo, Promédia, 2001.
- NETO, Agostinho, *Poemas*, Lisboa, Ed. CEI, 1961.
- NETO, Agostinho, *Quem É o Inimigo? Qual É o Nosso Objectivo?*, 2ª. ed., Lisboa, Maria da Fonte, 1977.

- NEVES, Joel Maurício das, “Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-1965: a case study of Manica Province”, London, SOAS, University of London, 1998.
- NEVES, Olga Iglésias, “Em Defesa da Causa Africana. Intervenção do Grémio Africano na Sociedade de Lourenço Marques. 1908-1938”, UNL, Lisboa, 1989. (Dissertação de mestrado em História dos séculos XIX e XX.)
- NEVES, Olga Iglésias, “João Albasini, uma Personalidade de Excepção na Sociedade de Lourenço Marques, (1876-1922)”, Lisboa, UNL, 1986. (Trabalho prático, realizado no âmbito do mestrado, orientado pelo Prof. Doutor Joel Serrão.)
- NEVES, Olga Iglésias, “Rui de Noronha. Sonetos. Metodologia para Um Texto Crítico”, Lisboa, UNL, 1986. (Trabalho prático, realizado no âmbito do mestrado, orientado pelo Dr. Nuno Júdice.)
- NEVES, Olga Iglésias, “Lourenço Marques em Tempo de Jazz, (1936-1955). Quadros do Quotidiano Colonial”, in *Encontro Internacional “O Quotidiano na História Portuguesa”*, Lisboa, UNL/F.C.S.H., 1993.
- NEVES, Olga Iglésias, “Velhos Colonos em Moçambique (1919-1950)”, in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1993, pp. 863-872.
- NEVES, Olga Iglésias, “Social and cultural life in Lourenço Marques (1908-1938)”, in *International Congress “Africa’s Urban Past”*, Londres, 1996.
- NEVES, Olga Iglésias, “Contributos para a História da Maçonaria em Moçambique”, in *Actas do Seminário “Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas”*, Maputo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, pp. 281-295.
- NEVES, Olga Iglésias, “Nativismo e Nacionalismo na Colónia de Moçambique (1908-1938)”, in *III Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1999.
- NEVES, Olga Iglésias, “Moçambique”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira, *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. XI, *O Império Africano*, Lisboa, Ed. Estampa, 2001, pp. 469-584.

- NEVES, Olga Iglésias, “The African’s Censorship in Mozambique”, in Conferência Internacional New Research on Lusophone Africa, London, King’s College, 2002. (Realizada em Londres, 16-17 de Maio.) In <http://www.kcl.ac.uk//depsta/humanities/pobrst/kclhp.htm>.
- NEVES, Olga Iglésias, “Breve Caracterização Histórica de África”, in ROQUE, Fátima Moura et al., *O Desenvolvimento do Continente Africano na Era da Mundialização*, Lisboa, Almedina, 2005.
- NEVES, Olga Iglésias, “A Colónia de Moçambique nos séculos XIX e XX. Aspectos políticos, económicos e sociais”, in FERNANDES, José Manuel et al., *Moçambique. Cidades, Território e Arquitecturas: 1875-1975*, (no prelo).
- NEWITT, Malyn, *Portugal in Africa: The last hundred years*, London, C. Hurst & Co., 1981.
- NEWITT, Malyn, *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.
- NKRUMAH, K., *I speak of freedom*, London, Heinemann, 1961.
- NKRUMAH, K., *Towards colonial freedom*, London, Heinemann, 1962.
- NKRUMAH, K., *Africa must unite*, London, Heinemann, 1963.
- NYERERE, J., *Freedom and unity*, Oxford, Oxford University Press, 1967.
- NYERERE, J., *Ujamaa. Essays on socialism*, Oxford, Oxford University Press, 1968.
- O’LAUGHLIN, Bridget, *O Papel do Estado Colonial. Apoio à Produção Agrária*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, s/d.
- OLIVEIRA, César, *Os Anos Decisivos: Portugal 1962-1965 (Um Testemunho)*, Lisboa, Ed. Presença, 1983.
- OLIVEIRA, César, *Portugal, dos Quatro Cantos do Mundo à Europa: A Descolonização (1974-1976)*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1996.
- OLIVEIRA, César, “Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, 2º. vol., Lisboa, Bertrand Editora, 1996, pp. 639-640.
- OLIVEIRA, Teresa dos Santos, “Recordações sobre Lourenço Marques, 1930-1950”, in *Arquivo, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, nº. 2 (especial), Maputo, 1987, pp. 85-108.



- OPELLO, Walter, "Pluralism and elite conflict in an independence movement: Frelimo in the 1960s", in *Journal of Southern African Studies*, vol. 2, nº. 1, Oxford, 1975, pp. 66-82.
- ORAMAS, Óscar, *Amílcar Cabral para Além do Seu Tempo*, Lisboa, Hugin, 1998.
- PACHECO, Carlos, *MPLA – Um Nascimento Polémico*, Lisboa, Vega, 1997.
- PAUL, John, *Moçambique – Memórias de Uma Revolução*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975.
- PÉLISSIER, René, *História de Moçambique. Formação e Oposição. 1854-1918*, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1987.
- PÉLISSIER, René, "Exploitation du facteur ethnique au Mozambique pendant la conquête coloniale (XIX – XX siècle)", in CHÉTIEN, J.-P. et PRUNIER, G. (direc.), *Les ethnies ont une histoire*, Paris Karthala, 1989, pp. 247-257.
- PENVENNE, Jeanne Marie, *The unmaking of an African petite bourgeoisie: Lourenço Marques, Mozambique*, Working Papers, 57, African Studies Center, Boston, Boston University, 1982.
- PENVENNE, Jeanne Marie, *A history of african labour in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950*, Boston, Boston University Graduate School, 1982.
- PENVENNE, Jeanne Marie, "We are all Portuguese! Challenging the political economy of assimilation: Lourenço Marques, 1870-1933", in VAIL, Leroy (ed.), *The creation of tribalism in Southern Africa*, London, James Currey, 1989, pp. 255-288.
- PENVENNE, Jeanne Marie, *African workers and colonial racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*, London, James Currey, 1994.
- PENVENNE, Jeanne Marie, e MANGHEZI, A., "Chibalo e classe operária: Lourenço Marques, 1870-1962", in *Estudos Moçambicanos*, nº. 2, Maputo, 1981, pp. 9-26.
- PENVENNE, Jeanne Marie, "Mozambique: a tapestry of conflict 1960-1995", in BIRMINGHAM, David e MARTIN, Phyllis, *History of Central Africa: The contemporary years since 1960*, vol. 3, London, Longman, 1998, pp. 231-309.
- PEPETELA (Artur Carlos Pestana dos Santos), *A Geração da Utopia*, 3ª. ed., Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1995.

- PIMENTEL, Irene Flunser, *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2007.
- PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ed. Sequitur, 2000.
- PINTO, António Costa, “Portugal e a resistência à descolonização”, in BETHENCOURT, Francisco, e CHAUDHURI, Kirti (direc.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Navarra, Círculo de Leitores, 1999, pp. 51-64.
- PINTO, António Costa, “A guerra colonial e o fim do império português”, in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (direc.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Navarra, Círculo dos Leitores, 1999, pp. 65-98.
- POLANAH, Luís, “Patriotismo e falsificação histórica. Uma análise da formação da identidade nacional em Moçambique e Angola”, in Separata da revista *Factos e Ideias*, ano II, nº. 3, Braga, Centro de Estudos de Relações Internacionais, Universidade do Minho, 1986, pp. 3-36.
- QUINTANILHA, A., *O Problema Algodoeiro Português*, Lourenço Marques, Junta de Exportação do Algodão, Imprensa Nacional de Moçambique, 1954.
- QUINTANILHA, A., “O problema algodoeiro português e a actividade do C. I. C. A”, in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, 1966.
- RABY, Linda Dawn, *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1990.
- RANGER, Terence, “The invention of tradition in colonial Africa”, in AAVV, *The invention of tradition*, Cambridge, University Press, 1983, pp. 211-262.
- READER, John, *África. Biografia de um Continente*, Mem Martins, Publicações Europa – América, 2002.
- REGO, A. da Silva, *Lições de Missionologia*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1961.
- REIS, João, e MUIUANE, Armando Pedro, *Datas e Documentos da História da FRELIMO*, Maputo, Ed. Imprensa Nacional, 1975.
- RESENDE, Sebastião Soares de, (Bispo da Beira), *Colonização Portuguesa. Sentido, Objectivos e Factores*, Lourenço Marques, 1946.

- RIBEIRO, Gabriel Sérgio Mithá, *As Representações Sociais dos Moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política*, Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa, 2000.
- RIBEIRO, Fátima, e SOPA, António, (coord.), *140 Anos de Imprensa em Moçambique*, Maputo, Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, 1996.
- SOPA, António, SILVA, Calane da, NEVES, Olga Iglésias, *Rui de Noronha. Ao Mata-Bicho*, Maputo, Texto Editores, 2006.
- RIBEIRO, José Carmona, *Sumário do Boletim Oficial de Moçambique*, 1ª. série, anos 1855-1965, Braga, Ed. Barbosa & Xavier, s/d.
- RIBEIRO, Sousa, *Anuário da Província de Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1940.
- Ricardo Rangel. *Photographe du Mozambique*, Paris, Centre Culturel Franco-Mozambicain, 1994.
- RITA-FERREIRA, A., *Agrupamentos e Caracterização Étnica dos Indígenas de Moçambique*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1958.
- RITA-FERREIRA, A., *Os Africanos de Lourenço Marques*, Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, série C, vol. 9, 1967-1968.
- RITA-FERREIRA, A., *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Porto, Afrontamento, 1975.
- ROCHA, Aurélio, “Associativismo e Nativismo em Moçambique: o Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)”, Lisboa, UNL, 1991. (Dissertação de mestrado em Economia e Sociologia Histórica.)
- ROCHA, Aurélio, *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano (1900-1940)*, Maputo, Promédia, 2002.
- ROCHA, Ilídio, *Catálogo dos Periódicos e Principais Seriados de Moçambique*, Lisboa, Edições 70, 1985.
- ROCHA, Ilídio, *A Maçonaria em Moçambique*, Maputo, CEDIMO, 1985.
- ROCHA, Ilídio, *A Imprensa de Moçambique. História e Catálogo (1854-1975)*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000.
- RODRIGUES Jr., *Diário de Viagem (8000 quilómetros em Moçambique)*, Lourenço Marques, Tipografia Notícias, 1943.

- ROESCH, Otto, “Migrant labour and forced rice production in southern Mozambique: The colonial peasantry of the lower Limpopo valley”, in *Journal of Southern African Studies*, vol. 17, nº. 2, Oxford, 1991, pp. 239-270.
- ROSÁRIO, Lourenço do, “Contribuição para uma reflexão sobre a ideia de identidade e cidadania em Moçambique”, in *Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História de África”*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 171-176.
- ROSAS, Fernando, e BRITO, João Brandão de (direc.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols, Lisboa, Bertrand Ed., 1996.
- ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1986.
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra. Estudo do Impacte da II Guerra Mundial na Economia e na Sociedade Portuguesas (1939-1945)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1990.
- ROSAS, Fernando, “Um momento crítico para o «Estado Novo». «Putschismo» e oposição nos anos 40”, in *História*, nº. 50, Lisboa, Dez., 1982.
- ROSAS, Fernando, “Humberto Delgado e as eleições de 1958”, in *História*, nº. 93, Lisboa, Jul., 1986.
- ROSAS, Fernando, “Um personagem mitológico por excelência”, in *Expresso*, Lisboa, 22.04.1989.
- RUFINO, José dos Santos, *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, 10 vols., Hamburgo, Broschek & Co., 1929.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas (1928-1966)*, 6 vols., Coimbra, Coimbra Editora, s/d.
- SANTOS, Bruno Oliveira, *Histórias Secretas da PIDE/DGS*, Lisboa, Nova Arrancada, 2000.
- SANTOS, Eduardo dos, *A Negritude e a Luta pelas Independências na África Portuguesa*, Lisboa, Ed. Minerva, 1975.

- SANTOS, Pedro de Sousa, *Ensaio sobre Alguns Temas de Moçambique*, Lisboa, Ed. Império, 1953.
- SAUL, John, “Frelimo and the Mozambique revolution”, in ARRIGHI, G. e SAUL, John, *Essays on the political economy of Africa*, New York/London, Monthly Review Press, 1973, pp. 378-405.
- SAUL, John, “Nationalism, socialism and Tanzanian history”, in GUTKIND, P. C. W. e WATERMAN, P. (eds.), *African Social Studies*, New York, Monthly Review Press, 1977.
- SAUL, John, “O Marxismo-Leninismo no Contexto Moçambicano”, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1983. (Texto copiografado.)
- SIDDLE, David, e SWINDELL, Kenneth, *Rural change in tropical Africa. From Colonies to Nation-States*, Oxford, Basil Blackwell Ltd., 1990.
- SILVA, Teresa Maria da Cruz e, “Protestant churches and the formation of political consciousness in southern Mozambique (1930-1974): The case of the Swiss Mission”, Bradford, University of Bradford, 1996. (Tese de doutoramento.)
- SILVA, Teresa Maria da Cruz e, “Igrejas protestantes no sul de Moçambique e nacionalismo: O caso da Missão Suíça (1940-1974)”, in Estudos Moçambicanos, nº. 10, Maputo, 1991, pp. 21-23.
- SILVEIRA, Joel da, “As guerras coloniais e a queda do império”, in REIS, António (direc.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 5, Lisboa, Publ. Alfa, 1989, pp. 71-106.
- SMITH, Anthony D., *Nações e Nacionalismos Numa Era Global*, Oeiras, Celta Editora, 1999.
- SOARES, Mário, *Democratização e Descolonização*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1975.
- SOBRAL, José Manuel, “A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português”, in *Análise Social*, vol. XXXVII (165), 2003, pp. 1093-1126.
- SOPA, António Jorge Diniz, “Catálogo dos Periódicos Moçambicanos Precedido de Uma Pequena Notícia Histórica, 1854-1984”, Arquivo Histórico Moçambicano, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1985. (Trabalho de diploma de licenciatura.)

- SOPA, António Jorge Diniz, e SOARES, Paulo, “As Origens da Arte Moderna Moçambicana”, Maputo, V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 1997. (Texto apresentado.)
- SOUTO, Amélia Neves de, *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1996.
- SOUTO, Amélia Neves de, “A Oposição Democrática Branca - Entre o Ser Português e o Ser Moçambicano – Uma Determinante da Opção Política”, in Conferência Portuguesa /Africa Encounter, Providence, Brown University, 2002. (Texto apresentado na Conferência, 26-28 de Abril.)
- SOUTO, Amélia Neves de, “A Administração Colonial Portuguesa em Moçambique no Período de Marcello Caetano (1968-1975). Mecanismos e Relações de Poder”, Lisboa, UNL, 2003, (Dissertação para a Obtenção do Grau de Doutoramento em História Institucional e Política (séculos XIX e XX), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de História Contemporânea.)
- SOUTO, Amélia Neves de, *Caetano e o ocaso do «Império». Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007.
- SPENCE, C.F., *Descrição Económica de Moçambique*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1951.
- STEPHAN, Ernesto, *Moçambique, Vítima do Colonialismo*, Lisboa, Prelo Editora, 1975.
- TOSCANO, Francisco, “Os grandes chefes da África Austral e alguns usos e costumes dos indígenas do Sul do Save”, in Separata do *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, Lourenço Marques, 1941.
- VAIL, Leroy, “Mozambique’s chartered companies: The rule of the feeble”, in *Journal of African History*, vol.17, nº. 3, London, 1976, pp. 389-416.
- VAIL, Leroy, “The political economy of east-central Africa”, in BIRMINGHAM, David e MARTIN, P. M. (eds.), *History of Central Africa*, vol. 2, London, Longman, 1983, pp. 200-250.

- VAIL, Leroy, e WHITE, Landeg, “Tawany, Machambeiro!: Forced cotton and rice growing on the Zambezi”, in *Journal of African History*, vol. 19, nº. 2, London, 1978, pp. 239-263.
- VAIL, Leroy, e WHITE, Landeg, “The struggle for Mozambique: Capitalist rivalries, 1900-1940”, in *Review*, vol. 3, nº. 2, London, 1979, pp. 243-275.
- VAIL, Leroy, e WHITE, Landeg, *Capitalism and colonialism in Mozambique. A Study of Quelimane District*, London, Heinemann, 1980.
- VAIL, Leroy, e WHITE, Landeg, “Forms of resistance: Songs and perceptions of power in colonial Mozambique”, in CRUMMEY, D. (ed.), *Banditry, rebellion & social protest in Africa*, London, James Currey, 1986, pp. 193-228. Tradução portuguesa pelo Dr. Francisco Agarez, “Formas de resistência: canções e noções de poder na colónia de Moçambique”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº. 2, Lisboa, 1984, pp. 9-62.
- VERSCHUUR, Christine, LIMA, Marluza Corrêa, LAMY, Philippe, e VELASQUEZ, Germán, *Mozambique: Dix ans de solitude...*, Paris, L’Harmattan, 1986.
- VIEIRA, C. A. de Melo, “L’agriculture”, in *Moçambique*, Paris, Exposition Coloniale Internationale, 1931.
- VIEIRA, Sérgio, *Também Memória do Povo*, Maputo, Edição Associação dos Escritores Moçambicanos, 1983.
- VIEIRA, Sérgio, “Vectores da política externa da FRELIMO (1962-1975)”, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 1988. (Seminário em memória de Aquino de Bragança e de Ruth First.)
- VILAR, Pierre, *Iniciação ao Vocabulário da Análise Histórica*, Lisboa, Sá da Costa, 1985.
- WALTER, E. V., *Terror and Resistance: A Study of Political Violence*, New York, 1969.
- WEBSTER, D. J., “The origins of migrant labour, colonialism and the underdevelopment of Mozambique”, in BONNER, P. L. (ed.), *Working Papers in Southern African Studies*, Johannesburg, Institute of African Studies, 1978, pp. 236-279.
- WUYTS, Marc, “Economia política do colonialismo em Moçambique”, in *Estudos Moçambicanos*, nº.1, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 1980, pp. 9-22.

- WUYTS, Marc, *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1987.
- YOUNG, Sherilyn, “Fertility and famine: Women’s agriculture history in Southern Mozambique”, in PALMERS, R. e PARSONS, N. (eds.), *The roots of rural poverty in Central and Southern Africa*, London, Heinemann, 1977, pp. 66-81.
- ZAMPARONI, Vlademir D., “A imprensa negra em Moçambique: A trajetória de O Africano - 1908-1920”, in *África, Revista do Centro de Estudos Africanos*, nº. 11, S. Paulo, USP, 1988.
- ZAMPARONI, Vlademir D., “Aspectos do trabalho forçado em Moçambique, nas décadas de 1910-1920”, in *Não Vamos Esquecer, Boletim Informativo da Oficina de História*, Centro de Estudos Africanos, nº. 2-3, Maputo, 1983.
- ZAMPARONI, Vlademir D., e SOARES, Paulo, “Antologia de textos do jornal O Africano (1908-1919)”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, nº. 22, Rio de Janeiro, 1992.
- ZAMPARONI, Vlademir D., “Lourenço Marques: Espaço urbano, espaço branco?”, in *Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História de África”*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 389-409.

## **Jornais**

### **Publicados em Lisboa:**

- África*, 1931.
- Correio d’ África*, 1921-1923.
- Mocidade Africana (A)*, 1930-1932.
- Tribuna d’ África*, 1931-1932.
- Voz de África (A)*, 1912-1930.

### **Publicados em Lourenço Marques:**

- África*, 1936.
- Africana*, 1933.
- Africano (O)*, 1908, 1909-1918.



*Anseio (O)*, 1936-1937.

*Brado Africano (O)*, 1919-1974.

*Correio (O)*, 1925-1926.

*Democracia*, 1933-1935.

*Direito (O)*, 1931-1933.

*Emancipador (O)*, 1919-1937.

*Evangelho (O)*, 1932-1934.

*Gazeta da Relação de Lourenço Marques*, 1930-1931.

*Ilustrado (O)*, 1933-1934.

*Imparcial*, 1922-1924-1929.

*Imprensa de Lourenço Marques*, 1926.

*Jornal (O)*, 1926, 1936-1937.

*Jornal (O) / Da Liberdade*, 1926.

*Jornal do Comércio*, 1904-1905, 1922-1930.

*Lourenço Marques Guardian*, 1905-1952.

*Lusitânia*, 1932-1938.

*Luso-Africano (O)*, 1916.

*Manifesto*, 1948.

*Moçambique*, 1931-1946.

*Notícias*, 1926-1975.

*Oriente*, 1919-1927.

*Piri-Piri*, 1935.

*Portugal*, 1925-1926.

*República*, 1931.

*Sol (O)*, 1925-1926.

*União*, 1933-1958.

## Anexos

### I. Glossário

Ao longo do texto utilizámos alguns conceitos, sobre os quais importa tecer algumas considerações, no sentido de clarificar a análise. Os mais importantes são sem dúvida, os seguintes: Associativismo; Causa Africana; Clã; Classes Sociais; Clandestinidade; Colonialismo Português; Emancipação; Estado; Grupo de Pressão; Linhagem; Nação; Nacionalismo; Nacionalista; Nativismo; Partido Político; Proto-Nacionalismo; Repressão; Resistência; Violência. Em jeito de glossário, vejamos cada um deles, tal como foram tratados nesta pesquisa:

**Associativismo** – Sociologicamente “*tendência ou movimento dos trabalhadores de se congregarem em associações representativas (órgãos de classe, sindicatos etc.), para a defesa dos seus interesses*”<sup>462</sup>.

**Causa Africana** – Defesa dos interesses da população africana cuja evolução se deu de acordo com o processo histórico. Por exemplo, nas três primeiras décadas do século XX identificação de três zonas de pressão, que interpenetradas constituíam o que o Grémio Africano entendia por defesa da “*causa Africana*”, isto é, Educação, Justiça e Trabalho. Na linguagem d’ *O Brado Africano*, porta-voz do Grémio Africano significava: “*(...) pugnar pela causa dos nativos, pela civilização dos indígenas, pelo direito dos fracos e dos oprimidos*”, daí o apelo, “*este brado a todos os africanos, levantem-se e caminhem. Levantem-se da apatia em que se conservam, da atitude desconfiada perante os povos civilizados, da ignorância, das trevas. Caminhem para o trabalho, para a instrução, para a luz, para a maioria política, para a posse dos seus destino...*”<sup>463</sup>; nas décadas de 40-50, os intelectuais como José Craveirinha e Noémia de Sousa pensavam no levantamento da raça negra; nas décadas de 60-70, a elite africana nos movimentos nacionalistas lutava pela independência.

**Clã** – Trata-se de um grupo constituído por uma ou mais linhagens. “*Pode ser ou não localizado, exógamo (isto quer dizer que, constitui obrigatoriedade procurar o cônjuge, fora do seu grupo de origem) ou não. Os membros de um clã são geralmente incapazes de estabelecer a sua ligação genealógica com o antepassado epónimo (isto*

---

<sup>462</sup> In *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo III, Lisboa, Temas & Debates, 2005, p. 932.

<sup>463</sup> In *O Brado Africano*, de 24.12.1927.

*é, aquele que deu o nome ao clã), o que distingue o clã de uma linhagem, a qual é um conjunto de parentes entre os quais se podem sempre traçar laços genealógicos”*<sup>464</sup>.

**Classes Sociais** – Na teoria marxista, segundo Vladimir Ilich Lenine: “*Chamam-se (...) a grandes grupos de homens que se diferenciam pelo seu lugar no sistema historicamente determinado de produção social, pela sua relação com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelos meios de obtenção e pelo volume da parte de riqueza social de que dispõem*”<sup>465</sup>.

**Clandestinidade** – Tem a sua origem na palavra clandestino, do Latim *clandestinu*, “*qualidade do que é clandestino; o que é efectuado com secretismo, à margem da lei*”<sup>466</sup>. Da luta, legal e ilegal privilegiámos esse último aspecto, secreto e oculto.

**Colonialismo Português** – Domínio político, económico, social e cultural do Estado português sobre territórios não independentes (Colónias) com o objectivo de obter lucros económicos e afirmar a sua soberania além-fronteiras<sup>467</sup>.

**Emancipação** – No *Dicionário Universal de Língua Portuguesa*, do Latim *emancipatione*, “*acto ou efeito de emancipar; alforria; libertação; independência*”<sup>468</sup>.

**Estado** – Segundo Max Weber é a instituição que tem o monopólio da violência legítima na sociedade. Do Latim *statu*, Estado – “*Nação politicamente organizada por leis próprias; conjunto de poderes políticos de uma nação; Governo*”<sup>469</sup>.

**Grupo de Pressão** – Conjunto de indivíduos, com opiniões e interesses idênticos, que intervêm para tornar as decisões do poder, consentâneas com os seus interesses ou ideias.

**Linhagem** – Trata-se de “*um grupo de pessoas descendentes do mesmo antepassado, cujo vínculo de descendência é, genealogicamente, demonstrável e não pressuposto miticamente. A profundidade da linhagem pode variar, mas abrange um número limitado de gerações, tantas quantas são recordadas, do primeiro antepassado*”<sup>470</sup>.

---

<sup>464</sup> In *História de Moçambique*, vol. I, p.144.

<sup>465</sup> *Op. cit.*, *Idem*, pp. 144-145. Cf. *Pequeno Dicionário de Economia*, Lisboa, Prelo Editora, 1974, pp. 21-23.

<sup>466</sup> Ver *Dicionário Universal de Língua Portuguesa*, Lisboa, Texto Editora, 1988, p. 349.

<sup>467</sup> Cf. AAVV, *Dicionário Breve de História*, Lisboa, Ed. Presença, 1996, p. 46.

<sup>468</sup> *Op. cit.*, p. 544.

<sup>469</sup> *Idem*, p. 630.

<sup>470</sup> In *História de Moçambique*, vol. I, p. 151.

**Nação** – No dizer de Fernando Pessoa, “*as nações todas são mistérios / cada uma é um todo, o mundo a sós*” ou “*a minha Pátria é a língua portuguesa*”<sup>471</sup>. Na afirmação de Rui de Noronha, poeta moçambicano, a Pátria é o lugar onde se nasceu. Moçambique era pois, a sua terra, a sua Pátria. No dicionário consultado, a definição em síntese: “*Conjunto de indivíduos que constituem ou constituíram uma sociedade política autónoma (Estado) ou, pelo menos, ligados por uma comunhão de cultura e de tradições (em que a identidade de língua, de religião ou de raça são importantes, sem serem necessárias) que condicionam ou lhes fazem desejar essa autonomia*”; ou, de um forma ainda mais abrangente: “*conjunto de indivíduos unidos pela consciência nacional (interesses, necessidades, e aspirações... Lat. natione)*”<sup>472</sup>.

**Nacionalismo** – Consciência que indivíduos ou grupo de indivíduos adquirem da sua pertença a uma nação, compreendendo noções como a terra natal, as tradições familiares e o respeito pelas autoridades legítimas. “*Preferência pelo que é próprio da nação a que se pertence; doutrina política que faz da nação um absoluto; patriotismo intelectualizado e arvorado em doutrina*”<sup>473</sup>.

**Nacionalista** – Ao movimento político e ao indivíduo que lutaram pela libertação de Moçambique, do regime colonial adjetivámo-los de nacionalistas, isto é, “*que diz respeito à independência e aos interesses da nação; patriótico; pessoa partidária do nacionalismo*”<sup>474</sup>.

**Nativismo** – Como um movimento social, que parte de um “*esforço consciente, deliberado e organizado empreendido por alguns membros de uma sociedade com o fim de criar uma cultura mais satisfatória. O objectivo (...) no nativismo é limpar a sociedade de estranhos indesejáveis, de elementos culturais de origem estrangeira, ou de ambos*”<sup>475</sup>.

**Partido Político** – Organização que tem como fim último, conquistar o poder. “*Conjunto de pessoas que seguem as mesmas ideias, especialmente em política*”<sup>476</sup>.

---

<sup>471</sup> In *O Livro do Desassossego*, Lisboa, Ática, 1982, p. 17.

<sup>472</sup> In *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, p. 983. Cf. Graça, Pedro Borges, *op. cit.*, pp. 7-9 (Prefácio de Adriano Moreira) e pp. 138-140.

<sup>473</sup> *Idem, idem.*

<sup>474</sup> *Idem, idem.*

<sup>475</sup> Cf. Anthony F. C. Wallace, “Nativismo e Revivalismo”, in SILLS, David L. (direc.), *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, vol. 7, Aguilar, 1976, pp. 325-329.

<sup>476</sup> In *Dicionário Universal de Língua Portuguesa*, p. 1088.

**Proto-Nacionalismo** – Emergência, primeiros sinais de uma consciência nacional própria. Da análise de texto, constata-se a permanência de dois elementos básicos – o negro (a ele associada a imagem da raça, com toda a sua força, beleza e tradição) e o africano português, afro-luso (associado à ideia de civilização e de cidadão, sob a soberania portuguesa).

**Repressão** – Do Latim *repressione*, “*acto ou efeito de reprimir*”. O que significa: “*suster a acção ou o movimento de; conter; soffrear; sustar; moderar; coibir; proibir por meio de castigo; oprimir; castigar; refrear*”<sup>477</sup>.

**Resistência** – Do Latim *resistentia*, “*acto ou efeito de resistir; qualidade de um corpo que anula os efeitos ou a força de outro; opposição; obstáculo; reacção; defesa...*”<sup>478</sup>. Considerado pela filosofia da Luzes, como um direito que tem os povos quando o seu príncipe se afasta do cumprimento das leis. Consignado, na “*Declaração da Independência dos E.U.A.*”, a 4 de Julho de 1776 e na “*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*”, a 24 de Agosto de 1789, em tempo da Revolução Francesa.

**Violência** – Do Latim *violentia*, “*qualidade do que é violento; acto violento; acto de violentar; ímpeto ofensivo; veemência; irascibilidade; tirania; abuso da força; opressão; constrangimento exercido sobre uma pessoa para a obrigar a fazer ou a deixar de fazer um acto qualquer; coacção*”<sup>479</sup>. No texto analisou-se a violência revolucionária face à do regime colonial.

## II. Quem é quem?

### Governantes

Vítor Hugo de Azevedo Coutinho – Capitão-de-Fragata. Alto-Comissário, (1924-1926).

Artur Ivens Ferraz – Coronel. Governador interino, (1926).

---

<sup>477</sup> *Op. cit.*, p. 1236.

<sup>478</sup> *Idem*, p. 1239.

<sup>479</sup> *Idem*, p. 1461.

José Ricardo Pereira Cabral – Coronel. Governador-Geral, (1926-1938).  
José Nunes de Oliveira – Doutor. Governador interino, (1938-1940).  
José Tristão de Bettencourt – General. Governador-Geral, (1940-1947).  
Gabriel Maurício Teixeira – Oficial da Marinha. Governador-Geral, (1947-1958).  
Pedro Correia de Barros – Capitão-de-fragata. Governador-Geral, (1958-1961).  
Manuel Maria Sarmiento Rodrigues – Oficial da Marinha. Governador-Geral, (1961-1964).

### **Membros da Direcção do Grémio Africano / Associação Africana**

Abdul Mutualibo Abuxahama – Suplente da direcção, (1926 e 1928).  
Alberto Ferreira – 2º. Aspirante na Curadoria dos Indígenas Portugueses na União Sul – Africana, (1930). Vogal suplente da direcção, (1926); membro do Conselho Fiscal, (1929); 1º. Secretário da direcção, (1932); Tesoureiro, (1933).  
Alfredo Amedane – Membro efectivo do Conselho Fiscal, (1933).  
Amancio Noronha – Funcionário público dos C. F. L. M. 1º. Secretário da Assembleia- Geral, (1933).  
António Caetano Gomes – Empregado público. Membro do Conselho Fiscal, (1926).  
António José Pereira – Condutor. Membro suplente da direcção, (1933).  
António Maria da Silveira – 1º. Aspirante, 2º. Secção da 3º. Divisão (Exploração Eléctrica), na Direcção dos Correios e Telégrafos, (1931). Secretário da direcção, (1929); Presidente da Assembleia-Geral, (1930).

António Rui de Noronha – Poeta, jornalista, redactor d' *O Brado Africano*. Aspirante nos C. F. L. M., (1930). 2º. Secretário da direcção, (1932); Vogal suplente da direcção, (1933).

Armando Correia – Tesoureiro da direcção, (1926).

Augusto Frederico – Membro suplente do Conselho Fiscal, (1926); 2º. Secretário da Assembleia-Geral, (1929-1930).

Augusto Honguana – Membro suplente do Conselho Fiscal, (1933).

Bento Mesquita Pimentel – Serralheiro. 1º. Secretário da Assembleia-Geral, (1929); membro do Conselho Fiscal, (1930 e 1933).

Carlos Albasini – Vice-Secretário da direcção, (1926). Editor d' *O Brado Nativo da Província de Moçambique*, (1926), continuando *O Brado Africano*.

Edmundo Benedito da Cruz – Jornalista, Amigo de António Rui de Noronha. Membro do Conselho Fiscal, (1929).

Estácio Bernardo Dias – Recebedor da Repartição da Fazenda do Chai-Chai (Gaza), (1915); transferido com a mesma função para Lourenço Marques. Jornalista d' *O Brado Africano*, na década de vinte. Presidente da direcção, (1926); Presidente da Assembleia-Geral, (1932); Director d' *O Brado Africano*, (1935).

Eugénio da Silva Júnior – Compositor de 3º. Classe, assalariado na Imprensa Nacional, (1927). Vogal suplente da direcção, (1926, 1928-1929); membro do Conselho Fiscal, (1931); Vogal suplente da direcção, (1933). Editor d' *O Brado Africano*, membro do corpo redactorial e da administração, (1935).

Francisco Dias Morgado – Jornalista d' *O Brado Africano*. 2º. Secretário da direcção, (1933).

Francisco de Haan – Chefe de Estação de 2º. classe dos C. F. L. M., (1930). Vogal da direcção, (1929); Secretário da direcção, (1930); Vogal da direcção, (1932). Jornalista d' *O Brado Africano*, membro do corpo redactorial e administrativo, (1935).

Francisco Pedro Madjaneuse Bemfica – Tipógrafo. Vogal suplente da direcção, (1926); Membro do Conselho Fiscal, (1928-1929); Vogal da direcção, (1931).

Frederico E. dos Santos – 2º. Secretário da Assembleia-Geral, (1933).

Gastão Estanislau da Silveira – 2º. Secretário da Assembleia-Geral, (1926); Presidente da Assembleia-Geral, (1929).

Gerard Pott – Membro efectivo do Conselho Fiscal, (1933).

Inácio Guimarães de Magaia – Membro suplente do Conselho Fiscal, (1928).

Jaime Comiche – Membro suplente do Conselho Fiscal, (1933).

João Carlos dos Santos – Amigo do poeta António Rui de Noronha e irmão da sua mulher. Vogal suplente da direcção, (1933). Jornalista d' *O Brado Africano*, membro do corpo redactorial e administrativo, (1935).

João Lopes Soverano Júnior – 2º. Secretário da Assembleia-Geral, (1932).

Joaquim António Sibanhana – Oficial de diligências do Concelho de Lourenço Marques, (1915-1931). Membro suplente da direcção, (1928).

Joaquim Manuel Dourado – Compositor na Imprensa Nacional, (1931). Vice-Secretário da direcção, (1929). Jornalista e membro do corpo redactorial d' *O Brado Africano*, substituiu António Rui de Noronha como Secretário da Redacção, (1935).

Joaquim Swart – Propagandista nas terras de Gaza, sobre a agricultura indígena, na década de trinta. Secretário da direcção, (1926). Jornalista e Administrador-Secretário d' *O Brado Africano*, (1921).

Johnston Sazuze – Empregado no Consulado Geral da Grã-Bretanha em Lourenço Marques, (1922). Membro do Conselho Fiscal, (1926).

José António da Cruz – 2º. Aspirante da 4ª. secção (Telégrafos), da Estação Central na Direcção dos Correios e Telégrafos, (1930). Membro do Conselho Fiscal, (1926 e 1929); Tesoureiro da direcção, (1928).

José Francisco Albasini, (Bandana) – Irmão de João dos Santos Albasini, um dos fundadores do Grémio Africano, (1908). Os irmãos Albasini fundaram *O Africano*, (1908) e *O Brado Africano*, (1919). Despachante Oficial, (1916); Agricultor nas Mahotas, (1929). Vogal da direcção, (1926); Presidente da direcção, (1928-1929 e 1931). Editor da Revista mensal ilustrada *A Africana*, (1933).

José de Oliveira Calado – 2º. Aspirante da Imprensa Nacional, (1929); 1º. Aspirante, (1930). 1º. Secretário da direcção, (1933).

José Wilson – Enfermeiro. Membro suplente do Conselho Fiscal, (1926).

Karel Pott – Advogado. Presidente da direcção, (1933). Amigo de António Rui de Noronha.



Leopoldo Adão – Presidente da Assembleia-Geral do Grupo Desportivo João Albasini.

Mário António Pereira – Vogal da direcção, (1933).

Mário Ferreira – Jornalista. 1º. Secretário da Assembleia-Geral, (1930); 2º. Secretário da direcção, (1932).

Miguel da Mata – Jornalista. Membro do corpo redactorial e administrativo d' *O Brado Africano*, (1935). Amigo de António Rui de Noronha.

Paulo Brown Dulela – Empregado comercial. Membro efectivo do Conselho Fiscal, (1922). Fundador e Presidente do Instituto Negrófilo, (1933).

Paulo Correia de Brito – Membro suplente do Conselho Fiscal, (1933).

Pedro Crisóstomo do Amaral – Assalariado. Membro suplente do Conselho Fiscal, (1928).

Rodrigo José da Cunha Amaral – Auxiliar da Missão Portuguesa da Munhuana. Vogal suplente da direcção, (1926 e 1928). Colaborador na secção landina d' *O Africano*, (1917) e d' *O Brado Africano*, (1927).

Romão Zuzarte – Médico. Consultas gratuitas aos pobres no Grémio Africano, (1928).

Tomas de Abreu Bastos – 1º. Oficial da Repartição de Fazenda de Lourenço Marques, (1930). Membro do Conselho Fiscal, (1923); Presidente da Assembleia-Geral, (1926); Vogal da direcção, (1933).

Tomé António Fornasini – Proprietário, (1915). Membro suplente da direcção, (1926 e 1928); Vogal da direcção, (1929); Membro do Conselho Fiscal, (1932).

Valigi Ramechande Tricamgi – Membro suplente do Conselho Fiscal, (1928).

Victoriano Pereira – Tesoureiro da direcção, (1932).

William Wilson – Cantineiro em Xinavane. Vogal da direcção, (1926, 1929-1930).

### **Membros da Direcção do N. E. S. A. M.**

Adolfo Libombo – Maquinista dos C. F. L. M. Irmão de Edmundo Libombo. Dirigente da Secção Desportiva, (1960).

Adolfo Manhiça – Trabalhador do Banco de Moçambique. Dirigente da Secção de Festas e Sub-director do jornal, (1960).

Albano Marcelino Comiche – Funcionário do Banco Popular de Desenvolvimento. Vogal suplente da direcção, (1961).

Alberto Chissano – Irmão de Joaquim Chissano. Dirigente da Secção Teatral, (1960).

Albino Sive – Empresário. Vogal da Assembleia-Geral, (1962).

Alfredo Mabombo – Funcionário de um banco. Dirigente da Secção Desportiva, (1960).

Anselmo (Castigo) Lino Magaia – Trabalhador dos C. F. L. M. Diplomata, 1º. Secretário na Suazilândia. Tesoureiro da direcção, (1960). Vogal suplente da direcção, (1961).

António Venâncio – Membro do Conselho Fiscal, (1962).

Aquiles Mabilana – Vogal suplente da direcção, (1962).

Argentina Celeste Nomboro – Trabalhadora na Aeronáutica Civil. Vogal suplente da direcção, (1960).

Armando Emílio Guebuza – Presidente da República. Empresário. Chefe da bancada do Partido FRELIMO, na Assembleia da República. Vogal da direcção, (1961); 2º. Secretário, (1962).

Aurora Nomboro – Médica. Dirigente da Secção de Festas, (1960).

Boaventura Dumangane – Professor universitário, na Faculdade de Direito e funcionário na administração estatal. Dirigente da Secção de Festas, (1960).

Carmen Maximiano – Bibliotecária no C. E. A. Irmã de Eulália Maximiano. Adjunta da direcção do jornal, (1960).

Charles Maphanga – Trabalhador dos C. F. L. M. 2º. Secretário da direcção, (1961); 1º. Secretário da direcção, (1962).

Cristina Elizabeth Tembe – Médica. Vogal suplente da direcção, (1960 e 1962).

Daniel Pessane Mabota – Vogal da direcção, (1961).

Enoque Libombo – Irmão de Edmundo Libombo. 1º. Vogal da direcção, (1960).

Francisco (Chico) Manuel Malauene – Empresário. Casado com Joana Simeão. Adjunto da direcção do jornal, (1960).

Goodwin Mata – Músico (pianista). Tesoureiro da direcção, (1961-1962).

Gustavo da Glória Teófilo – Funcionário público, na Estatística. 2º. Vogal da direcção, (1960); Vogal da Assembleia-Geral, (1962).

Henrique Mateus Simango – 3º. Vogal da direcção, (1960).

Hirondina José David – Vogal suplente da direcção, (1960-1961).

Isolina Profírio Manhiça – Professora do Magistério Primário. Irmã de Adolfo Manhiça. Vogal suplente da direcção (1960).

Jaime Mate – Trabalhador da administração do Hospital Central de Maputo. 1º. Secretário da direcção, (1961); Presidente da direcção, (1962).

Janett Maximiano – Dirigente da Secção Teatral, (1960); 2º. Secretária da direcção, (1961).

Joaquim Chissano – Presidente da República. Dirigente da Secção Teatral, (1960).

Jorge Mabay Tembe – Regente Agrícola. Investigador no I. N. I. A. Irmão de Cristina Tembe 1º. Secretário da direcção, (1960).

José Filipe Nhancale – Professor nos E. U. A. Presidente da direcção, (1960); Vice-Presidente da direcção, (1962).

José Nelson Felisberto Machatine – Empresário. Filho do Régulo Machatine. Vice-Presidente da direcção, (1960).

Júlio Jeremias Maval – Secretário da Assembleia-Geral, (1962).

Lázaro dos Santos – Atleta (ginástica). Trabalhador dos C. F. L. M. Dirigente da Secção Desportiva, (1960).

Leopoldo Maximiano – Irmão de Eulália Maximiano. Relator do Conselho Fiscal, (1962).

Levim Tembe – Inspector dos C. F. L. M. Irmão de Jorge e de Cristina Tembe. Vice-Presidente da direcção, (1961); Presidente da Assembleia-Geral, (1962).

Lina Magaia – Empresária. Deputada da FRELIMO. Vogal suplente da direcção, (1961); 1ª. Vogal da direcção, (1962).

Luís Bernardo Manuel Honwana – Representante de Moçambique na UNESCO (Paris). Ministro da Cultura. Bibliotecário do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique e Presidente do Conselho Fiscal, (1962).

Luísa Chadraca – Funcionária superior da Universidade Eduardo Mondlane, no sector jurídico. Vogal suplente da direcção, (1960).

Magno Augusto da Silva Hunguana – Director da EMOSE (Seguros). Irmão de Teodato Hunguana. Presidente da direcção, (1960).

Manuel Samuel Magaia – Funcionário público. Irmão mais novo de Filipe Samuel Magaia. Vogal suplente da direcção, (1962); Relator do Conselho Fiscal, (1962).

Maria Violante Honwana – Administradora do Banco de Moçambique. Irmã de Luís Bernardo Honwana e 1º. esposa de Comiche. Membro do Conselho Fiscal, (1962).

Orlando Nunes – Trabalhador dos C. F. L. M. Irmão de Joana Nunes. 3º. Vogal da direcção, (1962).

Pascoal Mocumbi – Médico. Ministro da Saúde. 1º. Ministro. Dirigente do jornal, (1960).

Rudolfo Miguel – Membro do Conselho Fiscal, (1962).

Tito Dique – Membro do Conselho Fiscal, (1962).

Vasco Gonçalves – Trabalhador dos C. F. L. M. Membro do Conselho Fiscal, (1962).

### **Elementos Macondes Ligados à MANU**

Afate Arrussane – Natural de Malane, encontrava-se no Tanganica em 1962.

Ali Lidebe – Casado, alfaiate. Ligação com Lázaro Ncavandame.

Cosme Paulo – Detido em Mueda a 27.04.1961. Com residência fixa em Gaza.

Dalombe Dimule – Casado, trabalhador. Ligação com Lázaro Ncavandame.

Elias Nandengo – Casado, trabalhador. Ligação com Lázaro Ncavandame.

Focas(sse) Adebe – Casado, trabalhador. Ligação com Lázaro Ncavandame.

Faustino Ferreira Cesteiro Vanombe – Trabalhador no Tanganica. Em Dar-Es-Salaam esteve ligado à “Sociedade dos Africanos de Moçambique”, que deu lugar à MANU.

Feleciano Chongoli Pinde – Natural do grupo de povoações Ciebo, da regedoria Chingama, da circunscrição dos Macondes. Fundador de uma associação no

Tanganica, denominada “Tanganica Moçambique Maconde Union”, que deu lugar à MANU.

Gaspar Vandioacaeca – Casado, trabalhador. Ligação com Lázaro Ncavandame.

Germano Chinna, (Chimba) – Detido em Mueda em 16 de Junho de 1960. Libertado em Porto Amélia (Pemba) em 17 de Junho de 1962. Tentou enviar uma carta à MANU, para Dar-Es-Salaam ou Lindi, a 7 de Setembro de 1962.

Lázaro J. Ncavandame – Filho do Chefe das povoações de Ncavandame. Fixou-se na circunscrição dos Macondes em 1947 ou 1948. Ia com frequência ao Tanganica. Em 1954 começou a dedicar-se à cultura algodoeira. Fundador da “Sociedade Agrícola Algodoeira Voluntária dos Africanos de Moçambique”. Membro da MANU e da FRELIMO.

Lázima Datama – Detido em Mueda, em 27.04.1961. Com residência fixa em Gaza.

João Ambrósio – Trabalhador no Tanganica. Secretário da “Sociedade dos Africanos de Moçambique”, que deu origem à MANU.

João Cornélio Mandanda – Casado, trabalhador. Ligação com Lázaro Ncavandame.

João Namimba – Casado, agricultor. Ligação com Lázaro Ncavandame.

Madesta Yossufo – Detido em Mueda a 27.04.1961. Com residência fixa em Manica e Sofala.

Manemo Mitudo – Casado, carpinteiro. Ligação com Lázaro Ncavandame.

Mariano Timaueto, (Tumiaueto) – Detido em Mueda a 27.04.1961. Com residência fixa em Manica e Sofala.

Moisés Nauva – Casado, trabalhador. Ligação com Lázaro Ncavandame.

Namatite Namba Joacale – Natural e residente em Cunapanlo, da regedoria Cavanga, posto de Muidumbe, do Concelho de Mocímboa da Praia. Casado, agricultor. Foi acusado de ter composto canções, relatando os factos ocorridos em Mueda, a 16 de Junho de 1960, “com intenção e letra subversiva”.

Pires Joaquim Namuimba – Vice-Presidente da associação “Tanganica Moçambique Maconde Union”, que deu lugar à MANU.

Que(i)brite Diu(v)ane – Vice-Presidente da “Sociedade dos africanos de Moçambique”, que deu lugar à MANU.

Simão N’Chucha – Detido em Mueda a 27.04.1961. Com residência fixa em Lourenço Marques, em local afastado da cidade.

Simone Chambamba – Detido em Mueda a 27.04.1961. Com residência fixa em Inhambane.

Tiago Pedro Mula Mulombe – Natural da regedoria de Imbuo, Mueda. Foi “um dos principais cabecilhas do “Movimento de Sublevação Maconde”. Preso pela PIDE cumpriu pena no Concelho dos Muchopes, em Manjacaze. Fugiu para o Tanganica.

Titico Funde - Detido em Mueda a 27.04.1961. Com residência fixa em Inhambane.

### III. Lista de associações

- 1 Academia de Música de Moçambique, (1954).
- 2 Aero-Clube de Moçambique, (1928-1964).
- 3 Aero-Clube de Tete, (1961-1966).
- 4 Aero-Clube do Niassa, Ex-Clube do Alto Niassa, 1947-1965).
- 5 Associação “Hindu Mitra Mandal”, (1939-1943).
- 6 Associação “Jardim Zoológico da Província de Moçambique”, (1929-1963).
- 7 Associação Académica de Lourenço Marques, (1931-1965).
- 8 Associação Africana da Província de Moçambique, (1916-1971).
- 9 Associação Africana da Zambézia, Ex-Grémio Africano de Quelimane,  
(1931-1959).
- 10 Associação Africana de Beneficência da Manhiça, (1936-1964).
- 11 Associação Africana de Futebol da Beira, (1958).
- 12 Associação Africana de Gaza, (1928).
- 13 Associação Africana de Inhambane, (1959-1964).
- 14 Associação Africana de Instrução, Beneficência e Recreio de Inhambane,  
(1918-1964).
- 15 Associação Afro-Maometana de Moçambique, (1950-1963).
- 16 Associação Católica, (1931-1945).
- 17 Associação Chinesa «Chee Kung Tong», (1926-1926).
- 18 Associação Comercial de Inhambane, (1919-1932).
- 19 Associação Comercial de Lourenço Marques, (1911-1974).
- 20 Associação Comercial de Moçambique (Ilha de Moçambique), (1921-1948).
- 21 Associação Comercial dos Lojistas da Colónia de Moçambique, (1933-  
1946).
- 22 Associação Comercial Indiana de Cabo Delgado, (1931).
- 23 Associação Comercial Indiana do Niassa, (1945-1952).
- 24 Associação Cultural e Recreativa do Limpopo, (1960-1966).
- 25 Associação da Colónia Portuguesa na União da África do Sul, (1939).
- 26 Associação de Árbitros de Futebol de Cabo Delgado, (1961).
- 27 Associação de Atletismo de Lourenço Marques, (1953).
- 28 Associação de Basket-Ball de Lourenço Marques, (1937-1963).
- 29 Associação de Beneficência - A Solidariedade Chinesa, (1954-1963).

- 30 Associação de Beneficência “Casa de Itália”, (1949-1973).
- 31 Associação de Beneficência “João Ferreira dos Santos”, (1950-1963).
- 32 Associação de Beneficência Chinesa da Beira, (1946-1949).
- 33 Associação de Beneficência da Igreja do Evangelho Completo de Deus da Província de Moçambique, (1954-1955).
- 34 Associação de Beneficência Israelita «Honen Dalin», (1921-1973).
- 35 Associação de Ciclismo de Lourenço Marques, (1954-1964).
- 36 Associação de Desportos do Distrito de Gaza, (1960-1974).
- 37 Associação de Foot-Ball Africano de Lourenço Marques, (1934-1956).
- 38 Associação de Futebol da Beira, (1959-1974).
- 39 Associação de Futebol de Lourenço Marques, (1926-1960).
- 40 Associação de Futebol de Quelimane, (1949-1952).
- 41 Associação de Futebol do Distrito de Inhambane, (1960-1966).
- 42 Associação de Maometanos de Sofala, (1949-1953).
- Associação de Mútuo Auxílio e Socorro dos Africanos da Colónia de
- 43 Moçambique, (1943).
- 44 Associação de Natação de Lourenço Marques, (1951-1966).
- 45 Associação de Natação de Quelimane, (1950-1965).
- 46 Associação de Patinagem de Lourenço Marques, (1950-1960).
- 47 Associação de Patinagem do Distrito de Manica e Sofala, (1959-1971).
- 48 Associação de Protecção à Criança, (1954-1972).
- 49 Associação de Protecção da Natureza de Moçambique, (1959-1975).
- 50 Associação distrital de Desportos da Beira, (1961-1968).
- 51 Associação Distrital de Natação de Lourenço Marques, (1960-1965).
- 52 Associação do Comércio e Indústria de Tete, (1921-1974).
- 53 Associação do Fomento do Distrito de Quelimane, (1921-1956).
- 54 Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra, (1954-1967).
- 55 Associação dos Chauffeurs da Província de Moçambique, (1920-1941).
- Associação dos Construtores Civis e Mestres-de-Obras da Colónia de
- 56 Moçambique, (1924- 1940).
- Associação dos Doadores de Sangue da Província de Moçambique, (1957-
- 57 1964).
- Associação dos Empregados do Comércio e Indústria de Lourenço Marques,
- 58 (1925-1941).
- 59 Associação dos Europeus Chefes de Família, (1925-1927).
- 60 Associação dos Médicos da Colónia de Moçambique, (1927-1928).



- 61 Associação dos Naturais de Quelimane, (1948-1949).
- 62 Associação dos Socorros Mútuos Anyuan Anuaril Isslamo, (1925-1974).
- 63 Associação dos Velhos Colonos, (1921-1971).
- 64 Associação Hindu da Zambézia, (1937).
- 65 Associação Humanitária Lusitana da Zambézia, (1947-1963).
- 66 Associação Islâmica da Colónia de Moçambique, (1939-1940).
- Associação Luso-Ariana, Ex-Associação dos Trabalhadores Hindus Bharate  
67 Samaj, (1932-1968).
- Associação Luz Espiritual dos Negros Portugueses da Colónia de  
68 Moçambique, (1946-1950).
- 69 Associação Mahometana de Moçambique, Seita Suni, (1928-1966).
- 70 Associação Maometana Comoreana, (1931-1946).
- 71 Associação Provincial de Futebol de Moçambique, (1960-1976).
- 72 Associação Recreativa Africana de Moatize, (1959).
- 73 Associação Recreativa do Luabo, (1962-1965).
- 74 Associação Regional Monte Alentejano, na Beira, (1959).
- 75 Ateneu de Arte de Nampula, (1957-1960).
- Atlético Clube de Lourenço Marques, Ex – Grupo Atlético Nacional, (1926-  
76 1965).
- 77 Automóvel e Touring Clube de Moçambique, (1949-1965).
- 78 Bombeiros Voluntários de Lourenço Marques, (1931-1973).
- 79 Caixa de Auxílio dos Empregados dos Correios e Telégrafos, (1916-1938).
- Caixa de Socorros dos Enfermeiros Nativos dos Serviços de Saúde, (1950-  
80 1953).
- 81 Casa da Madeira, (1937-1969).
- 82 Casa das Beiras, (1938-1968).
- 83 Casa de Goa, Ex-Associação Indo-Portuguesa, (1913-1971).
- 84 Casa de Lisboa, na Beira, (1956-1961).
- 85 Casa do Alentejo, (1954-1965).
- 86 Casa do Algarve de Manica e Sofala, (1954-1956).
- 87 Casa do Algarve, (1953-1958).
- 88 Casa do Funcionário, (1949-1973).
- 89 Casa do Minho, (1956-1959).
- 90 Casa dos Poveiros da Província de Moçambique, (1953-1957).
- 91 Casa dos Trabalhadores, (1921-1938).
- 92 Casa Regional do Porto, (1954-1955).

- 93 Casa Regional do Porto, em Nampula, (1959-1962).
- 94 Centro Africano da Zambézia, (1956).
- 95 Centro Africano de Manica e Sofala, (1947-1959).
- 96 Centro associativo dos Negros da Província de Moçambique, (1932-1974).
- 97 Centro Cultural dos Novos, (1936).
- 98 Centro de Cultura e Arte da Beira, (1935-1974).
- 99 Centro Hípico da Beira, (1957-1962).
- 100 Centro Hípico de Chimoio, (1962-1963).
- 101 Centro Hípico de Lourenço Marques, (1950-1966).
- 102 Centro Hípico de Nampula, (1961-1973).
- 103 Centro Hípico de Quelimane, (1958-1974).
- 104 Centro Hípico de Tete, (1962).
- 105 Centro Indo-Português de Quelimane, (1960-1965).
- 106 Centro Recreativo Indo-Português, (1952-1971).
- 107 Centro Republicano «Couceiro da Costa», (1917-1945).
- 108 Cine-Clube da Beira, (1956-1957).
- 109 Cine-Clube de Lourenço Marques, (1957-1971).
- 110 Cine-Clube de Quelimane, (1959).
- 111 Círculo de Cultura Musical, (1950-1954).
- 112 Círculo de Teatro de Moçambique, (1959-1968).
- 113 Clube Africano de Angoche, (1948-1960).
- 114 Clube Africano de Nampula, (1959-1964).
- 115 Clube Africano de Tete, (1931).
- 116 Clube Africano de Tete, (1962-1972).
- 117 Clube Artístico dos Cabeleireiros de Moçambique, (1962).
- 118 Clube Atlético da Beira, (1954-1959).
- 119 Clube Atlético de Montepuez, (1946-1960).
- 120 Clube Atlético de Quelimane, (1947).
- 121 Clube da Moamba, (1937-1966).
- 122 Clube da Namaacha, (1947-1964).
- 123 Clube de Campismo de Moçambique, (1954-1957).
- 124 Clube de Futebol de Mueda, (1960-1968).
- 125 Clube de Futebol os Belenenses de Lourenço Marques, (1950-1972).
- 126 Clube de Golfe da Polana, Ex-Clube da Polana, (1934-1963).
- 127 Clube de Inhambane, (1929-1960).
- 128 Clube de Manjacaze, (1958).

- 129 Clube de Milange, (1962).
- 130 Clube de Mocímboa da Praia, (1949-1965).
- 131 Clube de Mocímboa da Praia, (1962).
- 132 Clube de Namialo, (1960).
- 133 Clube de Pesca Desportiva de Jangamo, (1962-1966).
- 134 Clube de Pesca Desportiva de Lourenço Marques, (1959-1968).
- 135 Clube de Ténis de Lourenço Marques, (1929-1967).
- 136 Clube de Xadrez da Colónia de Moçambique, (1938).
- 137 Clube de Xinavane, (1948-1949).
- 138 Clube de Zavala, (1961).
- 139 Clube Desportivo da Beira, (1958-1961).
- 140 Clube Desportivo da Malhangalene, (1935-1963).
- 141 Clube Desportivo da Matola, (1961).
- 142 Clube Desportivo da Maxixe, (1959).
- 143 Clube Desportivo de Boane, (1961).
- 144 Clube Desportivo de Gaza, (1953).
- 145 Clube Desportivo de S. José, (1937-1966).
- 146 Clube Desportivo do Alto-Maé, (1938-1961).
- 147 Clube Desportivo do Ibo, (1946-1962).
- 148 Clube Desportivo Indiano da Beira, (1945-1946).
- 149 Clube Desportivo Indo-Britânico de Lourenço Marques, (1942-1967).
- 150 Clube Desportivo Indo-Português, (1923-1966).
- 151 Clube do Bilene, (1960).
- 152 Clube do Chibuto, (1953-1961).
- 153 Clube do Dondo, (1962).
- 154 Clube do Gúruè, (1951-1964).
- 155 Clube do Mossuril, (1954-1959).
- 156 Clube do Niassa, (1940-1969).
- 157 Clube dos Caçadores de Lourenço Marques, (1946-1950).
- 158 Clube Ferroviário de Moçambique, (1924-1960).
- 159 Clube Filatélico e Numismático de Moçambique, (1951-1967).
- 160 Clube Gazense de Lourenço Marques, (1937-1964).
- 161 Clube Helénico da Beira, (1962).
- 162 Clube Mahometano de Inhambane, (1941).
- 163 Clube Marítimo de Desportos, (1952-1974).
- 164 Clube Náutico da Beira, (1951-1959).

- 165 Clube Náutico da Maxixe, (1959-1973).
- 166 Clube Náutico de Chicamba, (1962-1967).
- 167 Clube Náutico e Recreativo de Vilanculos, (1959-1974).
- 168 Clube Naval de Lourenço Marques, (1915-1967).
- 169 Clube Oriental de Lourenço Marques, (1952-1954).
- 170 Clube Recreativo «Sá da Bandeira», (1927-1927).
- 171 Clube Recreativo Africano de Gaza, (1947-1948).
- 172 Clube Recreativo de Mambone, (1959).
- 173 Clube Recreativo do Búzi, (1948-1959).
- 174 Clube Recreativo dos Empregados da Companhia do Boror, (1951).
- 175 Clube Recreativo e Desportivo do Alto Molócuè, (1958-1966).
- 176 Clube Tauromáquico de Lourenço Marques, (1950-1972).
- 177 Clube Vasco da Gama de Gaza, (1960-1962).
- 178 Comunidade Maometana do Búzi, (1956-1960).
- 179 Comunidade Parsi Zoroastrianos de Lourenço Marques, 1939-1944).
- 180 Cooperativa Agrícola da Catembe, (1962-1963).
- 181 Cooperativa Agrícola dos Produtores de Algodão de Maguco, (1962).
- 182 Cooperativa de Fomento do Niassa, (1962-1963).
- 183 Cooperativa de Pescadores na Ilha do Ibo, (1962).
- 184 Cooperativa dos Chia Imani Ismaília de Sua Alteza Aga Khan, (1958-1964).
- 185 Cooperativa Militar, (1948).
- 186 Country Clube da Beira, (1959-1960).
- 187 Cruz vermelha, (1940-1966).
- 188 Escoteiros, (1926-1926).
- 189 Federação portuguesa de Esgrima, Delegação, (1945-1954).
- 190 Fundação Santiago, (1950-1963).
- 191 Futebol Clube da Beira, (1953-1954).
- 192 Futebol Clube de Quelimane, (1955-1970).
- 193 Gabinete de Leitura da Beira, 1961-1962).
- 194 Ginásio de Lourenço Marques, (1951-1973).
- 195 Grémio Casapiano, (1934).
- 196 Grémio Desportivo Ferroviário do Lumbo, (1930-1931).
- 197 Grémio dos Proprietários e Agricultores da Zambézia, (1921-1927).
- 198 Grémio Fraternal, (1927-1938).
- 199 Grémio Lusitano de Beneficência de Lourenço Marques, (1928).
- 200 Grémio Luso-Africano de Moçambique, (1931-1937).

- 201 Grémio Luso-Africano de Tete, (1936).
- 202 Grémio Major Neutel de Abreu, (1936-1937).
- 203 Grupo Atlético de Moçambique, (1927-1927).
- 204 Grupo Coral “Luísa Todi”, (1944).
- 205 Grupo de Amadores do Cinema da Beira, (1953-1956).
- 206 Grupo Desportivo 1º. de Maio, (1923-1969).
- 207 Grupo Desportivo Beira-Mar, (1934-1971).
- 208 Grupo Desportivo da “Nauticus”, (1961-1962).
- 209 Grupo Desportivo da Beira, (1946-1958).
- 210 Grupo Desportivo da Lusalite, (1961-1962).
- 211 Grupo Desportivo da Moçacor, (1961-1962).
- 212 Grupo Desportivo da Namaacha, (1948-1952).
- 213 Grupo Desportivo da Sociedade Colonial de Tabacos, 1960-1965).
- 214 Grupo Desportivo de Inhambane, (1922-1959).
- 215 Grupo Desportivo de Lourenço Marques, (1921-1975).
- 216 Grupo Desportivo de Moçambique, (1956-1961).
- 217 Grupo Desportivo de Tete, (1953-1961).
- 218 Grupo Desportivo do Chamanculo, (1962).
- 219 Grupo Desportivo do Incomati, (1960-1967).
- 220 Grupo Desportivo e Recreativo Textáfrica, (1961-1967).
- 221 Grupo Desportivo Iquebal de Lourenço Marques, (1954-1965).
- 222 Grupo Desportivo João Albasini, (1936-1937).
- 223 Grupo Desportivo Laurentino, (1952).
- 224 Grupo Desportivo Mahafil Isslamo da Maxixe, (1959-1965).
- 225 Grupo Desportivo Mahafil Isslamo, (1929-1965).
- 226 Grupo Desportivo Obras Públicas de Inhambane, (1948-1951).
- 227 Grupo Desportivo Santiago, (1960-1961).
- 228 Grupo Desportivo Zambeziano, em Lourenço Marques, (1961).
- 229 Grupo Dramático Actor Eduardo Brazão, (1947-1950).
- Grupo Recreativo dos Serviços Municipalizados de Água e Electricidade,  
230 (1962-1965).
- 231 Hindu Seva Samgy de Vila de João Belo, (1954-1957).
- 232 Instituto Infantil de Moçambique, (1951-1968).
- 233 Juventude Musical Portuguesa, (1958-1961).
- 234 Liga da Mocidade Africana, 1932-1939).
- 235 Liga da Mocidade para o Progresso Africano, (1953).

- 236 Liga de Defesa Contra o Cancro, (1952-1972).
- 237 Liga de Defesa e de Propaganda da Província de Moçambique, (1928-1960).
- 238 Liga dos Combatentes da Grande Guerra, (1940-1960).
- 239 Liga dos Rádios Emissores de Moçambique, (1937-1972).
- Liga Luso-Africana de Moçambique, Ex-Grémio Luso-Africano, (1939-  
240 1973).
- 241 Liga Muçulmana de Vila Pery, (1948-1964).
- 242 Liga Nacional de Defesa dos Animais, (1926-1952).
- 243 Lutuosa dos Empregados da Boror, (1961).
- Lutuosa dos Empregados dos Correios, Telégrafos e Telefones, (1947-  
244 1972).
- 245 Lutuosa dos Ferroviários, (1957-1959).
- 246 Lutuosa dos Funcionários dos Serviços de Instrução, (1962).
- Lutuosa dos Funcionários dos Serviços de Saúde e de Assistência, (1961-  
247 1969).
- 248 Lutuosa dos Funcionários Municipais de Lourenço Marques, (1961-1962).
- 249 Núcleo de Arte de Moçambique, (1936-1968).
- 250 Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala, (1944-1956).
- Rádio Clube de Moçambique, Ex-Grémio dos Radiófilos da Colónia de  
251 Moçambique, (1932-1976).
- 252 Rádio Pax, (1958-1974).
- 253 Sociedade Artística de Concertos, (1941-1942).
- 254 Sociedade Columbófila de Lourenço Marques, (1958-1975).
- 255 Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, (1938-1972).
- Sociedade de Moçambique para o Fomento de Construção de Casas  
256 (Cooperativa – COOP), (1952-1962).
- 257 Sociedade Helénica de Lourenço Marques, (1928-1952).
- 258 Sociedade Suíça de Beneficência de Moçambique, (1950-1951).
- 259 Solar dos Beirões, (1956-1965).
- 260 Sport Chimoio e Benfica, (1959-1960).
- 261 Sport Clube de Vila Pery, (1959-1961).
- 262 Sport Gurué e Benfica, (1962-1963).
- 263 Sport Lisboa e Beira, (1946-1960).
- 264 Sport Lourenço Marques e Benfica, (1955-1958).
- 265 Sport Machava e Benfica, (1955-1961).
- 266 Sport Nacional Africano, (1935-1946).

- 267 Sport Nampula e Benfica, (1954-1961).
- 268 Sporting Club de Lourenço Marques, (1920-1965).
- 269 Sporting Clube da Beira, (1946-1963).
- 270 Sporting Clube de Massinga, (1961-1962).
- 271 Sporting Clube de Nampula, (1948-1968).
- 272 Sporting Clube Munhuanense Azar, (1935).
- 273 Tertúlia Festa Brava, (1957).
- 274 The Seaman's Institute of Lourenço Marques, (1950-1954).
- 275 União desportiva do Xai-Xai, (1959-1960).
- 276 União dos Negros Lusitanos, (1936-1937).

**IV. Roteiro de fontes**  
**Arquivo Histórico de Moçambique – Maputo**  
**Arquivo da Câmara de Lourenço Marques:**

Representação dos jornais de Lourenço Marques ao Ministro das Colónias, sobre a Lei da Imprensa, 01.07.1931.

Pedido dos Representantes da Imprensa de Lourenço Marques ao Governador-Geral de uma audiência, Lourenço Marques, 10.07.1931.

**Documentação do Fundo do Governo-Geral:**

Pasta C/16 – Imprensa. Leis. Querelas. Habilitações. Censura, 1º. vol., 1926-1936:

Cópia da Carta do Chefe da Repartição Central para o Procurador da República, Lourenço Marques, 09.08.1926.

Telegrama nº. 551, do Governador-Geral ao Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 19.10.1926.

Ofício do Governador-Geral ao Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 29.03.1927.

Ofício do Procurador da República para o Chefe de Repartição do Gabinete, Lourenço Marques, 29.03.1927.

Telegrama de Lisboa, de 04.12.1926, com o Reg. nº. 943 na Repartição do Gabinete do Governador-Geral.

Ofício nº. 104/13/3, do Chefe de Gabinete ao Procurador da República, 28.02.1927.

Telegrama de Lisboa, 24.03.1927, Reg. nº. 182, 25.03.27.

Telegrama do Governador-Geral para o Ministro das Colónias, 25.03.27.

Circular nº. 217/2/9/B, 11.04.1928, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral aos Governadores de Distritos, Directores dos Serviços de Administração Civil e dos Negócios Indígenas.



Cópia nº. 129, do Corpo de Polícia Civil. Investigação Criminal, 3ª. secção, Lourenço Marques, 29.03.1927.

Decifração do telegrama de Lisboa, 26.09.1931, Reg. nº. 516, 29.09.1931.

Cópia do telegrama de Lisboa, 26.10.1931, Reg. nº. 588, 02.11.1931.

Ofício nº. 129/C-16, do Chefe de Gabinete ao Procurador da República, Lourenço Marques, 17.03.1932.

Ofício nº. 392, do Secretário-Geral do M. N. E. ao Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias, Lisboa, 20.12.1933.

Ofício nº. 561, do Secretário da Propaganda Nacional ao Ministro das Colónias, Lisboa, 19.12.1933. Ver o despacho do Governador-Geral José Cabral.

Decifração do telegrama expedido do Gabinete para o Governador-Geral de Moçambique, 29.01.1934.

Exemplar do artigo “Por Vila de Bocage” do jornal *O Emancipador*, Fev.1934.

Ofício nº. 256/C-16, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral para o Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias, 09.06.1934.

Artigo do jornal *O Brado Africano*, intitulado “Por Quelimane”, “Feras à solta”, (denúncia).

Informação do Director Distrital dos Serviços e Negócios Indígenas ao Governador do Distrito de Quelimane, 29.06.1934.

Ofício nº. 2714/K do Quartel-General das Forças do Exército da Colónia de Angola, Confidencial do Governador-Geral de Angola ao Governador-Geral de Moçambique, Luanda, 10.09.1934.

Ofício nº. 842, do Gabinete do Governador do Distrito de Quelimane ao Chefe da Repartição do Gabinete do Governador - Geral, 29.12.1934.

Ofício nº. 288/C-16, do Chefe de Gabinete ao Governador da Província do Sul do Save, Lourenço Marques, 28.09.1935.

Ofício nº. 298/N 2 do Procurador da República ao Governador-Geral, 01.07.1935.

Ofício nº. 414, do Director-Geral da Administração Política e Civil do Ministério das Colónias ao Governador-Geral de Moçambique, 23.03.1936.

Ofício nº. 528/1/25, do Governador do Niassa ao Chefe da Repartição do Gabinete do Governador - Geral, Nampula, 27.03.1936.

Ofício nº. 1.157, Confidencial, do Governador da Província do Sul do Save ao Chefe de Repartição do Gabinete, Lourenço Marques, 16.04.1936.

Ofício nº. 903/C-16, Confidencial, do Governador-Geral ao Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 29.04.1936.

Cópia do decalque da Nota Confidencial nº. 12, da Direcção Provincial dos Serviços de Administração Civil do Niassa ao Eng. Chefe da Brigada de Construção dos C. F. M., Nampula, 01.05.1936.

Ofício nº. 546, Confidencial, do Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias ao Governador-Geral, Lisboa, 05.05.1936.

Ofício nº. 27/1/25, Confidencial do Governador da Província de Niassa ao Chefe de Repartição do Gabinete, Nampula, 24.07.1936.

Informação nº. 31, do Director Interino dos Seviços de Administração Civil, do Governo da Província de Niassa, Nampula, 22.07.1936.

Ofício nº. 530/C/16, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral para o Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 16.09.1936.

Ofício nº. 2.073/C-14, Confidencial, do Governador-Geral Interino ao Encarregado de Negócios de Portugal na União da África do Sul, 24.09.1936

Pasta C/16 – Imprensa. Leis. Querelas. Habilitações. Censura, 2º. vol., 1937-1939:

Ofício nº. 107/C-16, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral ao Procurador da República, 17.02.1937.

Cópia Censura, 14.11.1939

Pasta C/16 – Imprensa. Leis. Querelas. Habilitações. Censura, 3º. vol., 1940-1941:

Carta do advogado Eduardo Saldanha ao Governador-Geral, Lourenço Marques, 12.08.1940.

Ofício nº. 877/C-16, do Chefe de Gabinete ao Presidente da Comissão de Censura à Imprensa de Lourenço Marques, 24.09.1940.

Ofício nº. 60, da Comissão de Censura à Imprensa ao Chefe de Repartição do Gabinete do Governador-Geral, Lourenço Marques, 04.04.1941.

Carta do jornal Lourenço Marques Guardian para o Chefe de Repartição do Gabinete do Governador-Geral, 26.06.1941.

Ofício nº. 800/C-16, do Chefe de Gabinete ao jornalista E. Bayly, Lourenço Marques, 28.11.1941.

Processo C/16 - Imprensa - Censura, Circular nº. 67, do Presidente da Comissão de Censura à Imprensa aos Directores dos Jornais, Lourenço Marques, 22.05.1941.

Ofício nº. 1.802/A-24 e C/16, Confidencial, do Encarregado do Governo ao Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 22.08.1941.

Ofício nº. 679/c-16, do Chefe de Gabinete ao Presidente da Comissão de Censura, Lourenço Marques, 07.10.1941.

Pasta C/16 – Imprensa. Leis. Querelas. Habilitações. Censura, 4º. vol., 1942:

Nota Verbal nº. 28(0) di Prot., do Consulado de Itália para o Chefe de Gabinete do Governador -Geral, 20.04.1942.do telegrama de Lisboa, de 22.07.1937, com o Reg. nº. 770, 23.07.1937.

Ofício s/nº. do jornal Humanidade ao Governador-Geral, Lisboa, 18.10.1938.

Pedido de José Cantine Gabriel dos Santos para editar um jornal mensal em Português e em Landim, com o título “O Negro Lusitano”, 1939.

Confidencial nº. 1.196/C-16, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral ao Presidente da Comissão de

Ofício nº. 1.481/A-24 e C/16, Confidencial do Governador-Geral ao Ministro das Colónias, Lourenço Marques, 01.07.1942.

Ofício s/nº. de Ernest Bayly ao Chefe de Gabinete do Governador-Geral, Lourenço Marques, 21.08.1942.

Pasta C/16 – Imprensa. Leis. Querelas. Habilitações. Censura. 6º. vol., 1944-1947:

Ofício nº. 2, do Cônsul - Geral da Alemanha para o Governador-Geral, 04.07.1944.

Ofício s/nº., do Cônsul-Geral da América ao Governador-Geral, Lourenço Marques, 28.10.1944.

Ofício nº. 3/945, do Presidente da Comissão de Censura ao Chefe de Repartição do Governador-Geral, Lourenço Marques, 10.01.1945, In Apêndice Documental.

Telegrama nº. 12.173, dos Presidentes da Câmara do Comércio, da Associação Comercial, da Associação de Fomento Agrícola, da Associação dos Proprietários e do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria ao Governador-Geral da Colónia de Moçambique e ao Ministro das Colónias, 16.04.1945.

Ofício nº. 3, do Cônsul-Geral da Alemanha ao Governador-Geral da Colónia de Moçambique, Lourenço Marques, 23.02.1945.

Cópia da Informação prestada pelo Comissário da Polícia de Lourenço Marques, 28.02.1945.

Ofício nº. 2, do Cônsul-Geral da Alemanha para o Governador-Geral, 17.03.1945.

Cópia do Ofício nº. 195/C-16, do Chefe de Gabinete do Governador-Geral para o Cônsul- Geral da Alemanha, 23.03.1945.

Ofício nº. 172/C-16, do Chefe de Gabinete ao Presidente da Comissão de Censura, Lourenço Marques, 11.03.1947.

Ofício s/nº., do Presidente da Sociedade de Estudos ao Chefe de Repartição do Gabinete do Governador-Geral, Lourenço Marques, 25.11.1947.

Ofício nº. 1.789/C-8, do Chefe de Gabinete ao Presidente da Sociedade de Estudos, Lourenço Marques, 27.11.1947.

Ofício nº. 4.484/123, do Director dos Serviços Aduaneiros para o Chefe de Repartição do Gabinete do Governador - Geral, 24.11.1948.

Pasta da correspondência trocada entre o jornal *Diário de Moçambique*, da Beira e a comissão de censura, 1950-1960:

Ofício nº. 5/51, do Vogal da Comissão de Censura da Beira para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 03.12.1951.

Ofício nº. 6/51, do Vogal da Comissão de Censura para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 06.12.1951.

Carta s/nº., do Chefe de Redacção do jornal *Diário de Moçambique* para o Vogal da Comissão de Censura da Beira, 07.12.1951.

Circular nº. 8/51, da Comissão de Censura para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 27.12.1951.

Carta s/nº., do Chefe de Redacção do jornal *Diário de Moçambique* para o Capitão J. Augusto Pinto Soares, Vogal da Comissão de Censura à Imprensa, 30.12.1951.

Ofício s/nº., da Comissão de Censura para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 08.06.1953.

Ofício s/nº., do Vogal da Comissão de Censura da Beira para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 27.03.1954.

Cópia da Carta do Padre Francisco Nunes Teixeira, do jornal *Diário de Moçambique* para a Comissão de Censura da Beira, 02.04.1954.

Nota Confidencial do Dr. José Bernardo Barata, Presidente da Comissão de Censura da Beira para o Director do jornal *Diário de Moçambique*, 21.12.1957.

Cartão s/nº., do Presidente da Comissão de Censura para o Chefe de Redacção do *Diário de Moçambique*, 12.01.1958.

Cópia da Carta nº. 38/58, do jornal *Diário de Moçambique* para o Presidente da Comissão de Censura, 13.01.1958.

Ofício Confidencial, do Presidente da Comissão de Censura para o Director do *Diário de Moçambique*, 13.01.1958.

Ofício nº. 5/C/961, do Presidente da Comissão de Censura ao Director do *Diário de Moçambique*, Beira, Jan. 1961.

Prova censurada do artigo “O Ultramar nas Contas Gerais do Estado”, In *Diário de Moçambique*, com o carimbo “Autorizado”, da Comissão de Censura, Beira, 19.04.1960.

Ofício nº. 258/61, do Chefe de Redacção do jornal *Diário de Moçambique* ao Presidente da Comissão de Censura à Imprensa, Beira, 27.01.1961.

Artigo “O Problema da Censura em Moçambique e o Ministro do Ultramar”, In *Notícias*, Lourenço Marques, Ano XXXVI, nº. 11.465, 01.10.1961, 1ª.pág., 1ª.-2ª. col., pág. 19, 6ª.-7ª. col., (Exposição dos “Camaradas da Imprensa e Rádio da Beira” ao Prof. Dr. Adriano Moreira).

Pasta A/18 – Publicações proibidas, 1930-1940:

Ofício nº. 116/936, do Secretário do Conselho de Governo para o Chefe de Repartição do Gabinete, 25.11.1936.

Ofício nº. 1.348/C-16, do Chefe de Gabinete, Eugénio Ferreira de Almeida ao Presidente da Comissão de Censura de Lourenço Marques, 05.08.1948.

Proc. A/7- “Elementos para o relatório de Sua Exc. o Governador-Geral fornecidos pela Comissão Reguladora da Importação da Província de Moçambique”, “Relatório”, 1953.

Revista editada pela Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos.

Proc. A/14, Informação Confidencial n. 7, de 17.10.1946, do Gabinete do Comandante do Corpo da Polícia Civil ao Encarregado do Governo-Geral da Colónia.

Proc. C/1, da tentativa de sublevação da 8ª. Companhia Indígena de Infantaria em Inhambane, 1931.

Proc. C/6. Associações Secretas, 1935-1937.

**Documentação do Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil (D. S. A.C.)**

Cadernos de recenseamento eleitoral, 1906-1962.

Actas das Assembleias de voto, 1906-1962.

Actas da Assembleia de Apuramento do Círculo Eleitoral de Moçambique, da eleição para a Presidência da República, realizada em 08.06.1958.

Processo nº. 58866/10, de 28.10.1961.

Correspondência trocada entre o Centro Republicano Couceiro da Costa e a Direcção dos Serviços de Administração Civil, de 26.09.1939 a 09.10.1945. In Apêndice Documental.

**Agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo:**

Proc. nº. 27/319, da Associação Comercial de Lourenço Marques, 1911-74.

Proc. nº. 27/324, da Casa de Goa, Ex - Associação Indo-Portuguesa, 1913-1971.

Proc. nº. 27/38, da Associação Africana da Província de Moçambique, 1916-1971.

Proc. do Centro Republicano “Couceiro da Costa”, 1917-1945.

Proc. nº. 27/305, da Academia Recreativa Mocidade de Lourenço Marques, 1918-1923.

Proc. nº. 27/311, da Associação Africana de Instrução, Beneficência e Recreio de Inhambane, 1918-1964.

Proc. da Casa dos Trabalhadores, 1921-1938.

Proc. nº. 27/34, da Associação dos Velhos Colonos, 1921-1971. “Relatório” da Comissão Administrativa da Associação dos Velhos Colonos, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1940.

Proc. nº. 27/23, do Grupo Desportivo 1º. de Maio, 1923-1969.

Proc. do Grémio Recreativo de Lourenço Marques, 1924-1925.

Proc. da Associação dos Construtores Cíveis e Mestres de Obras da Colónia de Moçambique, 1924-1940.

Proc. nº. 27/63, do Clube Ferroviário de Moçambique, 1924-1960.

Proc. da Associação dos Europeus Chefes de Família, 1925-1927.

Proc. nº. 27/264, da Associação dos Empregados do Comércio e Indústria de Lourenço Marques, 1925-1941.

Proc. nº. 27/319, da Associação de Socorros Mútuos “Anyuan Anuaril Isslamo”, 1925-1974.

Proc. nº. 27/30, da Associação Chinesa “Chee Kung Tong”, 1926-1926.

Proc. nº. 27/99, da Liga Nacional de Defesa de Animais, 1926-1952.

Proc. da Associação dos Médicos da Colónia de Moçambique, 1927-1928.

Proc. nº. 27/307, da Associação Africana de Gaza, 1928-1928.

Proc. nº. 27/59, da Sociedade Helénica de Lourenço Marques, 1928-1952.

Proc. nº. 27/2, da Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique, 1928-1960.

Proc. do Clube Africano de Tete, 1931-1931.

Proc. do Grémio Luso-Africano de Moçambique, 1931-1937.

Proc. da Associação Católica, 1931-1945.

Proc. nº. 27/497, da Associação Mahometana Comoreana, 1931-1946.

Proc. nº. 27/55, da Associação Africana da Zambézia, Ex-Grémio Africano de Quelimane, 1931-1959.

Proc. nº. 27/46, da Liga da Mocidade Africana, 1932-1939.

Proc. nº. 27/70, do Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique, 1932-1974.

Proc. nº. 27/49, do Rádio Clube de Moçambique, ex-Grémio de Radiófilos da Colónia de Moçambique, 1932-1976.

Proc. da Associação Comercial dos Lojistas da Colónia de Moçambique, 1933-1946.

Proc. nº. 27/150, da Associação de Foot-Ball Africano de Lourenço Marques, 1934-1956.

Proc. do Sport Nacional Africano, 1935-1946.

Proc. nº. 27/42, do Clube Desportivo da Malhangalene, 1935-1963.

Proc. nº. 27/ 229, do Centro de Cultura e Arte da Beira, 1935-1974.

Proc. do Centro Cultural dos Novos, 1936-1936, In Apêndice Documental.

Proc. do Grémio Luso-Africano de Tete, 1936-1936.

Proc. nº. 27/306, do Grupo Desportivo João Albasini, 1936-1937.

Proc. do Grémio Major Neutel de Abreu, 1936-1937.

Proc. da União dos Negros Lusitanos, 1936-1937.

Proc. nº. 27/382, da Associação Africana de Beneficência da Manhiça, 1936-1964.

Proc. nº. 27/268, do Núcleo de Arte de Moçambique, 1936-1968.

Proc. nº. 27/318, do Clube Gazense de Lourenço Marques, 1937-1964.

Proc. nº. 27/234, do Clube da Moamba, 1937-1966.

Proc. nº. 27/139, da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, 1938-1972.

Proc. nº. 27/39, da Associação da Colónia Portuguesa na União Sul - Africana, 1939-1939.

Proc. nº. 27/54, da Liga Luso-Africana de Moçambique, Ex. - Grémio Luso - Africano (Ilha de Moçambique), 1939-1973.

Proc. nº. 27/356, da Cruz Vermelha, 1940-1966.

Proc. dos Estatutos que não tiveram andamento, 1941-1945. In Apêndice Documental.

Proc. nº. 27/66, da Associação de Mútuo Auxílio e Socorro dos Africanos da Colónia de Moçambique, 1943-1943.

Proc. nº. 27/121, do Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala, 1944-1956.

Proc. nº. 27/143, da Associação de Beneficência Chinesa da Beira, 1946-1949.



Proc. nº. 27/7, do Clube Recreativo Africano de Gaza, 1947-1948.

Proc. nº. 27/4, do Centro Africano de Manica e Sofala, 1947-1959.

Proc. nº. 27/145, da Caixa de Socorros dos Enfermeiros Nativos dos Serviços de Saúde, 1950-1953.

Proc. nº. 27/232, da Sociedade de Moçambique para o Fomento de Construção de Casas (Cooperativa), 1952-1962.

Proc. nº. 27/109, da Casa do Alentejo, 1954-1965.

Proc. nº. 27/203, do Centro Africano da Zambézia, 1956-1956.

Proc. nº. 27/214, do Cine-Clube de Lourenço Marques, 1957-1971.

Proc. nº. 27/226, da Rádio Pax, 1958-1974.

Proc. nº. 27/230, da Associação Recreativa Africana de Moatize, 1959-1959.

Proc. nº. 27/370, da Associação Africana de Inhambane, 1959-1964.

Proc. nº. 27/383, do Clube Africano de Nampula, 1959-1964.

Proc. nº. 27/342, do Grupo Desportivo do Chamanculo, 1962-1962.

Proc. nº. 27/414, da Associação de Classe dos Engraxadores e Polidores de Lourenço Marques, 1965-1969.

Proc. nº. 27/38, da Associação Africana da Província de Moçambique, 1967-1974.

### **Documentação do Fundo da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas (D. S. N. I.)**

Proc. do Grémio Africano de Lourenço Marques, 1936.

Proc. do Grupo Desportivo “João Albasini”, 1941.

Estatutos do Clube Desportivo João Albasini de Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1937.

Proc. da Associação Africana da Colónia de Moçambique, 1941-1960.

Estatutos da Associação Africana da Colónia de Moçambique, Lourenço Marques, Tip. da Minerva Central, 1940, In Apêndice Documental.

Exortação aos Africanos, Lourenço Marques, Tip. Notícias, 1940.

Proc. do Instituto Negrófilo / Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, 1940-1960, In Apêndice Documental.

Escola do Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique, 1960-1962.

“Actas” do Instituto Negrófilo / Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique e do N. E. S. A.M., In Apêndice Documental.

Relação dos livros da biblioteca do Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique, 1944.

Proc. 12, do Congresso Nacional Africano de Lourenço Marques, 1921.

Proc. A/29. Principal legislação aplicada a indígenas, 1960-1961.

Proc. sobre a imprensa, com panfletos, folhetos e outras publicações, 1929-1930.

Proc. sobre a censura, com impressos e fotografias, 1934-1962, In Apêndice Documental.

Relatório de Henrique Galvão sobre: “A Questão Indígena em Moçambique”, 1947, In Apêndice Documental.

Processo-Crime, com pena de desterro. Correspondência do Grémio Africano, dirigida ao Encarregado do Governo da Colónia de Moçambique, contra o desterro do régulo Vundissa, 1933-1936.

Propaganda comunista e subversiva entre os indígenas, 1920-1942.

Cópia de “um artigo da Internacional - Pertence você à União Operária? Mensagem aos operários brancos e pretos”, 1920.

Relação das Associações de Classe existentes na Província constituídas só por indígenas, 1955-1957, In Apêndice Documental.

Proc. sobre a assimilação de indígenas, com requerimentos e alvarás, 1917-1948.

Proc. nº. 47 e nº. 51. Investigações sobre a média das somas em dinheiro trazidas para a Província por indígenas que regressam do Transvaal, 1923-1960.

Proc. nº. 21, de direito privado entre indígenas, “milandos”, 1930-1962.

Proc. nº. 20, de queixas de serviços contra europeus, 1918-1929.

Proc. 12/A. Comissão de defesa dos indígenas, 1926-1935.

Proc. nº. 26. Pedidos de captura e informações, 1927-1948.

Proc. nº. 52. Desterrados, 1921-1940.

## **Arquivos Nacionais da Torre do Tombo**

### **Documentação do Arquivo de Oliveira Salazar:**

Serviços de Censura. Posição da imprensa portuguesa durante a campanha para as eleições legislativas, 1945.

Impressões de diversas entidades estrangeiras sobre a situação em Moçambique, 1958-1964, In Apêndice Documental.

Informação nº. 684/60-GU, PIDE, 24.11.1960, com uma carta da F. L. M. ao Presidente do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, In Apêndice Documental.

Actividade do Congresso Nacional Africano no Tanganica, 1960-1961.

Incidentes em Moçambique com os Macondes, 1960-1961, In Apêndice Documental.

Informação sobre a situação política em Moçambique. Independência. Actividades externas e internas, 1960.

Actividade da UDENAMO, União Democrática Nacional de Moçambique, 1961, In Apêndice Documental.

Realização de conferência de imprensa, em Londres, pelo Movimento de Libertação do Ultramar Português, 1960.

Actividade dos Naturais de Moçambique, 1960-1965.

Movimento revolucionário em Moçambique, planeado para Agosto de 1960, (1961).

Situação interna em Moçambique, 1961.

Desembarque clandestino de armas em Moçambique, 1961.

Actividade da MANU, Mozambique African National Union, 1961, In Apêndice Documental.

Posição da oposição perante os movimentos de libertação. Ligação da oposição em Moçambique com o grupo Delgado- Galvão, 1961.

Actividades das Missões Protestantes nos territórios ultramarinos portugueses, 1961.

Prática de ritos suspeitos, por indígenas de Moçambique, 1961.

Proclamação, por Adelino Gwambe (UDENAMO) na Rádio de Dar-Es-Salaam, do início das acções violentas em Moçambique e Angola, 1961.

Entrevista de Francis Spence, autor de “Estatuto sobre Economia Moçambicana”, com o Prof. A. de Oliveira Salazar, 1961.

Preparação da visita do Subsecretário dos EUA, Mennem Willians, em Moçambique, 1961.

Situação política em Moçambique. Actividade da UDENAMO, da MANU, da UNAMI, PPPM (Partido dos Problemas do Povo de Moçambique), 1959-1965, In Apêndice Documental.

Actividade da COREMO, Comité Revolucionário de Moçambique, 1966.

Situação política em Moçambique, 1964-1968. Actividade da UNAR, União Nacional Africana da Rumbezia, 1968.

### **Documentação do Arquivo da PIDE/DGS**

Proc. nº. 326-SR/61, da MANU, 1961:

Angola e Moçambique, Relatório da Comissão de Informação e Pesquisa da Conferência Internacional de Estudantes, 1961-1962, Holanda, C. O. S. E. C., 1962, 30 p., In Apêndice Documental.

Proc. nº. 15.004.001, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Moçambique. Moçambique African National Union “MANU”. Tanganika Moçambique Macondes Union “TMMU”. Sociedade dos Africanos de Moçambique “SAM”. Zanzibar Macondes Macuas Union “ZMMU”, 1960.

“Resolução sobre a África sob dominação portuguesa”, 6. Congresso da União Internacional de Estudantes, Bagdad, Iraque, Outubro de 1960.

Informação s/nº., de 28.02.1961, sobre a criação da MANU.

Comunicado à imprensa da Liga Goesa da África Oriental, 13.03.1961

Comunicado da MANU, 13.03.1961.

Informação nº. 566/61-GU, de 21.04.1961 sobre a reunião de Mombaça para a criação da MANU.

Informação nº. 664/61, de 04.05.1961 sobre os apoios à MANU: da “Goan League”, da PAFMECA e da TANU.

Informação nº. 829/61-GU, de 23.05.1961, acerca da situação dos Macondes no Tanganica, dos apoios à MANU e quem é quem na MANU.

Informação nº. 17, do Cônsul de Portugal em Nairobi, de 04.05.1961, sobre o apoio de agentes da política indiana a movimentos anti-portugueses.

Proc. 945.124, Cópia do ofício do Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE ao Director da PIDE, de 10.08.1961, com uma informação do Consulado português em Dar-Es-Salaam sobre as organizações nacionalistas moçambicanas.

Informação nº. 1.384/61-GU, de 07.09.1961, acerca da participação de representantes de movimentos nacionalistas portugueses na Conferência das Organizações Nacionalistas dos Estados Africanos Dependentes, em Junho no Gana. Ref à UDENAMO e à MANU.

Informação nº. 1.430/61-GU, de 22.09.1961, sobre a coordenação entre polícias em Salisbúria, o “FISB”, a PIDE, o Corpo de Polícia e o Centro de Informações.

Ofício s/nº., do Subdirector da PIDE para o Director-Geral, de 13.12.1961 sobre o presidente da MANU em Dar-Es-Salaam e, os contactos com o Presidente do Malawi e o Malawi Congress Party.

Ofício nº. 1834/61-SR do Subdirector da PIDE ao Director-Geral, de 30.12.1961, transcrevendo um relatório de um informador que se deslocou a Dar-Es-Salam aquando da independência do Tanganica.

Informação nº. 92/62-GU, de 30.01.1962, com a tradução de um artigo do jornal Jeune Afrique, nº. 16, Jan.61, com o título “Moçambique. Difícil unidade de acção”, sobre a MANU, a UDENAMO e o MDM (Movimento Democrático de Moçambique).

Informação nº. 99/62-GU, de 30.01.1962, sobre os preparativos para a rebelião em Moçambique. Ref. à MANU e à UDENAMO, In Apêndice Documental.

Informação nº. 360/62-GU, de 07.04.1962, sobre a situação em Moçambique no decurso de 1961.

Ofício s/nº., do Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE ao Director da PIDE, de 08.05.1962, com cópias das comunicações enviadas à ONU pela MANU e pela UDENAMO, In Apêndice Documental.

Ofício nº. 1137/62/SR, de 19.06.1962, do Subdirector da PIDE ao Director-Geral, sobre a ida de dirigentes da MANU ao Gana e a possível fusão da MANU com a UDENAMO.

Informação s/nº. da PIDE, s/d, sobre “Organizações Moçambicanas”.

Ofício nº. 1311/62/SR do Subdirector da PIDE ao Director-Geral, de 30.06.1962, com uma informação sobre a fusão da MANU com a UDENAMO e a criação da FRELIMO.

Ofício s/nº., do Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE ao Director da PIDE, de 10.08.1962, com cópia de um relatório secreto do Consulado de Portugal em Salisbúria, sobre as actividades da MANU, UDENAMO e FRELIMO.

Informação nº. 218-SC/CI(2), de 09.07.1963, sobre as “Actividades dos chamados “Movimentos de Libertação”, com um artigo “Moçambique prepara-se para a luta”, do jornal Révolution Africaine, 08.06.1963.

Circular UL-60, Proc. 940, 1(8)D, confidencial, assinada por João Hall Themido, Lisboa, 03.09.1963, sobre “Movimento de Emancipação de Moçambique/2. Elementos de referência”, In Apêndice Documental.

Ofício nº. 36, do Director do Gabinete dos Negócios Políticos, do Ministério do Ultramar ao Director da PIDE, de 15.06.1965, sobre a MANU.

Relatório nº. 11/Gab, de 11.05.1967, do Subd. da PIDE, Delegação de Moçambique sobre as actividades da MANU em Cartum e em Mombaça, com uma petição enviada à ONU, em 20.07.1966.

Relatório nº. 11/Gab, de 27.09.1967, do Subdirector da PIDE, Delegação de Moçambique, sobre: “Possível integração da MANU na luta subversiva na Província”.

Ofício s/nº., Proc. 2,02, PAA 529, de 11.11.1970, do Director-Geral dos Negócios Políticos do MNE ao Director - Geral da PIDE, sobre a MANU, com um artigo do jornal paquistanês, The Light, 16.10.70, intitulado “Luta de Libertação Muçulmana em Moçambique”.

Proc. nº. 507-SR/61, da UDENAMO:

“Resolução sobre Moçambique”, I Conferência da Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, Casablanca, 18-20 de Abril de 1961, In Apêndice Documental.

Informação nº. 851/61-GU, 05.05.1961, com a lista dos “portugueses que assistiram à conferência dos chamados “Partidos Nacionalistas das Colónias Portuguesas”.

Informação com a entrada nº. 76, 18.07.1961, sobre a actividade da UDENAMO.

“Comunicação dimanada da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), de Agosto de 1961.

Informação nº. 1.360/61-GU, 29.08.61, sobre a “Viagem de dirigentes dos chamados movimentos de libertação de África”.

Proc. nº. 940,1, cópia do Ofício de 29.09.1961, do Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE ao Director da PIDE, com os estatutos da UDENAMO, In Apêndice Documental.

Informação nº. 1337/61-SR, 12.10.1961, do Subdirector da PIDE, Delegação de Moçambique, ao Director-Geral, sobre a colaboração de elementos da UDENAMO com a PIDE.

Ofício confidencial, nº. 3.558-GU, do Director da PIDE ao Subdirector da Delegação de Moçambique, com um recorte do jornal Daily Nation, de 17.07. 61, sobre a entrada clandestina em Moçambique de membros da UDENAMO.

Informação s/nº., 09.10.1961, de um chefe de Brigada ao Subdirector da PIDE, da Delegação de Moçambique, sobre a detenção de elementos da UDENAMO.

Carta de 12.08.61, do Vice-Presidente da UDENAMO ao Dr. J. Franco Paes, candidato da “oposição” à Comunidade Goesa de Dar-Es-Salaam, solicitando ajuda em dinheiro.

Informação nº. 1.577/61-GU, 30.10.1961, da PIDE, sobre: “A UDENAMO – UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE dirige-se às associações culturais e desportivas de Moçambique”, com uma circular do movimento nacionalista, de 04.10.61, In Apêndice Documental.

Doc. s/nº., s/d., intitulado “Baete! É o novo brado da África”, da UDENAMO.

Informação nº. 1.402/61-S.R., 24.10.1961, do Subdirector da Delegação de Moçambique, ao Director - Geral da PIDE, com cópias de cartas da UDENAMO ao Dr. Eduardo Mondlane e uma cópia de uma exposição sobre: “As condições presentes em Moçambique”, de Mondlane.

“Mensagem a todos os moçambicanos residentes em Moçambique, nas Rodésias, África do Sul e Swazilândia”, UDENAMO, 09.09.1961, In Apêndice Documental.

Tradução de um artigo da Revista Voice of Africa, Nov. 1961, intitulado “Perigos do novo colonialismo em Moçambique”, com a referência à UDENAMO.

Informação nº. 1.665/61-GU, 29.11.61, da PIDE, com fotocópias de um panfleto “subversivo encontrado na Beira”, intitulado “LIBERDADE. INDEPENDÊNCIA”, com a referência à UDENAMO e ao seu presidente. In Apêndice Documental.

Informação nº. 1.678/61-GU, 01.12.61, da PIDE, sobre: “Portuguese East African Society – PEAS”, constituída na Rodésia do Sul, com ligações à UDENAMO.

Informação nº. 1.692/61, 04.12.1961, da PIDE acerca do seminário sobre as colónias Portuguesas, realizado em Nova Delhi.

Ofício nº. 8335, 22.12.1961, do Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar ao Director da PIDE, com uma informação do Cônsul de Portugal em Dar-Es-Salaam ao MNE, da apreensão de camiões com armas e munições, “que se dirigiam para o sul do Tanganica”. Referência à UDENAMO.

Documento de 02.10.1961, da UDENAMO ao Presidente da 16ª. Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

“Petição da União Nacional Africana de Moçambique acerca de Moçambique”. “Petition de l’ União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) concernant le Mozambique”, A. G. da ONU, 27.12.1961.

Informação nº. 71/62 – GU, 20.01.62, da PIDE, sobre: “Os missionários metodistas americanos e Portugal”, com referências das ligações de missionários com a UDENAMO.

Ofício nº. 110/62/SR, 23.01.1962, do Subdirector da Delegação de Moçambique, ao Director-Geral da PIDE, com uma informação sobre o número de membros da UDENAMO (3.571), em Dezembro de 1961.

Informação nº. 83/62 – GU, 26.01.62, sobre: “A UDENAMO e outras organizações subversivas africanas e a independência de Moçambique”.

Tradução do artigo do jornal Daily Chronicle, de Dar-Es-Salaam, 01.02.62, intitulado: “Aumenta a inquietação em Moçambique”. Referência aos



movimentos – MANU, UDENAMO e MDM (Mov. Democrático de Moçambique), In Apêndice Documental.

Ofício nº. 231/62/SR, 10.02.1962, do Subdirector da Delegação de Moçambique, ao Director - Geral da PIDE, sobre as actividades de propaganda da UDENAMO e do PEAS, no distrito de Manica e Sofala.

Informação nº. 200/62–GU, 24.02.1962, da PIDE, sobre as divergências sino - soviéticas e os movimentos nacionalistas. Referência a Marcelino dos Santos e à UDENAMO.

Informação nº. 428/62/SR, 07.03. 1962, sobre elementos da UDENAMO.

Informação s/nº., s/d, da PIDE, sobre: “Actividades subversivas em Bulawayo”, da UDENAMO. Referência aos seus membros – quem é quem.

Ofício nº. 663/62/SR, 04.04.1962, do Subdirector da Delegação de Moçambique, ao Director-Geral da PIDE, sobre as actividades da UDENAMO. Referência ao reverendo Ndabaningue Sithole.

Proc. 926, UL 208, 17.04.1962, do Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE ao Director da PIDE, com uma informação do “Federal Intelligence Security Bureau”, de Salisbury, sobre as actividades de elementos da UDENAMO. Referência a Sigauke e J.M. Simango.

Cópia da informação s/nº., 17.04.1962, do Embaixador António Patrício, da Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas, sobre a: “Reunião do Comité Americano para a África”. Referência ao discurso de Eduardo Mondlane.

Ofício nº. 754/62/SR, 21.04.1962, do Subdirector da Delegação de Moçambique, ao Director-Geral da PIDE, sobre a fusão da PEAS com a UDENAMO.

Informação nº. 419/62–GU, 25.04.1962, da PIDE, sobre: “Actividades contra Moçambique”. Referência à UDENAMO e à MANU, In Apêndice Documental.

Proc. 940,1 (8), UL 236, 30.04.1962, do Director - Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna dos MNE ao Director da PIDE, com fotografias referentes ao 2º. Seminário Panafricano da Juventude, realizado em Dar- Es-Salaam, de 5 a 14 de Agosto.

Tradução de um Ofício s/nº., 03.05.1962, do Comissário da Polícia Sul-Africana ao Director da PIDE, sobre: a “Lutuosa Mirafe Sizanani Lutuosa Shangaan – L. M. C. A.”, como “sucursal da UDENAMO”.

Artigo do jornal Diário de Lisboa, 03.05.1962, intitulado: “Um peticionário por Moçambique quer ser ouvido pelas Nações Unidas”, referindo-se à UDENAMO.

Ofício nº. 3877/15.022.2, 18.05.1962, do Director do Gabinete dos Negócios Políticos, da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, do Ministério do Ultramar ao Director da PIDE, com um relatório de um informador, que se deslocou à Swazilândia.

Informação nº. 495/62-GU, 31.05.1962, da PIDE, sobre: “Actividades de Adelino Chitifo Gwambe, dirigente da UDENAMO”.

Proc. 331,1, PO 255, 12.06.1962, do Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE ao Director da PIDE, com um relatório da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro sobre elementos ligados à UDENAMO. Referência a Rui Guerra, como delegado.

Ofício nº. 1.097/62/SR, 12.06.1962, do Subdirector da Del. Moç., ao Director da PIDE, sobre a presença de 7 membros do Comité Especial das Nações Unidas para os territórios portugueses, com fotografias dos elementos dos movimentos nacionalistas contactados.

Ofício nº. 1137/62-SR, 19.06.1962, do Subdirector da Del. Moç., ao Director da PIDE sobre a fusão da MANU com a UDENAMO.

Ofício nº. 4839/15.009.00 (d), 27.06.1962, do Director do Gabinete dos Negócios Políticos, da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, do Ministério do Ultramar ao Director da PIDE, com a notícia publicada no jornal da República da África do Sul, Rand Daily Mail, de 29.12.1961, sobre o apoio de portugueses em Moçambique à UDENAMO. Referência a António de Figueiredo, escritor português exilado em Londres.

Proc. 16, nº. 848, 04.07.1962, do Cônsul Adjunto, em Salisbúria para o Inspector da PIDE sobre as actividades da UDENAMO em Dar-Es-Salaam durante o mês de Maio desse ano. Referência à constituição da direcção, aos refugiados e aos contactos estabelecidos.

Ofício nº. 5.472/15.009.073/15.71, 20.07.1962, do Director do Gabinete dos Negócios Políticos, da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, do Ministério do Ultramar ao Director da PIDE, com uma informação relativa às organizações políticas de “Indígenas portugueses na Rodésia do Sul”.

Ofício n.º. 1421/62/SR, 20.08.1962, do Subdirector da Delegação de Moçambique, ao Director da PIDE, sobre as reuniões preparatórias da abertura dos escritórios da FRELIMO, em Dar-Es-Salam. Referência à MANU e à UDENAMO. (O n.º. de membros da MANU - 162 e da UDENAMO – 213).

Informação s/n.º., s/d., da PIDE, sobre a “Conferência de Accra dos Lutadores da Liberdade”. Referência às reuniões de Nkrumah com representantes da MANU e da UDENAMO.

Ofício F – 3/63, 29.01.1963, da PIDE respondendo à nota POR/I – 170, 07.12.1962, sobre as: “Actividades de rebeldes de Moçambique”. Referência à UDENAMO, CONCP, MDM e UGEAN.

Proc. n.º. 2.826-SC/SR, da FRELIMO:

Ofício n.º. 1.311/62/SR, 30.07.1962, do Subdirector da Delegação de Moçambique, ao Director da PIDE, com informação recebida do Consulado Geral de Portugal em Salisbúria, sobre a fusão da MANU com a UDENAMO e a criação da FRELIMO.

Ofício n.º. 2289, Proc. n.º. 1000.1609, 01.08.1962, do Secretariado-Geral da Defesa Nacional, da Presidência do Conselho ao Director da PIDE, com notícias e informações políticas, recebidas de Washington. No 1.º. Ponto “A crescente conspiração internacional soviética em África”, há referências às actividades da FRELIMO, nomeadamente a preparação da “Reunião Nacional dos Combatentes para a Liberdade, de Moçambique”, para 10 a 20 de Setembro de 1962.

Proc. n.º. 940, 1 (8) D, UL 488, 07.09.1962, do Director - Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna , do MNE, ao Director da PIDE, com fotocópia de um relatório do Consulado de Portugal em Salisbúria, “relativo à fusão da MANU e UDENAMO num novo organismo político designado FRELIMO”. FRENTE DA LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO), “Programme and standing orders”, s/d. “Declaration”, 25.06.1962, In Apêndice Documental.

Comité Central da FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO), “Documentos”, I.º. Congresso, Dar-Es-Salaam, 23-28 de Setembro de 1962, In Apêndice Documental.

Ofício n.º. 855/63/SR, 29.03.1963, do Subdirector da Delegação de Moçambique, ao Director da PIDE, com informação acerca da FRELIMO e quem é quem nessa organização.

Proc. nº. 940, 1 (8) D, UL 282, 17.05.1963, do Director - Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, ao Director da PIDE, com fotocópias de documentos da FRELIMO.

Proc. nº. 940, 1 (8) I e 940,1 (8) D, UL 337, 17.06.1963, do Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, do MNE ao Director da PIDE, com informação, “de origem estrangeira”, sobre elementos da FRELIMO.

Proc. nº. 337/61/SR, dos Serviços Centrais da PIDE, de Eduardo Mondlane.

Proc. nº. 2.778/64/SR, de Samora Moisés Machel:

Informação nº. 895-SC/CI (2), origem: da PIDE, Delegação de Moçambique, 10.12.1965, sobre: “Actividades da FRELIMO”. Referência a “bolseiros”, ao campo de treino político-militar de Kongwa e às secções da FRELIMO.

Informação nº. 112 – CI (2), origem: Informação nº. 88/70/DI/2/SC, 17.01.70, da D.G. S., Delegação de Moçambique, 26.01.1970, sobre: “Situação no seio dirigente da FRELIMO”. Referência à crise de 1968.

Anexo ao Relatório nº. 372/70/DI/2/SC, 05.03.1970, da D. G. S., Delegação de Moçambique, a tradução de um artigo de David Martim, no jornal The Standard, intitulado: “Testamento de Mondlane à Revolução”. Referência a Mondlane, Samora, Marcelino e Simango.

Ofício A-23/73, 20.11.1973, da PIDE sobre: “Orientação ideológica e objectivos políticos dos dirigentes da FRELIMO. Referência a Samora Moisés Machel, Marcelino dos Santos e Joaquim Alberto Chissano.

Proc. CR. nº. 281/50, de Marcelino dos Santos:

Ofício nº. 2.282/61, 05.07.1961, do Subdirector da 1ª. Div. da PIDE ao Director do Arquivo Geral de Registo Criminal e Policial. Referência a Marcelino dos Santos e à sua detenção, quando comemorava o 11 de Novembro, jornada nacional de luta pela Paz, promovida pelo Movimento Nacional Democrático.

Proc. nº. 329/46/SC/SR, da Casa dos Estudantes do Império. Sede - Lisboa:

Ofício nº. 336/63, 24.02.1951, do Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias ao Director da PIDE. Referência a Marcelino dos Santos como 2º. Secretário da Direcção da CEI.

Proc. nº. 30.843, da PIDE/DGS, Porto, de Joaquim Alberto Chissano:

“Relação dos indivíduos que participaram, como Delegados... no Congresso Constituinte da (U. G. E. A. N.) União Geral de Estudantes da África Negra sob dominação colonial portuguesa, realizado em Rabat, de 22 a 5 de Setembro de 1961...” Referência a Joaquim Alberto Chissano e a Pascoal Mocumbi, na delegação de Moçambique.

Proc. nº. 2649-SR/62, da UNAMI:

Ofício nº. 4854/15.009.03/15.219.9(6), 27.06.1962, do Director do Gabinete dos Negócios Políticos, da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, do Ministério do Ultramar ao Director da PIDE, sobre a UNAMI.

Apontamento nº. 263, 16.06.1962, do Gabinete dos Negócios Políticos, do Ministério do Ultramar, sobre: “Actividades de José Baltazar da Costa – Presidente da União Nacional Africana de Moçambique Independente”.

Ofício nº. 41/UNAMI/62 (44), 13.10.1962, do Presidente da UNAMI ao Chefe da Redacção do jornal O Brado Africano, com o ofício nº. 42, dirigido ao Ministro do Ultramar e ao Governador-Geral de Moçambique, In Apêndice Documental.

Ofício nº. 1.881/62/SR, 20.10.1962, do Subdirector da Delegação de Moçambique, ao Director da PIDE, com a Circular nº. 42 da UNAMI.

Informação de carácter geral. Origem: Ofício nº. 1.490/62/SR, 31.08.1962, da PIDE, Delegação de Moçambique, com referência à UNAMI.

Informação da PIDE. Origem: relatório nº. 203/64-Gab., da Delegação de Moçambique, 06.05.1964, sobre as actividades da FRELIMO. Referência à UDENAMO e à UNAMI.

Informação anexa ao ofício nº. 377/64-Gab., da PIDE, Delegação de Moçambique, 01.07.1964, com uma petição enviada ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Anexo ao Ofício nº. 461/64- Gabinete, 01.08.1964, da PIDE, Delegação de Moçambique, com uma mensagem da UNAMI ao Presidente da República.

Informação nº. 163/65-Gab., 17.08.1965, do Subdirector da PIDE, Delegação de Moçambique, sobre as actividades da UNAMI. Quem é o presidente da UNAMI, José Baltazar da Costa? In Apêndice Documental.

Proc. nº. 940,1(8) D, 26.11.1964, do Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, do MNE, com referência à fusão da UNAMI com a UDENAMO, “dando origem ao novo partido MUFLAC – Mozambique United Front Liberation Administrative Committee”.

Proc. nº. 11583, 1962, Ordens de Serviço da PIDE, Delegação de Moçambique.

Proc. nº. 11584, 1964, Ordens de Serviço da PIDE, Delegação de Moçambique.

### **Documentação do Arquivo dos S. C. C. I. M.**

#### **Caixa nº. 14:**

Informação s/nº., 06.03.1957, do Administrador do Concelho de Lourenço Marques, sobre a exposição da Associação Africana da Colónia de Moçambique para que o governo lhe concedesse um subsídio, no sentido de construir a nova sede.

Ofício nº. 4.443/A/28, 26.10.1957, do Administrador do Concelho de Lourenço Marques ao Secretário Distrital de Administração Civil, com uma lista dos organismos associativos, “de indivíduos de côr”, In Apêndice Documental.

Informação nº. 22/959, 11.11.1959, do Administrador do Concelho de Lourenço Marques, sobre discriminação racial nos estatutos de algumas associações. Referência às seguintes associações: Associação Recreativa de Mocuba; Clube Africano de Angoche; Associação Africana de Inhambane; Associação Africana da Zambézia; Associação Africana da Colónia de Moçambique; Associação Humanitária Africana da Zambézia; Liga Luso-Africana de Moçambique, In Apêndice Documental.

Relatório, 03.08.1960, do Comissário da Polícia de Quelimane, sobre a possível ligação da Associação dos Naturais de Moçambique com a Associação Africana da Zambézia.

Artigo do jornal Diário, 27.04.1961, intitulado: “Os acontecimentos de Angola e a Associação Afro-Mahometana”, anunciando a realização de uma cerimónia religiosa pela Paz em Moçambique.

Artigo do jornal O Brado Africano, 15.07.1961, “Carta de um moçambicano. Senhor Governador-Geral de Moçambique”, com um apelo para que haja “uma articulação séria e consciente entre as massas africanas e os seus representantes.

“Memorial”, 23.09.1961, da Comissão Administrativa da Associação dos Naturais de Moçambique, com referência ao movimento de sócios, a elementos bolseiros e quem recebe subsídios.

Boletim de Informações nº. 3/1962, 04.12.1962, do Governador da Zambézia, sobre o Secretário da Delegação da Associação dos Naturais de Moçambique, em Quelimane.

Relatório especial de informações visto pelo Governador do Distrito de Lourenço Marques, Fev. De 1962, sobre as actividades de um padre maometano, na Associação Anuaril Isslamo.

Ofício, 28.01.1963, do Governador-Geral ao Ministro do Ultramar, com cópias de documentos da Associação dos Naturais de Moçambique.

Ofício nº. 903, 06.06.1963, do Cônsul de Portugal na Rodésia, ao Director dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (S. C. C. I.), com um recorte do jornal Sunday News, Dar-Es-Salaam, Jan. 1962, inserindo uma fotografia de uma exposição de pintura em Londres de Malangatana”.

Extracto do Boletim de Informações nº. 335/63, 24.08.1963, do Distrito de Lourenço Marques, com referência a elementos, membros do NESAM e da FRELIMO.

Artigo do jornal Voz Africana, 01.08.1964, intitulado “O Núcleo dos Estudantes Africanos de Moçambique e Voz Africana”, com uma carta do NESAM a agradecer a divulgação das actividades do Núcleo.

Boletim de Informação nº. 41/64, 02.09.1964, do administrador do Concelho de Lourenço Marques, sobre a detenção de elementos do Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique.

Artigo do jornal A Voz de Moçambique, 22.11.64, intitulado: “Nova orientação do “Brado Africano”, com fotografias do Presidente da Associação Africana, José Craveirinha e do novo director do jornal, Dr. Domingos Arouca, In Apêndice Documental.

Informação prestada por (...), 09.01.1965, sobre a criação do “Núcleo Cultural Islâmico”, a coberto da Associação Anuaril Isslamo.

**Caixa nº. 15:**

Ofício nº. 96/A/27, 27.04.1961, do Governador do Distrito de Lourenço Marques ao Chefe de Repartição do Gabinete do Governador-Geral, sobre a captura de indígenas envolvidos “em actividades subversivas”, na fronteira da Namaacha com a Swazilândia.

Extracto do Relatório nº. I/9/61, 19.07.1961, da Companhia de Caçadores de Vila Cabral, sobre movimentos no Norte de Moçambique.

Ofício nº. 6719/15.009.071, 14.10.1961, do Director do Gabinete dos Negócios Políticos, da Direcção-Geral de Administração política e Civil, do Ministério do Ultramar ao Governador-Geral de Moçambique, sobre a preparação militar de guerrilheiros, que “deverão começar a actuar em Angola, Moçambique e Guiné...” Extracto da Nota nº. 875/A/27, 07.11.1961, do Governo do Niassa, sobre o movimento de indígenas para o Tanganica.

Cópia da Informação s/nº., 27.12.1961, do Secretário Provincial, sobre cartas “destinadas a regedores dos Distritos de Lourenço Marques, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala, Norte da Província, com indicações para em 15 de Fevereiro ser levada a efeito uma espécie de greve e recusa de pagamento de impostos ao Governo da Província”.

Proc. nº. 17, cópia do ofício, 09.01.1962, do Cônsul de Portugal em Dar-Es-Salaam ao MNE, sobre uma reunião entre a UDENAMO, o South African United Front e a ZAPU, para a preparação de “golpes de violência em Moçambique”.

Ofício nº. 1.858/15.009.940.6, 28.02.1962, do Director do Gabinete dos Negócios Políticos, da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, do Ministério do Ultramar, ao Governador-Geral da Província de Moçambique, sobre a preparação de “acções terroristas” da UDENAMO e da MANU.

Ofício nº. 185, 03.04.1962, do Chefe interino dos SCCIM ao Governador do Distrito de Cabo Delgado, sobre a preparação no Tanganica de “actividades terroristas...nas quais estariam envolvidos três missionários protestantes europeus...”

Ofício nº. 15.009.073, 22.05.1962, do Director do Gabinete dos Negócios Políticos, da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, do Ministério do Ultramar



ao Governador-Geral de Moçambique, sobre uma reunião entre a UDENAMO e a MANU em Dar-Es-Salaam, com o fim de “preparar a invasão” a Moçambique.

Cópia da ISUM nº. 3, 15-31.10.1962, do Governo de Cabo delgado, sobre a anunciada invasão de Moçambique, por “grupos armados vindos do Tanganica”.

Cópia do ofício nº. 1.559, 18.10.1962, do Chefe interino dos S. C. C. I. M., aos Chefes do Estado Maior dos Comandos da Região Militar, Aéreo, Naval e Governadores de Cabo Delgado e Niassa, sobre a data da anunciada invasão, antes do fim do ano de 1962 ou “por ocasião da presente Assembleia-Geral das Nações Unidas”.

Boletim de Difusão de Informações nº. 106/62, 21.11.1962, dos S. C. C. I. M., sobre as resoluções tomadas pela FRELIMO, no 1º. Congresso realizado em Dar-Es-Salaam, de 23 a 28 de Setembro de 1962.

Cópia do Relatório, 30.11.1962, do Cônsul de Portugal em Nairobi, sobre “as actividades anti-portuguesas no Tanganica visando a Província de Moçambique”, explorando a política portuguesa, as divergências no seio da FRELIMO.

Extracto do telegrama, 05.12.1962, do Consulado de Nairobi, prevendo actos de sabotagem para a época do Natal e início do ano.

Cópia do Ofício nº. 3.284, 15.10.1963, do Director Interino dos Serviços ao Chefe do Estado-Maior, sobre a organização de Macondes. Referência a Lázaro Kavandame. In Quem é quem?

Boletim de Difusão de Informações nº. 15/964, 16.04.1964, sobre o ataque da UDENAMO ao Posto Administrativo do Chire, In Apêndice Documental.

Panfletos da UDENAMO (União Democrática de Monomotapa) e do seu braço armado, ELINAMO (Exército da Libertação Nacional de Monomotapa), no Posto de Chire, In Apêndice Documental.

Artigo no jornal Notícias, Lourenço Marques, 16.04.1964, intitulado: “Notícia falsa sobre Moçambique na Rádio Nairobi”, desmentindo o ataque.

Resenha nº. 18/64, s/d., com a tradução de um artigo do jornal News Check, Johannesburg, 24.04.64, sobre a África Portuguesa. Referência à FRELIMO e ao ataque da UDENAMO.

Relatório da Defesa Civil, Extra nº. 1/64, 04.05.1964, do Chefe da 1ª. Secção de Via e Obras da Linha de Tete, sobre uma bandeira e cartazes da UDENAMO colocados perto da via férrea.

Boletim de Difusão de Informações nº. 42/64, 22.05.1964, sobre as bandeiras e os cartazes encontrados perto da via férrea.

### **Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

#### **Documentação da Direcção-Geral dos Negócios Políticos:**

Proc. nº. 940: Reuniões e tentativas para a união de esforços entre os diversos movimentos nacionalistas. UDENAMO, MANC, UNAMI, 1966. In Apêndice Documental.

Colaboração entre o Partido Popular de Moçambique e a FRELIMO, 1967.

Actividade do COREMO, 1968.

Fusão COREMO-ZANU, 1968.

Actividades de indivíduos relacionados com os movimentos nacionalistas:

Eduardo Mondlane, 1962-1963.

Marcelino dos Santos, 1961-1962.

Lázaro Nkavandame, 1963.

Paulo José Gumane, 1967.

Relatórios periódicos do Ministério do Ultramar sobre a evolução da situação subversiva nas províncias ultramarinas, 1965-1966.

## V. Apêndice Documental

1. Ofício nº. 89/931, da Loja Maçónica nº. 211, ao Dr. António Neves Anacleto, Lourenço Marques, 25.08.1931. In A. N. / T. T., PIDE/DGS, Proc. nº. 33 CI (2), NT. 6949.
2. Cópia da Acta da aprovação dos estatutos do Centro Cultural dos Novos, Lourenço Marques, 02.08.1936. In AHM, DSAC, sec. A, cx. 16.
3. Informação do Director dos Serviços de Administração Civil sobre o Centro Republicano Couceiro da Costa, Lourenço Marques, 26.09.1939. In AHM, DSAC, sec. A, cx. 3.
4. Requerimento da direcção do Centro Republicano Couceiro da Costa ao Governador-Geral, Lourenço Marques, 06.10.1945. In AHM, DSAC, sec. A, cx.3.
5. Ofício nº. 3/945, do Presidente da Comissão de Censura, Capitão João Tomás Gonçalves, ao Chefe da Repartição do Gabinete do Governo-Geral, Lourenço Marques, 10.01.1945. In AHM, Fundo do Governo-Geral, Proc. C/16 – Imprensa, Censura, cx. 195, (a tesoura da censura.)
6. Informação Confidencial nº. 7, do Gabinete do Comandante do Corpo de Polícia Civil, Carlos Alberto Machado da Silva, ao Encarregado do Governo-Geral da Colónia, Lourenço Marques, 17.10.1946. In AHM, Fundo do Governo-Geral, Proc. A/14, cx. 148, (MUD.)
7. Relatório da Inspecção Superior, extraordinária, a Moçambique pelo Inspector Superior Henrique Galvão em 1947 – “A Questão Indígena em Moçambique”, Lisboa, 30.01.1948. In AHM, DSNI, sec. B, cx. 623.
8. Estatutos da Associação Africana da Colónia de Moçambique, Lourenço Marques, Tipografia Minerva Central, 1940. In AHM, DSNI, sec. A, cx.2.
9. Proposta nº. 17, do Chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas, A. Montanha, ao Governador-Geral, Lourenço Marques, 09.02.1942. In AHM, DSNI, sec. B, cx. 627, (palestras de Joaquim Swart.)

10. Ofício nº. 42/951, do Presidente da Direcção da Associação Africana, Guilherme Wilson, ao Inspector Chefe da Repartição dos Negócios Indígenas, Lourenço Marques, 01.05.1951. In AHM, DSNI, sec. A, cx.4.
11. Lista dos Corpos Gerentes da Associação Africana para o ano de 1957. In AHM, DSNI, sec. A, cx. 4.
12. “A inauguração da sede da Associação Africana”, in *O Brado Africano*, Ano XXXVIII, Lourenço Marques, 17 a 23.11.1957, 1ª. p., 4ª. – 5ª. col., 4ª. p., 1ª. – 2ª. col.
13. “Nova Orientação do Brado Africano, in *Voz de Moçambique*, 22.11.1964. In A. N. / T. T., S. C. C. I. M., cx.14.
14. Actas do Instituto Negrófilo. In AHM, Códice 116 263.
15. Movimento da “Caixa da Misericórdia Indígena”, do Instituto Negrófilo, de 31.10.1933 a 31.07.1936. In AHM, Códice 116 263.
16. Requerimento de Messias Moniz, ao Governador-Geral, Lourenço Marques, 04.12.1952. In AHM, DSNI, cx. 151, (Jazz.)
17. Carta do Presidente do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, Enoque Libombo, ao Chefe da Repartição dos Negócios Indígenas, Lisboa, 02.06.1953. In AHM, DSNI, sec. A, cx.3.
18. Actas do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos (NESAM), Lourenço Marques, 1959-1963. In AHM, Códice 116 268.
19. Ofício nº. 22/G. C/14/ SCI, Confidencial, Reservado, do Comandante Adjunto do Corpo de Polícia Civil da Colónia de Moçambique, Tenente-Coronel Eduardo Aires Trigo de Sousa, ao Chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas, Lourenço Marques, 06.11.1950. In AHM, DSNI, sec. A, cx. 2, (Mutualidade de Moçambique.)
20. Circular nº. 1, da Mutualidade de Moçambique, Lourenço Marques, 02.06.1950. In AHM, DSNI, sec. A, cx.2.
21. Ofício nº. 5102/A/11, do Governador do Sul do Save, Octávio Ferreira Gonçalves, ao Chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas, Inhambane, 25.08.1954. In AHM, DSNI, cx. 1312, (“credos prejudiciais”).
22. Ofício nº. 5052/E/10/3, do Administrador do Concelho de Lourenço Marques, Afonso de Freitas, ao Chefe da Repartição Central dos Negócios Indígenas,

- Lourenço Marques, 15.11.1955. In AHM, DSNI, cx. 1313, (The Salvation Army.)
23. Ofício nº. 5622/A/4, do Chefe dos Serviços, Substituto, F. T. Leite Pinheiro, ao Director dos Serviços de Administração Civil, Lourenço Marques, 08.11.1955. In AHM, DSNI, sec. A, cx.4, (associações sem estatutos publicados.)
24. Ofício nº. 452/435/PI, Confidencial, do Comandante Adjunto do Corpo de Polícia Civil da Colónia de Moçambique, Tenente-Coronel Eduardo Aires Trigo de Sousa, ao Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Lourenço Marques, 17.06.1952. In A N / T T, PIDE/DGS, Proc. nº. 329/46, NT. 2537/38.
25. “Flagrantes da visita do eminente sociólogo Gilberto Freyre”, in *Lourenço Marques Guardian*, 22.01.1952.
26. Cópia da tradução dum recorte do jornal sul-africano *The Star*, de 17.11.1958, DSNI, Lourenço Marques, 04.12.1958. In AHM, DSNI, cx.87.
27. Recorte do artigo “Apartheid is Harsher in Mozambique Than in South Africa”, do Professor norte-americano Marvy Harris, publicado no jornal *Sunday Times*, de Joanesburgo, 18.11.1958. In AHM, DSNI, cx. 87.
28. Incidentes em Moçambique com os Macondes, (1960-1961). In A N / TT, AOS/CO/UL – 32 A – 1, PT2.
29. Informação nº. 684/60 – GU, de 24.11.1960, com a transcrição da Carta dirigida ao Presidente do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique pela Frente de Libertação de Moçambique (F. L. M.). In A N / T T, AOS/CO/UL 32 C, PT 7.
30. “O Moçambicano Dr. E. Mondlane Delegado da O. N. U. Nos Camarões Ingleses Chega Em Fevereiro A Lourenço Marques”, artigo do jornal Notícias, 26.11.1960. In A N / T T, S. C. C. I. M., cx. 17, p. 417.
31. Carta de Lukas Nchucha, Secretário da Zanzibar & Pemba Mozambique Makondes Union, ao Dr. João Cabral, Zanzibar, 20.12.1960. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 326 - SR/61, p. 384, (MANU.)
32. Extracto da “Resolução sobre Moçambique”, I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, Casablanca, 18-20 de Abril de 1961. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 507 - SR/61, NT 3058.
33. Cópia do Ofício, Proc. 945,124, UL 431, Urgente, da Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, ao Director da Polícia

- Internacional e de Defesa do Estado, Lisboa, 10.08.1961. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 326 - SR/61, pp. 355-359, (Organizações nacionalistas moçambicanas no Tanganica, que originaram a MANU.)
34. Extracto de uma informação da PIDE, s/d. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 326 - SR/61, p. 388, (MANU.)
35. Angola e Moçambique. Relatório da Comissão de Informação e Pesquisa da Conferência Internacional de Estudantes, 1961/1962, Holanda, C. O. S. E. C. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 326 – SR/61.
36. Informação nº. 1.665/61- GU, “Aparecimento de Panfletos Subversivos em Moçambique”, de 29.11.1961. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 507 – SR/61, NT 3058, (UDENAMO.)
37. Panfleto “LIBERDADE! INDEPENDÊNCIA!”. In A. N. / T. T., PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 507 – SR/61, NT 3058, (UDENAMO.)
38. Artigo “Perigos do Novo Colonialismo em Moçambique”, publicado na Revista Voice of Africa, Nov. de 1961. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 507 – SR/61, NT 3058.
39. Informação nº. 1.577/61 – GU, de 30.10.1961, “A UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique dirige-se às associações culturais e desportivas de Moçambique”. In A. N. / T. T., PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 507 – SR/61, NT 3058.
40. “Joint Memorandum Submitted by UDENAMO, MANC and UNAMI”, Lusaka, s/d. In AMNE, PAA512, Proc. nº. 940, 1 (8).
41. “Statutes and Programme”, UDENAMO, Dar-Es-Salaam, 01.04.1961. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 507 – SR/61, NT 3058.
42. Carta de Fanuel Guidion Mahluza ao Dr. Mondlane, Conakry, 13.07.1961. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 507 – SR/61, NT 3058.
43. “Mensagem a Todos os Moçambicanos Residentes em Moçambique, nas Rodésias, África do Sul, e Suazilândia”, da UDENAMO, Dar-Es-Salaam, 09.09.1961. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 507 – SR/61, NT 3058.
44. Tradução da Petição da União Nacional Africana de Moçambique Acerca de Moçambique, s/d. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 326 – SR/61, pp. 224-226, (MANU.)

45. Tradução da Petição da UDENAMO ao Presidente da 16ª. Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, Dar-Es-Salaam, 02.10.1961. In A N / T T, Proc. nº. 326 – SR/61, pp.228-233. (UDENAMO.)
46. Informação nº. 419/62 – GU, de 25.04.1962, “Actividades Contra Moçambique”. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 507 – SR/61, NT 3058, (UDENAMO e MANU.)
47. Informação nº. 99/62 –GU, de 30.01.1962, “Preparativos para a Rebelião em Moçambique”. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 326 – SR/61, p. 295, (MANU e UDENAMO.)
48. Tradução do artigo “Aumenta a Inquietação em Moçambique”, publicado pelo jornal Daily Chronicle, de 01.02.1962. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc., nº. 326 – SR/61, p. 1609, (MANU, UDENAMO e MDM.)
49. “Programme and Standing Orders”, FRELIMO. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 2826 – SR/62, pp. 464-465.
50. “Declaration”, do Comité ad -hoc da FRELIMO, 25.06.1962. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 2826 – SR/62, p.466.
51. Guia de Marcha da FRELIMO para a Srª. P. Gumani, Dar-Es-Salaam, 22.08.1962. In A N / T T, PIDE/DGS; Serviços Centrais, Proc. nº. 2826 – SR/62, p. 405.
52. Cartão da FRELIMO. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 2826 – SR/62, p. 403.
53. Documentos do I Congresso da FRELIMO, Dar-Es-Salaam, 23-28.09.1962. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 2826 – SR/62, pp. 457-
54. “Fotografias de Trabalhos de Pancho e Malangatana Expostas em Ibadan”, in Notícias, Lourenço Marques, Ano XXXVI, nº. 11 468, 04.10.1961, p. 12, 2ª. – 3ª. col., p. 6, 5ª. – 6ª. col.
55. “Abriu Ontem o Festival de Cannes. O Moçambicano Rui Guerra lá Representado”, In Notícias, Lourenço Marques, Ano XXXVII, nº. 11 676, 08.05.1962, p. 10, 1ª. – 3ª. col.
56. “Poeta Moçambicano em Julgamento na Capital”. In Notícias, Lourenço Marques, Ano XXXVII, nº. 11970, 01.06.1962, 2ª. p., 5ª. – 7ª. col., p. 13, 3ª. – 5ª. col.

57. “Palácio Maçónico na Cidade”. In Notícias, Lourenço Marques, Ano XXXVII, nº. 11 982, 14.06.1962, 2ª. p., 3ª. – 5ª. col.
58. “Continua o Mistério em Torno das Ruínas da Antiga Sede da Maçonaria”. In Notícias, Lourenço Marques, Ano XXXVII, nº. 11 986, 18.06.1962, 2ª. p., 6ª. – 7ª. col.
59. “Um Moçambicano no Cinema do Brasil”. In Notícias, Lourenço Marques, Ano XXXVII, nº. 11 987, 19.06.1962, p. 10, 3ª. – 7ª. col.
60. “O Filme Hiroshima, Meu Amor”. In Notícias, Lourenço Marques, Ano XXXVII, nº. 11 996, 29.06.1962, p. 12, 3ª. – 5ª. col.
61. “14 Réus no Tribunal Militar Lida a Sentença Ontem: 11 Acusados Foram Absolvidos. Pena Suspensa para as Irmãs Ceita. 14 Meses de Prisão para Virgílio Lemos. Todos os Acusados Saíram em Liberdade”. In Notícias, Lourenço Marques, Ano XXXVII, nº. 12 153, 16.12.1962, 2ª. p., 4ª. – 6ª. col., p. 21, 1ª. – 3ª. col.
62. Boletim de Difusão de Informações, Secreto, nº. 15/964, de 16.04.1964, do Director dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações, A. Ivens Ferraz de Freitas, sobre o assalto à secretaria do Posto Administrativo do Chire, da Circunscrição de Morrumbala, Zambézia, a 30.03.1964. In A N / T T, S. C. C. I. M., cx.15.
63. Panfletos da UDENAMO e ELIMANO. In A N / T T, S. C. C. I. M., cx. 15.
64. Relatório da Defesa Civil, Extra nº. 1/64, Tete, 04.05.1964. In A N / T T, S. C. C. I. M., cx. 15.
65. Informação nº. 163-65- Gabinete, Secreto, 17.08.1965, “Actividades da UNAMI”, do Subdirector da PIDE, Delegação de Moçambique. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 2649 - SR/62, pp. 51-63.
66. Informação s/nº., Proc. nº. 940, 1(8)D, PAA 308, Secreto, do Director-Geral dos Negócios Políticos do MNE, ao Director da PIDE, Lisboa, 30.06.1967. In A N / T T, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc. nº. 2649 – SR/62, pp. 31-32, (UNAMI.)



## ERRATA

### I Volume

- Nota 13, p. 21, deve ler-se: *Os Efeitos do Estado-Nação*
- Nota 27, p. 27, deve ler-se: *Os Efeitos do Estado-Nação*
- Nota 28, p. 28, deve ler-se: *Portugal e o Estado Novo, (1930-1960)*
- Linha 3, p. 34, deve fechar-se aspas em: "... Lourenço Marques"
- Nota 40, p. 36, deve ler-se: Referência de AYMARD
- Linha 24, p. 38, deve ler-se: modelo corporativo-colonial
- Linha 20, p. 39, deve ler-se: zonas-tampão
- Nota 92, p. 67, deve ler-se: *Sociologie de l'Afrique Noir*
- Linha 9, p. 68, deve ler-se: sociolinguísticas
- Linha 29, p. 78, deve ler-se: *Africano*
- Linha 30, p. 78, deve ler-se: *Brado Africano*
- Nota 124, p. 80, deve ler-se: sociolinguística
- Nota 134, p. 83, deve ler-se: *Lobolo em Maputo. Um Velho Idioma para Novas Vivências Conjugais*
- Nota 136, p. 84, deve ler-se: afro-oriental
- Nota 153, p. 96, deve ser colocada acima da linha
- Nota 166, p. 104, deve ler-se: *Anuário de Lourenço Marques*
- Linha 1, p. 108, deve ler-se: *Anuário de Lourenço Marques*
- Linha 14, p. 108, deve ler-se: *Anuário de Lourenço Marques*
- Linha 13, p. 123, deve acrescentar-se: CDUD (Comissão Directiva da Unidade Democrática)
- Linha 9, p. 149, deve ler-se: auréola revolucionária
- Linha 2, p. 181, deve ler-se: *Notícias*
- Linha 9, p. 213, deve ler-se: *Brado Africano*
- Linha 13, p. 289. A nota 467 deve ser colocada acima da linha
- Linha 13, p. 313, deve ler-se: *Humanidade*
- Linha 18, p. 333, deve ler-se: *Voz Africana*

## **ERRATA**

### **II Volume**

- Doc. 19, p. 34, deve acrescentar-se: DSNI, sec. A, cx 2 (Mutualidade de Moçambique.)
- Doc. 19A, p. 35, deve acrescentar-se: DSNI, sec. A, cx 2 (Mutualidade de Moçambique.)
- Doc. 23, p. 39, deve acrescentar-se: (Associações sem estatutos publicados.)
- Doc. 34, p. 59, deve acrescentar-se: (MANU.)
- Doc. 53, p. 99, deve ler-se: pp. 457-458
- Doc. 53<sup>a</sup>, p. 99, deve ler-se: pp. 457-458